

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO  
DE CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE  
HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**NATÁLIA ABREU DAMASCENO**

RELAÇÕES BRASIL-EUA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS:  
A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO POLÍTICO NAS PÁGINAS DO  
JORNAL *ÚLTIMA HORA*

MARINGÁ  
2016

NATÁLIA ABREU DAMASCENO

RELAÇÕES BRASIL-EUA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS:  
A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO POLÍTICO NAS PÁGINAS  
DO JORNAL *ÚLTIMA HORA*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz.

MARINGÁ  
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

D155r Damasceno, Natália Abreu  
Relações Brasil-EUA no segundo Governo Vargas: A construção de um imaginário político nas páginas do Jornal Última Hora / Natália Abreu Damasceno -- Maringá, 2016.  
189 f.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei José Munhoz.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

1. Relações Brasil-Estados Unidos. 2. Segundo Governo Vargas. 3. Jornal Última Hora. I. Munhoz, Sidnei José, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação História. III. Título.

CDD 21.ed. 981.061

AHS-002869

## AGRADECIMENTOS

Por definição, para além de todo o método e rigor científicos a História está sempre embebida de vida humana. Seja ela feita das inquietações do historiador ou do caráter essencialmente humano do seu objeto, a História é viva e, ao longo dos últimos anos, me foi também uma forma de viver. A conclusão desta pesquisa foi fruto de uma caminhada longa, cheia de dúvidas, percalços e incertezas, mas também repleta de conquistas e aprendizado. Nesse caminho, tive a felicidade de contar e encontrar com pessoas que contribuíram de diversas formas para a produção desta dissertação, num ciclo de pouco mais de dois anos de amadurecimento profissional e pessoal.

Primeiramente, agradeço à minha família, que me apoiou incondicionalmente desde a feitura do projeto em Aracaju, passando por uma longuíssima ponte aérea para Maringá, até a minha adaptação na nova cidade e à nova vida que optei por levar. Ao meu pai Francisco e à minha mãe Noemi por todas as palavras de conforto, pela compreensão, respeito e confiança nas minhas escolhas. Às minhas irmãs-amigas-confidentes Manuela e Renata por todas as conversas, conselhos e pelos momentos compartilhados de perto e de longe.

O começo dessa empreitada teria sido impossível sem o estímulo e o companheirismo dos amigos e amores de Aracaju. A lista, felizmente, é demasiado longa para constar nesses breves agradecimentos e, por temer que minha memória cometa injustiças, prefiro me abster de mencionar nomes, confiando que cada um que esteve ao meu lado tanto nesse momento inicial quanto ao longo de todo o processo saiba da sua devida importância para mim. No entanto, faz-se necessário apontar experiências anteriores que foram fundamentais para que o mestrado em História se concretizasse. Os anos de aprendizado no PET História (MEC/Sesu) e no Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq) na Universidade Federal de Sergipe foram inquestionáveis pontos de partida nessa longa trajetória. Nominalmente, agradeço ao meu ex-orientador e amigo Dilton Maynard por todos os ensinamentos e pelo apoio e confiança de sempre.

Em Maringá, fui recepcionada e acolhida por instituições e pessoas, cujo amparo possibilitou que grande parte do turbilhão de ideias e planos que trouxe comigo na mala

fossem executados. Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa e aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM). Em especial, agradeço ao professor, orientador e amigo Sidnei Munhoz, sem dúvida, uma referência de competência, ética e companheirismo. Sou grata também aos professores com quem tive a oportunidade de discutir o meu projeto e de receber valiosíssimas contribuições para a pesquisa, a saber, o meu co-orientador Prof. Angelo Priori, Prof. Reginaldo Dias, Prof. João Fábio Bertonha, Profa. Meire Mathias, Prof. José Henrique Rollo Gonçalves, Profa. Celene Tonella, entre outros.

As dificuldades na condução da pesquisa teriam sido mais amargas sem apoio de colegas com quem pude trabalhar coletivamente. Agradeço aos colegas de sala pelos debates enriquecedores nas aulas e aos colegas do LabTempo (UEM) pelas discussões teóricas e atividades em conjunto que robusteceram a minha experiência de pós-graduação. Destaco a importância dos auxiliares de pesquisa Patrick Trento, Pedro Petini e Leonardo Belançon pela ajuda com o download e fichamento das fontes para a pesquisa. Sem a contribuição de vocês este trabalho dificilmente ficaria pronto em tempo hábil.

Por fim, agradeço aos amigos e amores da minha nova vida em Maringá. Estar tão longe de tudo que eu conhecia não foi fácil, mas com o apoio e carinho de tantas pessoas maravilhosas que encontrei por aqui, confesso que me “reinventar” foi menos desafiador que pensava. Assim, deixo aqui os meus agradecimentos a todos que cruzaram o meu caminho e a aqueles que fizeram parte dele mais de perto como Bruna, Thauan, Juliano, Thais, Angelita, Giceli, Ingrid, Maria, Alessandra, Juliana, Laís e Vitor. Em tempo, agradeço imensamente a Pedro, meu antigo colega de graduação e atual colega de mestrado, além de melhor amigo-irmão e colega de apartamento, pela força, cumplicidade e amor sempre.

## RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o condicionamento do imaginário político e da opinião pública brasileira a respeito das relações Brasil-EUA durante o Segundo Governo Vargas. O estudo orienta-se de modo a possibilitar o mapeamento da construção e difusão de estereótipos legitimadores de posturas amigáveis, e de seus hiatos, que delinearam as relações entre ambos os países neste período. Isso foi efetuado por meio da análise das publicações do *Última Hora*, influente jornal carioca de circulação nacional e porta-voz dos desígnios do Governo. Confrontando as edições publicadas entre junho de 1951, período do surgimento do jornal, e agosto de 1954, data do suicídio de Vargas, com fontes complementares, buscamos investigar quais imagens mentais e conjuntos de sentidos e significados foram compartilhados e difundidos a fim de que a lógica varguista da “barganha nacionalista” ganhasse legitimidade na sociedade brasileira. Em outras palavras, analisamos quais foram as estratégias utilizadas pelos círculos políticos ligados ao Governo para condicionar a opinião pública brasileira a fim de construir ou reafirmar esse ou aquele estereótipo acerca das relações Brasil-Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Relações Brasil-Estados Unidos; Segundo Governo Vargas; Última Hora.

## ABSTRACT

This research analyzes the conditioning of Brazilian political imaginary and public opinion on Brazil-US relations during the second Vargas Administration. The study aims to enable the survey of the stereotypes forged and conveyed in order to legitimate the friendly and hostile sets that outlined the relations between both countries in this period. Therefore, we went about this task by performing the investigation of the publications of *Última Hora*, an influent newspaper of national circulation from Rio de Janeiro which represented the interests of Vargas' government. Confronting the editions published between June 1951, when the paper was first printed, and August 1954, when Vargas committed suicide, with complementary sources, we analyzed which sets of meanings and mental images were shared and spread in order to make the Vargas' 'nationalist bargain' legitimate among Brazilian society. In other words, we investigated the strategies used by the political circles that supported the government to 'manufacture consent' among the public opinion in order to form or reinforce stereotypes about Brazil-US relations.

**Keywords:** Brazil-US relations; second Vargas' Administration; *Última Hora*.

## TABELA DE FIGURAS

Figura 1: Última Hora. 14 jul. 1952, p. 09.....	59
Figura 2: Última Hora. 7 jul. 1952, p. 19.....	59
Figura 3: "ALTO, 30 jun.1952, p.01.....	105
Figura 4: PARA, 13 jun. 1951, p.15 .....	129
Figura 5: O PRESIDENTE, 14 jul. 1952, p. 19.....	132
Figura 6: UM, 27 out. 1953, p. 01.....	143
Figura 7: UM, 27 out.1953, p.01 .....	144



## SUMÁRIO

Introdução .....	9
Capítulo 1- Fontes midiáticas, opinião pública e política externa: O uso do jornal <i>Última Hora</i> para o estudo das relações Brasil-EUA (1951-1954) .....	21
1.1.A imprensa brasileira do início da década de 1950 .....	31
1.2. <i>Última Hora</i> : A voz privilegiada do varguismo .....	36
1.3.Nos bastidores da rotativa .....	42
1.3.1. A CPI do <i>Última Hora</i> : Imprensa, crise política e relações Brasil-EUA.....	46
1.4.O jornal <i>Última Hora</i> : Análise de uma auto-imagem .....	55
Capítulo 2- Relações Brasil-Estados Unidos no Segundo Governo Vargas: Narrativas e tensões em perspectiva.....	67
2.1. Relações Brasil-EUA: O projeto de modernização brasileira e o início da Guerra Fria...67	
2.2.Políticas comerciais e a lei de remessa de lucros: aspectos de um debate político .....	70
2.3.Guerra da Coréia .....	89
2.4. A criação da Petrobrás.....	97
2.5.A transição Truman-Eisenhower: Tensões e expectativas.....	110
2.6.A Conferência de Caracas .....	117
Capítulo 3- Os vestígios da ‘solidariedade continental’: As controvérsias da cooperação Brasil-EUA nas páginas do <i>Última Hora</i> (1951-1954) .....	124
3.1.O Acordo Militar: Um “véu protetor” sobre o Brasil .....	134
3.2.À sombra de Washington: O projeto de construção da autonomia brasileira no cenário mundial .....	144
3.3. CMBEU e a pretensa harmonia da cooperação técnico-financeira.....	160
Conclusão.....	169
Referências bibliográficas.....	175
Fontes .....	182

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre o condicionamento do imaginário político e da opinião pública brasileira a respeito das relações Brasil-EUA durante o Segundo Governo Vargas. O estudo orienta-se de modo a possibilitar o mapeamento da construção e difusão de estereótipos legitimadores de posturas amigáveis, e de seus hiatos, que delinearão as relações entre ambos os países neste período. Isso foi efetuado por meio da análise das publicações do *Última Hora* (UH), influente jornal carioca de circulação nacional e porta-voz dos desígnios do Governo. Confrontando as edições publicadas entre junho de 1951, período do surgimento do jornal, e agosto de 1954, data do suicídio de Vargas, com fontes complementares, buscamos investigar quais imagens mentais e conjuntos de sentidos e significados foram compartilhados e difundidos a fim de que a lógica varguista do nacional-desenvolvimentismo adquirisse credibilidade no seio daquilo que convencionalmente tem sido denominado como opinião pública. Em outras palavras, analisamos quais foram as estratégias utilizadas pelos círculos políticos ligados ao Governo e propagadas pelos seus porta-vozes para condicionar o imaginário político nacional a fim de construir ou reafirmar esse ou aquele estereótipo acerca das relações do Brasil com os Estados Unidos.

O contato preliminar com obras de historiadores, cientistas políticos e estudiosos das relações internacionais sobre a história das relações América Latina-EUA e, em especial, Brasil- EUA, nos revelaram algumas lacunas que motivaram o nosso recorte temático e temporal. Além das generalizações e estreiteza de perspectivas observadas em grande parte tanto das produções brasileiras quanto das estadunidenses – das quais trataremos brevemente mais adiante em nosso trabalho –, percebemos que há certo silêncio por parte dos meios acadêmicos no que diz respeito a análises mais aprofundadas sobre as relações Brasil-EUA durante o Segundo Governo Vargas. Evidentemente, não deixamos de reconhecer as contribuições de estudiosos que se dedicaram ao estudo da política externa do Brasil desse início dos anos de 1950, como Monica Hirst (1990) ou Amado Cervo (2002). Porém, é notória a ausência de uma obra que investigue mais a fundo as relações do Brasil com o seu principal aliado político, comercial e militar à época. Tal vácuo analítico é bastante curioso, pois o período é em geral referido como o início de “um novo processo de encaminhamento da

política exterior” brasileira (VISENTINI, 2010, p. 216).

Nesse sentido, o silêncio sobre o caráter a um só tempo conciliatório e contestador da hegemonia estadunidense próprio do governo democrático de Vargas, responsável por lançar as bases de muitos avanços econômicos e diplomáticos que se fazem sentir mesmo na contemporaneidade, atraiu nossa atenção para este recorte. Ademais, a leitura da referida bibliografia aliada à de obras teóricas sobre a Nova História Política salientou o fato de que muito do que foi produzido sobre as relações Brasil-EUA transita pela seara da História Diplomática. Desse modo, privilegia quase que exclusivamente as vozes de atores oficiais do Estado e instituições adjacentes, e se utiliza prioritariamente de fontes de natureza igualmente governamental e administrativa como despachos diplomáticos, atas de sessões da Câmara, do Congresso e memorandos e cartas trocados entre líderes políticos. Essa predominância de narrativas oficiais nos impulsionou a trilhar pelo caminho oposto, isto é, a buscar construções discursivas provenientes de atores externos - mas ainda assim politicamente comprometidos - ao poder público.

A escolha de privilegiar uma fonte midiática em detrimento de documentos diplomáticos para analisar as relações Brasil-EUA merece considerações. Visto que nossa investigação se estrutura a partir da análise de mecanismos de condicionamento de opiniões e imaginários coletivos associados ao conceito de poder político, entendemos o jornal - meio de comunicação privilegiado para a difusão dos debates políticos e conformação da opinião pública - como o mais acertado veículo de acesso à circulação e construção dessas ideias, já que a mídia estabelece uma relação de proximidade maior com a produção de sentidos e significados que fontes diplomáticas, cuja leitura é restrita a uma ou duas dezenas de pessoas “autorizadas”.

Ao publicar notícias que omitem, valorizam, defendem ou desqualificam este ou aquele aspecto sobre o Brasil ou sobre os EUA, o *UH* assume o papel de agente nos meandros das redes de poder e adquire uma força simbólica que serve a interesses específicos. Na condição de aparato ideológico promotor da hegemonia de um poder estabelecido, o periódico desempenhava a função de estimular unidade de teoria e ação e promover um direcionamento político, moral e cultural que desse sustentação ao projeto político varguista (GRUPPI, 1978). Dessa forma, comprometido com a viabilização do consenso, os elaboradores do jornal foram

também elaboradores da hegemonia de Vargas.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, “o poder político é um sistema organizado de interações múltiplas cuja eficácia depende de aliar o monopólio da coerção à *busca de uma legitimidade mínima*” (CARDOSO, 2003, p. 42, grifo nosso). Essa legitimidade só é alcançada mediante a “interiorização de normas que permitem o funcionamento dos mecanismos de regulação social no campo da política” (CARDOSO, 2003, p. 42). Dessa forma, entendemos que a difusão de certos discursos e estereótipos pelo *Última Hora* consiste numa fundamental arma política de legitimação do poder de Vargas, visto que faz parte do processo de socialização de “normas” caras à manutenção das forças políticas que seu governo representou.

O Segundo Governo Vargas faz parte do que alguns estudiosos chamam de hiato democrático, que compreende o período entre o fim do Estado Novo, em 1945, e o início da ditadura militar em 1964. A imaturidade da democracia brasileira e o recente retorno à liberdade de imprensa após longos anos da ditadura estadonovista conferem a esse período uma dinâmica específica na disputa por poder entre as diferentes forças políticas. De maneira semelhante, as tensões internacionais motivadas pela Guerra Fria tornavam urgente e necessário o posicionamento do Brasil perante o rearranjo de forças de uma nova ordem mundial que se esboçava no pós Segunda Guerra. Assim como o mundo parecia polarizar-se entre capitalistas e comunistas, o debate político brasileiro era marcado pela rivalidade entre nacionalistas e os chamados “entreguistas” ou pró-EUA<sup>1</sup>.

Essa denominação frequentemente encontrada em grande parte discurso político da época - e interpretada posteriormente por Alzira Alves de Abreu (1996) como uma disputa entre “nacionalistas” e “antinacionalistas” - revela o caráter dicotômico e a força dos antagonismos no debate político do início dos anos de 1950. Para Abreu (1996), foi precisamente essa rivalidade entre ambos estes grupos que delimitaram os pontos de convergência e divergência da política brasileira e deram o tom da condução dos assuntos políticos pelo Governo. Destarte, os chamados “entreguistas” normalmente identificavam-se com a elite liberal-conservadora e uma parte da burguesia industrial. Esses eram os setores que defendiam que o desenvolvimento e a industrialização brasileira deviam ser realizados mediante a entrada irrestrita de capital

---

<sup>1</sup>Essa denominação é frequentemente usada de modo pejorativo por setores nacionalistas ou mais alinhados à esquerda.

estrangeiro. Advogavam, portanto, em favor da abertura do mercado, dos investimentos privados e caracterizavam-se, via de regra, pelo alinhamento aos EUA e, por isso, receberam a alcunha de “entreguistas”.

Já os “nacionalistas” eram a parcela da sociedade que defendia que o processo de modernização do Brasil deveria ter o Estado como protagonista. Assim, recomendavam a adoção de restrições à entrada de capital e ao lucro estrangeiros para que se pudesse fortalecer a indústria de base e o mercado interno do país. Em geral, ao contrário do que muito se pensou, os nacionalistas representados por Vargas – mais moderados - não eram contra a entrada de capital estrangeiro ou mesmo radicalmente antiimperialistas. Ainda que houvesse nuances entre os nacionalistas, esse setor reconhecia a necessidade de investimentos estrangeiros, porém acreditava que o capital externo deveria ser gerido pela ação estatal a fim de proteger a economia interna. Devido às restrições que com frequência impunham ao capital estadunidense, os nacionalistas geralmente entravam em conflito com os interesses dos EUA, ainda que, na maioria das vezes o confronto não fosse aberto e declarado (RAMOS, 1960; VISENTINI, 2010).

Após a democracia elitista altamente repressiva e submissa aos desígnios estadunidenses do governo Dutra, a gestão Vargas visava à incorporação das classes médias e trabalhadoras no processo de desenvolvimento capitalista buscando a autonomia da indústria e da economia nacional. Nesse contexto, a disputa por legitimidade entre projetos políticos antagônicos estimulou o uso estratégico dos meios de comunicação com o objetivo de conquistar o apoio da opinião pública a fim de sustentar ou deslegitimar este ou aquele caminho para a modernização do país.

Portanto, a nossa escolha pelo recorte temporal que compreende os anos entre 1951 e 1954, não segue a artificialidade dos marcos históricos de um mandato presidencial. Ela se orienta pelo mapeamento do discurso varguista veiculado com a intenção de lastrear políticas internas e externas do presidente, especialmente nesse momento em que a busca por autonomia no cenário internacional ao mesmo tempo em que havia marcada dependência econômica em relação aos Estados Unidos culmina em contradições e ambiguidades no relacionamento entre esses dois países. Examinando as edições do *Última Hora*, o único porta-voz de Vargas na grande imprensa, partimos em busca de nuances e construções simbólicas que nos ajudassem a

compreender os avanços e recuos necessários no projeto político encabeçado por Getúlio Vargas que delimitaram aproximações e distanciamentos em relação aos EUA.

Assim, pensamos o estudo das relações Brasil-EUA numa perspectiva ampliada, que não se restringisse a uma “história dos tratados”. Isto não significa que descartamos conceitos, modelos e generalizações dos teóricos das Relações Internacionais e das Ciências Políticas. Ao contrário, acreditamos trabalhar de forma complementar a estas disciplinas. Valorizando uma base empírica ancorada em documentos extraoficiais, e por isso mais próximos dos ‘homens da cidade’ que do Itamarati<sup>2</sup>, colocamos modelos da política internacional brasileira a teste a partir da perspectiva histórica e da observação da produção de discursos que não só visam legitimar atos políticos como revelam intenções e impressões dos ‘tomadores de decisão’ (*decisionmakers*). Por isso, utilizando o jornal *Última Hora* como fonte privilegiada, investigamos tal problemática considerando atores políticos não oficiais, à moda das recentes tendências da História das Relações Internacionais. Desta maneira, é possível entender as relações internacionais a partir da análise dos seus problemas e especificidades e não apenas lançando mão de modelos aplicáveis pensados *a priori* (SARAIVA, 2008).

Isto posto, faz-se necessário refletir sobre como esses ‘homens da cidade’ e o Itamarati interagem, ou seja, de que forma entendemos que política interna e política externa se relacionam. A política interna é considerada desde Renouvin uma das principais chaves explicativas do jogo internacional (SARAIVA, 2008). O historiador francês Pierre Milza (2003) discute a relação entre política interna e política externa partindo da premissa de que toda política externa possui elementos da política interna, mesmo que o contrário não seja sempre verdadeiro. Segundo ele, a identidade e os princípios definidores que regem a política interna condicionam a intervenção e a postura desse país em políticas externas. Desse modo, a conjuntura interna, e a percepção que os tomadores de decisão têm dela, são fundamentais para que esta ou aquela postura seja adotada.

---

<sup>2</sup> Vale a ressalva de que apesar do verdadeiro isolamento do Itamarati em relação à sociedade civil, que tinha pouco conhecimento das negociações em andamento e mesmo do perfil de seus secretários, é possível afirmar que os conteúdos dos principais jornais do Brasil e dos EUA eram discutidos tanto pela diplomacia brasileira, quanto pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Em muitos dos despachos analisados provenientes da referida embaixada constam recortes de periódicos brasileiros com traduções e/ou comentários. Ver: THE DEPARTMENT OF STATE relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. National Archives at College Park, College Park, MD. Digital Archive at CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

Outra forma pela qual a política interna e a externa se relacionam diz respeito às pressões, aos entraves e às disputas internas que envolvem o processo de definição de uma política externa. Não raro, especialmente em regimes democráticos, há divergências de pensamento sobre o rumo de um país nas suas relações com nações estrangeiras. Portanto, a política externa está sujeita a pressões de grupos políticos internos que defendem políticas mais ou menos nacionalistas e aproximações ou distanciamentos em relação a outros países. Além disso, países são capazes de condicionar ou influenciar imaginários, programas políticos e econômicos, bem como caminhos para a superação dos desafios da modernização de outras nações não só por meio da exportação de modelos de desenvolvimento, como também por meio da manipulação da mídia. Por exemplo, sabe-se que no Segundo Governo Vargas, os EUA injetaram milhões na imprensa de oposição para agravar a crise política que levou ao suicídio do presidente. Em 1953, ano em que emendas nacionalistas da Petrobrás estavam sendo votadas, veículos de propaganda oposicionista, tal qual os *Diários Associados* e o jornal *O Globo*, receberam mais de 1 bilhão de cruzeiros em publicidade paga e distribuída por empresas como *Esso Standard do Brasil*, *Coca-Cola*, *Gillette*, entre outras (RAMOS, 1960).

Com efeito, levando em conta o contexto de sua produção e a multiplicidade de fatores que compõem as construções jornalísticas dos fatos, examinamos nossas fontes orientando-nos pela busca do tipo de inteligibilidade que regia o discurso veiculado. Compartilhando do pressuposto defendido por Michel de Certeau (1982) de que atos históricos são primordialmente acontecimentos a partir dos quais é atribuído um significado a uma *práxis*, observamos, a partir do *UH*, a instrumentalização dos fatos em favor de um projeto político. Dessa forma, consideramos que o imaginário difundido pelo jornal está a serviço e comunica os interesses de uma força atuante no cenário político da época. Por isso, não só articulamos o nosso próprio “saber-dizer” por meio do trabalho interpretativo a respeito daquilo que nossas fontes calam, disfarçam ou expressam - intencionalmente ou não -, mas também nos imbuímos da missão de decodificar os símbolos próprios de um imaginário político do momento estudado.

De maneira semelhante, não desprezamos a percepção de que a operação historiográfica é também a articulação de um querer político do historiador. Por isso, reconhecemos que o presente é, sem dúvida, o ponto de partida dessa investigação

(CERTEAU, 1982). No tempo da atual crise política, em que milhões de brasileiros em todo o país assistem diariamente à espetacularização de crimes de corrupção nos noticiários impressos, digitais ou na TV, nos sentimos convocados a buscar paralelos que nos revelem continuidades flagrantes entre o início dos anos de 1950 e a década vigente. Obviamente, a realidade do país e o contexto internacional são distintos.

Não obstante, as polêmicas em torno do modelo de gestão estatal da Petrobrás, a mobilização da grande mídia aliada aos interesses das elites conservadoras contra políticas públicas voltadas ao social e posturas de autonomia em relação aos Estados Unidos no cenário internacional<sup>3</sup> são alguns exemplos que viabilizam analogias entre as épocas. Ora, como não perceber o *continuum* existente entre as discussões políticas em torno da criação da Petrobrás em 1951 – os argumentos contra o monopólio estatal e a favor da parceria com empresas estrangeiras, que põem em cheque a capacidade financeira e administrativa do Estado - e o descrédito desta empresa estatal para parte da opinião pública, conforme é possível observar nos noticiários de hoje devido aos escândalos de corrupção? Da mesma forma, é possível observar a proximidade entre os esforços da presidente Dilma Roussef no sentido de consolidação dos BRICs e da aliança com países da América Latina, e a busca de Vargas por um modelo brasileiro mais autônomo de inserção internacional. E o que dizer da forma como essas posturas, junto a políticas voltadas ao social são e foram recebidas pelas elites conservadoras?

Embora esses fatores sejam elementos que mobilizam a nossa pesquisa e que informam sobre o tipo de olhar que lançamos ao passado, não é nossa intenção adentrar ao campo da História Comparada. Entretanto, há que se considerar que o paralelismo dos processos e a latência remanescente das questões que animam o debate político de ambas as épocas acabam por aproximar a nossa pesquisa da seara da História do Tempo Presente. Ainda que o marco europeu do *Institut d'histoire du temps présent* (IHTP) indique o ano de 1945 como o início do período chamado Tempo Presente, acreditamos que os motivos para a nossa filiação a essa

---

<sup>3</sup>Em entrevista à Revista Forum, o cientista político e historiador Moniz Bandeira, defende que órgãos estadunidenses como a CIA estão empenhados em apoiar tentativas de desestabilizar governos progressistas na América Latina, como foi a manifestação em prol do impeachment da presidente Dilma Roussef em 15 de março de 2015. Ver: [https://scontent-atl1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xpf1/v/t1.0-9/10418998\\_924145460962321\\_6200876549694278769\\_n.jpg?oh=a61a546c3102cc7a9647a0fcb394da88&oe=55C62D1F](https://scontent-atl1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xpf1/v/t1.0-9/10418998_924145460962321_6200876549694278769_n.jpg?oh=a61a546c3102cc7a9647a0fcb394da88&oe=55C62D1F)



área do conhecimento são de outra natureza (LAGROU, 2009). Ela se sustenta pela fragilidade da fronteira entre o atual e o ‘inatural’ que não se ajusta pela contagem matemática do tempo, mas pelo ritmo de desenvolvimento dos processos (BLOCH, 2001). É inegável a disparidade de índices sociais, nível de industrialização e capacidade tecnológica existentes no Brasil da década de 1950 e de 2010. Porém, será que esses elementos são capazes de estabelecer uma ruptura completa no processo de amadurecimento da democracia brasileira e da postura do país em relação à maior potência mundial, por exemplo?

Em tempos de crise política - como o nosso – é comum surgirem demandas sociais por esclarecimentos dos conflitos vividos (AZEMA, 1993). Todavia, a resposta às muitas incertezas da sociedade nem sempre se encontram desprendidas do calor dos acontecimentos. Por isso, fazem-se necessárias a visão de conjunto e a compreensão dos processos. Nesse sentido, acreditamos que o olhar histórico tem muito a oferecer ao debate, já que atento às dessemelhanças e às transformações da humanidade ao longo do tempo, ele permite a compreensão mais acurada dos padrões e mecanismos sociais que servem de resposta à mudança histórica em geral (HOBSBAWM, 1998).

Semelhanças à parte, não são apenas as permanências dos processos que motivam o nosso trabalho. Atentos também às rupturas, reconhecemos que os contrastes entre as épocas geram necessidades diferentes e novas formas de se relacionar com o mundo. É justamente olhando para a natureza das demandas sociais contemporâneas, que clamam por explicações que abarquem uma multiplicidade de sujeitos, fontes e objetos de estudo, que ajustamos o nosso olhar para as relações Brasil-EUA à perspectiva da Nova História Política. Dotado de consistência própria que agrega realidades distintas, o campo da história política irradia nas mais diversas direções (REMOND, 2003), o que possibilita uma leitura plural da realidade e extrapola a clausura dos âmbitos institucionais e burocráticos. Mediante o diálogo com outras ciências sociais, a NHP compreende uma miríade de abordagens e por isso desvia o foco exclusivo das grandes figuras e instituições políticas. Esse processo que se agravava desde a década de 1970, quando a chamada história política tradicional mostrava explícitos sinais de estagnação e insuficiência diante das questões postas pela contemporaneidade, tornou urgente a diversificação dos atores sociais e a compreensão das relações de poder que, de fato, compõem o político (JULLIARD, 1988). Segundo Rémond (2003), o político se estende para muito além do poder do Estado, seu principal símbolo e instrumento.

Nessa perspectiva, compreendendo o político como uma modalidade da prática social, como o exercício da disputa por poder e o palco das lutas por projetos de gestão da vida em sociedade, optamos por viabilizar a condução da pesquisa por meio do exame do jornal que julgamos ser um dos mais fidedignos representantes dos interesses do Governo: o *Última Hora*<sup>4</sup>. Criado em 1951 pelo jornalista Samuel Wainer a pedido de Vargas e com o suporte de setores industriais pró-governo, circulou sob a diretoria de seu fundador até 1971 e hoje se encontra disponível para leitura online e para download no formato *jpg* pelo site da Biblioteca Nacional<sup>5</sup>. Feito o download dos arquivos disponíveis produzidos de junho de 1951 (data da sua primeira edição) a agosto de 1954 (morte de Getúlio Vargas), fizemos a leitura e a crítica desses documentos atentando para o seu local de produção, a natureza do seu discurso e a historicidade das representações veiculadas (PROST, 2008).

De modo geral, o *UH* oferece amplos subsídios para pensar as tensões do dilema da modernidade no Brasil e o processo de definição de seu papel no cenário internacional. Criado no ano que Getúlio Vargas chegou ao poder por vias democráticas, o jornal se propunha, até o suicídio do presidente, a garantir o espaço dessas questões – caras às metas de seu governo – no seio da opinião pública brasileira (LAURENZA, 1998). Reunindo uma linguagem acessível – enxertada com fotografias e ilustrações – a temáticas de forte apelo popular, que evocavam o nacionalismo varguista, o *Última Hora* se tornou um poderoso veículo difusor de imaginários. Dotado de amplo apoio financeiro – inclusive de agências publicitárias dos EUA-, o periódico, estreitamente ligado ao governo Vargas, nos serviu de portal de acesso a algumas das contradições que marcaram as relações Brasil-Estados Unidos.

Aliás, o potencial dessa fonte em muito superou as nossas expectativas ao longo do trabalho. Devido à abundância de conteúdos pertinentes à nossa investigação foi necessário restringirmos a nossa análise empírica às notícias localizadas nas capas e na página destinada a temas relativos ao cenário e às relações internacionais. O confronto eventual das informações encontradas no periódico com outros tipos de fontes, como despachos diplomáticos da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, também confirmou a autenticidade do *UH* como

---

<sup>4</sup>O jornal possuía uma edição nacional que era localmente complementada nos estados em que circulava. Dentre eles: Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. Além disso, o UH, com respaldo da Associação Brasileira de Imprensa, afirma que sua tiragem chegava a 100 mil exemplares nas segundas-feiras já nos primeiros anos de sua existência.

<sup>5</sup> Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030>> . Acesso em 21/11/2013.

fonte histórica.

Reunido e ordenado o farto material encontrado nesses documentos, elaboramos um esquema analítico subdividido em três etapas que deram origem aos três capítulos que compõem o nosso trabalho. A primeira etapa, ou o primeiro capítulo, ocupou-se da problematização e contextualização da fonte privilegiada e do tema da pesquisa. Com o intuito de familiarizar o leitor com a nossa investigação, discutimos, à luz dos princípios da chamada Nova História Política, os principais conceitos utilizados no trabalho. São eles: imaginário social/político, opinião pública, estereótipos e poder político. Ao apresentarmos o jornal *Última Hora*, exploramos, primeiramente, aspectos teórico-metodológicos a respeito do uso de fontes midiáticas para o estudo da história política e das relações internacionais a partir de autores como Tânia de Luca (2008), Alzira Abreu (1996), Sombra Saraiva (2008), Michel Winock (2003), entre outros. Por fim, tecemos considerações sobre dimensões mais específicas do periódico escolhido, como o cenário da imprensa à época, as condições de surgimento do jornal, as suas instâncias de produção e financiamento, o contexto político com o qual interagiu, as relações de poder nas quais esteve imbricado, a natureza de seu conteúdo e as possibilidades de análise oferecidas. Além do próprio jornal, utilizamos como fonte o livro de memórias de Samuel Wainer, *Minha Razão de Viver* (ed. 15 Rio de Janeiro: Record, 1993), e um memorando emitido pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado em Washington selecionado em meio a cópias digitalizadas de documentos em microfilme do National Archives (College Park) disponíveis no acervo digital da CDO/LabTempo da UEM.

O segundo capítulo orientou-se pela classificação prévia de eventos indicativos de tensões entre Brasil e EUA mediante a análise das fontes e a leitura da literatura especializada. Atentos aos momentos de antagonismo, aos pontos de divergências e às expectativas e frustrações geradas pelo choque entre diferentes projetos políticos e interesses econômicos, analisamos, a partir das construções simbólicas difundidas pelo jornal, o imaginário político sobre o qual se sustentava a política externa brasileira em relação ao seu maior parceiro continental. Dialogando com obras de autores como Maria Celina D'Araujo (1992), José Augusto Ribeiro (2001), Paulo Visentini (2010), Mark Gilderhus (2000), Leslie Bethell (1991), entre outros, discutimos as construções discursivas do jornal sobre problemáticas relativas a temas como a lei da remessa de lucros, a Guerra da Coréia, a criação da Petrobrás, a

transição presidencial Truman-Eisenhower e a Conferência de Caracas. Observando intenções e estratégias de condicionamento da opinião pública, partimos em busca do imaginário político dos círculos varguistas e da natureza das divergências em relação aos Estados Unidos.

Em paralelo ao capítulo anterior, a etapa final da dissertação foi precedida por uma classificação dos eventos tidos como indicativos de aproximações entre Brasil e Estados Unidos. São eles: o funcionamento da Comissão Mista Brasil-EUA, a assinatura do Acordo Militar e alguns episódios relativos à atuação brasileira na ONU e ao estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas tanto com os Estados Unidos quanto com outros países periféricos, a exemplo da Argentina. Assim, estabelecendo um contraponto com a perspectiva da tensão que orientou o segundo capítulo, buscamos avançar na compreensão da característica mais marcante das relações Brasil-EUA: a sua falta de linearidade. Partindo principalmente das questões apontadas por Sonny Davis (2002), Moniz Bandeira, Amado Cervo (2002) e das diversas contribuições analíticas que compõem a obra *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI* (2010), investigamos os elementos do imaginário político varguista que ofereciam respaldo à cooperação entre Brasil e Estados Unidos. Visto que, via de regra, o desejo de cooperação esbarrava em obstáculos impostos por divergências latentes, a nossa análise contemplou também os limites e as controvérsias das aproximações entre ambos os países.

Ao longo da pesquisa, esse esquema analítico esboçado acima apresentou alguns problemas ao sugerir a alternância entre momentos de distanciamento e aproximação nas relações Brasil-EUA. À revelia do que parecia inferir a nossa hipótese, a análise crítica das narrativas a respeito dos eventos previamente selecionados revelou que a dinâmica entre as tensões e alinhamentos que regeram o relacionamento entre as duas nações não era bem a da alternância, mas a da coexistência. Desse modo, assim como as construções discursivas a respeito dos episódios classificados como indicativos de conciliação continham fortes elementos de divergências de interesses, a cobertura jornalística dos eventos que expressavam conflitos entre os desígnios de ambos os países preservavam nítidos indícios de adesão e concordância em relação ao sistema hegemônico estadunidense. Diante disto, a fim de adaptar o nosso esquema analítico primordialmente dicotômico ao que, de fato, encontramos ao nos debruçar sobre as fontes, realizamos o exercício de constante desconstrução das nossas

classificações prévias feitas em primeira análise em paralelo à operação interpretativa dos dados empíricos. Os resultados dessa empreitada, o leitor poderá constatar nos capítulos que seguem.

## **CAPÍTULO 1 - FONTES MIDIÁTICAS, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA: O USO DO JORNAL *ÚLTIMA HORA* PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES BRASIL- EUA (1951-1954)**

*The world that we have to deal with politically is out of reach, out of sight, out of mind. It has to be explored, reported and imagined.*  
(LIPPMANN, 1992, p. 18)

Este capítulo aborda questões pertinentes ao estudo do imaginário político brasileiro sobre as relações Brasil-Estados Unidos a partir do jornal *Última Hora*. A nossa intenção é discutir e problematizar um caminho investigativo das relações entre ambos os países sob uma perspectiva que leve em consideração agentes sociais que extrapolam os limites do Estado e seu aparelhamento burocrático. Para tanto, dedicamos essa primeira etapa do nosso trabalho à análise das possibilidades oferecidas pela fonte privilegiada no que pese as suas características e a sua condição de meio de comunicação da grande imprensa brasileira dos anos de 1950. Dessa maneira, ao pensarmos as contradições que permearam os momentos de tensão e cooperação entre o Brasil e os EUA a partir das imagens mentais e do conjunto de sentidos e significados compartilhados e difundidos por esse veículo midiático, nos deparamos com algumas questões essenciais para a condução da nossa pesquisa. São elas: o papel desempenhado pela grande mídia na elaboração de imagens mentais que orientam o debate político, o entendimento da opinião pública como um campo de disputa por poder<sup>6</sup>, a relevância do imaginário social para a legitimação e implementação de políticas de governo e a multiplicidade de atores envolvidos nesse processo<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Nessa pesquisa, utilizamos o conceito de “opinião pública” associado ao de ‘estereótipos’ definidos pelo jornalista Walter Lippmann no livro *Public Opinion* (New York: Free Press Paperbacks, 1997). A fim de atualizar algumas concepções e adaptá-lo mais apropriadamente ao campo da História Política, dialogamos com o estudo de Jean-Jacques Becker sobre ‘opinião pública’ que integra o livro *Por Uma História Política*, organizado por René Remond.

<sup>7</sup> A nossa investigação sobre imaginário político e social fundamenta-se no conceito de ‘imaginário social’ defendido por Bronislaw Baczko e nas elaborações de Pierre Bourdieu a respeito do poder simbólico, uma vez que ambos consideram a dimensão concreta e efetivamente política das construções simbólicas imaginadas e difundidas por forças antagônicas em disputa.

Em artigo publicado no livro *Por Uma História Política* (Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003), uma das principais obras teórico-metodológicas recentes sobre o estudo do político, Michel Winock (2003, p. 282) afirma que “o jornal passou a ser, entre todos os meios de comunicação, o pão de cada dia da política contemporânea”. Segundo ele, a mídia impressa “reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a ‘doutrina’ e os ‘fatos’” (WINOCK, 2003, p. 282). Com efeito, a nossa via de acesso ao mundo passa inevitavelmente pela mediação dos meios de comunicação. Representações, julgamentos e interpretações do real, que conformam um complexo processo de atribuição de sentido ao mundo, são veiculados diariamente na imprensa. Tal poder de difundir e de dar o tom ao debate político faz com que não possamos ignorar que os meios de comunicação são importantes integrantes do jogo político e participantes fundamentais na construção de acontecimentos históricos e na (des) legitimação de projetos de futuro. Na condição de agentes essenciais, ainda que não exclusivos, da constituição da opinião pública e do imaginário social de uma época, pensamos que os jornais, assim como os demais meios de comunicação de massa, merecem um estudo cuidadoso por parte dos historiadores que vá além da sua recorrente função de recurso complementar para a comprovação de informações (LUCA, 2008).

No capítulo intitulado *Imprensa e História*, que compõe o livro *Lacerda x Wainer: O corvo e o bessarabiano*, de Ana Maria de Abreu Laurenza (1998), a autora afirma que as características de produção e os interesses dos produtores da imprensa da época que analisa, o começo dos anos de 1950, comprometem o uso do jornal como fonte histórica. A nossa abordagem diverge contundentemente dessa posição, pois acreditamos que são justamente essas características da fonte jornalística que a tornam relevante porta de acesso ao imaginário, aos jogos de poder e à construção de ideias dentro dos limites das formas de circulação de que dispunha a imprensa daquele período. A necessidade de pensar os jornais como testemunhas, atores sociais e mesmo porta-vozes de forças políticas torna-se evidente se considerarmos que a mídia “tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento” (ABREU, 1996, p. 08). Essa ideia se sustenta na medida em que compreendemos o papel dos jornais como agentes fundamentais do sistema político democrático, cuja função está relacionada ao fato de que “A publicização dá forma à própria produção do acontecimento. Para que haja acontecimento é preciso que ele seja conhecido, e os jornalistas são os primeiros

a apresentá-lo” (ABREU, 1996, p. 09). Desse modo, os jornais constituem fontes privilegiadas para o historiador que deseja entender em que termos se deu o debate sobre questões políticas centrais de uma época e quais interesses estavam em jogo nessa discussão.

Recorramos a um exemplo didático do papel dos jornais na construção de imagens mentais – sejam elas acatadas em maior ou menor intensidade pelos leitores - que direcionam o debate político. Comprometido com os ideais varguistas de busca pela “autonomia frente a Washington e novos espaços de inserção internacional, fora do hemisfério” (VISENTINI, 2010, p. 212), o *Última Hora* empenhava-se em difundir uma imagem complacente da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), considerada um núcleo intelectual de resistência latino-americana à hegemonia estadunidense. Nas páginas do periódico, a CEPAL era frequentemente mencionada pelos seus êxitos e, na maioria das notícias a seu respeito, era enfatizada a posição de destaque do Brasil na liderança dos países latino-americanos. Em junho de 1951, na edição 11 do vespertino, foi publicada uma nota cuja manchete “O Brasil Sustenta a CEPAL” era seguida do *lead*<sup>8</sup> “Vitoria [sic] do Itamarati contra o Departamento de Estado” (O BRASIL, 23 jun.1951, p. 02). Já nessas duas frases de destaque que precedem a notícia é possível perceber alguns elementos que orientam o olhar do leitor. A manchete claramente privilegiava a posição do Brasil como país forte e protetor dessa comissão composta por países da América Latina, os quais, ao longo da notícia não foram mencionados, com exceção do Chile e de Cuba. Além disso, a palavra *vitoria* que aparece no *lead* situava o Itamarati e o Departamento de Estado em lados antagônicos, evidenciando mais uma rivalidade entre as chancelarias que uma discordância comum em negociações internacionais.

Analisando o texto desta nota, a informação mostra-se ainda mais preta de significados. Na matéria, é noticiado que em uma reunião de Chanceleres no México, a firmeza do Itamarati salvou a CEPAL da tentativa estadunidense de dissolvê-la fundindo-a com o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES). A notícia ressaltava que “ao contrário da CEPAL, cuja orientação favorece o desenvolvimento dos recursos latino-americanos, por meio da industrialização, o CIES é um órgão extremamente dócil aos interesses norte-americanos” (O BRASIL, 23 jun.1951, p. 02). Nessa afirmativa, observamos

---

<sup>8</sup> O termo refere-se à parte da notícia que oferece informações básicas sobre o conteúdo do texto jornalístico subsequente a fim de prender o interesse do leitor. As informações presentes no *lead* de uma notícia geralmente respondem ao “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “como” e “porquê” de um acontecimento.



que o desenvolvimento dos recursos latino-americanos encontrava-se em posição antinômica em relação aos interesses norte-americanos, o que demarca as poucas perspectivas de conciliação entre as necessidades da América Latina e da grande potência americana vislumbradas naquele momento pelo jornal.

Mais adiante, o leitor era informado que a orientação categórica de resistir às pressões dos Estados Unidos foi dada por Vargas a João Neves da Fontoura<sup>9</sup>, à época chanceler do Brasil. A associação de posturas de maior autonomia em relação aos EUA com a figura do presidente era um recurso amplamente utilizado pelo jornal. Num contexto em que expectativas de desenvolvimento e de participação mais ativa no processo de rearranjo das forças internacionais estavam em jogo, o *Última Hora* se empenhava em transformar Getúlio Vargas no protagonista dessas conquistas, numa espécie de herói nacional (GIRARDET, 1987). Tal postura de resistência às pressões dos EUA assumida pelo Itamarati – e chefiada por Vargas – era tida, então, como grande mérito brasileiro, o que colaboraria para situar o país na condição de potência regional capaz de defender seus interesses frente a Washington. Além disso, a notícia recorria ainda ao comparativo conveniente com o governo anterior, do general Eurico Gaspar Dutra, cujo chanceler, Raul Fernandes, era acusado de empreender uma política abstencionista em relação às pressões estadunidenses. O contraste com um passado de subserviência é não só uma eficaz estratégia para reafirmar o compromisso do governo sucessor com a busca pela autonomia brasileira em relação às grandes potências mundiais, mas também um indicativo de tensão na política interna que motivava a necessidade de inspirar confiança nas mudanças propostas pelo Governo de Vargas.

Como é possível perceber, uma matéria de jornal divulga os acontecimentos a partir de uma racionalidade própria por meio da qual organiza e confere sentido ao mundo político do passado ou do presente. Por trás do discurso pretensamente objetivo do jornalismo residem estereótipos, mitos políticos e compromissos com este ou aquele projeto de sociedade. Portanto, é no sentido de abarcar esse universo de significados que Girardet (1987) propõe um

---

<sup>9</sup> João Neves da Fontoura foi um político gaúcho liberal-conservador que compôs o Segundo Governo Vargas. Apesar de ter apoiado Getúlio no Golpe de 1930, liderou o bloco de oposição ao então presidente nesta mesma década. Durante o Estado Novo, foi consultor do Banco do Brasil e, na década de 1940, desempenhou funções diplomáticas junto a organismos latino-americanos e dirigiu a embaixada brasileira em Portugal. Foi apoiador de Eurico Gaspar Dutra, tendo ocupado o cargo de Ministro das Relações Exteriores em seu mandato presidencial. Durante o Segundo Governo Vargas, manteve-se no mesmo cargo, no qual buscou promover o alinhamento irrestrito aos Estados Unidos.

alargamento do domínio do estudo das ideias políticas para o imaginário. Ainda que essa seja uma tarefa desafiadora para os historiadores, uma vez que os mitos políticos não possuem conexões precisas com a realidade, “cabe-lhes colocá-los [os mitos] em relação com tal ou qual fenômeno, de ruptura ou de mutação, tal crise ou tal situação de ordem política, econômica ou social. Cabe-lhes igualmente pesquisar quais grupos ou quais meios foram seus focos privilegiados” (GIRARDET, 1987, p. 21). Eis o caminho que buscamos trilhar.

Por isso, ainda que à primeira vista os problemas levantados pela nossa pesquisa fletam com a tradicional história diplomática ou mesmo pareçam privilegiar atores e instituições há mais tempo considerados legítimos e por longo período tidos como exclusivos na seara da história política, nossa investigação recai sobre um campo um tanto mais complexo, mas não menos importante, o do condicionamento da opinião pública e do imaginário político. Segundo Baczko (1985), qualquer poder, e designadamente o poder político, se rodeia de representações coletivas. Nessa perspectiva, nenhuma relação social ou instituição política se sustenta “sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem” (BACZKO, 1985, p. 6). Dessa maneira, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico que nos permite desnudar a função que assumem para si os atores políticos. Nesse sentido, vemos nas edições do *Última Hora* uma possibilidade de analisar imagens mentais construídas acerca do Brasil, e do tipo de relação que se tinha ou se desejava ter com os EUA. Esse é um caminho viável para se lançar novas luzes à velha problemática da nossa autonomia e/ou dependência em relação à grande potência do continente americano.

Nessa perspectiva, visando analisar as contradições e ambiguidades das relações entre Brasil e Estados Unidos no início da década de 1950, nos propomos a pensar o periódico *Última Hora* como observatório da produção de um discurso, que alinhado aos interesses de Vargas, difundia concepções e valores que dessem sustentação ao projeto “nacional-desenvolvimentista” do Governo. Entre anúncios de marcas estadunidenses, ataques ao comunismo e odes às potências capitalistas, encontramos espaços significativos para a discussão de políticas nacionalistas, de restrições ao capital estrangeiro e demais recursos que representassem o Brasil como um país autônomo e capaz de negociar de igual para igual com os Estados Unidos. A análise desse conteúdo aponta para a importância dada por parte dos círculos políticos brasileiros em disputa por poder à veiculação de tal ou qual imagem de

Brasil e de Estados Unidos.

Entendendo o poder como categoria chave para compreender os meandros das articulações políticas, evidencia-se que ele não é um atributo apenas de quem o exerce, mas uma relação de troca entre dominantes e dominados. Dessa maneira, o poder é pensado como uma crença compartilhada socialmente – mas não isento de oposição - que vai além do uso da força e da violência, pois também se utiliza da coação material e simbólica. A obra *O poder simbólico*, do sociólogo Bourdieu (2007) verticaliza essa discussão explicitando o sistema simbólico de representações que regem a prática social e dão legitimidade ao poder político. Segundo Bourdieu, é nas disputas pelo “fazer ver” e “fazer crer”, travadas por forças sociais circunscritas num campo de poder, que se define a forma legítima de dominação. Desse modo, o poder simbólico é o poder de construção da realidade que estabelece o sentido imediato do mundo social, sedimentando concepções homogêneas de tempo, espaço, causa e mesmo do devir, o que contribui para a reprodução da ordem social. Nesse sentido, a significação política dos fatos e acontecimentos da vida social não é natural, mas passa pelas “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 2007, p. 113).

Semelhante modelo interpretativo abre perspectivas que apontam para uma análise mais abrangente das vias por onde transita o político. Ora, se as nossas vias de acesso ao mundo também compõem o político, por meio da disputa pelo “fazer ver” e “fazer crer”, isso nos leva a uma forma mais complexa de se pensar o exercício do poder e da dominação, os quais, de acordo com Bourdieu raramente são efeito de uma imposição imperativa, mas fruto da contribuição dos agentes (dominantes e dominados). Em conferência proferida nos anos de 1970, Bourdieu já explicitava como esse âmbito simbólico do poder se entrelaça com a produção e veiculação de informação:

Sabe-se que as relações de força nunca se reduzem a relações de força: todo exercício da força é acompanhado por um discurso que visa legitimar a força de quem a exerce; pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de força dissimular-se como relação de força e de só ter toda sua força na medida em que ela se dissimula como tal (BOURDIEU, 2012, p. 03, tradução nossa).

Essa perspectiva mais ampla de poder, que investiga a sua circulação por meio de relações de força e considera sua dependência de narrativas que o legitimem, nos permite pensar a opinião pública como recurso estratégico do homem político e os meios de comunicação como ferramenta essencial de mediação de poder. A preocupação em estudar a opinião pública como categoria útil para pensar o político não é uma ideia nova. Mesmo o historiador positivista Charles Seignobos já fazia alusão à opinião pública como forma de medir o efeito dos fatos políticos ou como elemento de pressão política (BECKER, 2003). De acordo com o que ressalta Jean-Jacques Becker, investigações posteriores atestam que estudar a opinião pública é adentrar a um terreno escorregadio e inseguro, mas necessário. Pois, além de comportar dissonâncias, ser plural e reveladora de um fervilhamento de opiniões particulares, ela agrega qualidades estáticas e de longa duração, como as mentalidades, e sistemas de pensamento mais dinâmicos, ligados à curta duração, como o imaginário. Em adição a essa problemática, as fontes a que o historiador pode recorrer para acessar a opinião pública são em muitos casos pouco precisas, artificiais e escassas à medida que recuamos no tempo, como os resultados de eleições e pesquisas de opinião. Portanto, apurar e analisar a opinião pública de um período requer um trabalho meticuloso e um extenso acervo de documentos.

Ademais, concordamos com a assertiva defendida por Pierre Bourdieu (2012) de que não se pode entender a opinião pública como um coletivo de opiniões individuais apuráveis por pesquisas objetivas realizadas por institutos de sondagem de opinião. Pensar dessa forma seria consentir com um discurso legitimador do poder dominante, pois “a ideia de que existe uma opinião pública unânime é constituída para legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível” (BOURDIEU, 2012, p. 03, tradução nossa). Partindo, então, da máxima de que *a opinião pública não existe* enquanto substrato, mas sim como uma produção condicionada a grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses, não trabalhamos com o que a opinião pública da sociedade brasileira do Segundo Governo Vargas poderia nos revelar sobre o período. Propomos, ao invés disso, uma análise da atividade produtora de opiniões pelos círculos políticos varguistas, ou como prefere

Bourdieu (2007), a do *modus operandi* em detrimento do *opus operatum*<sup>10</sup>.

Assim, nossa investigação centraliza-se na fabricação, difusão, ou melhor dizendo, no condicionamento da opinião pública. Para tanto, é preciso saber o que, de fato, é entendido como opinião pública, como ela se conforma e qual a importância do seu condicionamento. As elaborações de Walter Lippmann (1997)<sup>11</sup> nos foram de grande valia para pensar essas questões. De acordo com Lippmann, os cidadãos experimentam o mundo de segunda mão, por meio de uma realidade filtrada pelo prisma de interpretações alheias. A complexidade do mundo moderno faz com que, nos regimes democráticos, sejamos convocados a decidir sobre coisas que não experienciamos. Diante disso, criamos imagens de um mundo que não podemos alcançar e é precisamente baseado nessas representações que nos posicionamos e atuamos sobre a realidade. Dessa maneira, “a forma pela qual o mundo é imaginado determina em qualquer momento particular o que os homens irão fazer” (LIPPMANN, 1997, p. 16, tradução nossa). Para Lippmann, é por meio desse processo que a opinião pública é forjada. Esta, por sua vez, é composta pelas imagens mentais dos homens - as quais são uma mistura de imagens próprias, de imagens pensadas por outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos – que conduzem a sua ação social.

Esse autor define ainda uma categoria essencial para pensarmos a nossa pesquisa, os estereótipos. Para ele, os estereótipos forjam nossos padrões (*standards*) e são internalizados por intermédio das artes, dos códigos morais, das filosofias sociais e das agitações políticas. Acrescenta que o homem define algo antes mesmo de vê-lo, pois muitas vezes lhe contam sobre o mundo antes mesmo que possa experimentá-lo. Assim, diante da avalanche de acontecimentos no “mundo externo às nossas cabeças” (*the outer world*) “nós pinçamos o que a nossa cultura já definiu por nós, e tendemos a perceber o que pinçamos sob a forma que nos foi estereotipada pela nossa cultura” (LIPPMANN, 1997, p. 55, tradução nossa). Nesse sentido, entendemos que o condicionamento da opinião pública, ou seja, uma das estratégias discursivas para produzir legitimidade ao projeto político de um agente, não acontece de forma unilateral, há que se dialogar com as estruturas mentais preexistentes numa sociedade. Caso

---

<sup>10</sup>Utilizamos esta terminologia de Bourdieu para explicitar o tipo de análise que pretendemos conduzir. Segundo o autor, *modus operandi* seria a atividade produtora da consciência, base do poder simbólico e, portanto, nosso objeto de análise, já a análise do *opus operatum* corresponde às estruturas estruturadas, ou seja, a o que de concreto resultou da legitimidade conferida a uma autoridade pelo poder simbólico.

<sup>11</sup> Vale lembrar que a obra *Public Opinion*, à qual nos referimos, foi originalmente publicada em 1922.

contrário, haverá ruído na decodificação do real, comprometendo a identificação ou a adesão coletiva.

A perspectiva de Lippmann (1997), ainda que reconhecidamente perspicaz e fundamental a todos aqueles que se aventuram a investigar a produção e difusão de narrativas sobre a realidade, é, ainda assim, uma perspectiva elaborada há pouco menos de cem anos atrás. Portanto, existe uma densa literatura acumulada e atualizada que aprofundou e problematizou muitas de suas proposições. Infelizmente, a envergadura deste trabalho, que encontra seus limites dentro do tempo e dos recursos destinados a uma dissertação de mestrado, não possibilitou o aprofundamento nessa bibliografia. No entanto, num futuro doutorado, nossa intenção é verticalizar a discussão sobre o discurso produzido e veiculado pelos meios de comunicação e as relações de poder nas quais estes se encontram imbricados. Assim, comentaremos brevemente algumas das leituras – além das citadas anteriormente, como Bourdieu (2007; 2012) e Baczko (1985) - com as quais nos confrontamos a fim de adaptar a análise de Lippman (1997) sobre opinião pública ao escopo da presente pesquisa.

Noam Chomsky e Edward Herman, por exemplo, fizeram importantes avanços nos estudos sobre opinião pública. Ao definir e aplicar o que eles chamaram de *propaganda model*, os autores de *Manufacturing Consent* (New York: Pantheon Books, 2002) lançaram as bases de uma metodologia de estudo que possibilita traçar “as rotas pelas quais o dinheiro e o poder são capazes de filtrar as notícias apropriadas para publicação, marginalizar o dissenso, e permitir que o governo e os interesses privados dominantes propaguem as suas mensagens ao público” (HERMAN; CHOMSKY, 2002, p. 02, tradução nossa). O trabalho de Alexandre Valim (2006) também contribui de maneira formidável nesse quesito. Além de sinalizar uma vasta bibliografia que discute as complexas relações que o poder estabelece com os veículos midiáticos, e por isso, com o social, o político e o cultural – a exemplo de Raymond Williams e Gramsci<sup>12</sup> -, Valim fundamenta a noção de que “grupos sociais e ideologias políticas rivais lutam pela hegemonia e que os indivíduos vivenciam essas lutas através de imagens, discursos,

---

<sup>12</sup> Considerando o escopo do nosso trabalho, aproximamo-nos da perspectiva gramsciana por meio do conceito de hegemonia como um aporte teórico para compreender a dinâmica das disputas por legitimidade entre forças antagônicas no campo do simbólico. Para tanto, lançamos mão da obra *O Conceito de Hegemonia em Gramsci* (Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.) do estudioso Luciano Gruppi, a fim de entender, internamente, a função do *Última Hora* como promotor da hegemonia do projeto político varguista e, externamente, observar os diferentes níveis de adesão brasileira à hegemonia estadunidense.

mitos e espetáculos veiculados não somente pelo cinema, mas pela mídia de forma geral” (VALIM, 2006, p. 28). Portanto, dialogamos com o autor no sentido de compreender como os meios de comunicação estão estruturalmente vinculados ao fluxo dos imaginários políticos podendo produzir soluções dentro da imaginação social e garantir o consentimento ativo dos “dominados”.

Jean-Jacques Becker (2003) discute algumas especificidades das quais o historiador deve se dar conta ao trabalhar com opinião pública. Visto que não analisamos a opinião pública em si, mas os mecanismos empregados para exercer influência sobre a mesma, torna-se imprescindível diferenciar a manipulação da opinião pública do seu condicionamento. De acordo com Becker, manipular é “provocar de maneira artificial uma reação da opinião pública” (BECKER, 2003, p. 192), por meio, por exemplo, da divulgação de uma notícia falsa. Já o condicionamento da opinião pública está ligado a uma influência semelhante ao resultado de uma propaganda a curto prazo, enquanto que a longo prazo condiz com o processo de fabricação das mentalidades coletivas. Dessa maneira, ao analisarmos as colunas, anúncios, imagens e editoriais do *Última Hora* observamos como esse jornal getulista privilegia e enfatiza temas, exclui ou apresenta outros, propõe debates políticos e remete-se a representações já arraigadas socialmente para reforçá-las ou desconstruí-las.

Nessa perspectiva, entendemos que a construção e difusão de estereótipos são ferramentas essenciais no processo de condicionamento da opinião pública. Afinal, os estereótipos são “defesas de nossa posição na sociedade.”, “são uma imagem ordenada e mais ou menos consistente que temos do mundo, à qual nossos hábitos, gostos, capacidades, confortos e esperanças se ajustam.” (LIPPMANN, 1997, p. 63, tradução nossa). Por conseguinte, o poder de propagar estereótipos é também o poder de disseminar visões de mundo, projetos políticos e objetivos coletivos, uma vez que por trás de cada valor, código moral ou interpretação dos fatos estão versões do passado, posições do presente e desejos para o futuro. Quando instrumentalizado pela imprensa, este poder orienta de forma indireta o olhar do leitor, pois “quando um sistema de estereótipos está bem estabelecido, nossa atenção é direcionada aos fatos que lhe dão sustentação, e afastada daqueles que o contradizem” (LIPPMANN, 1997, p. 78, tradução nossa). Portanto, já que o acesso a acontecimentos que não experimentamos de primeira mão é mediado pelos símbolos carregados de significados, não é exagero dizer que “vivemos num mundo de sinais, num mundo simbólico em que a

única realidade passa a ser a representação da realidade” (GUARESCHI, 2004, p. 14; RADTKE, 2009).

Considerando que os jornais nos fornecem diariamente imagens construídas do real sobre as quais nós elaboramos posturas e ações sobre a realidade, cabe nos questionarmos sobre a natureza dessa construção, circulação e estruturação de sentidos (RADTKE, 2009). Sabemos que, especialmente em sociedades democráticas, a mídia oferece uma miríade de versões do real que disputam pela atenção e confiança da opinião pública. Cada uma dessas versões, independente do seu grau de objetividade, serve a idiosincrasias e interesses próprios, e se relacionam com o mundo a partir de um lugar social. Por isso, para situar o discurso produzido pelo *Última Hora* e conduzir a investigação do imaginário político que veicula sobre a relação Brasil-Estados Unidos, faz-se necessário pensar alguns fatores como: o cenário da imprensa à época, as condições de surgimento do jornal, as suas instâncias de produção e financiamento, os principais profissionais envolvidos, o contexto político com o qual interagiu, as relações de poder nas quais esteve imbricado, a natureza de seu conteúdo e as possibilidades de análise que oferece.

### *1.1. A imprensa brasileira do início da década de 1950*

Surgida apenas no início do século XIX, a imprensa brasileira demarca um atraso em relação a outras nações latino-americanas. A partir dos anos de 1820, a chegada de inovações técnicas europeias - especialmente francesas – inaugurou um período de lentas transformações nos jornais do Brasil. Caricaturas, folhetins, cores, fotografia, entre outros atributos, passaram a compor os periódicos nacionais contribuindo para a sua popularização. No breve panorama que realiza sobre a imprensa brasileira, Theodoro de Barros (1993), pontua que as transformações na imprensa, via de regra, acompanham as transformações políticas, econômicas e sociais. No entanto, à revelia dos avanços sociais e econômicos do período do Estado Novo (1937-1945), este correspondeu a um momento de estagnação da imprensa brasileira, devido à incisiva censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a serviço do governo. Ainda que importantes jornais continuassem circulando nesse período - como os *Diários Associados* e *O Globo* – inovações eram brecadas pela intensa vigilância estatal (BARROS, 1993).



É a partir do pós-guerra e do subsequente processo de industrialização, urbanização e enrobustecimento da classe média, acompanhados do fim do regime ditatorial, que a imprensa retoma o impulso inicial e se dá a consolidação do jornalismo de massa (BARROS, 1993). Além disso, o crescimento nos índices de alfabetização e a demanda dessa nova classe média urbana por maior participação política aumentaram o interesse pelos jornais. Ana Paula Goulart Ribeiro (2002; 2003) afirma que a demanda por dinamismo, decorrente do processo de industrialização do pós Segunda Guerra trouxe mudanças no conteúdo e nas técnicas de narrativa dos jornais, delimitando a transição do chamado jornalismo de opinião para o jornalismo empresarial. Não havia mais tempo para jornais rebuscados e o público interessado em longas exposições editoriais de opinião vinha diminuindo (RIBEIRO, 2003). A crônica política foi sendo apartada da notícia e a imprensa passou a ser concebida como um lugar neutro, como um pretense gênero de estabelecimento de “verdades”. No entanto, como atesta o nosso estudo, a afirmação de uma suposta imparcialidade no discurso jornalístico é antes um recurso para garantir sua legitimidade que uma proposta efetiva. O caráter opinativo permaneceu, como ainda permanece na imprensa contemporânea, presente no dito jornalismo empresarial, de forma que a objetividade jornalística é, se não uma referência de modelo ideal de veiculação de notícias, um atributo estilístico de linguagem.

Alzira Abreu atribui o desencadeamento do processo de transição para o jornalismo empresarial às contribuições “de alguns dos jornalistas que viveram nos Estados Unidos durante os anos 40, como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer” (ABREU, 1996, p. 15), os dois primeiros do *Diário Carioca* e o terceiro do *Última Hora*. Em seu estudo sobre a modernização da imprensa carioca nos anos 1950, Ana Paula Ribeiro aponta as restrições ao uso de figuras de linguagem e a preconização de uma linguagem direta e de um estilo mais seco e forte que foram importados do jornalismo empresarial dos Estados Unidos. A estruturação dos textos também sofreu modificações que organizavam as notícias no formato de pirâmide invertida baseando-se pelos interesses de um “leitor médio”. Nessa lógica, as informações mais relevantes, representadas pela base da pirâmide, vinham já no começo da notícia para o caso de esta não poder ser lida na íntegra. Outras novidades foram a exposição da primeira página como vitrine do conteúdo encontrado no jornal e a profissionalização da imprensa como um todo, incluindo o aumento do salário dos jornalistas (RIBEIRO, 2003). Tal aproximação com o modelo jornalístico dos Estados Unidos se pauta numa autoridade

reconhecidamente legítima que se tinha da potência como agente da modernidade e do desenvolvimento, a qual é explicada por Ribeiro da seguinte maneira:

Reformar os jornais, afiná-los aos padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inseri-los formalmente na “modernidade”. No contexto dos anos 1950-60, significava conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes, significava fazer do seu discurso uma “fala autorizada” e transformar a imprensa em ator social reconhecido (RIBEIRO, 2003, p. 158).

Naquele contexto, o modelo de jornalismo e os investimentos estadunidenses foram fundamentais para atender às novas expectativas de uma sociedade em transformação. Esse processo veio acompanhado da desnacionalização da imprensa brasileira, que fortemente influenciada pela iniciativa privada, rapidamente se tornou instrumento político nas mãos da propaganda e do marketing estrangeiros e de novos grupos que emergiam no cenário político nacional (MARIA, 2008). Com os investimentos no setor publicitário e o estímulo ao consumo motivado pela maior diversificação da atividade produtiva, os jornais passaram a obter 80% de sua receita dos anunciantes (ABREU, 1996).

Nelson Werneck Sodré (1999) afirma que a transição da imprensa artesanal para a imprensa industrial esteve plenamente realizada perto do fim da primeira metade do século XX. Nesse processo, os limites da indústria cultural brasileira seguem o ritmo das condições de desenvolvimento do capitalismo (RIBEIRO, 2003). Assim como a imprensa, o Brasil rompeu velhas estruturas e velhas relações de produção nesse período. Todavia, essa nova fase da segunda metade do século se iniciava com uma crise na produção interna de papel de forma que a sua importação, bem como a compra de máquinas para as oficinas dos jornais foram alvo da política de comércio exterior e de câmbio. Segundo Ribeiro (2002), a precariedade da indústria de papel foi um obstáculo para a emancipação da imprensa em relação ao poder público, visto que, os altos preços do papel e outros insumos básicos tornavam os jornais dependentes das subvenções estatais<sup>13</sup>. Portanto, a imprensa do início da década de 1950 era

---

<sup>13</sup> Desde fins do século XIX, o Brasil contava com uma produtora e posteriormente exportadora de papel de grande porte chamada Klabin. Apesar de a bibliografia e relatos de jornalistas da década de 1950 sugerirem que a produção nacional não dava conta de abastecer a demanda da imprensa brasileira daquele período, nos chama atenção o fato de que a Klabin tinha como um dos seus sócios o Ministro da Fazenda, Horácio Lafer. Ou seja, de certa forma a produção nacional de papel esteve também estreitamente ligada a subvenções estatais e ao poder público.

apenas parcialmente autônoma, oscilando, nesse momento de transição, entre aproximações e distanciamentos em relação ao poder público.

Não só limitações impostas pelo grau de desenvolvimento econômico do Brasil influenciaram as relações da imprensa com o Estado. No quadro político, o acirramento das tensões inviabilizou Vargas de subornar ou amordaçar a grande imprensa como ele, e muitos outros, haviam feito. As empresas jornalísticas gozavam então da abertura de generosos créditos por meio dos bancos do Estado e do financiamento de agências de publicidade – em sua maioria estadunidenses - e de empresas estrangeiras como a *Light and Power* (SODRÉ, 1999). Assim como a grande quantidade de notícias provenientes de agências internacionais, o financiamento de empresas e agências de publicidade oriundas de outros países são indicativos de interferências estrangeiras não só na forma, mas principalmente no conteúdo dos jornais.

Vale lembrar que é justamente quando a imprensa brasileira passa a ser maciçamente financiada por capitais estrangeiros, que as discussões sobre a intervenção de empresas de outras nacionalidades na economia brasileira se torna questão central no debate político do país. Jornais, revistas especializadas, cursos, seminários e conferências discutiam os rumos da modernização do Brasil, a função do Estado e do capital estrangeiro no processo de industrialização brasileiro e o papel da burguesia industrial e das classes médias na sociedade urbanizada que se consolidava. Naquele momento, “o nacionalismo e o antinacionalismo foram os pontos de convergência e de divergência da política brasileira” (ABREU, 1996, p. 42-43).

Motivadas pela latência dessas questões, as correntes nacionalistas passam a se firmar com uma imprensa própria, ainda que marginal<sup>14</sup>. Mesmo não tendo alcançado a televisão e o rádio, o prisma nacionalista prestou contribuições relevantes à elaboração do debate político do início dos anos de 1950:

Coerentemente com as transformações sociais e econômicas e com a situação brasileira no novo contexto internacional (Segunda Guerra Mundial e, após o

---

<sup>14</sup>Em seu estudo sobre a imprensa nacionalista brasileira dos anos de 1950, Plínio Ramos contempla *O Jornal de Debates*, *Revista do Clube Militar*, *O Popular*, *Emancipação* e *O Semanário*. Com diferentes níveis de penetração na opinião pública brasileira, Ramos mostra em sua análise como se posicionavam esses veículos midiáticos a respeito de pontos nevrálgicos do debate político da época como a assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA, a participação brasileira na Coreia, a criação da Petrobrás, as polêmicas internas ao Clube Militar, entre outros.

conflito, a Guerra Fria), o nacionalismo marcará o cenário político e ideológico brasileiro principalmente nas discussões sobre o tipo de inserção do país na política internacional, e o modelo e posição econômica a serem interna e externamente adotados (RAMOS, 1996, p. 61-62).

Plínio Ramos (1996) sustenta que foi colocando em pauta este tipo de discussão, que encontra seu ápice na campanha do “O petróleo é nosso”, que a imprensa nacionalista ganhou força na segunda metade da década de 1940. O autor relaciona o aparecimento dessa imprensa marginal:

ao fato de que a imprensa de maior prestígio e circulação – a do eixo Rio-São Paulo – não abriu espaço para a divulgação das posições nacionalistas, pois defendia teses favoráveis à participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento industrial do país. (RAMOS, 1996, p. 138)

Assim, pequenos jornais nacionalistas surgiram à margem dessa grande imprensa para divulgar debates que foram sufocados pelos jornais de grande circulação. Entre os periódicos declaradamente nacionalistas, só o *Última Hora* teve penetração nas camadas populares e sustentou um padrão digno de concorrer com a grande imprensa. No entanto, apesar de algumas semelhanças no conteúdo, o *UH* não pode ser comparado aos jornais nacionalistas marginais que além de não serem profissionalizados e sustentarem um perfil de jornalismo de opinião, tinham relações bem mais distantes, ou nenhuma, com o poder público.

A década de 1950 foi um momento de intensas transformações na imprensa brasileira. Inovações no aspecto gráfico, no conteúdo, na narrativa e a implantação de estratégias empresariais acompanharam o ritmo da industrialização e da urbanização do pós Segunda Guerra Mundial. Para Theodoro de Barros (1993) foi o início da consolidação do “jornalismo de massa”. Para Ana Paula Ribeiro (2003), representou a transição da imprensa para uma posição mais autônoma em relação ao poder público devido à multiplicação de agentes financiadores. Porém, ainda que o modelo estadunidense de jornalismo tenha exercido fundamental importância no processo de modernização da imprensa brasileira, a presença da tradição oligárquica entre os donos dos jornais ainda era notável nesse período. Segundo Sodré (1999), o elevado preço do papel era um agravante do monopólio da imprensa nas mãos das elites. Confirmando esta afirmativa, Samuel Wainer relata, em suas memórias, a postura imperial da grande imprensa brasileira. De acordo com os seus relatos, os principais jornais da

época eram dominados por grupos familiares que mandavam e desmandavam em suas empresas jornalísticas, as quais serviam a seus interesses pessoais. Assim o era nos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, no *Correio da Manhã* de Paulo Bittencourt, no *O Globo* da família Marinho e no *Estado de S. Paulo* dos Mesquita, para citar os de maior circulação. Diante disso, a chegada do *Última Hora* representaria grande impacto nesse cenário, visto que era um periódico fundado por um jornalista cuja origem remetia a uma infância judia pobre no Bom Retiro. Além disso, ao contrário dos restritos grupos familiares da imprensa, defensores das oligarquias e da entrada de capitais estrangeiros, o *Última Hora* “pretendia transformar-se na expressão do getulismo” (WAINER, 1988, p.136).

### 1.2. *Última Hora: a voz privilegiada do varguismo*

No dia 12 de junho de 1951 foi lançada a primeira edição do *Última Hora* com uma tiragem de 80.000 exemplares, segundo os relatos de seu fundador. A controversa história da sua fundação, no entanto, inicia-se um pouco antes desta data. Em fevereiro de 1949, Samuel Wainer, então jornalista dos *Diários Associados*, foi enviado a Porto Alegre a pedido de Assis Chateaubriand para fazer uma reportagem sobre a cultura de trigo no Rio Grande do Sul. No seu livro de memórias, Wainer conta que, nessa ocasião, soube que Vargas, afastado da vida pública desde 1947, vinha recebendo visitas políticas na sua estância em São Borja, o que o fez desconfiar de articulações eleitorais de uma classe política comprometida com o retorno do ex-ditador ao poder, dadas as agitações remanescentes do movimento queremista de 1945 que ainda reverberavam àquela época.

Abrindo mão do trabalho ao qual havia sido originalmente designado, Wainer conseguiu entrevistas com Vargas, nas quais ele anunciava, em tese pela primeira vez, a um veículo de imprensa, as candidaturas que apoiaria nas eleições de 1950 e afirmava que voltaria à vida política como líder de massas, mas não como líder de partido. Wainer explicou que suas entrevistas haviam sido bem recebidas pelo seu patrão, pois Chateaubriand, grande inimigo de Vargas, tinha interesse em “assustar os donos do poder com o fantasma da volta de Getúlio Vargas” (WAINER, 1988, p. 24). Assim, o clima de agitação política justificaria o cancelamento das eleições presidenciais de 1950 e o Ministro da Guerra, Canrobert Pereira, o real candidato de Chatô, ascenderia. Por isso, a conversa entre Wainer e Vargas foi veiculada

em tom de alarde no periódico impresso *O Jornal* e no *O grande jornal falado* da rádio Tupi.

Ainda que haja versões dessa história que questionem o pioneirismo das entrevistas concedidas a Wainer, como é o caso do livro de Rivadavia de Souza (1989), ex-assessor de imprensa de Vargas, o importante para nós é pensar a repercussão dessas declarações e a forma como essas entrevistas foram o início de uma relação próxima entre o presidente e o futuro dono do *UH*, que se tornaria uma importante peça nas jogadas políticas de Vargas e um porta-voz autorizado de seus pontos de vista junto aos setores urbanos, industriais e trabalhadores da sociedade.

As relações entre Samuel Wainer e Vargas datam do período do Estado Novo, mas, naquela época, ainda não havia cumplicidade entre eles. Nascido em 1910 de família de imigrantes da Bessarábia, Wainer passou sua infância humilde na comunidade judaica do bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Após ter trabalhado como leiloeiro com o irmão, Samuel Wainer se descobriu jornalista aos 16 anos no Rio de Janeiro, quando começou a trabalhar em jornais judeus. Após trabalhar para periódicos como a *Revista Brasileira* e a *Revista Contemporânea*, o então jornalista iniciante não só havia ganhado experiência no ramo, como também havia se cercado de companheiros que, a exemplo de Caio Prado Jr., no final da década de 1930, faziam parte de uma esquerda que resistia a Getúlio Vargas. Em 1938, juntamente com o escritor Azevedo Amaral e com o apoio financeiro da empresa canadense *Light and Power*, Wainer fundou o seu primeiro periódico, chamado *Diretrizes*. No entanto, a afeição de Amaral ao Estado Novo e ao pensamento autoritário em geral, gerava uma incompatibilidade política, o que teria motivado a sua saída da *Diretrizes* pouco tempo depois. A revista reuniu colaboradores de esquerda, como Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré e Carlos Lacerda, que anos depois se tornaria o principal adversário político de Wainer, apesar de àquela época ser seu amigo e companheiro de profissão (FERRARI, 2008).

Ligada a membros do PCB, a revista esteve sob a mira do Departamento de Imprensa e Propaganda de Vargas. Wainer conta que algumas estratégias garantiram a sobrevivência do periódico nessas circunstâncias. Além de convidar colaboradores pró-governo para contribuir para a *Diretrizes*, como a esposa de Lourival Fontes, o jornalista revela que “Para evitar problemas agíamos como se o Estado Novo não existisse – nossos inimigos estavam todos no exterior.” (WAINER, 1988, p. 55). Dessa forma, o antifascismo de *Diretrizes* era visto com

simpatia pelo público brasileiro, ao menos enquanto o fascismo não havia conquistado adeptos fora das Forças Armadas e de alguns setores do Governo. A revista era considerada, então, democrática, mas não comunista.

Entretanto, isto não impediu que as posturas anti-comunistas do governo brasileiro ameaçassem a existência de *Diretrizes*. Após publicar entrevista com Fernando Lacerda, tio de Carlos Lacerda, que era um dirigente comunista ex-membro do Komintern, Wainer foi preso e só teria sido liberado devido à sua amizade com o chefe de polícia. Em 1944, a publicação de um artigo sobre o general Miguel Costa, da Coluna Prestes, fez com que a revista perdesse direito à sua cota de papel. Após este golpe do DIP, Wainer abandonou a diretoria de *Diretrizes*, que já enfrentava crise financeira, e seguiu para o exílio nos EUA vigiado tanto por Vargas quanto pelas autoridades estadunidenses.

O período que passou nos Estados Unidos foi curto, porém o suficiente para se aproximar de figuras como o magnata do petróleo Nelson Rockefeller e do cineasta Orson Welles. Contudo, Wainer considera que essas não foram as mais importantes experiências do seu tempo naquele país:

Eu ali vivera uma riquíssima experiência profissional. A imprensa americana é a melhor do mundo, e eu passava horas, às vezes dias inteiros, examinando a forma e o conteúdo dos jornais locais [...] Aprendi a avaliar, em meus tempos de Estados Unidos, a força da imprensa (WAINER, 1988, p. 80).

De fato, a vivência da proximidade com a imprensa dos EUA, tida como a vanguarda do jornalismo moderno, foi fundamental para os empreendimentos posteriores de Wainer como jornalista. No entanto, Samuel Wainer relata que, mais uma vez, alguns de seus posicionamentos e sua amizade com pessoas vistas como comunistas pelo governo estadunidense restringira mais uma de suas experiências. Quando confrontado posteriormente com uma proposta de viajar para os Estados Unidos a trabalho, soube que fora enquadrado numa legislação que dificultava a entrada em território estadunidense de pessoas consideradas inimigas do país. “Havia evidências de que algumas de minhas reportagens tinham desagradado às autoridades americanas, mas eu não sabia exatamente quais. [...] É provável que o governo dos Estados Unidos tenha concluído, num dado momento, que eu era

comunista” (WAINER, 1988, p. 80). Depois de ir à Europa trabalhar como correspondente de guerra junto ao Exército dos EUA, Wainer voltou ao Brasil em 1947 e passou a trabalhar com Assis Chateaubriand nos *Diários Associados*. Porém, foi apenas quando fundou o seu próprio jornal, o *Última Hora*, que o jornalista começou a colocar mais nitidamente em prática o conhecimento adquirido ao longo desses anos.

O contexto político do fim dos anos de 1940 era de exaustão da repressiva democracia do governo Dutra, que havia representado um claro “retorno das elites brasileiras às suas raízes autoritárias” (MUNHOZ, 2010, p. 171). À revelia da aparente atmosfera de abertura política do final do Estado Novo, a administração seguinte criou “mecanismos institucionais e legais para a repressão às organizações de esquerda e aos movimentos sindicais e populares.” (MUNHOZ, 2010, p. 179). Dessa forma, o cenário era de aumento do custo de vida, greves, inflação e carestia que inflamavam as manifestações populares, seguidas de prisões, cassações de mandatos e mesmo da proscrição do PCB. Maria Celina D’Araujo (1992) afirma que naquele momento a campanha de Getúlio Vargas agregou correntes civis e militares que se identificavam com posições nacionalistas e sindicalistas, e trabalhadores exauridos pela política repressiva e pela carestia do governo de Dutra. A autora pontua então que “Vargas aparece como o defensor dos interesses nacionais, num momento em que a situação econômica e financeira do Brasil caminha no sentido de acentuar a dependência em relação aos Estados Unidos” (D’ARAÚJO, 1992, p. 28). Logo, suas propostas de desenvolvimento da indústria de base e da economia doméstica do Brasil, no sentido de torná-lo um país autônomo, cujas riquezas seriam produzidas pelos e para os brasileiros, gozaram de grande apelo entre esses setores sociais. Além disso, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo, iniciada em 1949, havia se tornado elemento aglutinador de tais setores adeptos do amplo e difuso nacionalismo.

Em contrapartida, a grande mídia brasileira, representante das elites que lucravam com a abertura irrestrita ao capital estrangeiro, colocou-se radicalmente contra as propostas de Vargas. Ao acompanhá-lo de perto durante toda a campanha desse candidato para as eleições de 1950, Wainer constatou que “a imprensa parecia decidida a silenciar sobre os passos do ex-ditador” (WAINER, 1988, p.35). Sobre a animosidade da oposição da mídia impressa a Vargas, D’ARAÚJO pondera que:

A oposição sistemática da imprensa não logra minar as bases do getulismo,



mas constitui-se efetivamente em fator primordial para a formulação do que se poderia chamar de *antiprojeto*, já que é formulado basicamente sobre a não-aceitação das medidas tomadas pelo Governo. Ao nível ideológico, é através da grande imprensa que se expressam fundamentalmente as críticas dirigidas à política de Vargas. É através dela que as insatisfações e divergências dos grupos dominantes ganham ressonância, transformando os grandes jornais em núcleos poderosos da resistência ao Governo (D'ARAUJO, 1992, p. 29).

Esse *anteprojeto*, que vociferava duras críticas a Vargas antes mesmo de sua vitória eleitoral e que não daria tréguas ao longo do mandato, gozava da simpatia dos Estados Unidos. Segundo Wainer, “os americanos jamais gostaram de presidentes com idéias nacionalistas, e essa rejeição era agravada naquela época pelos ventos de Guerra Fria” (WAINER, 1988, p. 125). De fato, um memorando de agosto de 1950 emitido pela Embaixada dos EUA no Brasil ao Departamento de Estado em Washington atesta a preocupação estadunidense em relação às políticas nacionalistas de Vargas. Nesse documento, que relata uma conversa entre Walder Sarmanho - cunhado do presidente e o então Consultor de Economia da Embaixada do Brasil - e oficiais da Embaixada dos EUA, Sarmanho diz querer desconstruir uma falsa impressão que prevalecia entre certos círculos estadunidenses de que Vargas, caso eleito, seria anti-Estados Unidos devido às suas tendências esquerdistas. O Consultor afirma aos oficiais estadunidenses, então, que dadas as circunstâncias daquele período, qualquer presidente brasileiro cooperaria com os Estados Unidos (OFFICE MEMORANDUM, 1950). Diante desse cenário, era preciso não só reagir na esfera burocrática aos ataques internos e às pressões estadunidenses advindas de receios em relação a posturas nacionalistas, como o fez Sarmanho, mas também convencer a opinião pública de que os cidadãos brasileiros haviam feito a escolha certa ao eleger Vargas para presidente em outubro de 1950.

Para apontar historicamente o contexto em que essa opinião pública se situava, vamos a algumas questões específicas que estavam postas no período investigado. Laurenza (1998), jornalista e ex-colaboradora do jornal *Última Hora*, faz um levantamento da realidade política e demográfica brasileira do período entre 1951-1954, que nos é caro para pensar as circunstâncias nas quais se insere o imaginário político brasileiro do Segundo Governo Vargas. O Brasil de 1950 possuía 51.944.397 habitantes - dos quais apenas cerca de 33% moravam em cidades - e enfrentava o desafio de entrar na modernidade capitalista ditada pelo “bloco ocidental”. Esse mesmo país, de apenas 14.916.779 de alfabetizados, acolheu novamente o ex-

ditador Getúlio Vargas na presidência, desta vez, por vias democráticas (LAURENZA, 1998). Fazendo uma análise diacrônica do imaginário político brasileiro desde o surgimento da República, Ângela de Castro Gomes (1998), afirma que o Brasil ainda estava às voltas com o dilema da integração nacional e da superação do personalismo oligárquico, que minava a legitimidade das representações políticas. Nessa busca pela modernização do Estado, encontrar a causa e a solução para o “atraso” brasileiro em relação aos países do então chamado “Primeiro Mundo” tornou-se questão central.

É precisamente sob essas circunstâncias que Getúlio propõe a Wainer, que havia se desligado dos *Diários Associados* em março de 1951, que fundasse um jornal de massas capaz de fazer frente à oposição da grande mídia. A fim de preservar a fachada de “imprensa livre” do *Última Hora*, Wainer somente revelou que o periódico havia sido criado a pedido do presidente quase quarenta anos depois, em seus relatos memorialísticos. Ainda que quando Samuel Wainer era apenas um jovem jornalista visse em Vargas um inimigo a ser combatido, as circunstâncias políticas do período alteraram a dinâmica do relacionamento entre os dois. Naquele momento, junto ao PTB, Getúlio Vargas havia deixado de representar o autoritarismo brasileiro. Na época da sua campanha eleitoral, a imagem construída de Vargas era a de intérprete da necessidade brasileira de centralização, renovação, desenvolvimento, industrialização e independência econômica. Alheio ao poder oligárquico das elites e entusiasta, desde o início da sua carreira, da democracia e do desenvolvimento capitalista, Wainer ajudaria a consolidar tal imagem do presidente.

Em prefácio escrito para o livro *O Segundo Governo Vargas (1951-1954)*, da cientista política Maria Celina D’Araújo, Rômulo Almeida (1992), ex-assessor do presidente nesse período, aponta uma contradição de seu mandato: embora Getúlio Vargas fosse desejoso de manter uma comunicação direta com as massas, não usou instrumentos publicitários a seu favor a não ser o *Última Hora* ou as rádios do Governo. Almeida explica que tal contradição:

Talvez se devesse ao receio da aguerrida censura política ao possível restabelecimento do DIP, tanto de parte da oposição política quanto da grande imprensa, a serviço de interesses contrariados pelo Governo. Consequência dessa omissão é que Vargas foi vítima do uso dos mídia contra ele (ALMEIDA, 1992, p. 10)

Como evidencia este relato, diante dos sucessivos ataques da imprensa que marcaram a sua campanha eleitoral e se intensificaram após a sua vitória nas urnas, Vargas precisou de um veículo de comunicação que defendesse a sua imagem de autêntico líder popular. Surgido fora dos grupos oligárquicos que comandavam a grande imprensa, o *Última Hora* nasce destinado a acabar com o silêncio conspiratório e rebater as críticas dos grandes jornais à figura do novo presidente. Desse modo, enquanto Vargas garantia um porta-voz de seus desígnios políticos junto à opinião pública dentro da legalidade democrática, Wainer, que não gozava do prestígio dos donos dos grandes jornais da imprensa brasileira, conquistava o apoio do presidente e da burguesia industrial getulista em seu novo empreendimento jornalístico. Assim surgia o *Última Hora*, a voz privilegiada do varguismo.

### 1.3. Nos bastidores da rotativa

Segundo Jean-Noël Jeanneney (2003), o poder de condicionamento da mídia está nas nuances e se dá por meio daquilo que escapa às vontades explícitas dos próprios profissionais dos meios de comunicação. Nesse sentido, entender a real influência do poder público na imprensa é essencial. Porém, enquanto, por um lado, Jeanneney afirma ser indispensável estudar o dinheiro mais ou menos oculto que irriga um veículo de mídia, Ana Paula Ribeiro (2001) ressalta, por outro, que os empréstimos de órgãos estatais não necessariamente significam a perda de autonomia ou submissão de um jornal. Dessa maneira, entendendo a imprensa não só como um agente de disputas políticas, mas como um campo de batalha em si mesma, analisamos o *Última Hora* atentos às suas instâncias de produção e financiamento.

Uma vez que o *UH* era um jornal fundado fora dos grupos oligárquicos que controlavam a imprensa, o seu surgimento e a sua sobrevivência dependeu de acordos e negociações com nomes da aristocracia brasileira. Wainer relata que a parte gráfica do periódico foi comprada a altos custos do endividado *Diário Carioca* sob a condição de assumir seus débitos com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal (WAINER, 1988). Ademais, revela em suas memórias o apoio financeiro de Ricardo Jafet - presidente do Banco do Brasil à época – bem como de outros banqueiros e empresários. Juscelino Kubitschek, que começava a crescer na cena política brasileira, conseguiu-lhe empréstimos de três bancos ligados ao governo de Minas Gerais. Além disso, a *Érica*, empresa que administrava a gráfica

comprada do *Diário Carioca* por Wainer, era dirigida pelo embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, e contava com muitos acionistas parentes de Vargas (WAINER, 1988).

Ainda que os vínculos financeiros com importantes esferas de poder sejam elementos frequentemente utilizados para questionar a legitimidade do discurso do jornal como projeto político, é preciso ver além das “negociatas” econômicas. Portanto, cabe observar a situação num espectro um tanto mais amplo. Primeiramente, faz-se necessário pontuar que entendemos a economia como parte do poder político. Assim, reconhecemos que forças econômicas são também forças munidas de motivações e fins políticos (CARR, 2001). Ou seja, o financiamento de um periódico consiste numa escolha política de conferir poder de difusão ao projeto político que um dado veículo de comunicação representa. Desta maneira, podemos entender o financiamento – ou a falta dele – como um ato político de conceder – ou não - os meios materiais – de difusão, alcance, qualidade e quantidade - para favorecer a consolidação de certos posicionamentos políticos no imaginário da opinião pública. Nesse sentido, pensamos que são as condições de circulação de ideias legitimadores do Segundo Governo Vargas que estavam em jogo nas negociações feitas com anunciantes e financiadores do *Última Hora*.

Além disso, vale considerar que a “dependência” em relação ao Estado e ao Banco do Brasil não era uma condição exclusiva do *Última Hora*. O jornal *O Globo*, por exemplo, recebeu empréstimos vultosos dessa instituição e benefícios em forma de concessões públicas estatais mesmo se opondo ao Governo (RIBEIRO, 2003). Nessa perspectiva, Ana Paula Ribeiro ressalta que “o processo de modernização apontava para uma autonomização do campo jornalístico, mas a sua autonomia total não era possível” (RIBEIRO, 2003, p. 12). Por isso, em nosso estudo, observamos a influência desses órgãos e figuras financiadoras no conteúdo e nos pontos de vista do jornal, mas essas condições não são vistas como necessariamente determinantes.

Desse modo, entendemos que a relação de proximidade entre o *Última Hora* e o Governo é essencialmente política. Tal ideia ganha força se observarmos a declaração de Wainer de que “costumava consultar Getúlio sempre que surgiam fatos e assuntos diretamente ligados aos interesses do presidente. Ele também me fazia sugestões e transmitia opiniões,

regularmente, de viva voz ou através de intermediários” (WAINER, 1988, p. 150). Da mesma forma, o jornalista também atacava ministros com o consentimento - nem sempre explícito - de Vargas. Aliando o contexto de seu surgimento ao seu comprometimento com o getulismo, o que algumas vezes significava se posicionar contrariamente a fontes de lucro (banqueiros e empresários), pensamos que o discurso do *UH* não era ditado diretamente pelos seus financiadores, a relação era inversa: faziam-se concessões no discurso que se propunha – ao sabor dos interesses dos poderosos – para que seu projeto político pudesse ter condições materiais de ser veiculado. Por exemplo, concessões a “adversários” eram feitas, de forma que é possível encontrar anúncios publicitários da Esso<sup>15</sup> (em geral ocupando pelo menos um quarto da página) estampados no jornal, ainda que a exploração nacional do petróleo, via Petrobrás, fosse uma das grandes bandeiras políticas do periódico e do próprio Vargas.

Outro artifício utilizado por Wainer para ganhar espaço no restrito campo jornalístico foi a contratação de cartunistas e colunistas famosos. Entre os colaboradores do jornal constavam Vinicius de Moraes, Stanislaw Ponte Preta, Nelson Rodrigues, o artista gráfico Andrés Guevara e os cartunistas Nássara, Lan, entre outros. De acordo com Barros (1993), o *Última Hora* teve dificuldades para recrutar profissionais. Muitos jornalistas que haviam sido perseguidos pelo DIP recusaram os convites de Wainer, que deixava claro a todos os seus contratados o caráter getulista do jornal. A solução encontrada pelo fundador do *UH* foi oferecer altíssimos salários – o que provocou a fúria da concorrência - e valorização profissional mediante a concessão de colunas assinadas.

No entanto, Wainer era criticado pelos próprios editores devido ao número excessivo de colunistas. Diante das críticas, ele justificava que era mais fácil para o público identificar-se com pessoas que com a instituição “sem rosto” de um jornal. Além disso, o colunista Paulo Silveira explica, segundo o relato de Theodoro Barros, que a grande quantidade de colunistas criava diferentes canais de comunicação com diversos setores da opinião pública. É nesse sentido que Laurenza (1998) chama atenção para o caráter policlassista do jornal. Segundo ela, a diversidade de temas e linguagens do *UH* era uma tentativa de equilibrar os interesses de segmentos sociais distintos, pois era necessário que o varguismo e a ampliação da função do

---

<sup>15</sup> Vale ressaltar que a Esso faz parte do grupo *Standard Oil Company*, que, chefiado pela família Rockefeller dos EUA, procurou de diversas formas inviabilizar a nacionalização da exploração do petróleo brasileiro. Nesse sentido, a criação da Petrobrás e a legislação relativa à exploração petrolífera no Brasil representou uma derrota para os interesses do grupo.

Estado como condutor do desenvolvimento capitalista fossem premissas que unissem os distintos setores da sociedade brasileira. Portanto, é preciso ter cuidado e não classificar o *Última Hora* tão rapidamente como um jornal de esquerda, nacionalista e aberto às manifestações populares. O seu posicionamento político era mais complexo que isso. Se havia espaço para uma comunicação mais direta com os interesses da classe operária, não era por causa de uma filiação política à esquerda, como gostam de pensar alguns entusiastas idealizadores ou acusar os críticos conservadores. A atenção dedicada aos segmentos de menor prestígio social era parte do objetivo de integrar a classe trabalhadora ao novo patamar do desenvolvimento capitalista. Nada mais conveniente para um jornal que se queria “popular” e “moderno” que abrir canais de comunicação com um público que abrangia de operários e manicures a empresários e diplomatas.

Assim, o *UH* surgia com o desafio de conciliar premissas contraditórias. Visava ser um jornal para as massas, privilegiando por isso páginas policiais, esportivas e abrindo espaço para reclamações e demandas populares, mas ao mesmo tempo prezava por um nível intelectual que atraísse as elites, investindo em colunas sobre economia, política, tirinhas de humor refinado, opções de lazer da alta sociedade e notícias sobre o cenário internacional. Aliás, o *Última Hora* tornou-se famoso pela valorização dos correspondentes internacionais. Devido à orientação nacionalista do jornal, que priorizava o debate sobre a importância do Brasil no cenário internacional e sobre o impacto dos acontecimentos mundiais na política interna, os jornalistas correspondentes ganharam condição de contratados permanentes, encarregados de se deslocar a qualquer momento “para reportar, com a maior rapidez, e sempre com enfoque voltado para o interesse brasileiro, os principais acontecimentos jornalísticos que ocorressem na área onde ele[s] atuasse [m]” (BARROS, 1993, p.55).

Porém, ao menos nos primeiros anos do jornal, é perceptível a prevalência de matérias importadas de agências internacionais de notícias como a United Press (U.P.) e a Agence France- Presse (A.F.P), de forma que a presença de matérias de correspondentes próprios do *UH* era diminuta. Sobre essas agências, Nelson Werneck Sodré (1999) faz algumas considerações importantes. Ele aponta as contradições de sua existência ou de seu uso extensivo num país como o Brasil, em que havia a proibição de estrangeiros como donos de algum veículo de comunicação ou mesmo da circulação de mídia estrangeira. Para ele, as agências de notícias internacionais nada mais são que a forma a partir da qual o brasileiro se

informa sobre os acontecimentos mundiais. No entanto, essas notícias já chegavam ao Brasil construídas conforme as inclinações dessas agências.

Nesse sentido, se pensarmos que no *UH*, um jornal que propõe debates que valorizam a participação e a autonomia do Brasil no cenário internacional, a grande parte das notícias sobre questões fundamentais como as relativas aos acontecimentos da Guerra Fria eram publicadas sob a ótica dessas agências estrangeiras, encontramos aí uma forte contradição. Para Guareschi (1987), as agências estrangeiras de notícias representam a centralização do controle dos fluxos de informação. Desse modo, a fonte das principais notícias sobre os EUA eram justamente as agências estadunidenses, que por meio de editoras-chave “decidem o que será enviado através dos cabos noticiosos, o que condiciona o meio de comunicação a publicar somente determinadas notícias selecionadas de antemão” (GUARESCHI, 1987, p. 36). Além disso, “somente um pequeno grupo de pessoas decide se determinada notícia será feita, e depois de escrita, se será enviada, e, se enviada, a quem será enviada” (GUARESCHI, 1987, p. 36). Portanto, ainda que os jornais possam reelaborar e adequar as notícias importadas dessas agências às suas necessidades, havia um filtro prévio de informação.

Não obstante, a publicação de notícias provenientes dessas agências, uma estadunidense e outra francesa, que inclusive privilegiava posturas de Washington e demais potências capitalistas em detrimento da URSS e do “Terceiro Mundo”, constitui um ponto de convergência e, de certa maneira, de “submissão” - se pensarmos que deter informação é deter poder - que denuncia o caráter ambíguo do jornal. Dessa forma, pensamos que não só pelos temas que propõe para debate, mas também pela própria dinâmica de seu funcionamento, o *UH* revela as contradições próprias do momento político estudado.

### 1.3.1. A CPI do *Última Hora*: Imprensa, crise política e relações Brasil-EUA

Um episódio que atesta de maneira emblemática a estreita relação de complementaridade política entre o periódico e o governo Vargas foi a CPI do *Última Hora*. Também conhecida como “o Caso *Última Hora*”, a CPI consistiu num desgastante processo de investigações destinado a apurar a legalidade dos financiamentos dos meios de comunicação brasileiros pelo Banco do Brasil. O que se iniciou como uma ação em defesa do caráter

democrático da mídia brasileira transformou-se numa campanha orquestrada juntamente a sucessivos pedidos de *impeachment* do presidente e incessantes denúncias de escândalos e especulações com verbas e caráter publicitários, para desestabilizar o Governo, o que levou ao acirramento das rivalidades no debate político da época. Instituída em junho de 1953, a CPI foi a formalização burocrática da insatisfação de uma oposição a Vargas representada pela elite liberal-conservadora que dominava a grande imprensa do país. Portanto, é considerada por muitos autores como “o primeiro ato da crise política que levou o presidente Getúlio Vargas ao suicídio” (GUIMARÃES, 2011, p. 04).

Foram 44 reuniões públicas e 27 testemunhas interrogadas entre junho e novembro de 1953<sup>16</sup>. No entanto, as acusações e os ataques à credibilidade do *UH* e de Vargas – muitas vezes entendidos como a extensão um do outro – datam já de 1951. Isso é visível nas muitas linhas de colunas editoriais dedicadas a rebater críticas, a fazer provocações e tecer esclarecimentos sobre narrativas veiculadas por jornais como os *Diários Associados*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*<sup>17</sup>. No caso da cobertura jornalística sobre o possível envio de tropas brasileiras para a Coréia a tensão e a disputa pela credibilidade do discurso eram evidentes. Em 2 de julho de 1951, Samuel Wainer escrevia em sua coluna editorial sobre a exclusividade do *UH* em noticiar, antes mesmo que a reunião do Conselho de Segurança Nacional acontecesse, a possibilidade do Brasil enviar tropas à Coréia. Segundo o jornalista “enquanto o resto da Imprensa carioca, em sua quase totalidade, ignorava ou procurava desmentir sem maiores averiguações aquela importante notícia, este jornal iniciava a mobilização da opinião pública nacional [...]” (WAINER, 12 jul. 1952, p.03). Mais adiante em seu texto, os ataques ficavam mais severos e direcionados ao jornal *O Globo* que mesmo experiente, teria passado “quatro dias desmentindo com manchetes forçadas a notícia das sondagens para a remessa de tropas, para depois ingressar no assunto com o seu característico rampante de jornal que está

---

<sup>16</sup>Embora a sua importância seja apontada em diversos estudos sobre a imprensa brasileira e mesmo sobre o Segundo Governo Vargas, não existem muitos trabalhos a respeito da CPI do *Última Hora*. Algumas das principais contribuições para a análise da referida Comissão Parlamentar e dos seus desdobramentos políticos são: *O caso Última Hora*, de Maikio Guimarães (Porto Alegre: BesouroBox, 2011) e *Minha Razão de viver*, obra autobiográfica de Samuel Wainer.

<sup>17</sup> *Tribuna da Imprensa* é um jornal fundado em 1949 pelo jornalista Carlos Lacerda com o apoio de políticos da UDN, intelectuais católicos conservadores e grupos empresariais estrangeiros. Sob a diretoria de Lacerda até 1961, o periódico desempenhou papel fundamental nos debates políticos do Segundo Governo Vargas. Junto aos *Diários Associados*, *O Globo* e ao *Correio da Manhã*, o *Tribuna da Imprensa* possuía orientação anti-getulista, liberal e anti-comunista, porém com estilo mais ácido e menor circulação que os demais. Durante a CPI do *Última Hora*, o *Tribuna da Imprensa* dedicou espaços privilegiados em suas páginas à campanha contra Wainer e o seu periódico.



habituação a triturar, literalmente, seus adversários.”. Wainer investia ainda em provocações que sugeriam o caráter vanguardista do seu periódico afirmando não poder “deixar de destacar com justo orgulho ter um jornal de apenas cinco dias de vida conduzindo colegas muito mais velhos para o debate de um problema que desde o primeiro momento deveria ocupar suas primeiras páginas, como de fato ocorreu mais tarde” (WAINER, 12 jul. 1952, p. 03).

Com efeito, a rapidez com que o *Última Hora* se estruturou e conquistou espaço dentro da opinião pública incomodava as famílias donas dos grandes jornais que há muitas décadas monopolizavam o poder de comunicar em massa seus próprios estereótipos legitimadores à grande maioria dos alfabetizados do Brasil. Em outros casos, donos de pequenos jornais, como Carlos Lacerda<sup>18</sup>, que apesar de seus esforços tinha pouca expressão no imaginário político brasileiro, também ressentiam-se do sucesso repentino do *UH*. Lacerda, por exemplo, alegava que o jornal de Wainer promovia o *dumping* da imprensa, ou seja, o desequilíbrio em relação a outros jornais devido a financiamentos ilimitados adquiridos por parentes e pessoas próximas a Vargas (GUIMARÃES, 2011).

Diante dos ataques sistemáticos dos jornais oposicionistas, o *Última Hora* publicou em outubro de 1951 uma ousada estratégia de defesa na tentativa de reverter as acusações de financiamentos ilegais provenientes do poder público:

Em defesa da liberdade de imprensa, ameaçada no Brasil pela crescente dependência de certos jornais a grupos econômicos nacionais e estrangeiros, ULTIMA HORA toma a iniciativa de sugerir ao Congresso Nacional a imediata designação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de representantes de todos os partidos nacionais, à maneira do que foi feito recentemente na Inglaterra, a fim de apurar quais são os verdadeiros donos dos nossos jornais. (O CONGRESSO, 29 out. 1951, p. 01)

Como mostrou o desenrolar da história, sobre a qual não é nosso foco nos debruçar neste trabalho, *o tiro saiu pela culatra* e apesar de todos os jornais investigados terem suas

---

<sup>18</sup>Carlos Lacerda (1914-1977) foi um importante jornalista e político da direita brasileira. Na década de 1930, Lacerda era apoiador do PCB e militava por bandeiras esquerdistas, tendo trabalhado junto a Samuel Wainer na revista *Diretrizes*. Após dramática ruptura com a esquerda e com Wainer, filiou-se à UDN em 1945 e atuou como deputado, vereador e governador da Guanabara. Ao longo do Segundo Governo Vargas foi um dos mais apaixonados porta-vozes do conservadorismo liberal e da oposição ao getulismo. Durante as investigações da CPI do *Última Hora*, Lacerda teve papel ativo na campanha contra o jornal tanto na imprensa, quando no rádio e na TV.

dívidas e negociadas com instituições públicas de financiamento, o golpe atingiu com mais força justo o jornal que havia proposto a CPI, o *Última Hora* (WAINER, 1988).

O que nos chama atenção no “Caso *Última Hora*” não é o polêmico andamento das investigações – que motivaram extensivas coberturas jornalísticas por parte de todos os periódicos envolvidos. O que nos interessa em particular é a forma como a CPI foi instrumentalizada a serviço de um anteprojeto ao getulismo encabeçado pela elite liberal-conservadora e difundido e legitimado pela grande imprensa brasileira da época. Por isso, nos interessou observar a maneira como temas referentes à emancipação econômica do Brasil, à criação da Petrobrás e às pressões estadunidenses ao Governo brasileiro se entrelaçavam com as acusações feitas a Samuel Wainer e ao seu jornal. Ao longo do processo, deputados de partidos da oposição – em especial do PSD e da UDN – alegavam desvio de renda destinada a obras públicas para o financiamento do *UH* ao passo que aos jornalistas deste periódico eram requeridos fichas de antecedentes políticos, em clara demonstração de que se tratava de um embate entre grupos políticos e não do esforço da democratização da imprensa. De fato, a Comissão originalmente criada para investigar a legalidade dos financiamentos públicos dos principais meios de comunicação do país, havia se tornado, nas mãos da oposição, poderosa arma política na guerra contra o nacional-desenvolvimentismo e a barganha nacionalista de Vargas. Muito além de um “acerto de contas” da mídia nacional, “o caso *Última Hora*” foi palco de embates políticos, nos quais o que estava em jogo era a legitimidade da política interna e externa do Governo e a disputa pelos rumos da modernização brasileira.

Provavelmente a mais incisiva matéria que associava a atuação da grande imprensa, as disputas entre os grupos políticos de oposição e as pressões de forças representantes de trustes dos EUA tenha sido a publicada em 15 de outubro de 1953 sobre a condecoração de Carlos Lacerda na Conferência de Imprensa Interamericana. Nessa reportagem, cuja linguagem é marcada pelo escárnio, Lacerda era ridicularizado como uma espécie de “puxa-saco” dos Estados Unidos. A matéria era acompanhada por uma foto do jornalista vestindo uma gravata com a bandeira do partido republicano estadunidense. Além disso, são muitas as alcunhas que lhe são atribuídas: “dollar-man” e “Mr. Lacierda” são dois exemplos.

No início da notícia, esclarecia-se que o prêmio Cabot, recebido pelo jornalista brasileiro na Conferência de Imprensa Interamericana era concedido pela Universidade de

Columbia, “cuja manutenção é coberta integralmente pela famosa companhia Standard Oil de New Jersey, controlada pelo grupo Rockefeller”, o que por si só já é bastante significativo. Porém, o *UH* prosseguia com informações que levantavam suspeitas do envolvimento dos Estados Unidos na disputa entre forças da política interna brasileira. Conforme relato de uma conversação de Lacerda com o famoso Senador Joseph McCarthy, o jornalista expunha os seus programas de ação política e jornalística “para combater os nacionalismos estéreis e os extremismos do liberalismo democrático” no Brasil. Em tom de chacota, o vespertino sugeria uma relação de apadrinhamento entre os dois emulando uma frase que o senador haveria dito ao se despedir: “‘Go home, my boy’, disse Mac Carthy [sic] a Lacierda, você ainda será o Mac Carthy da América do Sul” (PRONTO, 15 out.1953, p. 02).

Ao longo da reportagem, as acusações iam se tornando mais graves à medida que assuntos da política interna e externa brasileira se enlaçavam mais estreitamente. A certa altura, a matéria tratava da possibilidade de se criar uma cadeia do jornal *Tribuna da Imprensa*, estendendo-o a São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, e afirmava que “os autores desta idéia foram os Srs. Berle e Braden, ex-Embaixadores respectivamente no Brasil e na Argentina, onde tiveram destacada intervenção na vida política interna dessas duas nações”. As intervenções perpetradas pelos diplomatas mencionados a que se refere o jornal constituem episódios significativos que macularam a relação de confiança dos dois países em relação aos EUA, a saber: a intervenção de Berle nas eleições de 1945, que inviabilizou a elaboração de uma Constituinte ainda durante o Estado Novo, e a explícita campanha de Braden contra a reeleição de Perón, sugerindo ligações do candidato com os nazistas.

Mais adiante, o jornal afirmava que Berle e Braden conferenciaram com grupos industriais e financeiros dos EUA, potencialmente interessados em mercados brasileiros, e ironizava:

Considerando o papel relevante que o Sr. Lacierda vem representando no combate a alguns dos vícios congênitos da democracia brasileira, como sejam o nacionalismo e a crescente intervenção do Estado na organização dos trabalhadores para a defesa de sua legislação social, os Srs. Berle e Braden, que dirigem diversas organizações de defesa dos mais sadios princípios da chamada ‘livre empresa’ estão à frente de um movimento para reunir fundos destinados a auxiliar o desenvolvimento do jornalismo tipo ‘Tribuna da Imprensa’ no Brasil (PRONTO, 15.out.1953, p. 02).

Diante da natureza dessas acusações, cabe realçar que queixas e denúncias do financiamento dos Estados Unidos à campanha anti-Vargas desempenhada pela imprensa de oposição eram comuns nos veículos de comunicação de orientação nacionalista (RAMOS, 1996). No entanto, esse tipo de querela não era levado muito a sério por grande parte da opinião pública a julgar pela marginalização dos periódicos nacionalistas mais fervorosos. Por isso, tal agressividade nesse tipo de acusação não era comum na grande imprensa. No afã da luta pela própria sobrevivência e pela permanência de Vargas no poder, o jornal fugia ao tom usual e tornava a disparar graves alegações:

Em troca desta cooperação financeira, e eventualmente técnica, pois os Srs. Berle e Braden sugeriram ao Sr. Lacerda que levasse para o Brasil um dos mais competentes técnicos americanos para a organização da referida cadeia, os jornais por esta formados teriam que defender os seguintes pontos de vista: a) o Brasil deveria abolir sumariamente tôdas as leis que perturbam o encaminhamento e aplicação de capitais estrangeiros para o desenvolvimento de suas riquezas minerais; b) as reservas estratégicas do Brasil deveriam ser exportadas livremente para a industrialização nos países mais adiantados, especialmente dos Estados Unidos; c) a nova cadeia de jornais deveria esclarecer a opinião pública sobre os malefícios que planos mirabolantes como o da 'Petrobrás' poderiam causar ao país; d) finalmente, caberia à nova cadeia de jornais lutar pelo fortalecimento dos laços de amizade entre as duas nações e pela crescente libertação da imprensa brasileira da influência do Banco do Brasil. (PRONTO, 15 out 1953, p. 02)

Publicar essa lista de compensações que Lacerda precisaria obedecer a fim de receber investimentos para o seu jornal consistia em alegar amplo envolvimento e intervenção dos Estados Unidos em questões nacionais no sentido de inviabilizar o projeto varguista de desenvolvimento. Nesse sentido, é possível observar como a rivalidade entre Lacerda e Wainer confundia-se com os antagonismos entre o nacionalismo progressista de Vargas e o conservadorismo das elites liberais, assim como entre Brasil e Estados Unidos. Sem muitos rodeios, a reportagem em questão sugeria que os EUA financiavam a oposição brasileira, representada na imprensa por Carlos Lacerda e o seu jornal, com o propósito de garantir que as condições internas do Brasil estivessem compatíveis com os seus interesses. Isso significa que visando o livre acesso aos recursos minerais disponíveis em território nacional e a entrada irrestrita de capitais estadunidenses, a grande potência americana aliava-se aos grupos

políticos anti-Vargas a fim de perpetuar o modelo agro-exportador e a dependência econômica brasileira. Dessa maneira, num contexto em que o desenvolvimento e a “emancipação” da economia nacional era considerada a principal missão do Governo, esse tipo de acusação do *UH* acabava por situar os EUA como um inimigo da luta pela conquista da autonomia brasileira, o que poderia abrir precedentes para um confronto aberto e para posturas ainda mais agressivas de ambos os lados, tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil. Portanto, independente de comprovações, ainda que a veracidade desse tipo de interferência estadunidense seja defendida por muitos autores, a veiculação dessas acusações, nos referidos termos, por um porta-voz do Governo indica a presença de graves tensões nas relações Brasil-EUA.

#### *1.4. Relações Brasil-EUA: breve panorama*

Considerando a evidente cumplicidade, seja econômica, seja política, entre o governo Vargas e o jornal *Última Hora*, pensamos que entender as ambiguidades que estampam as páginas do periódico no que diz respeito às relações com os Estados Unidos é um frutífero caminho para entender as relações entre Brasil e EUA em si mesmas, especialmente quando estamos em busca de imagens mentais que conformam a opinião pública brasileira sobre esse assunto. Portanto, faz-se necessário uma breve análise da política exterior do Brasil para fins de contextualização das publicações do jornal e para melhor compreendermos o seu papel como ator político “não oficial” - mas não por isso menos importante - nas circunstâncias dadas.

O fim da Segunda Guerra Mundial inaugurou um período de tensão em que diversos países entraram em disputa por proeminência no rearranjo de forças da política internacional. Com a derrota do Eixo, o mundo conheceu uma nova polarização que opôs, grosso modo, o bloco capitalista, sob a tutela hegemônica dos Estados Unidos e o bloco comunista, liderado pela União Soviética. O Brasil, submetido política e economicamente ao líder do hemisfério ocidental, buscou, no imediato pós-guerra, assumir posturas de total cumplicidade com os EUA, a fim de atender não só aos seus próprios anseios de ascender ao patamar de potência regional, como também às demandas internas por desenvolvimento e industrialização

(CERVO, 2001). Entretanto, o desenrolar dos acontecimentos no cenário internacional e as dinâmicas das pressões domésticas e dos interesses tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos fizeram com que essa relação de aproximação entre ambas as nações cedesse espaço para episódios de distanciamento, demarcando uma oscilação entre dependência e autonomia brasileira (MUNHOZ; SILVA, 2010).

Muito tem sido produzido sobre os anos da Segunda Guerra Mundial e da Política da Boa Vizinhança, período em que o Tio Sam se fez intensamente presente nas formas brasileiras de ver, sentir e explicar o mundo (MOURA, 1993). No entanto, o que acontece com as relações dos Estados Unidos com o Brasil, seu grande aliado sul-americano, quando cessa a Guerra e as preocupações estadunidenses se voltam para a reconstrução da Europa devastada? Quais os efeitos da política nacionalista e desenvolvimentista de Vargas sobre as relações brasileiras com os EUA? Aproximamo-nos dessas questões a partir do que Paulo Visentini (2010) observa sobre a política externa do Segundo Governo Vargas. O autor sustenta que Getúlio Vargas rompeu padrões diplomáticos ao implementar a “barganha nacionalista”, ou seja, o apoio estratégico a Washington em troca de cooperação econômica e auxílio dos EUA ao desenvolvimento brasileiro.

Na configuração mundial do início dos anos de 1950, era evidente que a via de acesso à modernidade capitalista era a aproximação com os Estados Unidos. O estreitamento dos laços culturais, a consolidação do mercado de consumo e a folclorização da geopolítica interamericana solidificaram a ideia de que a superação do “atraso” estava logo ali ao norte e que bastava abriremos-lhes as portas. Porém, obras como *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI* (MUNHOZ; SILVA, 2010), dedicam-se a evidenciar que o alinhamento aos EUA não foi automático. A política de desenvolvimento da indústria de base, de substituição das importações, bem como a lei da remessa de lucros conduzidas por Getúlio Vargas são expressões dos limites do alinhamento entre as nações (GOMES, 1998). Paulo Visentini acrescenta que “quanto mais avançava a urbanização e a industrialização por substituição de importações, mais diminuía a complementaridade econômica entre os dois países [Brasil e EUA]” (VISENTINI, 2010, p. 211).

Vale lembrar, que nosso recorte temporal corresponde ao período inicial da Guerra Fria, que se caracterizou por fortes tensões no cenário internacional. Lars Schoultz (2000) nos

aponta que a partir de 1949, era sabido que tanto os EUA quanto a URSS possuíam armas nucleares disponíveis para uso. Além disso, acontecimentos preliminares como a conversão da China e da Coreia do Norte ao comunismo, a expansão soviética na Europa Oriental e a ameaça à hegemonia estadunidense na Guatemala contribuíram para a difusão do “Temor Vermelho” e a sua conseqüente influência na política externa estadunidense. Nesse contexto, as relações Brasil- Estados Unidos eram em grande medida balizadas pelos preceitos da Doutrina Truman, em tese destinada a conter a ameaça comunista em todo o mundo. Sob esse prisma de combate ideológico, qualquer reforma de tom nacionalista era rapidamente associada ao comunismo. Dessa forma, a América Latina era vista como “uma fileira de dominós cuja imaturidade política facilitava o empurrão comunista” (SCHOULTZ, 2000, p. 378). A decisão, então, era a de fazer algo em relação à pobreza latino-americana como parte da política de contenção do comunismo, já que redutos pobres estariam altamente suscetíveis ao argumento comunista da luta de classes como melhoria de vida. Porém, a estratégia não era a injeção de quantias substanciais de dinheiro no hemisfério, como foi na Europa, mas, o estímulo aos empreendimentos privados, a contragosto das expectativas latino-americanas.

Assim, por um lado geraram-se tensões nas relações, motivando o Brasil a buscar outros aliados políticos e comerciais, por exemplo, junto aos países do Cone Sul (VISENTINI, 2010). Por outro, a influência estadunidense decorrente da grande proximidade nos anos da Segunda Guerra deixou marcas no imaginário brasileiro de forma que o pan-americanismo era parte determinante da cultura dita moderna no Brasil e andava de mãos dadas com o progresso (OLIVEIRA, 2000; TOTA, 2000).

No imediato pós-guerra o Brasil estava sob a influência política, econômica e cultural dos EUA, graças ao bem sucedido projeto da Política de Boa Vizinhança. A intenção desse projeto ia além do alinhamento da América Latina aos Aliados, visava também à conquista de mercados e ao fortalecimento das relações econômicas dos EUA, que saía de um período de isolacionismo, bem como a consolidação de uma rede de poder hegemônico dos Estados Unidos, a potência vitoriosa do conflito mundial (CERVO, 2002).

Devido ao seu papel de colaborador no esforço de guerra, mediador das relações com o restante dos países latino-americanos em defesa do pan-americanismo e depois de ceder às pressões domésticas e internacionais pelo fim da ditadura, o Brasil esperava estabelecer

relações especiais com os EUA. Analisando as expectativas e intenções brasileiras que motivaram a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, McCann (1995) entende a frustração brasileira como a de um “aliado esquecido”. Segundo ele, ainda que o desenvolvimento proveniente do pós-guerra tenha sido inegavelmente benéfico, a mudança de foco dos EUA para a reconstrução da Europa ocidental e para a contenção do comunismo na Europa oriental e em regiões da Ásia, deixou a sensação de que os esforços brasileiros não foram devidamente reconhecidos pelo mundo. Assim, a ausência de um “Plano Marshall” para o Brasil e a frustração com o Ponto IV, programa de apoio ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, gerou uma mágoa generalizada especialmente diante das contínuas concessões do governo Dutra aos EUA mediante píftias contrapartidas.

Em decorrência dessa dinâmica da relação hegemônica entre Brasil e Estados Unidos própria dos anos de 1940, a proposta varguista de estabelecer uma relação bilateral com os EUA, por meio da política conhecida como “barganha nacionalista”, encontrou grande ressonância na sociedade da época como a expressão de um desejo de retomada das políticas voltadas para o desenvolvimento nacional por meio de negociações menos assimétricas com a grande potência estadunidense. Nesse sentido, a “barganha nacionalista” constituiu numa resposta estratégica às demandas internas por crescimento econômico e às demandas externas de adaptação da postura brasileira a fim de renegociar as bases do seu relacionamento com os Estados Unidos. Dada a baixa prioridade que a política externa dos EUA reservava ao Brasil naquele contexto, o desafio da gestão de Vargas consistia em alterar o perfil da dependência em relação ao seu principal parceiro econômico e em criar espaços de manobra para a conquista de recursos, alianças e apoio identificados como necessários. Dessa maneira, a entrada de capitais estrangeiros e a nacionalização da exploração de riquezas minerais se tornaram a ordem do dia no debate político brasileiro. A sociedade polarizou-se então, grosso modo, tendo “nacionalistas” de um lado e “liberais pró-EUA” de outro (RAMOS, 1960). Assim, podemos observar como a opinião pública foi constantemente agitada pelas polêmicas – resultantes dessa polarização - em tornos de temas como o Acordo Militar Brasil-EUA, a Guerra da Coréia, a criação da Petrobrás, o funcionamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a lei da remessa de lucros, citando apenas os mais conhecidos.

### *1.5. O jornal Última Hora: análise de uma auto-imagem*



Elucidado, em linhas gerais, o lugar de fala do *UH*, é possível perceber que as dinâmicas do seu funcionamento, as relações de poder e o contexto político em que o jornal está inserido nos permitem construir um perfil, uma imagem a partir da qual analisaremos essa fonte. Aliando leituras sobre a imprensa brasileira do início da década de 1950 e especificamente sobre o *Última Hora*, a uma bibliografia sobre as relações Brasil-EUA no século XX e sobre o Segundo Governo Vargas, estabelecemos uma base para o nosso campo de investigação. Porém, o nosso estudo estaria incompleto caso nos privássemos do esquadramento das formas pelas quais o periódico se apresenta e da construção de uma auto-imagem que sirva de referência para os seus leitores.

Tão importante quanto os caminhos percorridos pelo historiador a fim de decodificar símbolos e atribuir significado ao conteúdo de um jornal, é pensar o papel social que esse periódico atribui a si mesmo. Por isso, faz-se necessária uma caracterização específica “construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções auto-atribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere” (LUCA, 2008, p. 132). Pensar a construção da auto-imagem de um periódico é compreender as intenções a partir das quais ele deseja interagir com o seu entorno. É aproximar-se da maneira como concebe a sua atuação política sobre a sociedade e do modo como ele fabrica sua credibilidade e seduz os leitores. Vamos, então, a uma apresentação básica do jornal e da natureza do seu conteúdo.

O *Última Hora* foi um vespertino fundado no Rio de Janeiro e lançado com alarde em 12 de junho de 1951 nas bancas cariocas. Apesar das dificuldades que sofreu nos seus primeiros meses de existência, a sua primeira edição atingiu a surpreendente marca de 80 mil exemplares, quantidade semelhante à dos grandes jornais que circulavam à época. A edição inaugural, cujas vendas foram um fracasso devido a um atraso na distribuição, trazia novidades na sua forma e no conteúdo para o leitor brasileiro da década de 1950. Decidido a descobrir que espécie de jornal o Brasil desejava (WAINER, 1988), o *UH* investiu desde o começo em amplas notícias esportivas e policiais, algo que não era tão comum à época. O azul vibrante do logotipo do jornal, a diagramação vertical de 1-4 colunas e o uso de charges e quadrinhos garantiam-lhe uma originalidade visual. As capas chamavam atenção pelo tamanho e abundância de fotos, recurso que era até então restrito às revistas ilustradas. Em seu estudo

sobre o periódico, Claudio Fachel Dias (2009), pontua que o uso inédito da fotorreportagem tinha um significado maior que o mero apelo visual ao consumidor. Para ele, a valorização da imagem como síntese da notícia gera a ilusão de uma verdade objetiva ou o que ele chama de “mito da verdade fotográfica”. Ao ver o acontecido com seus próprios olhos, o leitor sente-se testemunha e, por isso, tende a confiar mais facilmente naquilo que lê.

Criativo e ousado desde o seu surgimento, o *Última Hora* inovou também pelo seu conteúdo. Numa época em que as capas dos principais jornais traziam apenas notícias internacionais ou críticas ao governo, foi o *UH* que “trouxe o Brasil para a capa do jornal, principalmente as iniciativas do governo federal” (DIAS, 2009, p.70). Inspirado em colunas que havia visto nos EUA, Wainer quebrava contundentemente o silêncio sobre Vargas na seção *O dia do presidente*, na qual o jornalista Luís Costa tratava da rotina e das atividades do líder da nação no Palácio do Catete. Ao surgirem versões dessa coluna em outros jornais, devido ao seu sucesso, Samuel Wainer afirmava que “encerrava-se aí a primeira parte da minha tarefa: provocar a imprensa até obrigá-la a enxergar a existência do governo Getúlio Vargas” (WAINER, 1988, p. 144).

Além disso, os comentários irreverentes de Maneco Müller – mais conhecido como Jacinto de Thormes - na coluna *Na Hora H* sobre figuras em evidência e o espaço para queixas e reivindicações na seção *Fala o Povo na Última Hora* popularizaram o periódico. Por exemplo, sob o pseudônimo de M. Bernardez M., Thormes instigava a imaginação popular sobre figuras do poder público de forma bastante convidativa, conforme expressa a nota “A ‘modelo’ e o embaixador” publicada em 22 de junho de 1951. O texto divulgava em tom de boato: “Podemos assegurar que determinado embaixador está terrivelmente apaixonado pela bonita francesa. Querendo casar e tudo.” (M., 22 jun. 1951, p. 02). Acreditamos que apesar de estar aparentemente distante do debate político, colunas como essa desempenhavam importante função junto ao imaginário social no sentido de criar zonas de acesso em meio ao vácuo existente entre o funcionamento das instâncias do poder público e a sociedade civil. A propagação de informações de cunho pessoal e cotidiano a respeito de oficiais do Estado ajudava a criar imagens mentais que inevitavelmente seriam acionadas quando essas figuras fossem avaliadas em alguma situação de tomada de decisão. De forma similar, a coluna *Fala o povo na Última Hora*, assinada por Marijô - pseudônimo de Renato de Castro – dava uma cara original e popular à tradicional seção “Cartas” do periódico. Em sua escrita, a sensação de

participação política e alcance do poder público era transmitida numa linguagem jocosa e acessível: “Sr. Prefeito. Na Calçada da rua do Rosário, 155, tá uma farra lixeira! Não vê ki os danados dos lixeiros andam nas sassaricagem. Deixaram o lixo se lixar! Acumulou. Nasceram mosquitos. Surgiu fedorentice!” (TÁ, 3 jan. 1951, 2ª seção, p. 02).

Entretanto, esse tipo de narrativa mais coloquial dividia espaço também com um debate político mais elaborado. Assim, as edições eram, em geral, divididas em 2 cadernos: o primeiro tratava de política, economia, assuntos nacionais e internacionais, enquanto o segundo continha notícias esportivas, policiais, colunas de entretenimento, reivindicação social e suplemento de quadrinhos. Essa estrutura do periódico, segundo afirma Wainer, rendeu comentários ácidos de pessoas como o industrial pró-Vargas Euvaldo Lodi. O jornalista relata que o então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) teria dito: “Você é mesmo um grande filho da puta – disse-me rindo – É o único jornalista capaz de fazer um jornal que é capitalista no primeiro caderno e comunista no segundo” (WAINER, 1988, p. 151). Ainda que não necessariamente nos termos expressos por Lodi, o *UH*, assim como o próprio Vargas, assumia estrategicamente posturas ambíguas e por vezes até contraditórias ao sabor de seus interesses e conveniências. Vangloriando-se da sua capacidade de conciliar projetos distintos na constituição do jornal, Wainer reiterava:

Graças a esses malabarismos, conseguimos a proeza de transformar um jornal financiado por um conde milionário e conservador<sup>19</sup> numa publicação indiscutivelmente popular, com posições nacionalistas de esquerda (WAINER, 1988, p. 163).

Da mesma maneira que equilibrava públicos distintos, o *UH* também assumia posturas ambíguas com relação a seus patrocinadores. Grande parte dos anúncios publicitários do periódico – estes em quantidade progressivamente maior entre 1951 e 1954 - era referente a varejistas e ao comércio de produtos nacionais. Segundo Wainer, “se duas empresas envolviam-se em determinada disputa, eu escolhia a que fosse brasileira, ou a que melhor atendesse aos interesses de Getúlio e passava a defendê-la” (WAINER, 1988, p. 155), pedindo em troca contratos de publicidade. No entanto, essa premissa era

---

<sup>19</sup> Samuel Wainer refere-se nessa passagem ao lançamento do *Última Hora* de São Paulo, em março de 1952, financiado pelo Conde Matarazzo.

pragmaticamente flexibilizada à medida que o jornal ia crescendo e necessitando de maiores investimentos. Assim, não é incomum encontrarmos críticas ferrenhas a “trustes” estrangeiros perto de anúncios da *General Motors*, *Coca-Cola* ou *Esso*, por exemplo.

**Aproveite agora as ofertas de ANIVERSÁRIO do MUNDO DAS LOUÇAS**

**Cruzaram Taças ÚLTIMA HORA e o Quadro de Listas Telefônicas**

**Esso EXTRA MOTOR OIL**

**Limpeza do MOTOR!**

**Esso STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL**

Figura 1: Última Hora. 14 jul. 1952, p. 09.

**NAS 7 LOJAS SUDELETRÓ**

**MOTORES PARA MÁQUINAS DE COSTURA**

**Distinção Qualidade!**

**GRAVATAS "EMBAIXADOR"**

**Apostrophe! POTÊNCIA E ECONOMIA FORD**

**MOTORES INDUSTRIAIS para Força Motriz na Agricultura e na Indústria**

Figura 2: Última Hora. 7 jul. 1952, p. 19.

As imagens acima, ambas recortes da metade inferior de páginas de diferentes edições do jornal, nos ajudam a pensar a própria espacialidade material das páginas do periódico como campos de disputa por adesão da opinião pública, nesse caso, a partir da via do consumo. Como observado em muitas outras edições do jornal, os anúncios de produtos estrangeiros geralmente vêm acompanhados de informes publicitários referentes ao varejo ou à indústria nacional. Partindo da premissa de que, o layout de um periódico nada tem de natural, pois é pensado a partir de intenções e práticas de leitura (LUCA, 2008), o avizinhamento frequente entre esses dois tipos de anúncios publicitários pode ser entendido também como parte da narrativa veiculada pelo *Última Hora*. Segundo afirmou o próprio Wainer, a escolha de anunciantes e financiadores, que garantem as condições materiais de circulação das ideias defendidas pelo

jornal, não era arbitrária. Portanto, ainda que este não seja o foco da nossa análise, entendemos que o conflito que sugere a divisão de espaço entre os anunciantes nacionais e estrangeiros é mais um elemento presente em nossa fonte que expressa a própria ambiguidade do discurso governista e a dinâmica da aproximação e distanciamento em relação aos EUA da política econômica de Vargas.

A coesão entre as posturas do presidente e o discurso do jornal é evidente mesmo na auto- imagem que o *UH* fazia de si. Na capa da primeira edição do jornal, a *Coluna de Última Hora*, assinada por Samuel Wainer, veiculou a transcrição de uma carta escrita por Getúlio Vargas ao dono do periódico pela ocasião de sua inauguração. Este documento, não só anuncia o apoio do presidente ao vespertino que nascia, mas também nos fornece indícios da função social auto- atribuída pelo *Última Hora*. A carta, mais que uma saudação do presidente, expressa instruções relativas às responsabilidades e à “missão social” do jornal. Para Vargas, a imprensa tem o importante papel de interpretar, elogiar, criticar ou corrigir o poder público. Por isso, segundo ele “o que nos fere é a desleal e mal intencionada deturpação dos fatos, é o premeditado silêncio quando algo existe que merece incitamento e louvor” (WAINER, 12 jun. 1951, p. 01). Em clara ofensiva contra a grande imprensa brasileira, o chefe de Estado critica os que fazem da mídia impressa um “instrumento suspeito de mercantilismo e de venalidade [...] e os que procuram confundir o bem geral com o facciosismo dos seus pendores e a estreiteza dos seus interesses personalistas” (WAINER, 12jun.1951, p. 01). Em oposição a esse diagnóstico negativo, o *UH* se auto-afirma, então, por meio do voto de confiança de Vargas - figura respeitada e de reconhecida autoridade -, como uma imprensa leal, responsável, “desinteressada” e construtiva. Em última instância, o jornal fabrica para si a imagem de um canal de informação legítimo “cuja orientação elevada e patriótica” comunica as benfeitorias e as iniciativas louváveis do Governo à sociedade e transmite as tendências da opinião pública e as necessidades do povo para o presidente (WAINER, 12 jun. 1951, p.01).

Esse apadrinhamento explícito suscitou insinuações de que o *Última Hora* seria um “órgão oficioso do governo”, o que acirrou ainda mais a rivalidade com a mídia de oposição. Diante dessas acusações, Wainer negava que o *UH* tivesse esse tipo de ligação com Vargas e afirmava que apenas se afeiçoava ao presidente, reforçando que o jornal era feito do povo para Governo e não o contrário. (WAINER, 19 jun. 1952, p. 01). Nesse momento, o jornalista parecia perceber a necessidade de construir uma auto-imagem que enfatizasse o jornal como

um veículo de imprensa *livre* à serviço da população. Assim, é possível observar nas edições seguintes comentários de Wainer, bem como de jornalistas pertencentes a outros órgãos de imprensa que reforçavam a seriedade e o compromisso do *Última Hora* com a informação. Aliado a isto, furos de reportagem, especulações, pesquisas de opinião, denúncias e desmentidos de notícias veiculadas por outros jornais transmitiam a ideia de que o *UH* era onipresente e dotado de um senso de justiça que visava não só deixar o povo a par do debate político do momento, mas também convocá-lo a participar.

Outro recurso bastante utilizado pelo jornal era o uso do anedótico nas construções que fazia dos homens da vida pública brasileira. Na edição 19, publicada em julho de 1951, a coluna *Na Hora H* veiculava nota a respeito da viagem do General Góis Monteiro, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, para os Estados Unidos, com o objetivo de pleitear recursos para a modernização e o aparelhamento das forças armadas brasileiras. O informe, além de acompanhado de uma caricatura do General, era seguido do bem humorado comentário de que a viagem lhe faria bem, pois não precisaria mais esconder a guimba do seu cigarro no paletó para escapar da vigilância de sua esposa, que o proibia de fumar (M., 3 jul. 1951, p. 02). É notável que o humor empregado na matéria aproximava os personagens da política brasileira do povo, além de dar a impressão de que o jornal possui amplo acesso e familiaridade com as autoridades, o que o qualifica como um intermediário confiável.

Tal sensação de proximidade com as figuras do Governo era reafirmada e estrategicamente acionada em notícias como a da edição seguinte, em que o jornal publicava um desmentido de Góis Monteiro, pronunciado diretamente a um repórter do *UH*, sobre boatos relacionados à sua viagem aos EUA. Segundo telegrama da agência de notícias *United Press*, a ida do General aos Estados Unidos havia deixado círculos oficiais estadunidenses “satisfeitos, ao saber que o chefe do Estado Maior das Forças Armadas iria discutir nos Estados Unidos a possibilidade de equipar um contingente militar do Brasil, a fim de prestar serviços na Coréia” (GÓIS, 4 jul. 1951, p. 01). Num momento em que grande parte da opinião pública já havia se manifestado contra o envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coréia, um rumor como esse era um grave inconveniente para a reputação de um Governo que se dizia comprometido com posturas nacionalistas. Por isso, nessas circunstâncias, a credibilidade do *UH* era ferramenta chave para garantir-lhe o poder de inspirar confiança em um “esclarecimento” de Monteiro. Daí a importância de matérias anedóticas que sugerissem uma

imagem simpática do General e a casualidade da sua viagem, a exemplo da publicação na edição 19. Defendendo a autenticidade do pronunciamento de Góis Monteiro, a nota da edição 20 não afirmava que o General *respondia* aos rumores. A manchete “Góis *desmente*” (GÓIS, 4 jul. 1951, p.01, grifo nosso) deixava bem claro que não se tratava de uma versão contra a outra. Tratava-se de uma verdade contra uma mentira.

A auto-imagem de eficiência e a onipresença do jornalismo do *UH* era reforçada também por importantes figuras da política internacional. Em 7 de julho de 1952, período em que o Secretário de Estado dos EUA, Dean Acheson, visitou o Brasil, o jornal realizou a cobertura de todo o trajeto do oficial estadunidense desde a Europa até chegar em solo brasileiro. Em nota publicada na capa da edição 327, era divulgado o seguinte elogio supostamente feito pelo Secretário-adjunto do Departamento de Estado para os Assuntos Interamericanos, Edward Miller: “A equipe de Wainer está fazendo uma cobertura de corpo inteiro” (COBERTURA, 7 jul. 1952, p. 01). Anexo a esta nota, que ocupa todo o canto inferior direito da primeira página do jornal, constavam três fotos que reforçavam o potencial informativo do periódico e o seu reconhecimento e entrosamento com as referidas autoridades. Na primeira, vê-se Miller, ainda em Washington, com um exemplar do *UH* em mãos, na seguinte, o mesmo Secretário em conversa amigável com o jornalista Francisco Assis Barbosa e, na última, o encontro de Acheson e do Embaixador brasileiro Walter Moreira Salles com a imprensa brasileira – concedendo entrevista a dois jornalistas do *Última Hora* – em Recife. Diante de tais demonstrações de afinidade, como questionar a qualidade de um jornal saudado por autoridades oriundas do país vanguarda do jornalismo empresarial?

Não era apenas o reconhecimento das figuras públicas que buscava comprovar o *Última Hora*. O jornal precisava mostrar que também havia caído nas graças do povo brasileiro e, é claro, de potenciais patrocinadores da publicidade comercial. No dia primeiro de agosto de 1951, Wainer divulgava em sua coluna uma pesquisa do IBOPE que “classifica ULTIMA HORA entre os quatro maiores vespertinos cariocas, da categoria de 1 cruzeiro” (WAINER, 1 ago. 1951, p. 01). Esse levantamento, que compreendia o período entre 15 de junho e 15 de julho, ou seja, o primeiro mês de vida do jornal é ostentado como um troféu pelo fundador do *UH*. Comparando-se ao periódico londrino *Times* e ao *New York Times*, que eram os mais influentes do mundo mas não possuíam a maior tiragem em seus países, o *Última Hora* justificava a sua colocação na pesquisa apesar do ainda reduzido número de exemplares,

que naquele momento atingia uma média de 60 mil. A publicação periódica de *records* de tiragem nas capas das edições também foi um artifício utilizado no sentido de comprovar um sucesso e a aceitação do jornal pela opinião pública. A aquisição de novas rotativas, o aumento no número de páginas ou o surgimento do jornal em outras cidades brasileiras eram igualmente divulgados com a mesma intenção.

Para além de meio de comunicação bem sucedido e de qualidade inquestionável, o *Última Hora* atribuía para si o papel de ator político. Em muitas reportagens era noticiado que determinada pauta em discussão na Câmara, no Congresso ou entre Ministros, remetia a temas discutidos, denunciados e previamente levantados pelo *UH*. Assim o foi nas discussões sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia, quando o jornal fez pesquisa de opinião com amplos setores sociais que serviu de campanha política para forças contrárias à remessa de tropas brasileiras para o conflito; no debate sobre a exploração do petróleo, quando a divulgação de índices colhidos pelo CNP e de declarações do presidente deste órgão impulsionaram propostas oficiais de cunho nacionalista para a questão petrolífera; e, para ficar apenas em três exemplos, na polêmica regulamentação da atuação de bancos estrangeiros no Brasil, quando uma enquete e uma série de reportagens sobre a excessiva liberalidade da lei bancária brasileira em relação aos bancos estrangeiros, segundo o jornal, levou ao Congresso a discussão sobre a mudança na legislação.

Não é incomum encontrar elogios ao *Última Hora* nas falas de políticos em sessões da Câmara ou do Congresso noticiadas pelo jornal, que exaltavam o seu comprometimento com campanhas que “defendem os interesses do Brasil”. No entanto, esse aparente acolhimento em algumas instâncias oficiais do Governo era balanceado com posturas reivindicatórias de apoio aos trabalhadores. Afinal, não era conveniente que a simpatia do poder público pelo periódico fosse confundida com uma cumplicidade absoluta que inviabilizasse a crítica combativa às injustiças sociais. Por isso, assim como eram publicadas fotos de jornalistas do *UH* com autoridades da política nacional e internacional, imagens de diretores do jornal acompanhados de líderes sindicais e militantes da esquerda também estampavam algumas capas das edições.

A capa veiculada no dia 13 de outubro de 1953 é bastante representativa nesse sentido. A foto de Danton Coelho conversando com líderes sindicais durante a solenidade que



celebrava a sua nomeação ao cargo de diretor-presidente da editora *Última Hora* S.A.<sup>20</sup>, veio acompanhada de extensa matéria na primeira página desta edição com a seguinte manchete: “Um jornal brasileiro para o povo brasileiro ‘*ÚLTIMA HORA*’ TRINCHEIRA DOS INTERÊSSES POPULARES.” (UM JORNAL, 13 out. 1953, p. 01). O discurso proferido por Coelho, ex- Ministro do Trabalho de Vargas<sup>21</sup>, enfatizava a postura defensora dos interesses da classe trabalhadora “sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho”. Naquele momento em que a popularidade de Vargas e do jornal<sup>22</sup> estava comprometida por uma crise política desencadeada por intensa campanha da oposição, Wainer e Vargas apostavam suas fichas numa aproximação mais explícita com os trabalhadores a fim de conquistar bases de apoio perdidas por acordos conciliatórios com as elites. Assim, Danton Coelho afirmava: “manteremos e até ampliaremos a linha nacionalista que nos tem caracterizado”. E acrescentava:

Tôdas as manifestações do esforço nacional nos setores de trabalho da indústria, do comércio, orientados no sentido de criar uma estrutura capaz de resistir aos impactos de interesses estranhos e contrários à nossa libertação espiritual, econômica e financeira, encontrarão entre nós, de *ÚLTIMA HORA*, todo o estímulo e o aplauso mais veementes e decididos (UM JORNAL, 13 out. 1953, p. 01).

O discurso de matérias desse tipo visava reforçar a auto-imagem trabalhista do jornal.

<sup>20</sup> Ao longo dos anos analisados em nossa pesquisa o quadro administrativo do *Última Hora* sofreu diversas transformações. Porém, à revelia de todas elas, a bibliografia sobre o jornal à qual tivemos acesso aponta que Wainer sempre teve amplo poder de decisão nos assuntos da empresa mesmo quando oficialmente afastado da diretoria. Aliás, é possível associarmos o seu afastamento estratégico da equipe diretiva do periódico ao desgaste de sua imagem pública devido às acusações de ter falsificado os registros que atestam a sua nacionalidade brasileira e aos escândalos envolvendo financiamentos ilegais do Banco do Brasil ao *UH* investigado pela CPI de 1953.

<sup>21</sup> Ainda que a presença de pessoas ligadas ao Governo ou ao próprio Vargas na diretoria do jornal motivasse ataques da oposição, o envolvimento direto de figuras políticas com os meios de comunicação era algo comum. Por exemplo, Assis Chateaubriand, dono da maior cadeia de jornais da época, os *Diários Associados*, era também senador pelo PSD. Da mesma forma, em 1950, Chagas Freitas assumiu a direção de *A Notícia*, jornal comprado em sociedade com Ademar de Barros. Chagas Freitas foi deputado federal entre 1955 e 1971 e governador da Guanabara na década de 1970. Já Ademar de Barros foi interventor (1938-1941) e governador (1947-1951/1963-1966) de São Paulo e candidato à presidência da República por duas vezes, em 1955 e 1960. Como estes, há muitos outros casos. Sobre isto consultar: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) /CPDOC / FGV. Disponível: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em 16/05/2016.

<sup>22</sup> Em outubro de 1953, estava em andamento uma CPI destinada a investigar os supostos financiamentos irregulares dos principais veículos de mídia brasileiros. Sob a acusação de receber privilégios e favorecimentos inconstitucionais do Banco do Brasil, o *Última Hora* passou meses sendo investigado pela Comissão e barbarizado pelos principais jornais brasileiros e mesmo por alguns programas de TV e de rádio da época. Trataremos desse tema com mais afinco no capítulo seguinte

Considerando-se o baluarte dos trabalhadores, o *UH* afirmava, em muitas de suas notícias, servir ao povo e eximir-se do compromisso com partidos políticos e homens públicos. Ao se mostrar duplamente acolhido tanto pela luta popular quanto pelo poder público, o periódico transformava a ambiguidade de sua posição intermediária num desejo de coesão. A coexistência do financiamento de membros das elites, do elogio a figuras de partidos da oposição e das posturas de exaltação e aproximação em relação aos EUA com um inflamado discurso progressista, trabalhista e nacionalista revela não a ausência de um projeto político, mas uma política pretensamente conciliatória com as forças antagônicas em jogo, a saber, os interesses das elites conservadoras, da burguesia industrial, das classes urbanas em ascensão, dos trabalhadores e as pressões hegemônicas dos Estados Unidos.

Nesse sentido, os discursos do *Última Hora*, que entrevemos a partir da identificação da auto-imagem veiculada, são notadamente afinados com os discursos e práticas de Vargas naquele período. Maria Celina D'Araujo interpreta o caráter contraditório da condução do mandato do presidente, como uma postura mais ou menos apartidária. Para ela, Getúlio Vargas “se auto-atribui o direito de representar todos os interesses nacionais que, a seu ver, estão acima de quaisquer interesses particulares organizados” (D'ARAUJO, 1992, p. 18). Sem excluir ou privilegiar a um grupo ou organização em específico, o Governo, assim como o seu porta-voz na imprensa, investia em posturas conciliatórias que pudessem levar a um consenso sobre o projeto de modernização nacional. O objetivo era industrializar, desenvolver e inserir o país no cenário internacional de forma mais sólida e autônoma, estimulando a emancipação econômica. Para tanto, reformas internas eram vistas como necessárias para que os trabalhadores e as classes médias urbanas viabilizassem o avanço do desenvolvimento capitalista brasileiro. Porém, mesmo que os propósitos fossem consistentes, as alianças e os compromissos políticos tanto do presidente quanto do jornal eram frágeis, e, muitas vezes, circunstanciais. Por isso, ainda que o compromisso com o nacional-desenvolvimentismo fosse claro e constantemente expresso, as vias para alcançá-lo reservavam desencontros e reatamentos. Para abrir espaço para as forças getulistas no debate político brasileiro, Wainer oferecia concessões e fazia propaganda e elogios a seus inimigos e a grupos empresariais monopolistas e estrangeiros. Para viabilizar a realização de seu projeto político, Vargas concedia cargos à oposição e estabelecia até alguns acordos desfavoráveis ao Brasil com os EUA. Assim, entendemos que a barganha nacionalista de Vargas, era também, em grande

medida, a barganha de Wainer.

Conforme a proposta desse capítulo, buscamos delinear um modelo de investigação que tem por objeto um tema caro às recentes tendências da História das Relações Internacionais, mas que ainda é pouco explorado pela História Política: o condicionamento da opinião pública e do imaginário político nas relações Brasil-EUA. Sem cair na ênfase do processo de “americanização” do Brasil e sem endossar o alinhamento automático aos EUA, mas investigando justamente as tensões e as contradições nessa relação, pensamos que o jornal *Última Hora* constitui uma valiosa fonte. Na sua condição de ator político e de porta-voz autorizado de Getúlio Vargas, o jornal é capaz de oferecer amplas possibilidades ao olhar crítico do historiador interessado em acessar o escorregadio terreno da disputa pela legitimação do poder por intermédio da conquista do imaginário político brasileiro. Assim, por meio da análise dos discursos elaborados e das imagens construídas pelo *UH*, observaremos nos capítulos seguintes como se constituíram os elementos que demarcaram tensões e aproximações entre o Governo brasileiro e Washington.

## **CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: NARRATIVAS E TENSÕES EM PERSPECTIVA**

Estudar as relações Brasil-Estados Unidos é uma tarefa desafiadora e necessária. Embora tenha havido um crescimento considerável na produção de obras de cientistas políticos e historiadores dedicadas a essa temática a partir da década de 1980, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas e caminhos a serem trilhados. Realizadas majoritariamente por parte de estudiosos de instituições estadunidenses, as investigações sobre as relações dos EUA com a América Latina lançaram mão de abordagens e interpretações ecléticas com poucas perspectivas de síntese, o que abriu espaço para intensos debates e revisionismos. Gilderhus (1992) afirma que tal diversidade de pontos de vista foi por muito tempo caracterizada por abordagens predominantemente monográficas, de perspectiva estreita e dependente quase que exclusivamente de fontes disponíveis nos EUA. Portanto, grande parte das tendências historiográficas, que buscavam meios de entender os objetivos e as ambições dos Estados Unidos em relação à América Latina, possuía uma visão unilateral e centrada na perspectiva estadunidense.

Além disso, vale lembrar que a história das relações Brasil-EUA, frequentemente analisada em conjunto com outros países latino-americanos, carece de esforços, especialmente na historiografia, para compreendê-la em suas especificidades, contradições e complexidades<sup>23</sup>. Não é nossa intenção desconsiderar ou diminuir a importância de obras de síntese ou comparativas. Ao contrário, reconhecemos o valor e as relevantes contribuições de obras como *Exporting Democracy: The United States and Latin America*, organizada por Abraham Lowenthal (Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1991), *Estados Unidos: poder e submissão*, de Lars Schoultz (Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2000.); ou *The second century: U.S.-Latin American relations since 1889*, de autoria de Mark Gilderhus (Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2000), para citar apenas três autores importantes. Todas elas atentam cuidadosamente para os limites das generalizações e, mesmo que não abordem de maneira aprofundada as circunstâncias e os eventos que marcaram

---

<sup>23</sup> O levantamento de artigos publicados em anais de eventos e em periódicos acadêmicos sobre temas correlatos nos levou a diagnosticar uma tendência nas abordagens em dar ênfase no processo “americanização” do Brasil, endossando o alinhamento quase automático aos EUA

particularmente cada uma das nações latino-americanas, apontam problemáticas latentes e oferecem pontos de partida para pesquisas posteriores.

No que diz respeito às produções brasileiras, estudiosos diagnosticam um limitado espaço dedicado à análise da sociedade ou da história dos Estados Unidos, e em especial, às suas relações com o Brasil. Lúcia Lippi Oliveira enfatiza a necessidade de estudarmos os EUA a fim de melhor compreendermos o nosso maior parceiro continental. Observando a discrepância entre produções brasileiras sobre os Estados Unidos e produções estadunidenses sobre o Brasil, a autora alega que “desconhecê-lo [os EUA] é manter-se em posição subalterna na comunidade acadêmica internacional” (OLIVEIRA, 2000, p. 44). Para além do campo intelectual, Sidnei Munhoz chama a atenção para o fato de que “Compreender os EUA, o seu povo, a sua cultura e a sua política externa, principalmente em relação à América Latina e ao Brasil” é fundamental “à própria defesa e à soberania nacional” (MUNHOZ, 2010, p.13). Logo, o estudo da história das relações Brasil-EUA constitui uma lacuna que precisa ser preenchida não apenas no campo acadêmico, mas também no político e estratégico.

Atentos à relevância do tema e ao que aponta a produção historiográfica até o momento, nos debruçamos sobre as relações entre os dois países valorizando a sua ausência de linearidade, isto é, visando compreender as oscilações entre momentos de tensão e cooperação. Estudiosos apontam que a América Latina, especialmente no século XX, viveu sob constantes pressões diplomáticas dos EUA (LIVINGSTONE, 2009; MUNHOZ, 2010). Assim, não é difícil identificar quais acontecimentos despertaram a convergência ou a divergência de interesses entre Washington e Rio de Janeiro. Num breve exercício de pensamento referente ao nosso recorte temporal, é possível rapidamente caracterizarmos a criação da Petrobrás e o não envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia como expressões legítimas da autonomia brasileira, assim como é compreensível rotularmos a instalação da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU) ou a assinatura do Acordo Militar como expressões de dependência.

No entanto, apesar de termos organizado o nosso estudo a partir da classificação prévia dos eventos como indicativos de conflito ou de colaboração, entendemos que a dinâmica das relações entre Brasil e Estados Unidos é mais heterogênea que a simplicidade dessas adjectivações. Por isso, a fim de evitarmos uma abordagem artificialmente dicotômica,

buscamos compreender as aproximações e os distanciamentos não como fenômenos opostos que se alternam, mas como manifestações de anseios, expectativas e frustrações presentes num imaginário político que faz prevalecer o interesse ora pela cumplicidade, ora pelo afastamento.

Desta maneira, acreditamos que a nossa análise nos permite ter uma visão mais clara das contradições que permearam as relações Brasil-Estados Unidos, de modo que torna possível observarmos como aspectos que demarcam aparente aproximação entre os países comportam espaços significativos de conflito de interesses, e como questões polêmicas, que expressam clara divergência entre ambos, podem vir acompanhadas de esforços de cooperação. Nesse capítulo, concentraremos o nosso olhar em eventos indicativos de tensões entre o Brasil e os Estados Unidos. Mediante a análise das fontes e a leitura de obras da literatura especializada, classificamos como principais pontos de estrangulamento nas relações Washington-Rio de Janeiro no início da década de 1950: a instauração da lei reguladora da remessa de lucros, a Guerra da Coréia, a criação da Petrobrás e a Conferência de Caracas.

Claramente, esses eventos não esgotam o entendimento dos conflitos de interesse entre Brasil-EUA àquela época. Entretanto, para a nossa abordagem, a magnitude de tais acontecimentos nos bastarão para investigar as construções simbólicas sobre o Brasil e sobre os EUA que conduziram o debate político a respeito das relações entre ambos. A complexidade do tema, a vastidão e as amplas possibilidades de análise que o material encontrado oferece situam a confirmação de hipóteses e os resultados gerais da nossa pesquisa não como um diagnóstico acabado do problema, mas como uma espécie de caminho, de direcionamento, a ser percorrido para o aprofundamento do tema em pesquisas vindouras.

Tal qual perspectivas adotadas em trabalhos como os de Alexandre Valim sobre o cinema e a Política da Boa Vizinhança (VALIM, 2010) e, notadamente, o de Mary Anne Junqueira sobre a revista *Seleções* (JUNQUEIRA, 2000), abordamos os questionamentos que movem a nossa pesquisa pela via do imaginário. Investigando a (re) produção de discursos mobilizadores de ação e capitalizadores de lutas simbólicas por legitimidade ante a opinião pública brasileira, observamos em que termos se deu o debate político frente às circunstâncias de rivalidade, divergência ou desentendimento entre ambos os países. A partir da identificação de quais imagens de Brasil e de EUA foram elaboradas e veiculadas pelo *Última Hora* a fim de fundamentar posturas de afastamento do Governo brasileiro de Washington, encontramos

construções discursivas que apontam para um estereótipo de Brasil nacionalista, autônomo, independente ou mesmo ressentido em relação a um EUA explorador e distante. Evidentemente, seria ingênuo pensar que essas imagens fossem absorvidas e incorporadas por todos os seus leitores. Decerto, isto não ocorreu. No entanto, a própria difusão dessas elaborações simbólicas nas páginas do porta-voz de Vargas na imprensa brasileira nos dá indícios do que estava em jogo nos meandros das relações Brasil-EUA naquele momento (BACZKO, 1985; BOURDIEU, 2007)

### *2.1. Relações Brasil-EUA: o projeto de modernização brasileira e o início da Guerra Fria*

O Segundo Governo Vargas foi um período marcado pelo estremecimento das relações bilaterais entre os dois gigantes da América. Os esforços para a consolidação do processo de industrialização, a política interna trabalhista e o discurso nacionalista de Getúlio Vargas foram fatores que acirraram tensões. À medida que o Brasil ia se modernizando, uma incipiente burguesia industrial questionava os parâmetros da diplomacia da agroexportação e reivindicava reajustes nas estruturas de poder (CERVO, 2001). Ainda que, segundo Visentini, essa onda de transformações se devesse “muito mais às necessidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil (como as estatizações de serviços públicos) do que a uma estratégia antiimperialista.” (VISENTINI, 2010, p. 211), as pressões das classes médias e das massas urbanas por mudanças eram vistas com desconfiança pelos Estados Unidos.

A busca brasileira por maior autonomia no cenário internacional e pela consolidação da economia doméstica exerceu impacto especialmente dramático na política externa estadunidense devido ao clima de hostilidade e inquietação próprio do pós Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto, governos que adotassem medidas nacionalistas que acabavam por diminuir o poder de intervenção dos EUA eram prontamente considerados inimigos da democracia, da liberdade e do capitalismo (MUNHOZ, 2010). Assim, nesse período de gênese da Guerra Fria, os Estados Unidos pressionavam países latino-americanos por meio da promessa de auxílio econômico e militar e da supervalorização de uma suposta ameaça comunista na América Latina, a fim de estabelecer sua hegemonia sobre o restante do continente e afastar governantes cujas inclinações não eram compatíveis com os interesses

estadunidenses (LIVINGSTONE, 2009).

Ao analisar a influência dos EUA na promoção das democracias latino-americanas, Leslie Bethell (1991) observa que o pós-Segunda Guerra na América Latina foi um período de ajustes políticos e ideológicos à nova ordem mundial que se esboçava. O fim do conflito internacional e a vitória dos Aliados foram acontecimentos centrais no cenário internacional que influenciaram mudanças na política interna e externa da América Latina. O estreitamento das relações com os Estados Unidos durante o conflito e a parceria de Washington com as elites sul-americanas possibilitou a penetração dos produtos estadunidenses, do *american way of life*, a modernização das forças armadas e a concessão de cerca de 450 milhões de dólares em ajuda militar para o subcontinente (LIVINGSTONE, 2009). Todos esses elementos configuram, na interpretação de Bethell, uma influência indireta dos EUA no florescimento de regimes democráticos no hemisfério naquele momento. No entanto, em alguns casos, como o brasileiro, a atuação das instâncias governamentais de Washington não foi tão indireta assim. Em 1945, temendo aliança de Vargas com o comunismo ou com as posturas anti-EUA do regime peronista, devido às concessões feitas durante o Estado Novo aos trabalhadores e às críticas dos opositores do presidente, em sua maioria liberais pró-EUA, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle, interferiu na política interna brasileira a fim de impedir um suposto adiamento das eleições previstas para o final daquele ano (BETHELL, 1991; MUNHOZ, 2002). Dessa forma, à revelia da força do movimento queremista - que defendia a elaboração de uma constituinte que viabilizasse a candidatura de Vargas nas eleições democráticas - a “incômoda” figura de Getúlio Vargas foi derrotada e substituída pelo General Eurico Gaspar Dutra, cuja gestão beneficiou as elites pró-Estados Unidos. Tal interferência diplomática em assuntos internos brasileiros seria o início das tensões que minariam as relações de parceria entre Brasil e EUA após anos de cumplicidade assegurada pela Política da Boa Vizinhança.

O mandato do General Dutra foi a expressão do fortalecimento das elites conservadoras e do alinhamento incondicional aos Estados Unidos, que levou à redução da capacidade brasileira de barganhar ajuda econômica e status político no cenário mundial que emergia. Nos anos da política subserviente de Raul Fernandes, chanceler do presidente Dutra, prevaleceram esforços para a criação de um ambiente propício à atração do capital privado estadunidense por meio da eliminação de restrições e controles cambiais, da diminuição dos preços dos produtos



primários brasileiros e da redução do controle dos recursos estratégicos (VISENTINI, 2010). Data desse mesmo período a assinatura do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR), que ao restringir a interferência de nações não americanas e a atuação de organizações internacionais como a ONU na América, submeteu oficialmente os países latino-americanos a uma posição de dependência em relação à tutela dos Estados Unidos. No ano seguinte, em 1948, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA) na Conferência de Bogotá. Além de promover a intensificação da colaboração e solidariedade mútuas sob a bandeira do anticomunismo, a OEA reafirmava o papel hegemônico estadunidense acentuando as pautas que diziam respeito à segurança do hemisfério à medida que relegava a segundo plano os interesses econômicos dos países latino-americanos (GILDERHUS, 1989).

Como se pode ver, o governo Dutra representou um período importante na consolidação do sistema interamericano. Desde os últimos anos do Estado Novo, havia fortes expectativas brasileiras de se tornar peça importante na reestruturação do mundo pós-Segunda Guerra. Atendendo a pressões dos EUA e de forças políticas domésticas, o país passava por um processo de abertura política - no qual foi inclusive abolida a censura à imprensa - ao passo que visava a obtenção de capitais externos para financiar sua industrialização. Nesse momento de forte efervescência política, a oposição liberal temia reformas sociais que trouxessem mudanças estruturais. Assim, num contexto de aumento do custo de vida, greves, inflação e carestia que inflamava as manifestações populares, Dutra preocupou-se em criar “mecanismos institucionais e legais para a repressão às organizações de esquerda e aos movimentos sindicais e populares.” (MUNHOZ, 2010, p.179).

A partir da análise do contexto doméstico, como propõe Munhoz, é possível redimensionar algumas questões sobre o anticomunismo e os interesses brasileiros em relação ao alinhamento aos EUA, deslocando assim, o estudo das relações Brasil-EUA da perspectiva exclusivamente estadunidense. Observando o processo de criminalização do Partido Comunista Brasileiro, no qual se evidencia a construção de um discurso que classificou o PCB como antibrasileiro a partir da sua associação aos interesses de uma potência estrangeira, a URSS, o autor aponta que o anticomunismo serviu, nesse contexto e mesmo anos depois, como uma retórica discursiva para garantir os interesses de uma elite liberal pró-EUA. Enquanto, do ponto de vista externo, o discurso anticomunista servia ao propósito de barrar governos nacionalistas que pudessem dificultar a penetração do capital estadunidense na

região, internamente, havia um forte temor de que as lutas encabeçadas pelo PCB fossem vias de acesso não simplesmente para a infiltração soviética, mas para a verdadeira ascensão das classes populares e para transformações na estrutura sócio-política brasileira que garantia a posição privilegiada tanto das elites agrárias quanto das industriais. Dessa maneira, a abertura das portas para o capital privado estadunidense e o alinhamento quase que incondicional aos EUA, foi não apenas uma mera expressão da submissão brasileira, mas principalmente uma forma de frear o avanço de reformas populares e de garantir a manutenção do *status quo* sob a bandeira internacionalmente legítima da defesa dos valores democráticos e da luta contra o comunismo.

Os últimos anos da década de 1940 foram um período de radicalização do anticomunismo. Entre 1946 e 1947, insurreições nacionalistas na Turquia e agitações políticas na Grécia faziam a Europa do pós-guerra parecer ainda mais vulnerável à influência soviética. No entanto, a disputa hegemônica com a União Soviética não era a única preocupação do Departamento de Estado. Ao lançar um olhar sobre a política externa dos Estados Unidos atento à transversalidade de premissas da diplomacia estadunidense de 1750 até o século XX, Walter LaFeber (1994) sustenta que as necessidades domésticas frequentemente ditavam a política externa da grande potência. Por isso, num pós-guerra em que os EUA haviam saído vitoriosos e dotados de grande capacidade produtiva, a prioridade de sua política internacional voltava-se para a busca de novos mercados. Dessa maneira, os esforços estadunidenses concentravam-se em garantir economias de livre mercado em sua esfera de influência. Aliando a urgência do combate ao comunismo à necessidade de escoamento de sua produção, os EUA apostaram na reconstrução da Europa e na aproximação com a Ásia, possivelmente, porque, segundo pontua LaFeber, a América Latina era tida pelo Departamento de Estado como uma esfera de influência – tanto em termos ideológicos como econômicos - já conquistada e garantida. Assim, nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, “com nenhuma outra real alternativa política ou econômica, durante a crescente Guerra Fria, a maioria dos latino-americanos atenderam às ordens de Washington.” (LAFEBER, 1994, p. 488 – tradução nossa).

No quesito ideológico, a América Latina da década de 1950 era vista como a China dos anos de 1930, portanto, mesmo que receptiva e em algumas vezes subserviente aos desígnios da potência estadunidense, era necessário mantê-la protegida do comunismo. Porém,

investigando documentos diplomáticos estadunidenses e atento às disparidades dos discursos dos diversos agentes das chancelarias – democratas, republicanos, intelectuais, militares, empresários etc-, Schoultz (2000) salienta que apenas em raras ocasiões haviam provas concretas de laços latino-americanos com a URSS, todavia, em geral, a necessidade de intervenção estadunidense – seja em maior ou menor grau – era consensual. Isso não significa que o anticomunismo tenha sido simplesmente uma ferramenta retórica para justificar interesses hegemônicos dos EUA. No entanto, a conveniência de atribuir o rótulo de comunista às manifestações nacionalistas precisa ser considerada. Afinal, a maior prova de que os Estados Unidos não temiam, de fato, revoluções comunistas na América Latina foi o baixíssimo investimento no continente entre 1945 e 1959, ano da Revolução Cubana.

De fato, numerosos relatos de embaixadores, políticos e intelectuais que viajavam à América Latina, produziram um aparato intelectual anticomunista condizente com as necessidades políticas e econômicas dos EUA. Porém, essa “colagem” de comunistas e nacionalistas na década de 1950 não era uma “invenção” completamente absurda. Munhoz (2010) ressalta que movimentos sociais, nacionalistas e outros setores da esquerda, apesar de não serem comunistas, viam no comunismo um caminho mais viável para a modernização brasileira. Dessa maneira, as bandeiras de reforma social eram similares e não raro, se confundiam. Evidentemente, a repressão a essas reformas, desejosa de defender a manutenção dos interesses das elites liberais e de criar um clima interno favorável à atração de capitais estadunidenses, não se preocupava em discernir comunistas de nacionalistas.

Diante de tais antagonismos sociais acompanhados por uma paranoia anticomunista, da qual o Macartismo<sup>24</sup> foi sua expressão última, os Estados Unidos mudaram a estratégia política em relação à América Latina. A adesão continental aos valores democráticos não mais era prioridade, a partir de então “os Estados Unidos tinham que se assegurar de que seus amigos detinham [sic] as rédeas do poder na América Latina” (SCHOULTZ, 2000, p.380). Os governos latino-americanos precisavam então ser incisivos e duros na repressão a qualquer ameaça comunista. Conforme pontua Brands (1999) a diretriz da política externa

---

<sup>24</sup> Adaptado do inglês *McCarthyism*, esse termo denomina o conjunto de ações empreendidas pelo senador estadunidense Joseph McCarthy no sentido de controlar e punir ações consideradas “antiamericanas”, ou seja, de suposta inspiração comunista. O radicalismo e os discursos inflamados de McCarthy e de seus apoiadores sistematizaram a perseguição aos comunistas nos Estados Unidos, estabelecendo um clima de histeria coletiva. No afã de exterminar o comunismo da sociedade estadunidense, vários intelectuais, artistas, políticos e militantes foram punidos sem provas consistentes de seu envolvimento com ideais comunistas.

estadunidense a partir da década de 1950 era a de que “Segurança vem em primeiro lugar [...]; depois, viriam a prosperidade e a democracia.” (BRANDS, 1999, p. 150 – tradução nossa.). Observando os argumentos dos *policymakers*<sup>25</sup> contra a promoção ativa da democracia no subcontinente latino-americano, Bethell (1991) evidencia a prioridade de assuntos relacionados à segurança nacional em detrimento da necessidade de conformar e liderar um bloco hegemônico verdadeiramente democrático. Esse discurso alegava que a América Latina não estava pronta para a democracia sob a justificativa de que a região ainda era demasiado imatura para autogovernar-se.

Desse modo, no início da década de 1950, os EUA passaram a reconhecer quase que prontamente regimes ditatoriais latino-americanos supostamente a bem do combate à ameaça comunista no continente. O pretexto oficial da aceitação de tais governos autoritários era o de não intervenção em assuntos nacionais de outros países. O interesse, no entanto, estava na instalação de governos confiáveis que seguissem a lógica do produtivismo, que aderissem ao liberalismo, que controlassem o operariado, marginalizassem a esquerda, burocratizassem sindicatos, enfim, deixassem o caminho livre e a atmosfera estável para a entrada de capitais (BETHELL, 1991.).

No Brasil, o sucessor de Dutra não foi um ditador (ao menos não dessa vez). Diferente dos muitos “ditadores amigos” do hemisfério à época, Vargas não era liberal e nem abriu facilmente as portas ao capital estadunidense. Ao implementar a “barganha nacionalista” assumiu como diretrizes essenciais o aparelhamento econômico industrial sem perder de vista a defesa nacional. Por isso, a eleição de Vargas prometia mudanças no perfil diplomático do Brasil (MUNHOZ, 2010). Em termos de política externa, o segundo governo de Getúlio promovia a busca pela multilateralidade nas relações, o aumento da representação do Brasil em organizações internacionais, expansão de parceiros comerciais e a atração de financiamentos sob a tutela do Estado para custear a industrialização e a exploração de recursos minerais. As expectativas dos setores pró-Vargas eram, então, as de modificar o perfil de inserção nacional do Brasil no cenário mundial por meio da conquista da bilateralidade nas negociações com os EUA e da emancipação econômica (BANDEIRA, 1973).

---

<sup>25</sup>Esse termo refere-se aos formuladores de política externa. Corresponde às figuras que elaboravam e debatiam questões e estratégias que influenciavam tanto a política interna, nas Câmaras, quanto a política externa, nas chancelarias.

Já nos primeiros anos de governo, tornou-se evidente que, na prática, a conquista desses objetivos seria um tanto mais complicada do que parecia, pois as relações Vargas-Truman foram pautadas pelo ressentimento brasileiro diante das prioridades dos EUA e por um clima de desconfiança mútua. José Augusto Ribeiro (2001) sustenta que “de Roosevelt para Truman, em 1945, o Brasil sofrera perdas substanciais em seu relacionamento com os Estados Unidos, embora o governo Truman tentasse manter de pé uma fração, ao menos, da herança de Roosevelt” (RIBEIRO, 2001, p. 126). Por isso, as posturas brasileiras nas conversações com Washington seguiam a orientação de conquistar o máximo de auxílio possível dos EUA, já que o Brasil não se sentia devidamente compensado pelos esforços de sua participação no último conflito mundial.

A postura ambígua de Getúlio Vargas em relação ao seu modelo autonomista de desenvolvimento e às suas concessões à hegemonia do capital é um assunto que merece estudo mais aprofundado. As constantes tentativas de conciliação com os interesses dos segmentos sócio-políticos favoráveis ao alinhamento com os EUA provocaram avanços e recuos tanto na política interna quanto na externa. O controverso *modelo substitutivo de importações* como política externa varguista, por exemplo, foi questionado por Amado Cervo (2001). O autor afirma que tal modelo foi um conceito equivocadamente aplicado pelos economistas da CEPAL. No seu entendimento, diferente do que afirmam muitos estudiosos, o comércio não operou pela substituição de importações e sim pela promoção do aumento da “riqueza nacional, bens e rendas, pela via da industrialização” (CERVO, 2001, p. 55). Nessa perspectiva, a substituição das importações é vista pelo autor como um recurso secundário e dependente de um projeto desenvolvimentista mais amplo, cujo objetivo era garantir a entrada do país na modernidade. Ainda que essa seja uma ideia defendida veementemente por Cervo sobre toda a Era Vargas, não há lastro documental ou maiores explicações que sustentem satisfatoriamente a sua tese.

## 2.2. Políticas comerciais e a lei de remessa de lucros: aspectos de um debate político

A análise das páginas do *Última Hora* nos fornece diretrizes para o esclarecimento da questão apontada por Amado Cervo (2001). Desde as primeiras edições do vespertino, foram

publicadas inúmeras denúncias ao mercado negro de dólares e à importação de produtos à revelia de sua disponibilidade em território nacional. Especialmente em 1951, a evasão de divisas foi tema de destaque nas colunas sobre economia, política e mesmo nas colunas policiais. Muitas eram as menções aos “gangsters do dólar” ou à “máfia dos Cadillacs”, que ao esbanjarem clandestinamente divisas com artigos de luxo eram responsabilizados pela falta de dólares para a compra de materiais ferroviários ou equipamentos que fortalecessem a indústria de base e viabilizassem a exploração de recursos energéticos. O compromisso com a substituição das importações a fim de garantir prioridade aos produtos que impulsionassem o desenvolvimento da economia nacional foi insistentemente expresso nos editoriais, campanhas empreendidas pelo periódico e mesmo nas notícias supostamente “imparciais”. De anúncios publicitários que exaltavam produtos nacionais, tirinhas que criticavam a compra de maçãs italianas e uvas argentinas enquanto abundavam laranjas brasileiras, às análises mais elaboradas de economistas, eram diversos os elementos favoráveis à substituição das importações destinados a atingir a opinião pública brasileira.

A construção de ideias dessa natureza extrapola a abstração do imaginário quando se tornam diretrizes de políticas concretas do governo. O chamado *modelo substitutivo de importações* foi claramente mais que um conceito na medida em que norteou as políticas da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM), esteve atrelado à criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) e orientou, em maior ou menor grau, as reformas cambiais do Segundo Governo Vargas. No entanto, como qualquer “modelo” de política econômica, a substituição de importações teve seus limites e contradições. A oscilação entre o mercado de livre câmbio e a política de controle cambial ao sabor das pressões dos EUA junto às elites conservadoras é um bom exemplo disso. De forma semelhante, sabemos que a atuação da CDI, que funcionava como um órgão governamental mediador da vinda de indústrias estrangeiras para o Brasil, nem sempre beneficiou o florescimento da indústria nacional. Assim, pensamos que, embora o *modelo substitutivo de importações* tenha encontrado limitações e sido eventualmente subjugado por pressões de opositores, não significa que, em última instância, “não se cogitava em substituir importações” (CERVO, 2001, p.55).

Aliás, a ideia de controle das importações era um dos pilares do debate sobre os problemas econômicos da época. Nas discussões sobre o “atraso” industrial brasileiro o gasto com supérfluos no imediato pós-guerra era insistentemente apontado pelo *UH* como obstáculo

para o desenvolvimento do país. Na edição 8, veiculada no dia 20 de junho de 1951, Wainer escrevia em sua coluna editorial estampada na capa do periódico que, ao fim da Segunda Guerra Mundial, “os homens que arrebataram o poder, após a vitória, entregaram os nossos trunfos ao parceiro mais esperto”. E prossegue:

Os problemas brasileiros estavam todos plenamente estudados. As soluções se encontravam à ponta do lápis. Era o momento do govêrno agir objetivando reviver as questões que foram criadas ou entravadas por efeito da nossa participação, quer como fornecedor de materiais estratégicos, quer como povo armado, na guerra. Raul Fernandes, orientador específico da nossa política exterior, Correia e Castro, responsável pela política econômica do govêrno, Guilherme da Silva manipulador e executor das medidas econômicas e financeiras, conduziram o Brasil pelo caminho da inflação vertiginosa, para o gasto dos saldos externos, não na aquisição justa de equipamentos de toda a espécie para todos os setores da economia nacional como era previsto pelo governo anterior, mas na compra de coisas supérfluas e de ferro velho, como é o caso da Leopoldina<sup>26</sup>, fazendo retornar o Brasil à vergonha dos tempos anteriores a 1930, do léro-léro e das barganhas de estilo patriarcal. Ganhamos duramente a guerra e êles nos fizeram perder a paz. Que o povo os classifique! (WAINER, 20 jun. 1951, p. 01)

Em edição posterior, publicada no dia 30 de junho de 1951, os comentários sobre a necessidade de manutenção e recuperação dos equipamentos de produção e transportes no Brasil também vieram acompanhados de ataques aos homens do General Dutra. Em matéria não assinada, o jornal afirmava que o “atraso” do Brasil, tinha como principal causa a “Incapacidade do governo do General Dutra para enfrentar o problema”. Ademais, a notícia alegava que o Brasil ganhou a guerra, mas perdeu a paz no momento em que não aproveitou as “grandes possibilidades abertas pela cooperação que demos aos aliados durante a guerra” e, quando as possibilidades eram aproveitadas, isso ocorria apenas em favor de interesses pessoais do governo Dutra, pois o montante adquirido pelo país, ao invés de ter sido revertido em melhorias para os setores industriais, foi utilizado em situações dispensáveis e que favoreceu “meia dúzia de privilegiados” (GUILHERME, 30 jun. 1951, p.03).

Para além da clara intenção de isentar Vargas e responsabilizar o governo anterior pelo

---

<sup>26</sup>Wainer refere-se à estrada de ferro construída no século XIX no atual estado de Minas Gerais a partir de investimentos privados ligados a fazendeiros e comerciantes da Zona da Mata Mineira. Devido a crises financeiras a ferrovia passou a ser controlada pela empresa londrina Leopoldina Railway para depois ser finalmente encampada pelo Estado no fim do ano de 1950.

acúmulo de dívidas externas e pela crise econômica por qual passava o Brasil, esse tipo de discurso fornece subsídios para justificar os sacrifícios necessários para superar tais dificuldades, sinalizando a urgência de uma mudança de postura. De acordo com a interpretação veiculada pelo *Última Hora*, os problemas econômicos do país encontravam sua raiz na má gestão dos louros da vitória do conflito mundial. A importação de supérfluos ou de produtos que possuíam equivalentes fabricados no Brasil eram posturas que além de endividar o país, brecavam o desenvolvimento da indústria nacional e a consequente emancipação econômica. Preso à categoria de “caloteiro”, devido à grande quantidade de atrasados comerciais, o Brasil havia perdido a oportunidade de aproveitar a crise de superprodução dos Estados Unidos, que escoaram produtos como máquinas e ferramentas em países que ofereciam condições mais vantajosas. Portanto, ao explorar os danos causados à nação pela abertura irrestrita do mercado ao capital estrangeiro empreendida pelo governo Dutra, buscava-se legitimar a intervenção do Estado como instância protetora da economia nacional e condutora do processo de modernização do país. Para o vespertino, tratava-se de garantir que o Brasil não gastasse mais do que se produzia, direcionando os investimentos para o amadurecimento da economia interna.

Nos primeiros meses de existência do jornal, que coincidiam com a metade do primeiro ano de gestão de Vargas, a figura de Dutra foi abertamente criticada e as posturas de seu governo foram classificadas como irresponsáveis, predatórias, criminosas e incoerentes. Essa construção a respeito de um passado recente era utilizada para a fabricação de um contraste que consolidaria o atual governo como agente político habilitado para fazer florescer a economia brasileira. Na capa da edição de 04 de julho de 1951, Wainer não nos deixa dúvidas sobre a instrumentalização desse contraste em sua coluna e afirma em tom de alívio:

Hoje o Brasil trabalha em regime de orçamento cambial, isto é, as nossas possibilidades de cambio são postas a serviço das nossas necessidades em bens de produção. A diferença da política cambial do atual governo com a do que o antecedeu está em que agora as divisas são dirigidas para fortalecer a economia do Brasil. (WAINER, 04 jul. 1951, p. 01)

No entanto, o estabelecimento de uma política cambial que conferisse um efetivo protagonismo ao Estado foi um complexo processo composto por avanços e recuos. A



promulgação da lei que regulamentava a remessa de lucros para o exterior em 1952 encontrou impasses no seu funcionamento e desencadeou represália tanto das elites brasileiras, quanto de empreendedores estadunidenses. O debate em torno da tensão envolvendo a política de câmbio do Brasil é visível desde os primeiros números do jornal e se intensificou em julho de 1951, quando a luta contra o câmbio negro de dólares estimulou reelaborações na política cambial vigente. As constantes denúncias a esse mercado negro afirmavam insistentemente que a fuga de dólares pelo câmbio clandestino trazia carência de divisas e gerava inflação. As controversas posturas de Vargas, que instituiu primeiro o mercado de livre câmbio para depois decretar a lei de regulação da remessa de lucros a 8%, seria, assim, um artifício para manter o custo de vida da população em níveis razoáveis e preparar o terreno para uma reforma cambial que fosse realmente segura para a economia do Brasil. Adequando as políticas de câmbio às necessidades do mercado externo e interno, o Governo estaria equilibrando a atração de investimentos e o seu emprego na promoção do desenvolvimento nacional.

Enquanto Vargas realizava manobras para conciliar internamente os interesses de forças políticas opostas, o contexto internacional oferecia outros obstáculos ao nacional-desenvolvimentismo. Em 25 de agosto de 1951, uma nota da *United Press* publicada no *Última Hora* divulgou que nos Estados Unidos, “a Comissão das Relações Exteriores do Senado recomendou uma redução de 80.6000.000 dolares no pedido de verbas para a ajuda militar e economica [sic] à América Latina” (A COMISSÃO, 25 ago. 1951, p. 06). Segundo essa notícia, A Câmara dos Representantes aprovou os fundos de U\$62.000.000 pedidos, “porém a dita comissão senatorial decidiu reduzi-los a 53.4000.000 dolares: 38.153.000 dolares para ajuda militar e 15.250.000 para ajuda economica [sic]”. Naquele mesmo mês, outra nota havia sido anteriormente divulgada, também pela U.P., com os valores destinados a cada região do mundo a partir do programa de auxílio ao estrangeiro aprovado pela Comissão de Assuntos Estrangeiros da Câmara dos Representantes. Na lista veiculada, a América Latina aparecia como a região menos beneficiada, contando com um auxílio militar de U\$40.000.000 e auxílio econômico de U\$22.000.000, enquanto a Europa receberia U\$5.028.000.000 de auxílio militar e U\$1.335.000.000 de auxílio econômico e a Ásia contaria com U\$530.000.000 destinados ao auxílio militar, U\$237.500.000 ao econômico e U\$11.2500.000 à reconstrução da Coreia (CORTES, 11 ago. 1951, p. 06). Ou seja, além de fazer parte, comparativamente, da região menos beneficiada pelo programa de auxílio ao estrangeiro, os investimentos dos EUA

no Brasil ainda estavam sujeitos a cortes.

Diante desse quadro, que expressa um momento de fragilidade na cooperação entre Brasil e Estados Unidos, é perceptível a intensificação do discurso em favor da emancipação econômica tanto em pronunciamentos públicos do presidente quanto em entrevistas, matérias e editoriais do jornal que se iniciaram em 1951, sofreram algumas oscilações e se intensificaram em meados de 1952 e, depois, em fins de 1953. No dia 7 de setembro de 1951, o presidente discursou ao povo na ocasião das comemorações da independência do Brasil. No dia seguinte, o discurso foi divulgado na íntegra pelo *Última Hora*. As palavras proclamadas por Vargas versavam sobre a necessidade de se conquistar a independência econômica no país. Apontada como o fruto de esforços sucessivos em nome do bem comum e de um processo constante de desenvolvimento e adaptação à economia mundial, a emancipação econômica era considerada missão primordial (“NOSSOS, 8 set. 1951, p. 01-02).

Para além da retórica nacionalista típica dos discursos de Vargas, o que nos chamou atenção foi uma frase proferida pelo presidente que ganhou destaque tanto na capa quanto na própria página em que estava transcrito o discurso. A afirmação “nossos principais inimigos são o imperialismo, na esfera internacional, e a exploração do homem pelo homem, no meio interno” (“NOSSOS, 8 set. 1951, p. 01) ocupava o topo da primeira página com amplo destaque. Duas edições depois, a capa do vespertino anunciava uma campanha contra a discriminação na concessão de créditos a firmas nacionais e estrangeiras nos Estados Unidos após ter sido proibida a filial do Banco do Brasil em Nova York de receber depósitos de cidadãos estadunidenses (ABSURDA, 11 set. 1951, p. 01). Frases de impacto como “O dinheiro nacional está virando estrangeiro!” (O DINHEIRO, 12 set. 1951, p. 01) espalhadas por toda a série de reportagens sobre o assunto delimitavam – não por acaso, pouco depois de ter sido o imperialismo declarado um inimigo da economia brasileira – uma postura de confronto aberto e de combate às regalias do capital estrangeiro no Brasil (HOMEM, 11 set. 1951, p. 04). Percebemos, então, como a cobertura jornalística sobre um tema pontual sofreu um processo de “ideologização” a fim de abrir debate para questões mais amplas referentes à política econômica brasileira. A sequência de notícias e a abordagem dos temas conformam uma narrativa na qual as reformas na política cambial, o controle das importações e a modernização brasileira eram construídas como etapas de um objetivo maior: a emancipação econômica.

As matérias assinadas por Homero Homem, como a publicada na edição 78, eram enfáticas e incisivas ao clamar pela proteção da economia nacional:

Dinheiro nacional, difícil de ganhar, ainda mais difícil de fazer prosperar e que, em vez de retornar à sua função básica de produzir riqueza, vai toda para os empreendimentos tipo Coca-Cola, tipo Sears Roebuck, quando não piores. Dinheiro, sobretudo, fácil de se evadir do país, conforme mostraremos em nossas reportagens futuras. Dinheiro que não nos deixa senão uma sensação de vacuo, de buraco feito no estômago, ulcera que é, roendo as visceras da Nação, sem nada de bom nem de útil a nos oferecer em troca do mal que nos causa! (HOMEM, 11 set. 1951, p. 04).

A linguagem dramática nos remete a um apelo, à negação da ideia de que a entrada de capital estrangeiro é equivalente à salvação nacional. Entretanto, a indignação expressa no texto era pragmática, pois não havia a intenção de ser um libelo nacionalista a favor do combate sistemático ao capital estrangeiro. A crítica era seletiva e moderada à medida que ressaltava que:

assim como existem tipos de sangue de cuja melhor sabedoria de escolha e aplicação depende a vida ou a morte do paciente, existem também, em relação aos capitais estrangeiros, alguns tipos que nos convém melhor do que outros (HOMEM, 11 set.1951, p. 04).

Na edição publicada no dia seguinte, em 12 de setembro, a crítica assumia contornos mais nítidos e revelava o compromisso com um propósito político específico. Ao recapitular o conteúdo da matéria anteriormente divulgada, a reportagem alegava que o Brasil se encontrava numa situação de desamparo devido à ausência de “uma lei específica que regule a aplicação do dinheiro nacional e estrangeiro e assegure a sua permanência no país – único recurso para por cômbo ao colossal fenômeno do empobrecimento gradativo de um país pela evasão da moeda bancária” (O DINHEIRO, 12 set.1951, p. 01). Neste mesmo número, encontra-se em outra matéria o apelo à elaboração de uma lei “que responda de igual para igual aos países que não criam nem pretendem criar facilidade à instalação de agências de nossos bancos em seu território. Uma lei atual, moderna e hábil” (MÁGICA, 12 set.1951, p. 01).

O período dessas publicações coincide com a ida do Ministro Horácio Lafer aos EUA

para discutir relações comerciais e financeiras com autoridades estadunidenses. Enquanto isso, a campanha pela elaboração de uma lei que limitasse a exploração da economia nacional pelo capital estrangeiro ganhava força e incorporava vozes de figuras políticas importantes, como Osvaldo Aranha<sup>27</sup>. No número veiculado em 14 de setembro de 1951, Aranha defendia que bancos nacionais recebessem apenas depósitos de cidadãos e firmas brasileiras, alegando que essa é a legislação na maioria dos países. Esclarecia ainda que a atitude dos EUA “não é uma discriminação contra nós, como disse o seu jornal, mas a aplicação de uma lei, a meu vêr, sábia e secular. Devemos, proceder da mesma maneira”. Para ele, imitar o modelo estadunidense “não prejudicará o capital estrangeiro, mas, ao contrário, separando-o do nacional para os efeitos de aplicação, dará àquele a segurança de transferência e outras, garantidas por nossas leis” (BANCO, 14 set. 1951, p. 02).

É possível observar que à medida que a proposta da lei se aproximava dos âmbitos institucionais e ganhava espaço entre os círculos políticos, a imagem construída em torno dos Estados Unidos sofria transformações. O gigante explorador, sedento por hegemonia, cujas grandes empresas provocavam “úlceras” na economia nacional se metamorfoseava gradativamente em referência na legislação bancária e cambial e mesmo em parceiro nas relações comerciais. Notícias do bom acolhimento a Lafer nos EUA passavam a ser publicadas com frequência e acabavam por ofuscar o tom hostil do início da campanha. Na capa da edição d 15 de setembro, a nomeação de Lafer ao posto de principal governador do Banco Internacional por iniciativa dos EUA era interpretada como tradução de confiança e respeito, além de símbolo de cordialidade das relações (HONRADO, 15 set. 1951, p. 01).

Porém, embora o *UH* se empenhasse em transmitir a sensação de harmonia e complementaridade de interesses entre Brasil e Estados Unidos no quesito financeiro, a mídia de oposição agitava a opinião pública ao proferir ataques a figuras como Osvaldo Aranha e Euvaldo Lodi, que se mostraram favoráveis à campanha do jornal, acusando-os de terem inclinações comunistas (VÃO, 15 set.1951, p. 01). Diante da contra-campanha que incitava o temor da possível deterioração das relações com os EUA no caso de aprovação de tal lei, a

---

<sup>27</sup> Osvaldo Aranha foi uma figura pública de grande relevância tanto na política interna quanto na política externa da República brasileira. Apoiador de Getúlio Vargas desde o Golpe de Estado de 1930, atuou no Estado Novo como Ministro das Relações Exteriores, mesmo tendo manifestado desagrado diante da opção ditatorial do então presidente. Nesse período, assumiu posturas de orientação pró-Aliados, promovendo uma aproximação pragmática em relação aos Estados Unidos. Em 1947, foi chefe da delegação brasileira na ONU e em 1953, assumiu o Ministério da Fazenda no Segundo Governo Vargas.

capa veiculada no dia 15 de setembro de 1951 explicava que:

Essa política não tem, nem poderia ter, um caráter hostil aos Estados Unidos. Visa, ao contrário, um clima de respeito mútuo [sic], sob o qual o Brasil fará ouvir a sua voz sem o acento da subservência, mas com a força da sinceridade de um país que se afirma vigorosamente no concerto das nações civilizadas (HONRADO, 15 set.1951, p. 01).

Desta forma, percebemos que o ajuste do vocabulário e a suavização dos argumentos favoráveis à elaboração da lei, antes vista sob o prisma da reação urgente à exploração imperialista e depois entendida como evolução modernizadora essencial à legislação brasileira, estavam condicionados não só à conveniência de conquistar apoio no Congresso, mas também à necessidade de frear possíveis represálias dos EUA e de fabricar uma atmosfera de consenso que arrefecesse os ataques da oposição. Nesse sentido, outra imagem de Brasil também era construída. O país deixava de ser concebido pelo jornal como uma vítima cujas riquezas eram drenadas pelo capital estrangeiro devido à fragilidade de suas políticas econômicas, e passava a ser esboçado como uma nação soberana em desenvolvimento que refutava posturas submissas, respeitava, se inspirava e se colocava em pé de igualdade com os Estados Unidos. Assim, a revolta e o ressentimento em relação à nocividade da atuação de empresas estadunidenses no Brasil, dava lugar a um clima de esperança de compreensão e de cooperação com as reformas cambiais e as novas políticas financeiras e comerciais a serem realizadas pelo Governo.

Ao final de dezembro daquele ano, a fabricação do clima de harmonia entre Brasil-EUA mostrava sinais de desgaste. A dificuldade de se obter financiamento para os projetos da CMBEU, o desejo de reaproximação comercial do Brasil com a União Soviética, o tímido, porém existente, conagraçamento com países latino-americanos e as acusações estadunidenses de intervenção do Estado brasileiro na bolsa do café, foram complicadores que corriam em paralelo ao suposto estreitamento das relações comerciais e financeiras entre ambos os países. Além disso, a estabilidade política e social começava a ser seriamente comprometida por pressões internas dos grupos de oposição, o que minava a credibilidade do Governo para desempenhar os seus projetos em favor da emancipação econômica e gerava um clima de insegurança entre os investidores estrangeiros.

Nesse ambiente de inquietação foi proferido o inflamado discurso de Vargas em 31 de dezembro de 1951, quando ele denunciou esquemas de desvio de cruzeiros e dólares resultantes de exportações de riquezas produzidas em território nacional realizados por altos funcionários do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil. Em tom combativo, o presidente afirmou o seu compromisso com o “incentivo ao capital estrangeiro sem delapidação do patrimônio nacional, com novo regulamento de retorno de investimentos que impedirá o desvio criminoso até de capitais verdadeiramente nacionais, resultantes de nosso trabalho” (“O MUNDO, 2 jan.1952, p. 01). Assim como o discurso encontrado nas primeiras edições do jornal sobre a evasão de divisas por meio da importação de supérfluos, as denúncias de contrabando e da má gestão do capital nacional e estrangeiro serviam como argumentos legitimadores da intervenção estatal. Em 3 de janeiro de 1952, um novo decreto regulamentando a lei da remessa de lucros foi promulgado.

As publicações do *Última Hora* deste mês divulgaram além do regulamento completo da lei, um arsenal de justificativas e de análises que endossavam a sua importância para a economia brasileira. A busca pelo respaldo à lei de remessa de lucros se utilizou da noção de fraternidade e do crescimento conjunto do Brasil e dos EUA, ainda que se tratasse de uma medida nacionalista contra a exploração hegemônica da potência estadunidense. Tal fraternidade chegava a confundir-se com empatia na reportagem publicada em 9 de janeiro em que era resgatada a declaração de Eugene Black, presidente do Banco Internacional (BIRD), de que a ampla liberdade de retorno de capitais ao estrangeiro era um crime contra a economia brasileira (OPINA, 9 jan.1952, p. 01). Empregando a voz de uma figura eminente e aparentemente insuspeita a serviço da fabricação da credibilidade da lei recém-instituída, o vespertino instrumentalizou a declaração dada na última visita de Black ao Brasil para confirmar a solidariedade dos EUA em relação à nova lei e afastar os temores das retaliações estadunidenses.

De acordo com Walter Lippmann (1997), a mídia enfatiza os fatos sobre os quais se deseja que a opinião pública atue. No discurso construído pelo *Última Hora*, as notícias que contemplavam a proximidade e a cumplicidade com os EUA por intermédio de pronunciamentos de figuras brasileiras ou estrangeiras eram abundantes e ganhavam destaque, enquanto que as críticas ou receios estadunidenses em relação à regulamentação da remessa de lucros apareciam em menor quantidade ou eram classificadas como mal entendidos ou

boatos que deviam ser desmentidos. Maria Celina D'Araújo aponta que o processo de aprovação da lei e as suas consequências foram conflituosos. A autora afirma que, preocupado com a repercussão dessa medida e com possíveis retaliações na já complexa condução dos trabalhos da CMBEU:

Fontoura sugere a Vargas manter o decreto, mas de forma a tornar bem claro que com ele pretendia apenas uma interpretação jurídica correta do Decreto-Lei 9.025 [lei original de 1946], e que casos omissos e outras considerações necessárias ao bom relacionamento com o capital estrangeiro deveriam ser resolvidos mediante a instituição do mercado livre de câmbio. Assim, Vargas não recuaria de sua decisão, mas satisfaria aos que quisessem investir no Brasil (D'ARAÚJO, 1992, p. 167).

Visto sob esse espectro, o decreto da lei de remessa de lucros claramente não contava com a compreensão e colaboração de Washington, mas, como observamos, na abordagem desse tema pelo *UH*, era necessário alimentar um imaginário político que inspirasse confiança na medida governamental e na capacidade brasileira de negar posturas subservientes sem sofrer grandes prejuízos. No entanto, diferente da realidade construída pelo jornal, José Augusto Ribeiro afirma que “ao tomar conhecimento do decreto, o subsecretário de Estado, Edward Miller, advertiu, em tom de ameaça, que os Estados Unidos poderiam suspender todos os seus financiamentos ao Brasil” (RIBEIRO, 2001, p. 112). Ademais, o autor aponta que o Conselho Americano da Câmara de Comércio sugeriu a suspensão dos empréstimos ao seu maior aliado sul-americano. A postura do Conselho e de Miller, foram tratadas pelo vespertino como uma “voz que destoa do sentimento democrático norte-americano” que, motivada por um mercantilismo voraz, não representava o povo ou o governo estadunidense e que pretendia perturbar a cordialidade entre os dois países em favor de interesses próprios (VOZ, 17 jan.1952, p. 01; INDIFERENTE, 18 jan.1952, p. 03). No entanto, a apreensão de Neves da Fontoura e as pressões e as ameaças de não aprovação dos financiamentos pelo Eximbank e pelo BIRD - que apesar de internacional era controlado pelos EUA – mostram que a tensão gerada pela aprovação do decreto era muito mais generalizada do que o noticiado pelo jornal.

Entretanto, ainda que o periódico insistisse no inabalável respeito mútuo entre Brasil e Estados Unidos, é notável o crescente espaço que ocupavam as matérias destinadas a rebater

críticas, muitas vezes estadunidenses, à lei de remessa de lucros. O discurso, seja por meio da voz de políticos pró-Vargas, economistas ou do próprio editorial, era veiculado sob vários matizes, mas as imagens de Brasil evocadas recorriam a simbologias semelhantes: ao sangramento da economia brasileira, à condição colonial da dependência econômica do Brasil, ao caráter mercantilista e explorador daqueles que se opunham à regulamentação, ao sentimento de solidariedade hemisférica que inspirava relações igualitárias entre os países do continente, e assim por diante.

O estudo de D'Araujo nos mostra que o tom nacionalista desses discursos muitas vezes não coincidia com a natureza das práticas governamentais. Suas conclusões sobre esse assunto apontam que as apreensões geradas pelo decreto em questão e a falta de colaboração do Ministério da Fazenda e da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil levaram à supressão das limitações do decreto um ano depois de sua promulgação, predominando o mercado de livre câmbio (D'ARAÚJO, 1992). De fato, já em março de 1952, percebemos indícios de reelaborações e adaptações da lei a fim de garantir a entrada de capitais de investimento. A edição 235 anunciava que o Conselho Nacional de Economia realizaria um estudo minucioso das normas de remessas de lucros mediante as possibilidades da balança de pagamentos brasileira. Tal matéria afirmava que esse estudo seria destinado a atrair o interesse de investidores e “procura atender as [sic] conveniências e necessidades da economia nacional e aos justos interesses dos capitais estrangeiros que queiram colaborar no desenvolvimento de nossas riquezas.” (POLÍTICA, 19 mar.1952, p. 03).

Contudo, a atração de investimentos para o desenvolvimento da economia nacional esbarrava num problema. Os Estados Unidos consideravam:

pouco atraente investir na infraestrutura brasileira, quando seu capital sofria restrições nos setores de seu interesse prioritário, como o de remessa de lucros, controlado pelo governo brasileiro. Além disso, as atitudes e o discurso nacionalista do governo Vargas, eram encarados como um fator de risco (VISENTINI, 2010, p. 219).

Desse modo, comprometido com o que se convencionou chamar de Doutrina Truman, as atenções do presidente estadunidense estavam todas voltadas para a contenção ao



comunismo nas “zonas de risco” de influência soviética, como a Europa Ocidental e a Ásia, cujas economias estavam sendo brindadas com vultosos investimentos dos EUA. Segundo Gilderhus (2000), Truman esquivava-se dos pedidos de auxílio econômico relegando a América Latina ao capital privado dos Estados Unidos. Essa postura negligente em relação às necessidades latino-americanas fazia parte de uma dinâmica nas relações continentais que já se tornava evidente por volta de 1947, quando o presidente Truman afirmou em coletiva de imprensa que não haveria um programa equivalente ao Plano Marshall para a América Latina. Em março de 1948, o jornalista Jack Werkley escreveu no periódico *New York Herald Tribune* sobre expectativas entre os círculos diplomáticos dos EUA a respeito da Conferência de Bogotá. No seu artigo, Werkley se remeteu a uma impressão latino-americana de que vinha sendo alvo de um desprezo em relação à distribuição do auxílio econômico estadunidense, evidenciando um descompasso entre os interesses dos Estados Unidos e da América Latina:

A perspectiva de auxílio financeiro do Governo americano aos países do Continente seria de benefício ao capital privado, mas o capital americano tem deixado de ser aplicado na América Latina por que os seus países mantêm medidas restritivas quanto à sua aplicação (CONFERÊNCIA, 1948, p. 03)<sup>28</sup>.

Assim, uma vez que já em 1948 as dificuldades de alcançar um consenso para o modelo de cooperação econômica interamericana eram intensificadas pela adoção de medidas restritivas ao capital estadunidense, a promulgação da lei brasileira de remessa de lucros em 1952 representava um ato ainda mais explícito de protecionismo que agravava um desgaste já existente nas relações com os EUA.

Em termos de relações comerciais essas tensões reverberavam de forma igualmente complexa. A gestão de Truman sustentava posturas contraditórias. Ao mesmo tempo em que defendia um mundo de portas abertas ao livre mercado internacional (*Open Door Policy*), prezava por um mercado latino-americano restrito aos laços especiais com os EUA. Portanto, a fim de preservar o apoio cativo dos países da América Latina, o presidente não podia virar

---

<sup>28</sup> O acesso a esse documento se deu por meio das anotações feitas pelo Prof. Sidnei J. Munhoz quando da sua consulta ao Arquivo Histórico do Itamarati.

completamente as costas para o hemisfério e, foi em busca de brechas nessa postura de Washington que a barganha nacionalista brasileira foi empregada. Como resultado, foram feitas promessas de auxílio econômico, instalou-se a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU)<sup>29</sup>, e concedeu-se empréstimos pelo BIRD e Eximbank em condições razoáveis durante os dois primeiros anos do governo Vargas. Ademais, o Brasil beneficiou-se do auxílio técnico dos Estados Unidos mediante o envio de especialistas para a realização de estudos e treinamento de profissionais brasileiros em áreas como geologia, engenharia e mesmo nas experiências com energia nuclear.

Nesse sentido, havia intensas oscilações no debate político do *Última Hora* sobre as relações econômicas com os EUA ao longo de 1951 e 1952. Além da celebração da cooperação entre os dois gigantes da América, as narrativas também incluíam discussões que gravitaram em torno do descaso estadunidense na concessão de empréstimos, do acúmulo de comerciais, das apreensões e expectativas em relação à política de auxílio econômico após a eleição do novo presidente dos EUA e da desigualdade nas relações, cujas interpretações apontavam para um Brasil abandonado e subestimado de um lado, e um Estados Unidos injusto e leviano em relação aos problemas brasileiros de outro. Dessa forma, os debates que o *UH* optou por dar vazão rechaçavam a imagem de “primo pobre” do Brasil e realçavam a importância do país como um aliado tanto para fins de segurança continental quanto de desenvolvimento econômico do hemisfério. Nesse sentido, matérias de economistas, cronistas, jornalistas e figuras políticas de ambos os países expunham análises que a partir de diferentes vieses reforçavam a necessidade de maior compreensão dos problemas brasileiros para que pudesse prosperar a cooperação entre Brasil e Estados Unidos.

### 2.3. Guerra da Coréia

---

<sup>29</sup> A criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi proposta ainda no governo Dutra, quando haviam se intensificado as tensões entre Brasil e EUA. No entanto, a CMBEU foi instalada em 1951, composta por técnicos e economistas de ambos os países que formulariam projetos para serem submetidos a instituições financeiras, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação (Eximbank). As prioridades que orientariam os rumos da CMBEU, segundo o governo brasileiro, seguiria os pontos de estrangulamento ao desenvolvimento indicados pelo relatório ABBINK de junho de 1949, como a melhoria nos sistemas de transporte para o escoamento da produção e a exploração dos recursos minerais para a geração de energia.

A barganha por auxílio econômico e os esforços para atrair capitais que impulsionassem a industrialização brasileira passaram pela construção de uma imagem de Brasil que sugerisse credibilidade e estabilidade política e financeira. Especialmente na primeira metade do Segundo Governo Vargas, alguns desafios foram postos no que diz respeito à autoafirmação brasileira como potência regional e à busca pela autonomia em relação aos Estados Unidos nas decisões sobre assuntos internacionais. Para esta etapa da nossa investigação, observamos a discussão proposta pelo *UH* sobre a polêmica da participação brasileira na Guerra da Coréia. Esse aspecto muito nos diz sobre os temores, incertezas e projetos de futuro que motivaram as elaborações simbólicas sobre o papel do Brasil no cenário mundial.

Desde as primeiras edições do *Última Hora*, a Guerra da Coréia ocupou espaços de destaque entre as notícias publicadas. À época, o conflito no sudeste asiático intensificou as apreensões do hemisfério ocidental a respeito da expansão comunista e da possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial. As matérias veiculadas, em sua maioria de autoria da *United Press (U.P.)* e da *Agence France-Presse (A.F.P.)*, faziam alarde e criavam um clima de tensão em torno da guerra. Embargos da ONU, possibilidades de ataques soviéticos à Formosa em caso de trégua e rumores do uso de armas bacteriológicas eram noticiados de forma a suscitar especulações e expectativas no leitor, possivelmente servindo ao intuito de motivar o envolvimento – emocional, econômico e político - dos países periféricos.

Na edição veiculada no dia 20 de junho, o tema passava a ganhar ainda mais importância no debate político nacional. Em uma pequena nota não assinada na terceira página do periódico anunciava-se o pedido de “ajuda brasileira à luta na Coréia” (AJUDA, 20 jun.1951, p. 03). Alegando tratar-se de um compromisso com a cooperação militar, com o combate ao comunismo e com a segurança do continente firmados entre os países americanos no processo de criação da OEA, líderes dos Estados Unidos tentaram recrutar a participação da América Latina. Sobre isso, vale lembrar que a administração Dutra havia estabelecido uma tradição de concordância com os posicionamentos dos EUA na ONU (CERVO, 2002), que, naquela ocasião, era um dos principais países interessados na Guerra da Coréia. Porém, mediante a solicitação das Nações Unidas de abertura de um crédito de 50 milhões de cruzeiros como auxílio ao esforço de guerra, a nota informava que “Resolveu a Comissão converter a mensagem em diligência, solicitando do ministro do Exterior cópia dos tratados

firmados pelo Brasil com as Nações Unidas, de referência ao assunto” (AJUDA, 20 jun.1951, p. 03). Em se tratando do grande aliado latino-americano dos EUA, “converter a mensagem em diligência” solicitando cópias de documentos para dar suporte prévio a um posicionamento demarca uma postura hesitante, que já no início do governo Vargas expressava o afastamento do suposto alinhamento automático à potência estadunidense. No entanto, essa nota isolada, apesar da hesitação à qual remete sua elaboração, não nos é o suficiente para pensarmos a postura do Brasil de Vargas frente à hegemonia estadunidense no sistema interamericano. Vamos adiante.

A edição seguinte, veiculada no dia 21 de junho de 1951, anunciava numa manchete de destaque no topo da página: “Tropas para o exterior” e, em letras pouco menores logo abaixo, “Para a Coréia, não. Para a Europa, talvez”. O clichê referia-se à entrevista que o repórter Francisco de Assis Barbosa realizou com o ex-presidente da Assembléia Geral da ONU, Osvaldo Aranha. Junto à foto do entrevistado, um breve texto afirmava que o *UH* abriria amplo “debate sobre as sondagens junto ao Governo brasileiro” afirmando tratar-se de uma questão “sobre a qual o povo, juntamente com personalidades eminentes, dará sua palavra definitiva.” (BARBOSA, 21 jun.1951, p. 01). Antes de partirmos para o exame da matéria anunciada nessa capa, façamos algumas considerações.

A Guerra da Coréia foi tratada pelo jornal juntamente com a solicitação de tropas brasileiras para compor o Supremo Quartel General das Potências Aliadas na Europa (SHAPE), um exército comandado pelo general Eisenhower em defesa do bloco ocidental. Se considerarmos a proximidade da criação da ONU, fundada em 1945 pela assinatura da Carta de São Francisco por cinquenta e um países incluindo o Brasil, é possível perceber a relevância dessas solicitações para a política exterior brasileira. Segundo Frank Mccann (1995), a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial havia sido um meio estratégico para atingir uma posição mais proeminente no cenário internacional. Nesse sentido, participar da ONU representava uma importante conquista da soberania brasileira. Dessa maneira, decidir sobre remessa de tropas envolvia o impasse de auto afirmar-se junto à ONU como nação ativamente participante das grandes decisões do cenário internacional, honrando o seu compromisso com a paz mundial, e, ao mesmo tempo, de prezar pela sua voz autônoma motivada pela postura nacionalista de priorizar interesses brasileiros. Embora ambos fossem objetivos do governo Vargas, esse segundo lado da moeda parecia mais relevante no momento inicial das negociações,

ao menos a julgar pela cobertura do tema pelo *Última Hora*. Nessa perspectiva, convocar “o povo” para pensar o assunto junto aos “tomadores oficiais de decisão”, significava colocar-se a serviço dos interesses “populares”, ou seja, legitimamente brasileiros.

No entanto, optar por priorizar os interesses nacionais não seria uma tarefa simples. Intensas pressões estadunidenses pela participação do Brasil na Guerra se faziam sentir desde a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada entre março e abril de 1951. Naquela ocasião, o Brasil, representado pela figura do chanceler João Neves da Fontoura, viu no pleito estadunidense a oportunidade de barganhar apoio econômico e, por isso, sinalizou vagamente a possibilidade de colaboração com a Guerra da Coreia (DAVIS, 2002). Contudo, enquanto Washington preconizava políticas de defesa nas negociações, o Brasil afirmava que a cooperação militar não podia prejudicar o desenvolvimento nacional (BANDEIRA, 1973).

Em seu estudo sobre as relações militares interamericanas, Sonny Davis afirma que o desconhecimento da política local das nações da América Latina fez, por exemplo, com que oficiais dos EUA acreditassem que a dominância estadunidense na região faria os países do continente entrar na Guerra da Coreia. Além disso, os Estados Unidos alimentavam a crença de que convencer o Brasil a participar da guerra levaria à cooperação dos demais países da América Latina. Logo, muitas foram as investidas nesse sentido. Ao analisar o encaminhamento das negociações, Moniz Bandeira avalia que não interessava a Vargas assumir um compromisso: não queria dizer que sim, nem podia dizer que não, já que “o pedido de soldados para a Coreia ocorreu, justamente, quando se desenvolviam as negociações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, com a presença de João Neves em Washington” (BANDEIRA, 1973, p. 328). Assim, a questão da Coreia estava munida de grande valor estratégico. Vejamos em que termos se articulou o discurso que desse respaldo às manobras da barganha nacionalista de Vargas junto à opinião pública sobre este tema.

Na entrevista publicada em 21 de junho de 1951, Osvaldo Aranha, que se encontrava afastado da vida pública naquele momento, quando perguntado sobre a remessa de tropas brasileiras para a Coreia, declarou-se contrário à ideia: “Não me parece que estejamos, dentro da ONU, obrigados a fazê-lo” (BARBOSA, 21 jun.1951, p. 06). Mais adiante, complementou que o Brasil era um país pacífico que era contra qualquer agressão e qualquer agressor.

Incisivamente, sustentou que a ONU tinha que trabalhar para manter a paz, e não estender o conflito promovendo a participação de mais países, inclusive os externos à região. Já o Brasil, defendeu, deveria se envolver e participar ativamente das questões de seu interesse visando o equilíbrio entre a paz e a guerra.

Por outro lado, Aranha declarava-se favorável ao envio de tropas para a Europa, visto que esses soldados possivelmente não se engajariam numa guerra. Assim, julgava que a presença de forças brasileiras no continente europeu, como a dos outros países convocados, serviria para fortalecer os laços de solidariedade com a ONU, garantindo a soberania das ideias nacionais. Criticando a passividade da sociedade brasileira diante das questões internacionais e defendendo uma postura mais ativa e interessada do país em relação a tais assuntos, o entrevistado concedeu declarações favoráveis à condução do debate político e ao posicionamento nacionalista do *UH*.

No discurso de Osvaldo Aranha é possível identificar alguns elementos que definem a visão que os círculos políticos representados por Vargas tinham do papel do Brasil nos planos de defesa do hemisfério ocidental. Não só nas declarações de Aranha, mas em muitas outras publicadas no jornal, prevalecia a imagem do Brasil como um país pacífico, apaziguador e ponderado. Entretanto, no caso da Coreia, não era conveniente que a postura contrária a qualquer tipo de agressão fosse entendida como uma espécie de crítica aos países apoiadores da Guerra ou mesmo como uma postura negligente, senão simpática, ao comunismo. Dessa maneira, o posicionamento do país em relação ao conflito definia-se pela busca de um equilíbrio entre as preocupações com o desenvolvimento nacional e a manutenção das boas relações com a ONU e com os EUA, a partir de uma espécie de envolvimento “simbólico” e de manifestações comedidas de apoio à guerra.

Faz-se necessário ressaltar que essa faceta nacionalista do debate político nacional sobre o envolvimento na Guerra da Coreia disputava espaço com visões conservadoras no imaginário social brasileiro. Conforme discute Sidnei Munhoz (2002), a postura de não envio de tropas à Coreia não era unanimidade nem no governo, nem no Itamarati e menos ainda nas Forças Armadas. A discussão sobre este tema na Revista do Clube Militar, por exemplo, marcou o início do processo de desagregação política no qual a base aliada nacionalista de Vargas começou “a perder espaço tanto no exército quanto no primeiro escalão do governo”

(MUNHOZ, 2002, p. 56). Por isso, a bandeira da neutralidade na Guerra da Coréia defendida pelo Clube Militar foram alvos de ataques levantados pela UDN e outros conservadores. O fato de esta também ser uma pauta apoiada pelos comunistas intensificou ainda mais as hostilidades da oposição. Nesse sentido, Plínio Ramos (1960) entende que houve ataques sistemáticos a membros do governo e do Clube Militar numa espécie de campanha análoga ao Macartismo para desvalorizar figuras pró-Vargas sob a acusação de infiltração comunista.

Nesse contexto, em meio às polêmicas do debate político<sup>30</sup>, era necessário ao vespertino não só estabelecer o seu posicionamento, mas também consolidar seu papel de agente no jogo de forças da política. A edição do dia 22 de junho anunciava, então, a iniciativa do *Última Hora* de realizar pesquisas de opinião com ministros e figuras representativas do Congresso, e de ir às ruas, fábricas, lares e escritórios coletar o parecer de artistas, jornalistas e populares sobre a remessa de tropas brasileiras para a Coréia. Enfatizava-se que essa sondagem de opinião pública tinha apoio do Governo e que, assim como Vargas se preocupou com o consentimento popular na sua iniciativa de enviar tropas para a Segunda Guerra, ele também se interessava, naquele momento, pela opinião das pessoas comuns sobre o envolvimento brasileiro na Guerra da Coréia (CONTRA, 22 jun.1951, p. 03).

Note-se que a equiparação dos dois momentos históricos tem o poder de remeter à frustração gerada pela participação no conflito mundial. Não por acaso, os resultados das consultas de opinião expostos nas capas desta e da edição posterior difundiam a mensagem de que a sociedade brasileira era contra a remessa de tropas para a Coréia. No entanto, sabemos que essa pretensa unanimidade era ilusória e que a questão não foi tão simples assim. Por isso, entendemos que antes de ser um termômetro da vontade nacional, o inquérito popular foi uma

---

<sup>30</sup> A Guerra da Coréia gerou uma sensação de recrudescimento da guerra entre o mundo capitalista e o comunista tão generalizada que favoreceu a recuperação da discussão no âmbito do poder legislativo de uma nova Lei de Segurança Nacional, cujo projeto vinha sendo adiado e arquivado sucessivas vezes desde 1949. Segundo aponta Reginaldo J. Fernandes (2009), aprovada em janeiro de 1953 após um longo e polêmico trâmite nos dois anos anteriores, a Lei 1.802/53 refletia o posicionamento brasileiro no cenário da geopolítica do ocidente democrático. Representava, portanto, um alinhamento aos ideais de segurança nacional dos Estados Unidos. Se por um lado, a LSN de 1953 tinha um caráter mais liberal e democrático, relegando à Justiça Militar apenas os crimes políticos de caráter externo, por outro, restringia sensivelmente o direito de greve e criminalizava a reorganização de instituições que já haviam sido consideradas antidemocráticas, como era o caso do PCB. Sobre isto, ver FERNANDES, Reginaldo J. Um breviário da Lei de Segurança Nacional (LSN): do Estado Novo aos primeiros anos do Regime Militar (1930-1969). In: *Diversitas*. s/n. FFLCH, USP, nov.2009. Disponível em:

<<http://diversitas.fflch.usp.br/files/Um%20breviario%20da%20lei.pdf>>. Acesso em 27/01/2016.

arma política de legitimação de uma postura nacionalista a fim de gerar um “efeito de consenso” (BOURDIEU, 2012). Se, segundo o jornal, o “povo” era contra o envio de soldados brasileiros, então provavelmente, aos olhos da opinião pública, a recusa da solicitação da ONU seria a decisão mais acertada.

Não obstante, não demorou para que vozes dissonantes aparecessem nas páginas do jornal. Em paralelo às contínuas notícias das agências internacionais que versavam sobre estratégias defensivas tanto dos EUA quanto da URSS, a Guerra da Coreia começava a ser tratada, dias depois, como “problema de interesse e de discussão nacional”, especialmente quando o embaixador Herschel Johnson, representando o Departamento de Estado, reforçou oficialmente o pedido de envio de tropas feito anteriormente pela ONU, pressionando o Brasil a “cumprir” o Pacto de São Francisco. Todavia, Vargas permanecia reticente. Em nota que ocupava posição central na capa da edição do dia 25 de junho, sinalizou-se que nenhuma decisão havia sido tomada, pois tal questão seria debatida no Parlamento. No entanto, antecipou-se que “já se esboça em círculos de marcante influência a tendência de se aceitar o ponto de vista do sr. Osvaldo Aranha expresso em entrevista à *ÚLTIMA HORA*” (WAINER, 25 jun.1951, p. 01).

As oscilações nas discussões sobre este tema podem ser explicadas não só a partir da disputa de forças antagônicas no debate político nacional, mas também pelo conflito de interesses que marcou as negociações entre Brasil e Estados Unidos naquele momento. Davis (2002) explica que a complexidade das negociações residia no fato de que o Brasil queria uma garantia de assistência econômica antes de se comprometer a enviar as tropas, pois “Vargas havia cometido esse erro em 1942 e não queria repeti-lo em 1951” (DAVIS, 2002, p. 26). Alegando dificuldades econômicas como fatores prioritários e limitadores da participação no esforço de guerra, os representantes brasileiros pediram ampliação de empréstimos em troca da participação militar no conflito. Contudo, os EUA insistiram na solicitação do comprometimento do Brasil sem especificar previamente o tipo e a quantidade da ajuda econômica que estariam dispostos a conceder.

Assim, na edição posterior, Wainer explicitou em sua coluna editorial de primeira página que “a tese que está prevalecendo é a de que nosso aceite simbólico desse apelo, nos é principalmente imposto por circunstâncias de ordem econômica e política a que o país



não pode fugir.” (WAINER, 26 jun.1951, p. 01). Ou seja, isentar-se de algum apoio seria indispor-se com forças internacionais capazes de inviabilizar os projetos de modernização brasileiros. Quando falava em “aceitamento simbólico”, Wainer entendia que o apoio militar não se concretizaria, já que acreditava que “tudo indica que o estabelecimento da paz na Coreia poderá vir a ser fato consumado muito antes de podermos mobilizar e preparar um contingente militar.”. De fato, as notícias das agências internacionais apontavam no sentido do cessar fogo, por mais que saibamos teleologicamente que isso só aconteceria dois anos depois.

Na mesma coluna, Wainer mencionou que estiveram em andamento diálogos entre o chanceler João Neves, cujas inclinações políticas o aproximavam dos interesses pró-EUA, e o Ministro da Guerra Estilac Leal, de orientação nacionalista, o que sem dúvida nos deixa entrever as tensões entre forças internas antagônicas em disputa pelo poder de decisão. Nas edições subsequentes a situação tornou a oscilar. Foram noticiados o abrandamento da solicitação da ONU que, em respeito à soberania dos países, deixou a cargo de cada nação a decisão pelo tipo de ajuda mais adequado, e os estudos do Conselho de Segurança brasileiro, que apontaram a inviabilidade da remessa de tropas. Assim, a instrumentalização dessas notícias foi motivada pelo fato de que a recusa brasileira do envio de soldados precisava estar claramente fundamentada para minimizar qualquer possibilidade de represálias da ONU ou dos Estados Unidos. Nesse sentido, percebemos que os debates sobre esse assunto não incluem críticas à solicitação da remessa de tropas, especulações sobre intenções dos EUA, tampouco juízos de valor sobre as motivações ideológicas da guerra. A suposta serenidade das discussões tornaria mais aceitável a postura brasileira. Dessa forma, a recusa foi explicada não nos termos de uma divergência em relação aos interesses dos Estados Unidos, mas da constatação de que o Brasil não dispunha de recursos suficientes para fornecer o apoio que solicitava a ONU.

À revelia da construção de argumentos que justificassem a recusa brasileira, Moniz Bandeira afirma que não houve consenso nos Estados Unidos sobre a decisão do Brasil de não enviar tropas à Coreia. Segundo ele, documentos fornecem indícios do clima de desconfiança e ressentimento encontrado por Góis Monteiro em sua viagem aos EUA para tratar do assunto. No entanto, no que diz respeito às represálias, o autor afirma que:

As pressões norte-americanas resultaram, no caso, inócuas e mesmo contraproducentes, ao exacerbarem a resistência nacionalista, sobretudo dentro das Forças Armadas. A ameaça de boicote ao abastecimento [de petróleo] do Brasil não se concretizou, evidentemente, e os Estados Unidos terminaram por fornecer-lhe os equipamentos, destinados à instalação de refinarias e à exploração de petróleo, a fim de evitar que o Governo de Vargas os comprasse na Europa, cujos países, recuperando-se das consequências da guerra, voltavam a competir no mercado mundial (RIBEIRO apud BANDEIRA, 2001, p. 80).

Desse modo, observamos como o posicionamento inicialmente evasivo, seguido de hesitações e de justificativas apaziguadoras constituiu uma manobra bem sucedida de Vargas no sentido de evitar confronto aberto e minimizar represálias. Em consonância com o que afirma Maria Celina D'Araujo (1992), o *Última Hora* nos mostra um Vargas isento de compromissos partidários visando uma política conciliatória de interesses distintos. Negociando com 'liberais- conservadores' e 'nacionalistas', o presidente estava disposto a utilizar a solicitação de apoio militar dos Estados Unidos como meio de angariar recursos para o desenvolvimento nacional. Não por acaso, tão ambíguo quanto o próprio presidente o seu porta-voz midiático posicionava-se no sentido de "proporcionar à nação um exemplo de unidade de comando e de pensamento em tudo que se refira à nossa política exterior" (WAINER, 30 jun.1951, p. 01). Almejando a fabricação de um consenso favorável a Vargas, o jornal lançava mão de um arsenal de imagens mentais que além de dar suporte às políticas do Governo, nos dão pistas sobre o imaginário político em que estavam fundamentadas. Pelas páginas do *UH* o Brasil era apresentado como país soberano, politicamente independente, desejoso de cooperação com o mundo ocidental e com organizações multilaterais como a ONU, e obstinadamente empenhado em promover o seu desenvolvimento econômico em conjunto e colaboração com as potências mundiais.

#### 2.4. A criação da Petrobrás

Na lógica nacional-desenvolvimentista de Vargas, a consolidação da soberania nacional passava pela modernização da economia doméstica a fim de diminuir o fosso em relação às potências mundiais e garantir maior participação nas negociações internacionais. Assim como a regulamentação do fluxo de capitais e das trocas comerciais com os EUA, a

exploração dos recursos energéticos brasileiros fazia parte do projeto de emancipação econômica do Brasil preconizado pelo presidente. Matéria-prima base dos processos de industrialização e modernização da infraestrutura do país, o petróleo foi um dos mais importantes elementos da barganha nacionalista brasileira durante o seu mandato. Em tempos em que recursos minerais adquiriam especial importância estratégica, seja para a fabricação de armas, para o funcionamento das indústrias ou para a melhoria dos transportes, a exploração, industrialização e o refinamento do petróleo pelo Estado eram concebidos pelos nacionalistas como a chave para a independência econômica do Brasil. O monopólio estatal desses processos era vislumbrado pelos defensores da autonomia brasileira como a via alternativa ao problemático modelo de exportação de materiais brutos e importação de manufaturados.

A discussão sobre a nacionalização do petróleo data do período do Estado Novo. Em 1938, inspirada no modelo monopolista uruguaio, a Lei 395 decretou a nacionalização do petróleo brasileiro sob o mote de que “quem entrega o seu petróleo aliena a sua própria independência” (RIBEIRO, 2001, p.36). Pouco menos de dez anos depois, o governo Dutra instituiu o Estatuto do Petróleo, que partia da premissa de que a extração e industrialização do produto eram inviáveis sem a concessão da exploração a empresas estrangeiras. Por isso, seus enunciados confrontavam a Lei 395 ao se adequar aos interesses das multinacionais petrolíferas. A inclusão desse Estatuto na Constituição de 1946 provocou uma forte reação dos defensores do monopólio estatal, pois eles consideravam o adendo proposto na Constituinte uma manobra ultrajante. Segundo Moniz Bandeira (1973), é nesse contexto que germinaram as raízes da campanha “O petróleo é nosso”, que coincidiu com o momento quando a empresa estadunidense *Standard Oil* começou a pressionar contra a Lei 395. O movimento em defesa da nacionalização do petróleo encontrou no Clube Militar, na UNE e em amplos setores da esquerda nacionalista os seus principais centros de luta. Não por acaso, foram precisamente esses segmentos que apoiaram o retorno de Vargas ao poder nas eleições de 1950 (RAMOS, 1996).

A defesa do monopólio estatal do petróleo foi um dos carros chefes da campanha de Getúlio. Ao expressar exigências reais de maior desenvolvimento do país, apelando para camadas que já reivindicavam medidas nacionalistas, a defesa da bandeira do petróleo nacional capitalizou apoio popular ao ser apresentada como política de governo (D’ARAUJO, 1992). O estudo de Plínio Ramos (1996) sobre a imprensa nacionalista da década de 1950 mostra que

faltavam jornais que divulgassem a campanha do petróleo. Ademais, Bandeira aponta que àquela mesma época, a “Standard Oil Company of Brazil promovia, abertamente, a campanha para obter a exploração do petróleo brasileiro, procurando sensibilizar a opinião pública e criar um ambiente simpático às suas pretensões”, patrocinando reportagens nos jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* (BANDEIRA, 1973, p. 317). Dessa maneira, a visibilidade da causa era um complicador da campanha. Por isso, a incorporação da defesa da nacionalização do petróleo por uma figura tão representativa e popular como Vargas colocou o debate em incontestável evidência, emprestando-lhe uma força que preocupou a oposição.

Comprometido com praticamente todas as pautas varguistas, o *Última Hora* foi uma ávida voz no debate político em favor da nacionalização do petróleo. Seja por meio de editoriais, análises de especialistas, veiculação de declarações de figuras políticas, acusações a empresas estrangeiras, fotografias, notícias de descoberta de poços de petróleo, do acompanhamento dos trabalhos do CNP ou da luta pela nacionalização do produto em países como Irã e Birmânia, o tema esteve em evidência ao longo dos quatro anos analisados do jornal. Considerado ponto nevrálgico do desenvolvimento capitalista brasileiro, o petróleo foi alvo de intensas disputas cujos embates deixam entrever imagens mentais e projetos coletivos de futuro. Como veremos, a abordagem e as narrativas construídas sobre a exploração e industrialização do petróleo trazem à tona elementos essenciais para compreendermos o nacionalismo de Vargas e as suas relações com os Estados Unidos.

Em estudo que privilegia a dimensão concreta de construções simbólicas dessa natureza, Baczko (1985) afirma que “quando uma coletividade se sente agredida pelo exterior [...] ela põe em marcha, como meio de autodefesa, todo o seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar as energias dos seus membros, unindo e guiando as suas ações” (BACZKO, 1985, p. 310). Na condição de porta-voz autorizado da luta varguista pela nacionalização do petróleo brasileiro, o *Última Hora* dava os passos iniciais para a elaboração de uma “autodefesa” delimitando com clareza os seus inimigos e a ameaça que sofriam os chamados “interesses nacionais”. Num editorial publicado na capa da quinta edição, Wainer anunciava em tom de intimidação que o Governo manteria estreita vigilância sobre os grupos particulares entrosados na nascente indústria petrolífera brasileira. O jornalista assegurou que a infiltração de “trusts” pelas concessões dadas a empresas estrangeiras seria punida, “por mais espessa que seja a cortina de fumaça” em que se ocultassem (WAINER, 16 jun.1951, p. 01). O que se

comunicava à opinião pública a partir desse tipo de mensagem é a sensação de que a indústria petrolífera brasileira vinha sendo vítima de uma invasão sorrateira de forças internacionais. A iminência de sua extinção, devido ao risco que tais concessões a empresas estrangeiras ofereciam, sugeria que o petróleo nacional devesse ser protegido – aparentemente pelo poder institucional de Vargas – e defendido – pelos brasileiros.

A defesa da indústria petrolífera brasileira passava não só pelo apoio ao projeto político da nacionalização do petróleo, mas também pelo angariamento de recursos e equipamentos que viabilizassem a pesquisa em zonas petrolíferas e o refinamento do produto. Dessa forma, observamos uma quantidade relevante de reportagens que noticiavam a descoberta de poços de petróleo, as negociações de empréstimos com os EUA e resultados de pesquisa que alertavam a necessidade de investimentos. Em grande parte das publicações, prevaleceu a ênfase nas conquistas, no potencial energético brasileiro e na urgência de prover meios para a exploração nacional do petróleo. Na edição publicada em 17 de julho de 1951, uma nota da *U.P.* veiculou um estudo realizado pelo Chase National Bank, que indicava um aumento no consumo brasileiro de petróleo em 1950. Os especialistas dessa instituição afirmavam que se o Brasil não quisesse retardar o seu desenvolvimento industrial, teria de aumentar a sua produção anual de barris de petróleo. A pesquisa alegava que para suprir essa necessidade, fazia-se necessária uma lei que garantisse a livre concorrência tanto das empresas estrangeiras quanto nacionais. Demonstrando o claro interesse estadunidense no petróleo brasileiro, um pesquisador do Chase National Bank<sup>31</sup> recomendou que “o Brasil adote uma atitude mais construtiva a respeito do capital estrangeiro, como parte de um programa de fomento petrolífero”, pois ceder os recursos não era perder o domínio sobre eles, era garantir que os materiais iniciais se convertessem em produtos elaborados (É PRECISO, 17 jul.1951, p. 06).

Na capa da edição seguinte, a coluna editorial comemorava o interesse declarado por brasileiros em contribuir com a arrecadação de capitais para a construção de uma refinaria de petróleo em São Paulo. Diante disso, Wainer concluía que “o problema do petróleo no Brasil

---

<sup>31</sup> Instituição ligada à família Rockefeller, proprietária da antiga Standard Oil Company dos EUA. A Standard Oil Company foi a maior empresa petrolífera do fim do século XIX e início do XX, até que uma lei anti-truste de 1911 fracionou o monopólio em pequenas empresas como a Exxon (Esso do Brasil), Atlantic, Chevron, entre outras, que continuaram sob o domínio dos Rockefeller.

pode ser resolvido harmonicamente dentro de dois monopólios, ambos assegurando os princípios da soberania nacional contidos na lei 395, isto é, o monopólio estatal e nacional.” (WAINER, 18 jul.1951, p. 01). Assim, celebrando a participação de capitais particulares no empreendimento do petróleo, o jornalista declarava romper – junto com Vargas - com o “conceito ortodoxo de monopólio estatal”, mas manter o espírito nacionalista da lei ao prezar pela exclusividade brasileira do capital privado.

As duas notícias relatadas acima expressam lados distintos – mas não exclusivos - que se opunham nesse debate político. O ponto de vista do Chase National Bank nos remete a uma construção coletiva que fundamenta um padrão de continuidade na política externa dos EUA em relação à América Latina: o entendimento da região como mera esfera de influência hegemônica, cuja função é ser “fonte de terra, trabalho, matérias primas e mercados” (LIVINGSTONE, 2009,p. 11). Nessa perspectiva, a consolidação de uma indústria petrolífera brasileira comprometia, não só as possibilidades de lucro e expansão de empresas privadas, que, devemos reconhecer, são instâncias que ajudam a forjar a política externa estadunidense, mas também limitava espaços para práticas intervencionistas dos EUA. Afinal, era justamente pela porta da dependência econômica latino-americana que entravam as promessas de modernização e desenvolvimento - cujas referências eram ditadas pelo *american way of life* - e saíam a cooperação e, muitas vezes, a subserviência aos Estados Unidos.

Já o posicionamento expresso por Wainer, em clara resposta às empresas estadunidenses e aos círculos políticos brasileiros que descreditavam a nacionalização do empreendimento petrolífero, comporta elementos que não se resumem à afirmação da autonomia brasileira. O recuo em relação ao monopólio estatal representava uma postura perigosa, uma vez que significava a ruptura com segmentos nacionalistas que estiveram no coração da campanha do petróleo ao fim da década de 1940. O ex-chefe da Assessoria Econômica do Governo Vargas explica o caráter estratégico dessa escolha. Segundo ele, a orientação do presidente ““foi no sentido de acentuar a nota nacionalista, mas sem espantar as empresas privadas, e a necessidade de soluções objetivas e imediatas para os vários problemas atinentes à obtenção de petróleo e seus derivados.”” (RIBEIRO, 2001, p. 75). A necessidade do financiamento privado e da fabricação de um consenso que viabilizasse a aprovação do empreendimento no Congresso fez com que Vargas suavizasse, no início das discussões sobre o tema, a sua intenção de estatização da exploração do petróleo.

Nesse sentido, construíam-se argumentos em favor da criação de uma empresa petrolífera de economia mista, porém inteiramente nacional. Matérias que tratavam do apelo popular por providências do Governo e dos prejuízos diários que geravam a procrastinação da tomada de decisão em relação à exploração do petróleo brasileiro enfatizavam a “extrema necessidade que o projeto da criação da sociedade Petróleo do Brasil S/A seja aprovado, para que a economia brasileira não seja asfixiada e para que o país possa explorar suas reservas petrolíferas” (12 MILHÕES, 12 ago.1952, p. 01). Assim, o caráter de urgência justificava a ação rápida, a criação de uma empresa para a exploração do petróleo que atendesse aos interesses nacionais. Como o Estado ainda não possuía recursos para sustentar a empreitada sozinho, a empresa mista passava a legitimar-se como medida exequível.

O engajamento do jornal na campanha em favor de uma solução urgente para a exploração do petróleo se estruturou de forma a dar vazão a várias nuances de apoio a essa causa. Em meio à pluralidade de pontos de vista nas discussões, não encontramos argumentos contra o monopólio estatal, mas havia um apoio implícito à proposta de empresa mista. A fim de abafar polêmicas sobre a pouca confiança na colaboração da iniciativa privada junto à estatal, intensificou-se a ofensiva ao capital estrangeiro. A difusão de reportagens com forte tônica nacionalista e a explicação articulada por Wainer da demissão do General Barreto da presidência do CNP pelo motivo de ter aceitado a colaboração do capital internacional são evidências disso (WAINER, 03 set.1951, pp.1,4). Para Wainer, o afastamento de Barreto foi um ato de consciência nacionalista e de proteção das riquezas nacionais do controle e monopólio estrangeiro.

O projeto da Petrobrás encaminhado ao Congresso no início de dezembro de 1951 consistia numa proposta de empresa controlada pelo Estado, mas para funcionar em regime de economia mista, contando com a participação do capital particular nacional. Bandeira (1973) afirma que o projeto sofreu oposição dos nacionalistas, pois consideravam a proposta cheia de brechas que favoreciam a infiltração do capital estrangeiro, e da UDN, que apesar de ter estado até então a favor do Estatuto do Petróleo, “abraçou a tese dos nacionalistas, uma parte talvez julgando que assim tornaria o projeto inexecutável e desacreditaria o empreendimento” (BANDEIRA, 1973, p. 322). Diante de tais críticas, o UH partiu em defesa da proposta de Vargas construindo narrativas que lhe dessem respaldo. Em matéria de capa veiculada no dia 6 de dezembro lê-se que o projeto “deverá emancipar definitivamente o Brasil da sua humilhante

e perigosa condição de nação escravizada aos monopólios internacionais no que se refere ao mais essencial dos produtos modernos: o petróleo” (VARGAS, 6 dez.1951, p. 01). O texto prossegue alertando para tentativas de confundir e deformar a mensagem efetivamente encaminhada ao Congresso e afirma ser:

evidente que semelhante projeto irá despertar – como já despertou – a reação de todos aqueles, extremistas de esquerda e de direita, falsos nacionalistas e ostensivos entreguistas, que têm explorado a bandeira do petróleo nacional em proveito de suas conveniências políticas ou pessoais, nunca em proveito da nação (VARGAS, 6 dez.1951, p. 01).

Ao classificar as críticas ao regime de economia mista como tentativas de inviabilizar a nacionalização do petróleo, o *UH* assumia para si e para os círculos políticos varguistas o papel de agentes exclusivos de uma “campanha de libertação nacional”. Como observa Luis Carlos Martins<sup>32</sup>, o debate político sobre o projeto inicial da *Petrobras*, gerou um conflito no qual forças políticas distintas disputavam pela “verdadeira” solução para o petróleo. Tal busca pela “alternativa nacionalista mais adequada para o problema do petróleo” significava “um confronto sobre o nacionalismo de Getúlio e sobre o próprio significado do nacionalismo econômico” (MARTINS, 2008, p. 03). Dessa forma, nas reportagens que se seguem é notório o esforço para legitimar o projeto varguista como nacionalista, mesmo quando apenas 51% da empresa estava sob o controle do Estado.

No que diz respeito ao capital estrangeiro, o caráter nacional do projeto da Petrobrás, saudado por alguns como o “Sete de Setembro econômico” (CHAMPAGNE, 7. dez.1951, p. 01), é explicado por Vargas nos seguintes termos:

O Governo e o povo brasileiros desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do país, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo, sabido que a tendência monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atritos entre os povos e os governos. (O CONTRÔLE, 7 dez.1951, p. 02).

---

<sup>32</sup> Apesar de discordarmos de muitas interpretações de Martins sobre o discurso do *Última Hora* a respeito da criação da Petrobrás, em especial quando o autor afirma que o periódico combatia o modelo de monopólio estatal até a aprovação da lei da Petrobrás em 1953, a discussão que propõe sobre a disputa pela postura mais legitimamente nacionalista entre segmentos políticos distintos nos foi fundamental para pensarmos a construção e difusão de estereótipos que dessem suporte ao projeto varguista.



Esse tipo de discurso revela o zelo pela conciliação de interesses e por uma justificativa para a nacionalização que neutralizasse perspectivas de confronto e que fosse capaz de frear possíveis represálias em outros campos das relações Brasil-EUA. Aliás, não foi só no discurso que encontramos brechas conciliatórias no nacionalismo varguista. Entre o fogo cruzado das críticas aos excessos nacionalizantes e ao caráter insuficientemente nacionalista das discussões sobre a criação de uma empresa petrolífera mista, o projeto da Petrobrás admitia uma pequena participação de capitais estrangeiros, cuja presença, nas palavras do ex-Chefe da Assessoria Econômica de Vargas, era prevista para que fosse de maneira “tão diminuta que não causasse perda” (RIBEIRO, 2001, p. 78). Essas nuances no nacionalismo de Vargas, sem dúvida, estão relacionadas à dificuldade de se obter recursos para a montagem de refinarias e investimentos na pesquisa e prospecção. Àquela época:

tanto o Banco Mundial quanto o Eximbank negavam-se a então conceder empréstimos para o desenvolvimento daquela indústria, sob a alegação de que havia, em termos razoáveis, disponibilidade de capitais privados estrangeiros interessados no setor (RIBEIRO, 2001, p. 79).

Por isso, era imposto ao Brasil que equipasse as refinarias com os próprios dólares, condição essa que motivaria concessões ao capital estrangeiro e serviria de argumento para deslegitimar o controle petrolífero do Estado. Desse modo, é possível perceber que à revelia da ênfase nacionalista que inflamava os discursos e situava a Petrobrás como medida de completa ruptura com os interesses dos EUA, as nuances do debate político apontam para a existência de espaços de barganha e busca de um consenso mínimo de interesses entre Brasil e EUA motivada tanto por pressões externas, quanto por conveniências na manobra de forças políticas internas.

Após o envio ao Congresso do controverso projeto da Petrobrás, as edições publicadas no início do ano de 1952 tornaram a abordar a precariedade dos recursos de que dispunha o CNP e a noticiar entusiasticamente descobertas de jazidas de petróleo como forma de atrair investimentos para o promissor empreendimento da indústria petrolífera brasileira. A intensificação do tom nacionalista da campanha acompanhava a progressiva inclusão de

emendas que aproximavam o projeto da Petrobrás do monopólio estatal. Em 30 de junho, as críticas que acusavam o presidente de “entreguista” foram rebatidas com uma reportagem de intensa carga emocional que reforçava a firmeza de Vargas na defesa da industrialização brasileira do petróleo. A visita do presidente à zona petrolífera baiana em Candeias foi noticiada sob a manchete “Alto lá, demagogos do petróleo!” estampada sobre uma foto de Vargas sorridente exibindo a palma da sua mão direita suja de petróleo.



Figura 3: "ALTO, 30.jun 1952, p.1

A força simbólica do gesto registrado em foto é acompanhada por um texto igualmente emblemático:

Ali estava, diante dos olhos, a imensa realidade do petróleo brasileiro. Os cépticos, os patrioteiros, os confusionistas, os “inimigos declarados e embaçados do nosso progresso” – todos podiam vêr. Jorrando das entranhas da terra ali estava o petróleo do Brasil. O espetáculo era, com efeito emocionante. E Vargas, num gesto que bem reflete o entusiasmo de todos os bons brasileiros sinceramente interessados na solução do grande problema,

teve também sua sensibilidade tocada pela emoção da cena, mergulhou a mão no “ouro negro” e espalmou-a, como quem diz: “Basta de demagogia! Em seguida, estendeu-a aos técnicos e aos operários que ali trabalham, como símbolo da solidariedade comum na luta pela grandeza do país (“ALTO, 30 jun.1952, p. 01).

Segundo Lippmann, “imagens sempre foram o jeito mais certo de expressar uma ideia, e depois delas, são as palavras que remetem a imagens mentais.” (LIPPMANN, 1997, p. 105, tradução nossa). Eis o que transmitiam as palavras e a imagem dessa matéria: direto das entranhas do solo brasileiro, o petróleo ia para as mãos do representante da nação num gesto provocativo de posse. A mensagem, preta de significados, comunicava por outros meios à opinião pública o que o lema da campanha do fim dos anos de 1940 bradou: “O petróleo é nosso!”. Ademais, a linguagem comovente sugeria a realização de um sonho, a certeza de que a indústria petrolífera brasileira era possível, não importando o que alegassem os críticos.

E as críticas ressoavam nas mais diversas instâncias, inclusive na imprensa estadunidense. Em março de 1952, o jornalista Sam Pope Brewer escreveu num artigo para o *New York Times* que o slogan “O Petróleo é nosso” era uma eficiente forma de unir nacionalistas e comunistas contra os Estados Unidos. Para Brewer, a campanha pela nacionalização do petróleo atravancava o aproveitamento dos recursos minerais brasileiros por medo de que estrangeiros pudessem se beneficiar da exploração petrolífera (BREWER, 1952)<sup>33</sup>. Conforme discutido anteriormente, medidas nacionalistas que restringissem o fluxo de capitais estadunidenses eram frequentemente interpretadas como ataques aos EUA. A percepção exposta pelo jornalista de que tal campanha seria uma estratégia comunista para atrair e mobilizar as massas contra a grande potência do hemisfério sob a bandeira do nacionalismo tinha o poder de reforçar antagonismos e de criar um clima de tensão que associasse a oposição à nacionalização do petróleo ao compromisso com a luta anticomunista.

De maneira semelhante, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil também emitiu pareceres sobre o tema. Em um relatório econômico trimestral de caráter restrito, produzido por Gertrude Hear (Economic Assistant) em 5 de novembro de 1952 para o Departamento de Estado, em Washington, a inclusão do monopólio estatal no projeto de lei que instituiria a Petrobrás em setembro do mesmo ano foi abordada de forma pejorativa: “A demagogia

---

<sup>33</sup> O acesso a esse documento se deu por meio das anotações feitas pelo Prof. Sidnei J. Munhoz quando da sua consulta ao Arquivo Histórico do Itamarati.

prevaleceu na Câmara e o projeto de lei aprovado era ainda mais nacionalista que a versão enviada ao Congresso pelo Presidente no último mês de dezembro”<sup>34</sup> (FOREIGN SERVICE DESPATCH RESTRICTED 678, 1952, p. 03). A associação feita pela relatora entre demagogia e nacionalismo, claramente centrada na perspectiva dos EUA, evocava alguns estereótipos. A ideia de que a demagogia levou à aprovação de um projeto nacionalista insinua que negar a entrada do capital estadunidense no Brasil é minar a prosperidade do país sob o fantasioso pretexto da conquista da autonomia brasileira. Nessa perspectiva, a dependência econômica era mais que uma condição, era uma conveniência que assegurava o status dos EUA de nação civilizadora e, por conseguinte, o do Brasil – juntamente com o resto do continente - de “quintal da América” (LIVINGSTONE, 2009). O imaginário político do excepcionalismo estadunidense contido no relatório, que pressupõe a superioridade da potência em relação ao continente americano, era instrumentalizado a fim de deslegitimar posturas nacionalistas do Brasil valendo-se do “mito” da incapacidade latino- americana de autogestão (OLIVEIRA, 2000).

Vale ressaltar que se faz necessário compreender a instrumentalização dessas imagens mentais em associação com o contexto em relação ao qual elas foram empregadas. José Augusto Ribeiro afirma que “os Estados Unidos, no governo Roosevelt, haviam ajudado o Brasil a construir Volta Redonda. Agora, sem Roosevelt e sem os perigos decorrentes da guerra, seu interesse era garantir o petróleo brasileiro para suas próprias empresas petrolíferas” (RIBEIRO, 2001, p. 37). Assim, distante das prioridades da Doutrina Truman e face à avidez dos interesses das empresas petrolíferas estadunidenses pela recém-descoberta da abundância de petróleo bruto no Brasil, a nacionalização da indústria petrolífera brasileira representava um grande inconveniente para os EUA.

Ainda no relatório econômico, a autora do documento fazia menção à repercussão do fato na imprensa nacional, elencando o desequilíbrio da balança comercial brasileira e a escassez de divisas como complicadores da aprovação da lei da Petrobrás:

Enquanto as discussões sobre a Petrobrás estavam em curso, grande parte da publicidade dada à posição de câmbio desfavorável do país ocasionou

---

<sup>34</sup> Tradução livre do original: “Demagoguery prevailed in the Chamber and the bill as passed was even more nationalistic than the draft bill sent to Congress by the President last December”

substanciais comentários na imprensa sobre a necessidade de capital estrangeiro no desenvolvimento do petróleo brasileiro. Competentes especialistas estimam que, se o projeto de lei da Petrobrás for aprovado, 80 por cento dos fundos disponíveis para esta operação terá que ser convertido em dólar para a compra de equipamentos, aumentando assim a demanda por moeda estrangeira no país<sup>35</sup> (FOREIGN SERVICE DESPATCH 678, 1952, p. 03).

Ao tratar de um tema que havia muito era debatido na imprensa nacional sob perspectivas diversas, a relatora opta pela versão defendida pela oposição a Vargas sem expor qualquer contraponto. Neste documento, a Petrobrás é apresentada como uma medida nociva, inviável e tomada a contragosto.

Depois de meses à mercê do marasmo do Senado, em 5 de outubro de 1953, o projeto da Petrobrás foi aprovado em regime de monopólio estatal. No mesmo dia, o *Última Hora* anunciava prontamente “venceu o povo na Petrobrás” (VENCEU, 5 out.1953, p. 01). Como quem divulga a “receita do sucesso”, o vespertino proclamou em destaque na capa desta edição uma projeção ideal da condução do desenvolvimento brasileiro em relação às forças econômicas mundiais: “Sem jacobismos ferozes, a verdade é que não se concebem outras soluções no mundo moderno, que não aquelas que garantam a sobrevivência do interesse nacional, a expansão e o desenvolvimento das indústrias de um país, livre das influências dos trustes internacionais” (VENCEU, 5 out.1953, p. 01). Se considerarmos o debate político anterior à aprovação do projeto – sobre as pressões das empresas petrolíferas estrangeiras e sobre o monopólio estatal e o regime de capital misto-, a incompatibilidade entre os fatores elencados nessa afirmativa e a trajetória da criação da Petrobrás é flagrante. No entanto, é pertinente considerarmos essa declaração não pelo seu caráter de relato, de narrativa de um processo que se concretizou com a criação da Petrobrás, mas pelo seu potencial de expressar um “querer ser”, uma idealização norteadora de práticas, cuja função como referência na interpretação dos problemas nacionais é mais importante que sua própria concretização.

---

<sup>35</sup> Tradução live do original: “While the discussions on Petrobras in the Chamber were under way, the large amount of publicity given to the strained foreign exchange position of the country occasioned considerable press comment as to the need for foreign capital in the development of Brazilian petroleum. Competent specialists estimate that, if the Petrobras bill becomes law, 80 percent of whatever funds are made available for its operation will have to be converted into dollars for the purchase of equipment, thus adding to the demands on the foreign exchange resources of the country.”

Como mostram as edições posteriores do jornal, a aprovação da Petrobrás no Congresso não pôs fim à necessidade de uma campanha para legitimá-la. Muitos eram os rumores, denúncias de conspiração e ofensivas da oposição que agitavam a opinião pública. Os desmentidos frequentemente publicados no jornal deixam entrever um clima de instabilidade política e a consequente mobilização de esforços do *UH* para uma luta contra “políticos superados, que promovem a agitação, sob o manto da recuperação moral, fazendo entretanto o jôgo secreto dos trustes estrangeiros para o domínio sôbre o nosso petróleo” (ESTILAC, 11 nov.1953, p. 01). Na disputa pela atribuição de significado legítimo ao empreendimento, o vespertino apostou na persistente exaltação da Petrobrás como a grande solução para os problemas econômicos do país e na divulgação de balanços gerais do ano de 1953 que apontavam para 1954 como o “ano decisivo para a emancipação econômica do Brasil” (1954, 31 dez.1953, p. 01).

Ainda que o clima tenha sido de intensa agitação política, os avanços econômicos eram visíveis. Apesar das pressões e das hostilidades, os EUA tiveram que ceder às insistências de Vargas em conseguir apoio para a pesquisa, prospecção, refinamento e industrialização do petróleo brasileiro, devido a concorrência com empresas europeias (BANDEIRA, 1973). Assim, em janeiro de 1954, o *Última Hora* anunciava na capa da edição 793 a manchete “Reconhecida oficialmente pelos grandes consórcios internacionais a existência da ‘Petrobrás S.A.’. Óleo da Standard para a refinaria de Cubatão”. De acordo com a narrativa do periódico, a presença de empresas estrangeiras como a *Standard Oil*, *Gulf*, *Texas* e *Shell* na concorrência pelo edital aberto pelo CNP mostrava que quando há interesses envolvidos, dissolvem-se todas as contradições. “Cai, desta forma, por terra, um dos argumentos mais carinhosamente explorados pelos chamados grupos ‘entreguistas’, que combatiam a construção de refinarias nacionais, sob o pretexto de que nos seria impossível obter óleo cru das companhias estrangeiras” (RECONHECIDA, 13 jan.1954, p. 01). A argumentação se construía, então, da seguinte forma: quando duvidou-se da existência de petróleo no Brasil, haviam sido descobertas inúmeras jazidas; quando questionou-se o potencial brasileiro para explorá-lo e industrializá-lo, foi criada a Petrobrás em regime de monopólio estatal; quando foi dito ser impossível o reconhecimento e a colaboração estrangeira, eis que diversas empresas internacionais se alistaram para contribuir com o empreendimento. Nesse sentido, o desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira era narrado pelo *UH* a partir de uma

sucessão de vitórias.

Destarte, em torno dos debates sobre a Petrobrás gravitavam discussões sobre autonomia, desenvolvimento e posturas brasileiras no cenário internacional. O discurso proferido por Vargas em março de 1954 sintetizou alguns pontos críticos nesse sentido. Na ocasião, o presidente declarou que “a orientação fundamental do Govêrno resume-se no propósito de fortalecer a economia nacional.”. Para ele, essa seria a diretriz que condicionava a postura do Brasil no panorama internacional, pois, “enquanto dependentes, estaremos sempre sujeitos a retrocessos.” (VARGAS, 17 mar.1954, p. 05). Afirmou ainda que as críticas destrutivas e a incompreensão dos problemas nacionais por forças internas e externas comprometiam a consciência do papel dos quadros dirigentes na busca pela maturidade da nação. A seu ver, a missão do poder público era, então, suprir os pontos de asfixia nos setores em que “a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, mostra-se [ou costumava se mostrar] desinteressada” (VARGAS, 17 mar.1954, p. 05).

No que diz respeito diretamente à Petrobrás, Vargas afirmou que a contribuição estrangeira devia ser representada pelas exportações, pelos investimentos seguidos de inversões de capital e pelo auxílio técnico. Ou seja, de acordo com o projeto de emancipação econômica defendido pelo presidente, a consolidação da indústria petrolífera brasileira teria o Estado como protagonista e o capital estrangeiro como suporte. Nessa perspectiva, ao assumir as rédeas do próprio progresso o Brasil estabeleceria outra dinâmica nas suas relações com os Estados Unidos, a do equilíbrio em vez da dependência.

#### *2.5. A Transição Truman-Eisenhower: tensões e expectativas*

À revelia do manifesto desejo de amenizar a assimetria das relações com a potência estadunidense, os eventos dos dois últimos anos do Segundo Governo Vargas foram marcados pela diminuição na margem de manobra da política externa brasileira em relação aos EUA. Além da crise política que assolava o Governo Vargas, o recrudescimento da contenção do comunismo e o caráter mais explicitamente intervencionista do presidente Dwight Eisenhower, eleito em 1953 pelo Partido Republicano, foram fatores fundamentais para o

acirramento das tensões entre Brasil e Estados Unidos.

Vale ressaltar que, nesta investigação, nós não tratamos o sujeito Brasil ou o sujeito Estados Unidos como unidades homogêneas (MUNHOZ, 2010b). Por abarcar um período de transição presidencial estadunidense, é imprescindível que nosso trabalho explore as diferenças entre os projetos políticos do Brasil e dos EUA, levando em consideração as divergências entre as forças antagônicas internas a cada um desses países - ainda que, devido à natureza do problema delimitado e da nossa fonte privilegiada, a ênfase recaia sobre o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro e sobre as relações de forças com as quais interage. Assim, faz-se necessário contextualizar brevemente os diferentes projetos políticos defendidos pelos dois partidos protagonistas dos embates políticos dos Estados Unidos, uma vez que ambos propunham posturas distintas em relação ao Brasil que provocaram oscilações no imaginário dos círculos políticos varguistas.

Autores como Carlos Alzugaray (2000) defendem que os projetos de política exterior do Partido Republicano e do Partido Democrata se diferenciam entre si mais na forma que no conteúdo. Isso ocorre porque a política externa dos EUA é regida por uma espécie de missão, na qual a necessidade histórica e a predestinação de 'libertar' e proteger o mundo de ameaças que comprometam os ideais do liberalismo definem as diretrizes das relações dos Estados Unidos com outros países (OLIVEIRA, 2000) (HOGAN, 1999). No entanto, as diferenças na condução e na priorização de assuntos tanto domésticos quanto internacionais, foram em alguns casos decisivas para o agravamento de processos históricos em andamento, a exemplo da forma como a conservadora política econômica de contenção de gastos e de ênfase no princípio da segurança nacional da administração Eisenhower repercutiu significativamente nas relações dos EUA com a América Latina (AZULGARAY, 2000). Por isso, ainda que não deva ser tomada em absoluto, cabe uma distinção básica entre os partidos.

O Partido Republicano, de modo geral, contempla grupos políticos de tendências mais liberais-conservadoras que defendem o Estado mínimo por meio, por exemplo, da redução de impostos e corte de gastos públicos. O conservadorismo do partido dá maior vazão à urgência pela defesa nacional, o que favorece o florescimento de um anticomunismo mais severo. Já o Partido Democrata agrega setores políticos adeptos de uma visão mais atualizada do liberalismo estadunidense associada a um Estado de bem-estar social. Para tanto, advogam



uma maior participação do governo tanto em questões econômicas, no sentido de permitir maior igualdade de oportunidades, quanto em questões sociais por meio de programas de assistência.

Visto que o conceito de segurança nacional foi diretriz privilegiada da política externa de Washington, na gestão de democratas e mais notadamente na gestão de republicanos, façamos algumas considerações a esse respeito. Munhoz (2010) afirma que o princípio estadunidense de segurança nacional durante a Guerra Fria consistia na garantia de superioridade econômica e tecnológica - consideradas motrizes de poder - sobre qualquer pontencial adversário. Logo, eventos, reformas políticas ou medidas econômicas adotadas em qualquer parte do mundo podiam facilmente serem vistos como ameaça à segurança dos EUA e de todo o chamado “mundo livre”. Essa premissa fundamentava não só medidas intervencionistas como também situava como prioridade o controle de recursos minerais e da infraestrutura industrial dos países membros de sua esfera de influência hegemônica. Assim, conforme Gilderhus (2000):

essencialmente, a administração Eisenhower queria quatro coisas da América Latina: apoio nas Nações Unidas, erradicação da ‘subversão interna comunista ou anti-EUA’, acesso às matérias-primas estratégicas, e cooperação militar na defesa do hemisfério (2000, p. 142, tradução nossa).

Portanto, antes mesmo da sua posse, em janeiro de 1953, o general Eisenhower já era temido pelos círculos políticos brasileiros. Em fins de 1952, Aranha escreveu uma carta para Danton Coelho, presidente do PTB e futuro diretor do *Última Hora*, afirmando “que o governo de Truman havia sido até então o dos pequenos negócios, já o de Eisenhower, prometia ser o governo dos magnatas, o primado de Wall Street” (RIBEIRO, 2001, p. 126). Em carta endereçada diretamente a Vargas, Aranha enfatizava: “O capitalismo no poder não conhece limitações, sobretudo as de ordem internacional. [...] Os Estados Unidos estão entrando ou vão entrar em guerra com todos os povos...” (RIBEIRO, 2001, p. 126).

No que diz respeito às relações com o Brasil, Maria Celina D’Araujo (1992) e José Augusto Ribeiro (2001) pontuam que o governo de Eisenhower delimitou o fim da já

moribunda Política da Boa Vizinhança. D'Araujo (1992) explicita que a presidência do sucessor de Truman representou mudanças nas regras do jogo que afastaram ainda mais a possibilidade de auxílio econômico governo a governo. Antecipando-se ao pragmatismo econômico de Eisenhower, Oswaldo Aranha, que apesar de não ocupar nenhum cargo oficial do governo à época tinha notável influência sobre as decisões de Vargas, aconselhou o presidente brasileiro a pedir um acordo com os EUA, especialmente sobre empréstimos e atrasados comerciais, antes da posse de Ike. Havia uma urgência em liquidar velhas contas ainda com Truman. Assim, visando preparar o terreno para as relações futuras com a gestão republicana estadunidense, Aranha estabeleceu contato com líderes dos EUA e pediu um encontro com Eisenhower. Nesta ocasião, insistiria na necessidade de uma reformulação da política externa em relação à América Latina, propondo maior aproximação no continente, e argumentaria que “o Brasil era a chave do sucesso para os Estados Unidos na região. Colaborar em maior escala no desenvolvimento econômico do Brasil, declarou, seria beneficiar os próprios Estados Unidos” (RIBEIRO, 2001, p. 127).

Em decorrência da receptividade de Vargas e do acolhimento protocolar de Eisenhower a essas propostas de aproximação com os EUA<sup>36</sup>, a estratégia brasileira era então, naquele momento, barganhar a colaboração estadunidense para o desenvolvimento nacional antes que o partido de Eisenhower o pressionasse por restrições. Para tanto, era necessário regular os receios e inspirar uma atmosfera de otimismo e confiança, cuja expressão, não por acaso, encontramos no *Última Hora*. Na edição 431, a mesma que anunciava a vitória do novo presidente, foi publicada uma nota veiculada pela *United Press*, na qual se sustentava que a eleição de Eisenhower significava a continuação da cordial relação de amizade e do estreitamento dos laços de cooperação entre EUA e Brasil. Mais adiante, alegava que o candidato eleito nutria pelo Brasil uma calorosa amizade desde que o país colaborou com os Aliados na campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial.

Ainda segundo a nota, as boas relações entre os republicanos e o nosso país foram iniciadas antes mesmo de Roosevelt implantar a Política da Boa Vizinhança. Portanto, “os republicanos continuarão a prestar auxílio ao Brasil sem alteração, abandonando-se apenas

---

<sup>36</sup> Eisenhower também teria aceitado a sugestão de Aranha de enviar a filha de Vargas e seu marido em visita oficial a Washington com “a missão de tornar menos difíceis, se não mais fáceis” (RIBEIRO, 200, p. 128) as relações entre Brasil e EUA.

o rótulo ‘Ponto Quatro’ de Truman.”<sup>37</sup> (IKE, 05 nov.1952, p. 06). De acordo com Gilderhus (2000), desde o pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos:

abraçaram os governos latino-americanos como aliados políticos e militares, porém, por outro lado, consideravam a região como periférica em importância. Por este motivo, eles [os EUA] não deram qualquer ênfase equivalente a programas de modernização e desenvolvimento econômico (GILDERHUS, 2000, p. 113).

Dessa maneira, enquanto Brasil insistia no caráter político e na importância estratégica dos investimentos para o desenvolvimento latino-americano, os Estados Unidos os via pelo aspecto econômico, ou seja, como um problema a ser resolvido pelas instituições financeiras internacionais ou pela iniciativa privada de acordo com as leis do livre mercado. Assim, o Brasil e o restante da América Latina pediam a Washington cooperação econômica e recebiam de volta propostas de cooperação militar, especialmente o apoio a medidas de contenção ao comunismo. Esse impasse era motivado não só pela disputa por áreas de influência entre ambos os lados da Cortina de Ferro. Por trás da ênfase na segurança do hemisfério, havia interesses específicos dos EUA. Além da preocupação com a disponibilidade dos recursos naturais da região, em especial os minerais estratégicos, em caso de uma guerra com a União Soviética (AYERBE, 2002), havia a apreensão dos Estados Unidos em relação à onda nacionalista e estatizante que tomava conta dos principais países latino-americanos. Essa tendência, aos olhos de Washington, podia significar obstáculos à entrada do capital estadunidense nos países da região. Portanto, auxiliar no fortalecimento da economia de Estados que se pretendiam protagonistas do próprio desenvolvimento não era vantajoso economicamente para os EUA. (BETHELL, 1991).

Tal choque de interesses encontra-se também estampado nas páginas do *Última Hora* sob a manchete *Reação da América Latina ao tratamento desdenhoso dos políticos americanos*. Na página 06 da edição do dia 29 de novembro de 1952, o vespertino publicou um

---

<sup>37</sup> O Ponto IV era um programa anunciado por Truman que tornaria a tecnologia e a ciência dos EUA disponíveis para áreas periféricas como o Sudeste Asiático, a África e a América Latina. O Ponto IV previa a concessão de créditos e a formação de uma comissão técnica mista para coordenar os investimentos privados nessas regiões. Pelo claro contraste com a “facilidade” de obtenção de auxílio econômico e financeiro obtida pelos países contemplados com o Plano Marshall, o Ponto IV foi entendido como um sinal da indiferença e do desinteresse dos EUA em relação à América Latina.

artigo escrito por um de seus correspondentes em Nova York - cujo nome não é citado - que analisava a possível posição de Eisenhower diante da América Latina. Ao resgatar declarações do presidente eleito durante a sua campanha, o autor salienta a seguinte afirmativa do então candidato: “seria interessante ativar nos países insuficientemente desenvolvidos ou atrasados a produção de matérias primas que os EUA necessitassem.”. O correspondente rapidamente classificou tal declaração como estreita e imperialista, mas ressaltava que não se devia dramatizá-la, mostrando confiança na sensibilidade adquirida pelo General em seu passado de experiências militares e diplomáticas. Contudo, o autor manteve o tom agressivo. Ressaltou o desdém e o desinteresse dos Secretários de Estado de Truman em relação à América Latina e convocou a região a assumir atitudes que “sem comprometer a lealdade, contenha dose bastante grande de firmeza nas relações com os Estados Unidos” (REAÇÃO, 29 nov.1952, p. 06), caso isso se repetisse com Eisenhower. O texto expressava ainda pouca confiança no futuro Secretário de Estado John Foster Dulles, que assim como o fez o seu antecessor, Dean Acheson, teria, segundo o autor, grandes chances de entregar os assuntos latino-americanos a “play-boys”, como afirma ter sido Edward Miller, o Secretário-adjunto do Departamento de Estado para os Assuntos Interamericanos da gestão Truman.

De fato, segundo Gilderhus (2000), um dos motivos para a Política da Boa Vizinhança ter se tornado inviável nos governos de Truman e notadamente no de Eisenhower foi a falta de compreensão de ambos os líderes de Estado no que diz respeito à realidade latino-americana. Visões preconceituosas pautadas na desinformação e em estereótipos enraizados no século XIX, construíram imagens da América Latina como uma criança indisciplinada, por vezes ingênua, e incapaz de gerir-se política e economicamente (SCHOULTZ, 2000). Mudanças no quadro de diplomatas do Departamento de Estado ao final da gestão de Roosevelt foram decisivas nesse sentido. A substituição de especialistas em América Latina por secretários com pouca experiência diplomática, raso conhecimento das línguas e parco comprometimento com os assuntos da região dificultou a bilateralidade das relações. Sem dúvida, esse pode ter sido o caso de Edward Miller.

Dessa maneira, era contra a rigidez nas negociações, motivada por uma espécie de descaso, que o *Última Hora* convocou a América Latina a reagir, porém sem destruir os laços de amizade com os EUA. O apelo não era por um combate e sim pela conquista de um consenso, de um espaço para conversar de igual para igual com a grande potência americana. Condizente com as principais diretrizes da política externa de Vargas, o objetivo era alterar o perfil de dependência em relação a Washington (VISENTINI, 2010). As expectativas

orientavam-se, então, nesse momento de transição de um líder do Partido Democrata para um representante do Partido Republicano, pela conquista de espaço para o exercício da barganha visando a multilateralidade nas relações.

Esse quadro de otimismo permaneceu estável ao longo do início de 1953. Em fevereiro desse ano, relatos da viagem de Oswaldo Aranha para os Estados Unidos a fim de conversar com Eisenhower e John Foster Dulles transmitiam segurança ao leitor do *UH*. Em depoimento para jornalistas, quando retornou da viagem, Aranha afirmou que o Brasil está vivendo “uma nova era nas nossas relações com os Estados Unidos”. Segundo ele, a crescente ameaça comunista às várias regiões do mundo seria capaz de inspirar um olhar mais compreensivo dos homens que orientam a política externa dos EUA em relação à América Latina. Afinal, a maneira mais eficiente “de combater ideologias dêsse tipo é certamente a de melhorar as condições de vida das populações subnutridas, em estado de revolta latente, dada a situação de abandono a que se acham relegadas” (MAIS, 4 fev.1953, p. 01). Visto que a ênfase na cooperação militar e no aparelhamento das forças armadas latino-americanas nunca havia deixado de ser prioridade na política externa dos EUA, essa afirmação de Aranha parece estar ancorada nos seus próprios argumentos e desejos, uma vez que dificilmente encontrou receptividade na prática por parte de Ike e de seus secretários, que frequentemente relegavam a cooperação econômica a segundo plano.

Em 23 de fevereiro, a manchete *Eisenhower mostrou com fatos e não com palavras que uma nova era se inicia nas nossas relações!* celebrava o empréstimo fornecido pelo Eximbank no valor de 300 milhões de dólares ao Brasil. O embaixador Valter Moreira Sales afirmou para o *Última Hora* que o empréstimo era uma grande demonstração de confiança que o Governo de Ike depositava na administração e na política econômica e financeira de Vargas. Comprometido com a construção e difusão de um imaginário político que inspirasse estabilidade e confiança no governo, o jornal minimizava as tensões existentes e afirmava na matéria que não havia mais a “sombra que por um momento fugaz parecia perturbar as boas relações dos Estados Unidos com o Brasil” (DE PARABÉNS, 23 fev.1953, p. 01).

Ao que parece, as promessas e a retórica de Eisenhower foram instrumentalizadas pelo *UH* como força mobilizadora de credibilidade. Entre os círculos políticos pró-Vargas era evidente que “a vitória dos republicanos representou o início de um governo pouco afeito às

demandas das economias periféricas” (DALIO; MIYAMOTO, 2014, p. 164). Dessa forma, a cooperação econômica não viria como desejava o Brasil. As políticas varguistas de preservação da autonomia nacional esbarravam constantemente nos interesses dos Estados Unidos (AYERBE, 2002). Assim, o flagrante descompasso entre os fatos e o discurso do periódico nos mostra que a elaboração dessas imagens de Brasil e de EUA não nos informa sobre o que realmente pensavam os homens que decidiam os destinos da política externa brasileira ou estadunidense. Ela nos mostra uma outra dimensão do poder. Um poder ancorado num sistema simbólico que ao estabelecer um sentido imediato do mundo nos informando sobre ele, faz assentar a solidariedade e a integração social no seio da opinião pública (BOURDIEU, 2007).

Nessa perspectiva, construir uma impressão de consonância de interesses entre Brasil e EUA era atestar que a “barganha nacionalista” de Vargas era não só compatível com as demandas domésticas, mas também bem acolhida pela conjuntura internacional. Da mesma forma, assumir posturas de confronto em relação aos Estados Unidos quando a divergência entre ambos os países inviabilizava premissas cruciais do projeto nacional-desenvolvimentista do Governo, significava reforçar a autonomia e a emancipação econômica brasileiras, mesmo que houvessem brechas discretas para evitar conflitos mais graves. Além disso, como jornal criado com o intuito de fazer frente ao cerco da grande imprensa oposicionista empenhada em agressiva campanha contra Vargas, a sensação de cooperação e conquistas de espaço nas relações com a maior potência mundial cumpria função apaziguadora de críticas da oposição e denúncias de escândalos, do mesmo modo que demonstrações de compromisso com posicionamentos genuinamente nacionalistas à revelia das pressões do imperialismo estadunidense visavam conferir ao jornal papel de defensor legítimo dos interesses nacionais. Tal qual o “*approch* dialético” da política de Vargas a que se refere Skidmore, as narrativas construídas pelo *UH* equilibravam ortodoxia e nacionalismo, ataques ao capital estrangeiro e liberalização de câmbio. “Era o típico estilo de Vargas” (SKIDMORE, 1982, p. 132).

## 2.6. A Conferência de Caracas

À guisa de conclusão, façamos um último exercício de análise sobre um evento cujo

debate político resgata e sintetiza de forma representativa o imaginário político dos círculos varguistas sobre os mais críticos pontos de tensão nas relações Brasil-EUA à época. Realizada em março de 1954, a X Conferência Interamericana, também conhecida como Conferência de Caracas, teve cobertura integral e grande destaque nas páginas do *Última Hora*. As reportagens veiculadas pelo periódico expressavam expectativas, desejos, perspectivas de futuro e frustrações que são particularmente esclarecedores na nossa busca pelas imagens de Brasil e de Estados Unidos construídas e difundidas com o intuito de condicionar a opinião pública brasileira.

Entre fins de janeiro e fevereiro de 1954, observamos que uma sequência de reportagens sobre os preparativos do Itamarati para a Conferência criava um clima de grandes expectativas. Notícias discorriam sobre a existência de uma nova consciência de política internacional, sobre o empenho de embaixadores, reformas no Itamarati e sobre uma maior comunicação dessa instância com o público. Os tópicos da agenda brasileira em Caracas eram discutidos pelo *UH* em linguagem acessível e convidativa, de maneira a inspirar o envolvimento da opinião pública e ressaltar a importância do papel do Brasil na Conferência. Em matéria escrita por Daniel Caetano, publicada em 4 de fevereiro, afirmava-se que enquanto a Conferência de Bogotá havia privilegiado majoritariamente assuntos políticos, a de Caracas priorizaria questões econômicas:

É que em Caracas os países da América Latina esperam ver formulada uma política econômica interamericana. Tal política está fazendo muita falta e deve ser o complemento de uma solidariedade total, cujas bases sólidas estão lançadas no Tratado Interamericano de Assistência Mútua. (CAETANO, 4 fev.1954, p. 04).

Conforme exposto anteriormente, Estados Unidos e América Latina tinham diferentes concepções a respeito da cooperação para o desenvolvimento e para a integração continental, de forma que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a assistência econômica vinha sendo um dos principais focos de divergências entre os países latino-americanos e a potência estadunidense (CERVO, 2002). Portanto, independente das eventuais afinidades militares e políticas firmadas em acordos preliminares, o sistema interamericano continuava fragilizado por tensões latentes. Diante desse quadro, a Conferência era apresentada pelo *Última Hora*

como a oportunidade de levantar-se contra a unilateralidade da política econômica do sistema interamericano e como a ocasião em que se fariam ouvir “as vozes da oratória latina”, pois, uma vez que “a Europa está em condições de tratar de si e de se defender do inimigo comum com a ajuda substancial do Plano Marshall”, era “hora de olhar para dentro de casa” (CAETANO, 4 fev.1954, p. 04).

Nesses termos, anunciava-se que os países da América Latina se preparavam para abordar em Caracas questões como a inversão de capitais, a escassez de divisas, os problemas no sistema de transporte, a necessidade de auxílio técnico e a corrente produção de matérias-primas a baixos preços. No dia 5 de fevereiro, foi divulgada em nota uma resolução adotada por sete países membros da Comissão Cafeteira do Conselho Econômico e Social Interamericano, a ser submetida à Conferência de Caracas, que determinava que qualquer boicote implantado pelos EUA contra o café seria considerado um “ato de agressão econômica” (AGRESSÃO, 5 fev.1954, p. 02). A aprovação dessa medida pelos principais produtores latino-americanos de café era uma reação às especulações na bolsa de Nova York, que há pelo menos um ano vinham provocando altas no preço do produto, prejudicando a sua venda aos Estados Unidos.

Uma matéria veiculada na capa publicada em 12 de fevereiro afirmava que tanto as especulações quanto o aparente desinteresse do governo estadunidense em contê-las teriam acordado o espírito nacionalista brasileiro em relação ao café. Portanto:

O Brasil que, no passado, se conduziu invariavelmente, de modo a evitar a formação de uma frente anti-Washington, sendo um saudável amortecedor de choques, irá, já agora, comparecer em Caracas com outra disposição. (O GENERAL, 12 fev.1954, p. 01).

De fato, desde a década de 1930, a política do Itamarati colocava o Brasil na posição de principal mediador do pan-americanismo. Na condição de mais importante aliado latino-americano dos Estados Unidos, o Brasil usava a sua influência regional para conciliar interesses e amenizar conflitos dentro da América Latina, além de estreitar a cooperação da região com a potência hegemônica (CERVO, 2001). Nesse sentido, a veiculação de tal declaração sobre uma possível abstenção brasileira do seu papel de contrapeso do



descontentamento latino-americano denotava grave ameaça e a pretensão de um novo direcionamento da política pan-americana.

Todavia, iniciada a Conferência de Caracas, o tom agressivo do discurso do *UH* arrefeceu, de forma que a insatisfação relacionada à produção e exportação de café ganhou pouco destaque nas reportagens e relevo ainda menor nas negociações entre os representantes das nações americanas. Apesar de toda a retórica autonomista preliminar à Conferência, observamos a repetição de um padrão nas negociações latino-americanas com os Estados Unidos e no debate político a seu respeito. Mais uma vez, como havia sido em Bogotá, os aspectos econômicos tornaram-se pauta secundária e objeto de dissenso entre os chanceleres americanos reunidos na ocasião. Duas notas assinadas pelo correspondente Daniel Caetano e publicadas na edição de 05 de março de 1954, nos permite evidenciar essas tensões a contento.

Numa delas, Caetano fez uma síntese de um discurso de Dulles. Segundo ele, os principais pontos abordados pelo representante de Washington foram o pedido de um acordo entre as nações do continente contra a ação comunista no hemisfério ocidental e a concessão de auxílio econômico à América Latina pelo capital privado via Eximbank (CAETANO, 05 mar. 1954, p. 02). Ou seja, independente do descontentamento e dos apelos latino-americanos, a proposta de cooperação continental dos EUA permanecia inalterada desde o imediato pós-guerra. De maneira semelhante, a outra nota também expressava uma continuidade em relação às discussões de Bogotá em 1948. Ao tratar do ponto de vista brasileiro sobre o pronunciamento de Dulles, o chanceler Vicente Rao afirmou que diante de tantos avanços da OEA no sentido político e jurídico, era lamentável que “tão pouco, ou quase nada” tivesse sido feito no domínio econômico “em comparação o que se podia e devia fazer”. Tal qual argumentara Neves da Fontoura em 1948 ao representar o Brasil na IX Conferência Interamericana, Rao declarou que a garantia de uma estrutura econômica sólida que permitisse a melhoria de vida das “massas laboriosas” seria um eficiente meio de afastar o perigo da subversão comunista. No que diz respeito à entrada de capital privado estadunidense no país, Rao apresentava reservas e defendia não a busca por lucro imediato, mas sim o investimento de um capital que favorecesse o desenvolvimento econômico sólido. Nessa perspectiva, o chanceler brasileiro alegava querer investimento, e não financiamento (CAETANO, 05 mar.1954, p. 02).

Assim, ainda que o otimismo nacionalista do discurso veiculado pelo *UH* ressaltasse

que Washington parecia estar se dando conta da importância da América Latina e que desta vez os pedidos latino-americanos aos Estados Unidos por empréstimo viriam acompanhados de um plano concreto de aproveitamento das economias dos vários países da região, o desenlace dos eventos em Caracas não eram animadores (CAETANO, 06 mar.1954, p. 02). A despeito da relevância que as nações periféricas atribuíam aos assuntos econômicos, os principais pontos da agenda pareciam afastar-se deles. Discutia-se principalmente sobre a expansão comunista na América, a revisão do Pacto de Bogotá, o colonialismo europeu no continente americano e sobre o regime de asilados políticos. E, mesmo nesses assuntos, o consenso era custoso.

Foi então que no dia 6 de março noticiou-se a demissão do secretário geral da Organização dos Estados Americanos, Alberto Lieras Camargo. Conforme o periódico, tal fato “evidenciou pela primeira vez as fraquezas do ‘sistema interamericano’ senão o próprio caráter precário da solidariedade interamericana” (CAETANO, 06 mar.1954, p. 02). Desse modo, aquilo que era visto como a grande oportunidade da América Latina de conquistar a multilateralidade em suas relações com os EUA e de estreitar os laços de cooperação continental de forma a contemplar também as necessidades latino-americanas, havia se tornado uma frustração, tal qual a recompensa pelo esforço de guerra após o segundo conflito mundial.

As edições subsequentes atestavam a predominância da unilateralidade estadunidense nas negociações em curso à medida que as pautas se restringiam cada vez mais ao combate ao comunismo. No entanto, comprometido com a divulgação dos sucessos do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro, o *Última Hora* adequava a sua narrativa aos acontecimentos e optava por abordar a autonomia nacional sob outro enfoque. Enquanto a dita “inadiável” pauta econômica ia sendo ofuscada, o jornal se encarregava de promover o convencimento de que havia uma liderança brasileira nos assuntos políticos em debate. Nas matérias veiculadas, é notável a ênfase à deferência e aos aplausos com que eram recebidas as propostas do Itamarati pelos representantes dos outros países. Seja nos debates sobre o colonialismo na América ou sobre o pacto do anticomunismo proposto por Dulles, o Brasil parecia posicionar-se com “elevação e independência”, destacando-se em relação às demais nações latino-americanas (CAETANO, 11 mar 1954, p. 04). Aliás, as descrições caricaturais dos discursos de diplomatas paraguaios, dominicanos, guatemaltecos, argentinos, entre outros, transmitiam a ideia de que, ao contrário de seus “hermanos” sentimentais, apaixonados e briguentos, a

delegação brasileira era ponderada, racional e apaziguadora. Mais distante do calor das emoções dos trópicos e mais próximo da seriedade e altivez das potências mundiais, o Brasil assumia, aos olhos do imaginário político representado pelo *Última Hora*, posição digna de respeito e igualdade em relação aos Estados Unidos.

Porém, o empenho em exaltar, perante a opinião pública, a atuação do Itamarati não foi o suficiente para abafar o fato de que as tão anunciadas “vozes da oratória latina” não vinham sendo ouvidas. Segundo observa Carlos Alzugaray (2000), Eisenhower e Dulles foram a Caracas obstinados a conseguir fazer os países da América Latina reafirmarem o compromisso anti-comunista, o que, mais tarde, serviu de carta branca para o que se sucederia na Guatemala naquele mesmo ano. À vista disso, diante do tom alarmista das discussões em torno da ameaça comunista à América Latina, o Brasil via reduzida a sua margem de manobra.

Dessa maneira, em 13 de março, com a justificativa de recuperar e consolidar as pautas da agenda econômica que haviam se tornado letra morta, um membro da delegação brasileira propôs adiar as negociações sobre tais assuntos em seis meses (CAETANO, 13 mar.1954, p. 02). O argumento apoiava-se na ideia de que a cooperação econômica continental era tema tão importante, que merecia ser discutido à parte, longe dos desgastes desencadeados por discussões de outra natureza. Apesar de ter despertado grande estardalhaço devido ao senso de urgência e à expectativa geral de que a pauta econômica ganhasse destaque em Caracas, a proposta foi aprovada e ficou decidido que no segundo semestre daquele ano o Conselho Interamericano Econômico e Social se reuniria no Rio de Janeiro para a discussão meticulosa das questões relativas à agenda econômica. Novamente, as esquivas estadunidenses haviam sido eficazes e as demandas latino-americanas no quesito econômico ficaram pendentes e sufocadas pela promessa de um diálogo futuro.

Tendo em vista o embate entre diferentes projetos políticos que evidencia, consideramos a Conferência de Caracas um evento emblemático da dinâmica das relações Brasil-EUA no início da década de 1950. A narrativa construída pelo *Última Hora* nos mostra que não só o anseio pela chamada “solidariedade total” não encontrou condições para concretizar-se, como também que as próprias bases de cooperação interamericana estabelecidas pelo TIAR eram frágeis e insatisfatórias. A tônica autonomista, nacionalista e, em certa medida, revanchista do discurso do jornal revela expectativas e projetos de futuro,

dos quais a mágoa em relação à ausência de um Plano Marshall para a América Latina era condição primordial. Num contexto em que a industrialização e a modernização do país eram, para além de demandas domésticas, elementos chave para a conquista de maior poder de decisão e barganha no jogo de forças internacionais, o pleito pelo auxílio econômico dos Estados Unidos tornou-se aspecto fundamental do projeto político varguista. Nessa perspectiva, como nos mostra os trabalhos de Ayerbe (2002), as políticas do Segundo Governo Vargas orientavam-se pelo seguinte dilema:

Como dar continuidade a uma política que preserva a autonomia nacional na definição de objetivos e de tomada de decisões, num contexto de extrema vulnerabilidade econômica no setor externo [a dependência do capital estrangeiro para investimento na infra-estrutura necessária para a industrialização], contrariando os interesses do país que comanda a política internacional e a economia mundial? (AYERBE, 2002, p. 77)

Portanto, considerando-se os desencontros entre as expectativas e os acontecimentos; os objetivos do projeto varguista de modernização brasileira e a política externa de Truman e Eisenhower; e entre a retórica nacionalista do porta-voz midiático do presidente e o efetivo poder de negociação dos diplomatas brasileiros, é seguro afirmar que as contradições nas relações Brasil- EUA desse período eram, em última instância, produto de avanços e recuos num projeto político encabeçado por Vargas, cuja ambição de modificar o perfil da dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos encontrava obstáculos na hegemonia estadunidense.

### **CAPÍTULO 3 - OS VESTÍGIOS DA ‘SOLIDARIEDADE CONTINENTAL’: AS CONTROVÉRSIAS DA COOPERAÇÃO BRASIL-EUA NAS PÁGINAS DO *ÚLTIMA HORA* (1951-1954).**

Embora imersas em um cenário de constantes tensões, dadas as incompatibilidades entre o projeto político varguista e a política externa estadunidense, as relações Brasil-EUA durante o Segundo Governo Vargas foram pautadas por vestígios de alinhamento. Ainda que os assuntos referentes à cooperação econômica e ao modelo de inserção internacional almejado pelos círculos políticos governistas fossem predominantemente permeados pelo conflito de interesses entre as duas nações, é possível observar momentos de concordância e diferentes níveis de adesão brasileira à hegemonia estadunidense. Segundo pudemos constatar, o consenso nas relações entre ambos os países manifestava-se, via de regra, nos aspectos ideológicos, por meio da projeção de um ideal de desenvolvimento e modernização alicerçado no *american way of life*, e, em certa medida, nos assuntos militares, a partir da incorporação de um vocabulário anticomunista e *panamericanista* próprio do período inicial da Guerra Fria.

Conforme visto no capítulo anterior, apesar de útil para a organização do nosso trabalho, a classificação prévia de eventos específicos ocorridos durante o Segundo Governo Vargas como expressões de tensão ou de aproximação nas relações Brasil-EUA é problemática. Isso é especialmente verdadeiro quando chegada a hora de analisar os “momentos” de alinhamento entre os dois países. Tal qual evidenciado anteriormente, a análise crítica das fontes nos mostra que, na prática, não há momentos puramente de tensão, tampouco de aproximação. Há sim um frágil equilíbrio que oscila entre o conflito e o consenso fazendo-os, muitas vezes, coexistirem.

Nesse sentido, por meio da investigação das narrativas veiculadas pelo *Última Hora* fomos capazes de identificar formas – não raro convenientes - pelas quais se relacionavam elementos de cooperação ou confronto entre Brasil e Estados Unidos. Anteriormente, observamos que na barganha nacionalista de Vargas o discurso de alinhamento foi, em diversas ocasiões, instrumentalizado com o objetivo de refrear represálias a medidas que descontentavam tanto Washington quanto a oposição liberal-conservadora. De forma semelhante, vimos que os círculos políticos varguistas lançavam mão de narrativas críticas à hegemonia estadunidense com o intuito de reforçarem um perfil mais autônomo do Brasil e inspirarem credibilidade ao projeto nacional-

desenvolvimentista de Vargas, por exemplo. Nesta última etapa do nosso trabalho, ao lançar o olhar a eventos considerados indicativos de aproximação, outras dinâmicas desse controverso equilíbrio de forças se desvelam. É precisamente de algumas delas que trataremos neste capítulo.

Antes de examinarmos mais cuidadosamente as construções discursivas difundidas pelo UH previamente classificadas como indícios de cooperação - a saber, narrativas sobre a assinatura do Acordo Militar, sobre aspectos das relações diplomáticas brasileiras e sobre a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU) -, julgamos ser essencial mapear as características e delimitar a natureza do alinhamento do Brasil à hegemonia estadunidense no período estudado. Já à primeira vista, percebemos que grande parte dos discursos de aproximação analisados em nossa pesquisa estabelece flagrante relação de continuidade com os desdobramentos da política externa estadunidense levada a cabo durante a Segunda Guerra Mundial conhecida como Política da Boa Vizinhança. Apesar de não constituir o foco da nossa pesquisa, a Política da Boa Vizinhança parece haver lançado as bases de um sentimento de solidariedade continental que, mesmo fortemente erodido na gestão Truman e praticamente sepultado na administração Eisenhower, orientou grande parte das expectativas brasileiras e dos anseios por cooperação com a grande potência capitalista.

Em análise sobre as relações Brasil-Estados Unidos entre 1939 e 1950, Gerson Moura observa que as relações hemisféricas estavam condicionadas a um *sistema de poder* cuidadosamente arquitetado e empreendido pelos EUA até 1944, e consolidado posteriormente. Esse sistema consistia “[n]uma constelação de estados composta por um centro (a grande potência) no qual as principais decisões são tomadas, e sua área de influência (os Estados aliados subordinados)”. Tal relação assimétrica garantia ao ‘centro’ “a capacidade de agir autonomamente como Estado soberano e, ao mesmo tempo, exercer algum nível de influência sobre os outros Estados do *sistema*” (MOURA, 2012, p. 247). É o que alguns outros autores entendem como o processo de construção da hegemonia estadunidense no continente americano.

Nessa perspectiva, Moura acrescenta que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina exigiam:

algum tipo de legitimação à hegemonia como um fato natural ou necessário à existência do sistema, e cuja finalidade última consiste em evanescer a percepção de dominação política. Esta ideologia política se apresenta como sendo para o

‘bem comum’ de todos os países envolvidos e não como benefício unilateral para a grande potência. Ela traduz em consenso o que de fato são aspectos contraditórios do *sistema de poder*, disseminando ‘valores’, ‘pontos de vista’ e ‘perspectivas’ geradas pelo sistema (MOURA, 2012, p. 252).

Dessa forma, a política externa estadunidense para a América Latina durante os anos da guerra foi sistematicamente conduzida no sentido de sedimentar a crença numa aliança americana articulada em torno de interesses comuns e um sentimento de fraternidade continental e cooperação mútua. É bem verdade que a retórica – e, puramente, a retórica – de uma unidade continental americana era difundida desde o século XIX sob o lema “América para os americanos” da Doutrina Monroe. Vale lembrar também que, segundo ressalta Antônio Pedro Tota (2000), a influência massiva dos valores e ideais dos Estados Unidos no Brasil é perceptível desde as décadas de 1920 e 1930. No entanto, entendemos que é apenas durante a Segunda Guerra Mundial que o processo que Tota chama de “americanização”<sup>38</sup> se torna política de Estado e diretriz fundamental da política externa estadunidense. Assim, no período em que o Brasil desempenhava o papel de aliado vital para os Estados Unidos, o Tio Sam se fazia sedutoramente presente nas dimensões política, econômica, técnica, militar, diplomática, cultural e mesmo cotidiana do país.

Por conseguinte, ao longo do Estado Novo a valorização do modelo francês e alemão como ideais de civilização foi perdendo espaço para o charme do *american way of life*. Além disso, a posição do Brasil de principal parceiro dos Estados Unidos e mediador continental do pan-americanismo passou a ser vista como oportunidade de ascender ao status de potência regional. Portanto, a infiltração dos valores estadunidenses se deu por associações e símbolos carregados de ideologia. A democracia, tida como atributo legitimamente *made in U.S.A.*, era sempre associada a heróis estadunidenses e a ideais de liberdade, individualismo e independência. Dessa maneira, a modernidade era vista como o espaço natural do homem livre, produtivo e dotado de grande capacidade de criação. A esse homem criativo, o mercado poderia oferecer uma nova forma de prazer: o prazer de consumir. O consumo era, então, a

<sup>38</sup> Para Antonio Pedro Tota a americanização é o processo de implantação sistemática de valores, princípios e ideias nas “culturas mais débeis’ da América Latina” (2000, p.19). Conforme este autor, a americanização do Brasil por meio da Política da Boa Vizinhança foi um poderoso “armamento intencional” para garantir a parceria entre ambos os países por vias pacíficas diante de um conjuntura de conflito mundial iminente.

válvula motora que instauraria o bem estar e a paz social. Assim, uma nação que se quisesse moderna deveria abrir suas portas para a ciência, tecnologia, racionalidade, progresso, eficiência e gerenciamento científico. Todas essas características eram associadas ao padrão estadunidense de vida. (TOTA, 2000)

A difusão dessas ideias precisava de vias de acesso concretas que amenizassem divergências regionais. Nesse sentido, foram realizados investimentos na construção de estradas de ferro e rodovias, e na modernização dos meios de comunicação como o jornal, telefone e o telégrafo. A “cumplicidade” no âmbito militar atingiu seu ápice com a instalação das bases militares estadunidenses no nordeste brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. No quesito econômico, os EUA aplicaram cerca de 450 milhões de dólares na forma de *lend lease* na América Latina, dos quais pouco mais de três quartos foram destinados ao Brasil neste período (MUNHOZ, 2002). Além disso, uma Comissão Interamericana de Desenvolvimento discutia propostas de industrialização para a América Latina. Entretanto, Gerson Moura argumenta que não só essas propostas eram firmemente subordinadas aos interesses dos Estados Unidos reproduzindo o padrão assimétrico das relações, como também que com exceção do financiamento de Washington da siderúrgica de Volta Redonda, as relações econômicas Brasil- EUA eram determinadas muito mais pelos esforços de guerra da potência estadunidense que pelo fomento do desenvolvimento brasileiro (MOURA, 2012).

Ademais, Moura sustenta que no âmbito dos programas culturais dos Estados Unidos empreendidos pelo *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA)<sup>39</sup> havia o interesse em “passar para a América Latina a imagem da superioridade militar estadunidense e uma visão dos Estados Unidos como civilização a ser emulada por todos os países latino-americanos” (MOURA, 2012, p. 78). Conforme é possível perceber, o pan-americanismo, ou seja, esse sentimento de cumplicidade e complementaridade de interesses entre as nações americanas, alicerçou o *sistema de poder* continental e se tornou, por vias unilaterais, um elemento essencial tanto da política interna, quanto da política externa do Brasil.

O que nos chama particular atenção, haja vista o escopo do nosso trabalho, é o poder de sedução desses valores e a sua permanência no imaginário político brasileiro mesmo após

---

<sup>39</sup> Órgão criado pelo presidente Roosevelt em 1940 para administrar assuntos econômicos e culturais interamericanos dos Estados Unidos com o intuito de estimular o sentimento de solidariedade e fazer florescer o espírito de cooperação interamericana.



o fim da necessidade de mobilização continental para a guerra contra o Eixo. A análise das fontes sugere que mesmo em uma conjuntura amplamente distinta e com poucos componentes que ofereciam respaldo aos discursos de alinhamento - vide as frustrações das expectativas brasileiras em relação à cooperação econômica com os EUA e as desconfianças de Washington frente à retórica nacionalista de Vargas -, havia espaços significativos para adesões e reelaborações de padrões mentais estadunidenses. É ainda mais notório o fato de esse tipo de discurso ecoar em um periódico governista e entusiasta de medidas protecionistas, orientadas para o fortalecimento da economia doméstica e para o enaltecimento do que é nacional.

Evidentemente, o retorno de Vargas ao poder, em 1951, esteve longe de representar uma ruptura enérgica em relação aos Estados Unidos. Pelo contrário, a “barganha nacionalista” se dava justamente a partir da preservação estratégica de posturas de alinhamento para viabilizar o investimento estadunidense no desenvolvimento e modernização do Brasil. Segundo aponta Sidnei Munhoz, durante o Segundo Governo Vargas houve uma tentativa de equacionar as tensões provenientes do conflito de interesses entre os dois países por meio da busca de uma “linha de ação intermediária, em que se mantinha a aliança com os EUA em bases renegociadas, exigindo o apoio estadunidense para o desenvolvimento econômico do país” (MUNHOZ, 2002, p. 59). Diante disso, o nosso esforço investigativo é menos no sentido de ampliar ou reduzir a relevância ou a dimensão dos indicativos de aproximação entre os dois países e mais com a intenção de compreender suas características e o seu papel na constante oscilação das relações entre os dois gigantes da América.

Talvez o primeiro traço de alinhamento a saltar aos nossos olhos tenha sido a presença, já nas primeiras edições do *Última Hora*, de historietas em quadrinhos carregadas de simbologias tipicamente estadunidenses, a exemplo das histórias de cowboys, xerifes e índios. O suplemento literário do jornal esteve, ao longo de todo o período estudado, dominado pelos mais diversos estereótipos do imaginário estadunidense: mocinhas, heróis, justiceiros, exploradores, vilões estrangeiros etc. Assim, narrativas que leitores distraídos poderiam classificar como puro entretenimento, cumpriam, muitas vezes de maneira até mais eficaz, um importante papel de legitimação de posições políticas. Na interpretação de Luciano Gruppi, a diversificação da linguagem de um esforço de convencimento, a fim de criar canais mais amplos e até mesmo inconscientes de comunicação, é prática típica do exercício da hegemonia

na acepção gramsciana. Para ele, “a hegemonia se realiza enquanto descobre mediações, ligações com outras forças sociais, enquanto encontra vínculos também culturais e faz valer no campo cultural as próprias posições” (GRUPPI, 1978, p. 63). Nesse sentido, vejamos um exemplo de como um jornal destinado a levar ao maior número de letrados possível um posicionamento político essencialmente nacionalista, cumpria a função de um agente difusor da hegemonia estadunidense.

Com o intuito de tornar didático e explícito o nosso ponto de vista, escolhemos uma historieta que aborda questões caras à política externa estadunidense em relação à América Latina de forma bastante direta. Publicada na segunda edição do *UH*, no dia 13 de junho de 1951, *Para onde marchamos? Reflexões de um “as”* (PARA, 13 jun 1951, p. 14) mais parecia um manual de instruções da Guerra Fria. Em apenas duas páginas e por meio de uma linguagem fácil, direta e estimulante de um fascínio pelo poderio militar estadunidense, o inimigo, o perigo, os meios e as causas da guerra aparentemente iminente contra os comunistas eram delimitados.



Figura 4: PARA, 13 jun. 1951, p.15

Nos quadrinhos, entre ilustrações de aviões, tanques, navios, mísseis e explosões que ‘fetichizavam’ a corrida armamentista e espacial, se desenlaçava uma narrativa sobre as formas pelas quais os comunistas podiam atacar “as costas do nosso continente”. O perigo era posto como claramente palpável, pois na ficção expressa nesta historieta os “vermelhos” pareciam dominar toda a tecnologia militar disponível à época – até mesmo a bomba de hidrogênio e bases de lançamento de foguetes da Lua para a Terra. Eis que, diante dessa projeção aterradora de um futuro próximo surge a pergunta “Mas, o que podemos **nós**, habitantes das Américas, fazer em nossa própria defesa?”. Note-se que o pronome usado era *nós*, o continente era definido como *nosso* e, pelo que insinuava as divagações deste “ás”, o perigo, a responsabilidade e o compromisso de contra atacar violentamente o inimigo eram também partilhados. Assim, a historieta convocava a América Latina à Guerra contra um inimigo que atacaria primeiro e, aparentemente a qualquer momento. Ademais, a narrativa situava como propósito dessa união em prol da defesa do continente justamente o “bem comum” que equilibrava o *sistema de poder* regente da dinâmica das relações entre os países americanos: a liberdade e o “verdadeiro” espírito democrático.

De fato, a defesa da liberdade e da democracia constituem antigos baluartes do imaginário estadunidense. Ambas são componentes do que H.W. Brands (1999) chama de interesse nacional dos Estados Unidos. O interesse nacional é um conjunto de ideias que habitam as mentes dos *policymakers* e orientam suas percepções do mundo e reações às circunstâncias. Essas ideias fundamentam políticas basilares para a diplomacia de um país. Analisando o interesse nacional estadunidense em perspectiva histórica, Brands observa que no período que se sucede à Segunda Guerra Mundial, correspondente ao da circulação dos quadrinhos mencionados, há um processo de internacionalização dessas ideias. A noção de que a prosperidade, a liberdade, a democracia e a segurança dos EUA dependiam da existência, ainda que mínima, dessas mesmas condições no restante do mundo, demarcou a transição da política externa desse país de uma posição isolacionista para posições internacionalistas, ou, em muitos casos, intervencionistas. (BRANDS, 1999). Segundo o autor, foi precisamente essa guinada de postura que orientou medidas como a Doutrina Truman, o Plano Marshall, a criação da OTAN e a participação dos EUA em conflitos como a Guerra da Coreia, por exemplo.

Nessa perspectiva, afim de que fosse alcançado com êxito, tornava-se urgente o compartilhamento desse interesse nacional, ainda que de forma unilateral (dos EUA para o mundo, nunca o contrário). Para que esse compartilhamento fosse aceito pelo mundo não-estadunidense era necessário que parecesse legítimo. Desse modo, como visto na historieta, a liberdade e a democracia não eram concebidas como bandeiras estadunidenses, mas como um bem comum, como demandas inquestionáveis que transcendiam a heterogeneidade de todo o continente americano. Percebemos que a relação hegemônica é, então, essencialmente pedagógica, criadora de vontades e anseios coletivos, pois, na visão de Gruppi, para Gramsci é hegemônico o agente que - “através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda”, garantindo, assim, o bom funcionamento do *sistema de poder* (GRUPPI, 1978, p.70). Como veremos mais detidamente adiante, a necessidade de assegurar interesses nacionais/internacionais supostamente ameaçados pelo comunismo foi um importante elo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, que teve como um dos seus principais desdobramentos a assinatura de um Acordo Militar entre ambas as nações.

Apesar da predominância de descompassos nos assuntos referentes à cooperação econômica entre Brasil e Estados Unidos, essa seara também gerou brechas para discursos de alinhamento nas páginas do *Última Hora*. Os muitos anúncios publicitários de produtos *made in USA* tornavam tentadora a abertura do mercado e da economia brasileira ao *american way of life* via capital estadunidense. Ainda que, devido à sua orientação nacionalista, o periódico priorizasse anunciantes brasileiros, especialmente varejistas, é importante observar que a publicidade dos produtos nacionais dividia espaço com propagandas que informavam sobre as últimas maravilhas da modernidade capitalista estadunidense. Tais quais os discursos pró-EUA dos anos da guerra, esses anúncios vendiam mais que produtos em si. Vendiam os ideais de oportunidades, liberdade de consumo, qualidade de vida, progresso e, principalmente, um passe livre para a modernidade. Analisemos em seguida, um anúncio que expunha de forma esclarecedora essa relação entre a valorização do que é nacional e o entendimento do capital estadunidense como passaporte para o desenvolvimento brasileiro.



Figura 5: O PRESIDENTE, 14 jul. 1952, p. 19

O informe publicitário de meia página é referente à locomotiva produzida em conjunto pelos grupos empresariais estadunidenses *Baldwin-Lima-Hamilton Corporation* e *Westinghouse Electric International Company*. Publicado em 14 de julho de 1952, o anúncio dialogava com um contexto em que o sistema de transportes brasileiro era considerado um grave obstáculo para o escoamento da produção, a fluidez do mercado interno e externo e o abastecimento de produtos para a população. Apontada tanto pela Missão Abbink<sup>40</sup>, quanto pelas pesquisas dos trabalhos já nessa época em andamento da Comissão Mista Brasil-EUA como ponto de estrangulamento da economia brasileira, a precariedade na infraestrutura dos transportes no Brasil era uma das preocupações expressamente prioritárias do governo Vargas. A necessidade de investimentos no setor de transportes estava na ordem do dia, de forma que havia um extenso debate político sobre qual a melhor fonte de financiamentos (nacional ou estrangeira, privada ou estatal) e sobre como conduzir as melhorias necessárias. Portanto, por tratar-se de um tema de suma importância, que agregava em torno de si disputas entre diferentes projetos de modernização, acreditamos que a presença de símbolos e significados no informe não era arbitrária, mas intencionalmente

<sup>40</sup> A Missão Abbink, oficialmente chamada de Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (CMBAE), foi uma iniciativa de cooperação econômica com os EUA instituída em 1948 com o intuito de “buscar as razões do avanço e dos obstáculos ao desenvolvimento econômico brasileiro e estabelecer diretrizes para que o desenvolvimento econômico se mantenha longamente sustentado e equilibrado” (RIBEIRO, 2012). A Missão Abbink estabelece clara relação de continuidade e complementariedade com a CMBEU, entendida pelo autor como uma ampliada e atualizada tentativa de cooperação econômica.

carregada de elementos que remetiam ao projeto político defendido pelo periódico.

A manchete *O Presidente Getúlio Vargas constrói para o Brasil do Futuro com as locomotivas 'Baldwin-Westinghouse' adquiridas para a Central do Brasil* é bastante emblemática. A construção da frase situa Vargas claramente como o sujeito, o agente do progresso brasileiro. Conforme pontua Ribeiro (2001), o protagonismo do Estado na condução do desenvolvimento do Brasil era premissa fundamental da política econômica varguista. Para o então presidente, a iniciativa estatal era o caminho mais adequado para conduzir o Brasil a um futuro de progresso. Nessa perspectiva, o capital estrangeiro teria caráter acessório - vide o uso da palavra 'com' antecedendo *as locomotivas 'Baldwin-Westinghouse'* -, o que relegava os Estados Unidos ao papel de parceiro viabilizador de um projeto de desenvolvimento essencialmente brasileiro.

Entretanto, estabelecendo uma relação de convivência com essa fachada nacionalista, há elementos que apontam para uma adesão à ideia dos EUA como agente primordial da modernidade. A persistência da noção de que o modelo de desenvolvimento estadunidense devia ser emulado independente das discrepâncias dos contextos nacionais dos países latino-americanos faz-se visível na metáfora de que era justamente “a bordo” da locomotiva estadunidense que se alcançaria o desenvolvimento rumo ao progresso. Além disso, o uso das imagens de Vargas e de D. Pedro II sugere uma trajetória, uma continuidade, numa “parceria de sucesso” que conectava esses dois homens de pensamento progressista a partir do elo da modernidade, representada, nesse anúncio, pelas locomotivas *Baldwin-Westinghouse*.

Sem dúvida, esses indícios de alinhamento estão relacionados tanto a um vestígio de expectativas brasileiras a respeito da conquista de auxílio econômico de Washington, quanto ao enquadramento político-ideológico da Guerra Fria que provocava a retração de caminhos alternativos à perspectiva bipolar do cenário internacional à época (HIRST, 1990). Visto que o Brasil estava longe de se tornar um país comunista, os EUA eram, então, uma referência automática e muitas vezes inquestionável para o capitalismo brasileiro em desenvolvimento no mundo da Guerra Fria. Nesse sentido, pensamos que a contradição entre a busca por autonomia, seja no campo político ou econômico, e o alinhamento ideológico, fundamentado tanto na dimensão simbólica quanto na dimensão material dado o incontestável status de potência dos Estados Unidos, é condição chave para entender as relações entre os dois países

nesse período. Mais adiante, veremos como essa necessidade da criação de espaços de autonomia brasileira, evidente nas dinâmicas que regeram as relações diplomáticas do Brasil e na sua atuação em instituições multilaterais, frequentemente esbarrou-se no peso do alinhamento político-ideológico às perspectivas bipolares da Guerra Fria, da unilateralidade da política externa estadunidense e da assimetria entre os países do hemisfério, manifesta de forma nítida no andamento dos trabalhos da CMBEU, por exemplo.

### *3.1. O Acordo Militar: um “véu protetor” sobre o Brasil*

A cordialidade das relações militares entre Brasil e Estados Unidos constitui um claro traço de continuidade referente aos anos da Segunda Guerra Mundial. Finda a parceria das duas nações no conflito contra o Eixo, as afinidades militares e políticas permaneceram durante o governo Dutra apesar das divergências econômicas. As expectativas brasileiras no pós-guerra eram as de que o auxílio econômico e militar dos EUA construiria um Brasil modernizado, capaz de tornar-se uma potência latino-americana. Já Washington, esperava do Brasil apoio incondicional às suas políticas econômicas e militares em relação ao mundo. Todavia, pressões internas a cada um dos países e a reorganização do cenário internacional impuseram alguns obstáculos a esse desejo de cooperação.

A política anticomunista dos EUA juntou o Brasil com o restante da América Latina como zona de baixo risco, e, portanto, de baixa prioridade, gerando a frustração brasileira (DAVIS, 2002). Segundo Hogan (1999), com o decreto do National Security Act, que culminou na criação do Conselho de Segurança Nacional e da CIA, o ano de 1947 significou um marco institucional dos ajustes da política externa estadunidense para a conjuntura mundial da gênese da Guerra Fria:

*A conversão do War Department em Defense Department capturou bem o novo pensamento que se inaugurava com a era nuclear. Até então, a guerra tinha sido claramente distinguível da paz; agora a segurança nacional estava em risco e precisava ser defendida a todo tempo (HOGAN, 2002, p. 136, tradução nossa).*

Desse modo, Washington vislumbrava um novo inimigo e, com ele, novas prioridades. Nesse contexto, a América Latina era tida como zona de influência imediata. Por isso, os esforços pela solidariedade hemisférica em termos de defesa:

buscavam impedir quaisquer outras conexões com países estrangeiros para que as Forças Armadas americanizadas da região pudessem garantir estabilidade doméstica e ‘reprimir influências subversivas’ enquanto protegiam o acesso dos EUA aos recursos estratégicos vitais (DAVIS, 2002, p. 16, tradução nossa).

Enquanto isso, às voltas com a ascensão do nacionalismo e decepcionados com a negligência estadunidense frente à assistência econômica ao seu principal aliado continental, o Brasil imaginava qual papel desempenharia na ordem mundial que se desenhava. Ainda que alguns oficiais brasileiros questionassem os laços com os EUA, outros ainda acreditavam que uma ameaça comunista à potência estadunidense seria um risco para o Brasil, e por isso ambas as nações deviam unir esforços. Contudo, tanto as forças políticas de orientação nacionalista, quanto as mais liberais, tinham grande interesse em tornar o país militarmente proeminente na região e de acumular para si o auxílio dos EUA como principal aliado (DAVIS, 2002).

Essa tensão entre posicionamentos “nacionalistas” e “entreguistas” dentro das Forças Armadas brasileiras é aspecto chave para compreender o tom ambíguo das relações militares entre Brasil e Estados Unidos no Segundo Governo Vargas. Após a afirmação dos compromissos brasileiros com a política de defesa continental estadunidense nas conversações que culminaram na assinatura do TIAR e na criação da OEA, a recusa do Brasil ao envio de tropas à Coreia gerou frustração entre os *policymakers* da superpotência americana. José Augusto Ribeiro (2001) aponta que com a frustração, vieram represálias como os empecilhos na venda de aviões estadunidenses à aeronáutica brasileira e exigências de minerais mediante chantagens do bloqueio de fornecimento de petróleo e dos equipamentos para as refinarias nacionais.

Diante disto, fazia-se necessário contrabalancear tal postura brasileira de afastamento a fim de que as hostis contrapartidas dos EUA não inviabilizassem os investimentos no desenvolvimento e na militarização do Brasil. Portanto, antes mesmo de qualquer posicionamento definitivo sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia, iniciavam-se as



negociações do que futuramente seria institucionalizado como o Acordo Militar Brasil-EUA.

Assim, enquanto no plano externo o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas General Góis Monteiro era enviado aos Estados Unidos para acalmar os ânimos da potência aliada e consolidar um plano de defesa continental que agradasse o Tio Sam, no plano doméstico o Governo encarregava-se de ajustar o discurso nacionalista à necessidade de legitimação da cooperação militar entre os dois países. Nesse sentido, o *Última Hora* parece ter abraçado com firmeza a missão de “fabricar” um consenso em torno da urgência do auxílio militar estadunidense ao Brasil. (HERMAN; CHOMSKY, 2002). Como veremos a seguir, as narrativas veiculadas sobre esse tema atestam essa posição.

Ao longo da cobertura jornalística do debate entre as autoridades brasileiras sobre a participação do Brasil na Guerra da Coréia, a situação das Forças Armadas era posta como uma mazela nacional e os compromissos militares brasileiros com o “mundo livre” eram discutidos. Em reportagem publicada em julho de 1951, líderes do Governo expunham preocupações nesse sentido. A manchete *Debate Secreto do C.N.S. indica a posição difícil do Brasil* sugeria a gravidade e a importância do assunto. Na matéria, os relatos sobre a posição de João Neves da Fontoura na reunião do Conselho Nacional de Segurança aventavam o impasse brasileiro ante os compromissos militares estabelecidos com os EUA e a real viabilidade de atendê-los. Já o General Góis Monteiro, apontava para a situação de desaparelhamento do Exército brasileiro e de completo despreparo para o enfrentamento de uma guerra. Tecendo duras críticas ao governo anterior, Monteiro denunciava o abandono das Forças Armadas brasileiras pelo poder público e enfatizava a fragilidade do país diante de um contexto de conflito iminente. Seguido a esses pronunciamentos, o Ministro da Fazenda Horácio Lafer, ressaltava a necessidade de um novo programa financeiro para a renovação do material das Forças Armadas, uma vez que na atual situação o Brasil não poderia enfrentar uma guerra. Assim, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica brasileira deveriam ser renovados imediatamente. Por fim, era mencionado o pronunciamento do Ministro da Fazenda João Cleofas, que informava sobre novas descobertas de geólogos brasileiros de apreciáveis reservas de minerais utilizados na indústria bélica. Para ele, a participação do país seria mais interessante e viável nesse sentido, que no envio de tropas para o exterior (DEBATE, 2 jul.1951, p. 05).

Teleologicamente falando, ao recorrermos ao que estabeleceu a assinatura do Tratado Militar Brasil-EUA em março de 1952, é possível perceber que todos os elementos básicos que o compõem já se encontravam presentes no relato desse debate do C.N.S. de 1951. Na teoria, o Acordo firmava que os Estados Unidos se encarregariam de fornecer armas, financiamentos e treinamento às Forças Armadas Brasileiras – resolvendo assim, o problema do seu desaparelhamento – e, em troca, o Brasil concederia a Washington o monopólio na compra de areias monazíticas e manganês brasileiros – sanando o problema da incapacidade de cooperar com a Guerra da Coréia com contingente humano, conforme sugeria Cleofas na reportagem mencionada. Destarte, podemos inferir que uma matéria que supostamente relatava de forma neutra as discussões entre membros do Governo, expunha a opinião pública a argumentos – sem qualquer contraponto – que legitimariam a controversa decisão futura da assinatura do Acordo Militar. Essa é apenas uma das muitas notícias que colaboravam de forma coerente com a aprovação da medida de cooperação militar com os EUA.

Um editorial veiculado na capa da edição publicada em 05 de julho de 1951 apresentava mais um argumento favorável ao Acordo. Em sua *Coluna de Última Hora*, Wainer reiterava o desleixo do governo Dutra diante do aparelhamento da Marinha Mercante do Brasil. A crítica avançava apontando aspectos econômicos e militares, que deveriam ter sido levados em consideração a fim de garantir a supremacia naval nacional na América do Sul. Tal negligência, teria resultado na perda do título de potência naval para os argentinos, que haviam passado do status de potência naval de segunda grandeza durante a Segunda Guerra, para o posto de maior proeminência na região depois de um programa de renovação do aparato marítimo, relegando o Brasil a uma posição inferior tanto nas questões militares quanto comerciais (WAINER, 05 jul. 1951, p. 01). Dessa maneira, a ambição brasileira de se tornar a maior potência regional, para a qual a supremacia militar era condição essencial, justificava e situava como assunto de grande importância a adoção de medidas que garantissem melhorias no aparelhamento das Forças Armadas do Brasil. Uma suposta concorrência com a Argentina funcionava como catalisador de anseios coletivos por acordos bilaterais que aproximassem o Brasil dos Estados Unidos. (DAVIS, 2002).

A imagem mental dos EUA como detentor da cartilha que capacitaria o Brasil a se tornar potência regional foi reforçada inúmeras vezes ao longo do ano de 1951. A capa do dia 11 de julho exibia em *lead* uma declaração de Góis Monteiro proferida na ocasião de sua

partida para a potência estadunidense: *O Chefe do Estado Maior diz que vai militarizar-se nos Estados Unidos* (GÓIS, 11 jul. 1951, p. 01). Aliás, toda a cobertura da viagem de Monteiro acentuava estereótipos que sugeriam a união e a harmonia de interesses entre ambos os países, seja pelos relatos de um clima de amizade entre o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e os militares estadunidenses, seja por eventos que atestavam a acalorada recepção destinada ao oficial brasileiro em sua visita. No entanto, os termos das negociações e os motivos concretos da viagem eram tratados com mistério. Apesar de noticiadas diariamente no jornal, as atividades de Góis Monteiro nos Estados Unidos eram, via de regra, reportadas de forma vaga, restringindo-se a explicitar que as “conversações terão por objetivo fixar as modalidades da cooperação brasileira aos planos de defesa do Hemisfério Ocidental” (G., 31 jul. 1951, p. 04).

Isso é compreensível haja vista a delicadeza do tema. Num momento em que a proteção aos minerais estratégicos brasileiros e a autonomia nacional na política externa eram bandeiras da esquerda nacionalista que à época exercia considerável pressão sobre Vargas, tratar abertamente de concessões ou termos de acordos com os EUA podia ser danoso à credibilidade do Governo. De acordo com Plínio Ramos (1960), as negociações sobre o Acordo Militar Brasil-EUA foi um ponto em torno do qual se acirrou o debate ideológico. Afeitos à lei da remessa de lucros e às premissas do projeto da Petrobrás, os nacionalistas encontraram no Acordo Militar um ponto de inflexão no seu apoio ao Governo de Vargas.

Em fins de setembro de 1951, a reportagem sob a manchete *Praticamente concluída a missão do Gal. Gois nos EE.UU.* sinalizava um esforço em arrefecer as pressões da opinião pública de orientação nacionalista contra rumores de negociações demasiado submissas aos interesses estadunidenses. Nessa matéria, algumas informações mais concretas sobre a viagem do General Monteiro eram finalmente expostas sob a forma de resultados, numa espécie de ‘prestação de contas’ à opinião pública brasileira. Os termos utilizados nesses relatos colhidos pela agência *France Presse* merecem atenção. Na notícia, Góis Monteiro afirmava que o auxílio dos Estados Unidos ao rearmamento brasileiro começaria em 1952. Na mesma entrevista concedida a um correspondente da *France Presse*, o General teria declarado que:

a contribuição do Brasil aos esforços de defesa dos países democráticos

tomará três formas: 1) medidas redobradas de segurança interna; 2) defesa do hemisfério; 3) cooperação militar com as forças das Nações Unidas, para a qual o Brasil se comprometeu como membro das Nações Unidas (CALERE, 27 set. 1951, p. 04).

Em seguida, ele teria esclarecido que “As conversações sobre este último ponto prosseguem ainda.”. A reportagem continuava fornecendo maiores explicações ainda que mantendo o corriqueiro tom de mistério:

Sem entrar em detalhes dessas discussões, que devem permanecer secretas, o general Góis Monteiro disse que as forças brasileiras que, segundo os compromissos assumidos pelo Brasil na ONU, serão eventualmente chamadas a combater, em qualquer região do globo, só poderão deixar o Brasil depois de aprovação do Congresso Brasileiro. (CALERE, 27 set. 1951, p. 04)

A partir dessas declarações que expressavam negociações preliminares à assinatura do Acordo Militar, percebemos que, apesar da afirmação de que o auxílio ao reequipamento das Forças Armadas brasileiras era proveniente dos Estados Unidos, a contrapartida, ou seja, a parte que caberia ao Brasil nesse acordo sabidamente bilateral, era descrita como um compromisso com a ONU, e não com a potência estadunidense. Nas palavras do entrevistado, as instâncias militares brasileiras se empenhariam para a “defesa do hemisfério” e dos países democráticos, mediante solicitações e necessidades apontadas pelas Nações Unidas. A omissão do caráter bilateral do acordo era estratégica. Ao narrar uma iniciativa de cooperação militar com os EUA como o cumprimento de um contrato com a ONU, os esforços brasileiros adquiriam o significado de compromisso com um *bem comum* ao invés de expressarem uma postura de submissão aos interesses estadunidenses. Além disso, como o projeto político varguista preconizava maior participação do Brasil em organizações multilaterais com o intuito de contrabalancear a hegemonia estadunidense e de criar margens de manobras para a barganha de auxílio dos EUA, a constante afirmação de uma colaboração brasileira com a ONU significava também afirmar certa autonomia do país no cenário internacional.

De forma semelhante, a declaração de que qualquer envio de tropas estaria sujeito à aprovação do Congresso Nacional também remetia à primazia dos interesses nacionais sobre

os interesses das potências mundiais. A necessidade de tal tipo de esclarecimento torna-se evidente uma vez que dentre as muitas especulações e críticas da esquerda nacionalista ao Acordo Militar estava a alegação de sua inconstitucionalidade. Isso se deve ao fato de que somado à desaprovação do seu caráter “entreguista”, a indefinição dos termos do Acordo “quanto à modalidade de assistência recíproca que êle nos obriga com os Estados Unidos.” abria brechas, no entendimento dos nacionalistas, para a delegação de poderes ao Executivo sem apreciação prévia do Congresso, como foi o caso da assinatura de dois outros acordos subjacentes, o Acordo Atômico e o Acordo Fotoaéreo (RAMOS, 1960, p.73). A propósito, ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro o *Última Hora* dedicou-se, nos moldes do condicionamento ao apoio do Acordo Militar, a uma campanha em favor do desenvolvimento do potencial atômico brasileiro em parceria com os Estados Unidos.

As notícias veiculadas no início de 1952 sobre assuntos militares empenhavam-se em reforçar outro estereótipo legitimador do poder instituído: o da coesão das Forças Armadas do Brasil. As iniciativas do *UH* nesse sentido eram nítidas. Na capa do dia 5 de janeiro de 1952 a seguinte manchete referente ao discurso que o presidente pronunciaria no Restaurante dos Estudantes na Ponta do Calabouço ocupava posição central e de destaque na página: *Vargas e os militares reafirmam a unidade das classes armadas*. Na chamada, expressões como “uma só vontade: a defesa do Brasil”, “classes armadas perfeitamente identificadas com os sentimentos do povo” e “espírito fraterno que a une [as Forças Armadas] de maneira indestrutível.” sinalizavam clara intenção de convencimento da opinião pública sobre existência de uma atmosfera harmônica entre os militares brasileiros (VARGAS, 5 jan. 1952, p. 01). De modo similar, reportagens sobre discussões no Itamarati entre ministros e técnicos militares a respeito da cooperação econômica e militar com os EUA enfatizavam o consenso entre os *policymakers* nacionais em pleno momento de crise interna às Forças Armadas brasileiras.

Desde as polêmicas discussões sobre a participação do Brasil na Guerra da Coreia as rivalidades entre “nacionalistas” e “entreguistas” se intensificaram no setor militar. Para além das disputas entre diferentes projetos para o desenvolvimento econômico brasileiro, ressoava com maior fervor naquele momento as querelas entre distintos programas de defesa nacional e continental. Segundo Maria Celina D’Araujo, a intensificação dessas divergências dentro das Forças Armadas ocasionou o desgaste das relações entre Vargas e os militares, cujos laços

havia sido construídos por meio da figura de Estillac Leal<sup>41</sup> e das posturas nacionalistas que este general defendia em relação ao Petróleo. Por isso, para a autora, o Acordo Militar, precedido por um clima hostil de crise no Clube Militar, foi um fator de enfraquecimento político do Governo.

Os posicionamentos políticos nacionalistas expressos pela Revista do Clube Militar durante a presidência de Estillac Leal na corporação gerou embates com os setores militares conservadores que “acusavam militares nacionalistas de serem comunistas ou acobertarem a ação dos comunistas” (MUNHOZ, 2002, p. 57). Sidnei Munhoz (2002) acrescenta ainda que a grande imprensa divulgou essas acusações de comunismo dentro das Forças Armadas brasileiras de forma sensacionalista, ajudando a pressionar e a desgastar a imagem de Estillac Leal e, junto com ela, das políticas nacionalistas que Vargas intencionava pôr em execução. Dessa maneira, “a negociação do Acordo Militar Brasil-EUA pelo Ministro das Relações Exteriores, sem que o Ministro da Guerra fosse ouvido, não deixou muita escolha a Estillac Leal” (MUNHOZ, 2002, p.56). E, em clara demonstração de desagregação das forças militares brasileiras, Leal foi exonerado do cargo de Ministro da Guerra em março de 1952.

Diante desse contexto, o jornal *Última Hora* assumia para si a função de ator político na medida em que ao fabricar a sensação de estabilidade política no Brasil, buscava lastrear a ideia de que:

Em nenhum outro momento da nossa história estiveram mais consolidadas as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Ao natural sentimento de amizade que sempre uniu os dois países, juntam-se agora os interesses econômicos e como corolário destes, a consciência do fortalecimento de uma aliança militar para a defesa comum (REENCONTRO, 5 jan. 1952, p. 01).

Dessa maneira, a iminência de uma crise política capaz de comprometer as “boas relações” com os Estados Unidos era interpretada como boatos espalhados com o intuito de

---

<sup>41</sup> Parceiro de Vargas na Revolução de 1930, Estillac Leal foi um general nacionalista nomeado Ministro da Guerra durante o Segundo Governo Vargas. Foi uma das proeminentes figuras na luta pelo monopólio estatal do petróleo. Na condição de Ministro e de diretor do Clube Militar, Leal desempenhou o papel de representante das demandas dos setores nacionalistas junto ao Governo. A sua exoneração, decorrente da negligência ao seu posicionamento diante da Assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA pelo Ministro das Relações Exteriores, representou a perda das bases militares de apoio às políticas nacionalistas de Vargas.

confundir a opinião pública por parte de falsos patriotas:

que procuram criar incompatibilidades entre a consciência cada vez mais consolidada do povo brasileiro na defesa da sua soberania e os sentimentos de solidariedade e cooperação com os nossos leais e sinceros amigos, o povo da grande nação do norte (REENCONTRO, 5 jan. 1952, p. 01).

Assim, eram muitos os argumentos destinados a legitimar o Acordo Militar que faziam ecoar vozes favoráveis à adesão à hegemonia estadunidense e abafavam o dissenso interno e o caráter assimétrico das negociações. Omitindo o ônus da contrapartida brasileira e a limitada disposição estadunidense de investir de fato no reaparelhamento das Forças Armadas do Brasil, as narrativas veiculadas pelo periódico analisado reproduziam o discurso de Washington de que “a tensão internacional inviabiliza posturas de neutralidade” (PROCEDE, 9 jan. 1952, p. 01) e de que “se os Estados Unidos tivessem que tentar enfrentar sozinhos um mundo dominado pelo comunismo, destruiríamos a vida que conhecemos e os ideais que acariciamos” (AMEAÇA, 10 jan. 1952, p. 04).

O fato de o Acordo Militar ter sido assinado em março de 1952, mas apenas aprovado pelo Congresso em março de 1953 fez com que a campanha pró-cooperação militar com os EUA fosse uma constante nas páginas do *UH*. Mesmo após a sua aprovação, o tema se manteve em evidência seja divulgando resultados alcançados a curto prazo, tecendo projeções para o futuro ou associando o alinhamento aos EUA a conquistas em prol do desenvolvimento brasileiro, como mostra matéria veiculada em outubro de 1953 sob a manchete *Navios de Guerra e Mercantes Seriam Construídos no Brasil*. Nessa nota, o Cap. Ten. Paulo Ribas Ferreira declarava em entrevista ao *Última Hora* que “se continuarmos enviando oficiais aos EE.UU., formando equipes de especialistas e auxiliares capazes, estaremos dentro em breve projetando nossos próprios navios de guerra e mercantes em larga escala” (NAVIOS, 8 out. 1953, p. 03). No dia 9 do mesmo mês, a manchete *Estão sendo modernizadas as fôrças de terra, mar e ar* estampada na capa da edição convidava o leitor a informar-se sobre o programa de modernização militar do Brasil, no qual as reais necessidades do país eram atendidas sem quaisquer despesas do Governo em divisas-ouro “por fôrça de dispositivo do recente acôrdo militar”. (ESTÃO, 9 out. 1953, p. 01)

Destarte, a cooperação militar Brasil-EUA era traduzida e veiculada pelo *UH* como a

garantia de um “véu protetor” sobre o país, conforme sugeria figurativamente a matéria de capa publicada no dia 27 de outubro de 1953 (UM, 27 out. 1953, p. 01). A reportagem sobre a realização de exercícios da Escola de Instrução Especializada, sob a supervisão dos membros da “Missão Militar Norte-Americana” especialmente convidados para a ocasião, evocava símbolos que nos permite entrever os sentidos e significados em jogo nos debates sobre as relações militares entre ambas as nações. Em 05 imagens referentes ao exercício de lançamento de nuvens de fumaça para defesa antiaérea, era construída a imagem de um Brasil detentor do *know-how* do “espetáculo da Guerra Química”. As legendas que acompanhavam os registros fotográficos do exercício indicavam os significados atribuídos e pretensiosamente difundidos sobre tais ‘avanços’ das Forças Armadas do Brasil decorrentes da aliança com os Estados Unidos.

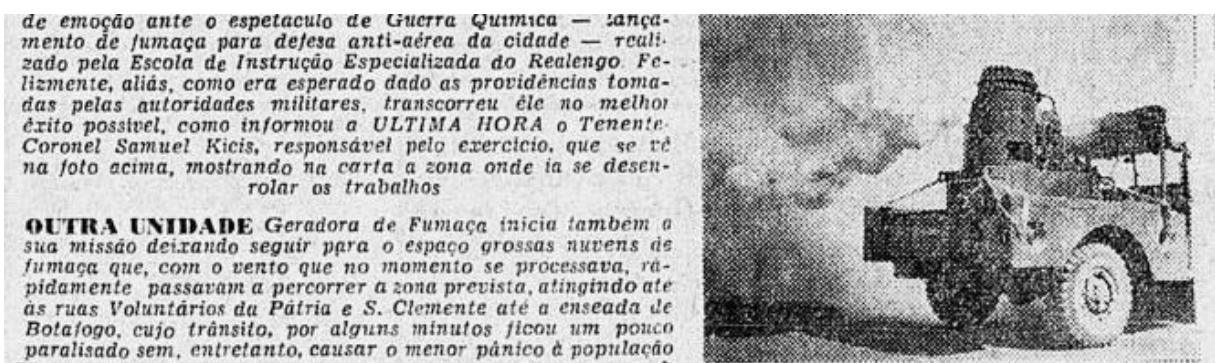


Figura 6: UM, 27 out. 1953, p. 01





Figura 7: UM, 27 out. 1953, p. 01

Conforme insinuava a reportagem, o Brasil era capaz de assumir com tranquilidade a posição de “perfeito conhecedor da engrenagem daquela máquina de guerra química” graças ao auxílio dos EUA, cuja tutela podia até paralisar algumas ‘vias’ por conta da espessa fumaça branca do seu véu protetor, porém isto não causaria “o menor pânico à população”. Nesses termos, o alinhamento militar aos Estados Unidos era expresso como sinônimo de proteção frente às tensões da Guerra Fria, o que poderia até restringir ou obscurecer alguns caminhos vislumbrados para o desenvolvimento brasileiro – como a nacionalização dos recursos minerais estratégicos ou a autonomia no cenário internacional -, mas era, primordialmente, um inquestionável e seguro passo à frente rumo à modernização brasileira.

### *3.2.À sombra de Washington: o projeto de construção da autonomia brasileira no cenário mundial*

Uma enquete realizada pelo IBOPE no Rio de Janeiro e divulgada pelo *Última Hora* em julho de 1951 sobre o envio de tropas do Brasil à Coréia apontou que 49,7% dos entrevistados desconheciam o que era a ONU, “revelando a falta de esclarecimento dos órgãos dirigentes para com o povo” (O QUE, 07 jul. 1951, p. 08)<sup>42</sup>. Esse aparente fosso entre a sociedade civil e os espaços de debates e tomadas de decisões referentes à política internacional apresentava-se como um vazio inerte no imaginário político brasileiro. Todavia, se por um lado, a ausência de canais de comunicação direta entre a população e as instituições políticas nacionais e internacionais dificultava o envolvimento e a mobilização social em torno das disputas em jogo no cenário mundial, por outro, criava um vácuo de informação conveniente para a despolitização e manipulação ideológica da opinião pública e do imaginário político brasileiros. Foi apropriando-se desse vazio e assumindo para si o poder de construção da realidade que o *UH* condicionou, por meio de ênfases, escolhas e omissões, os termos das discussões sobre a atuação do Brasil no cenário mundial. (BOURDIEU, 2007; HERMAN; CHOMSKY, 2002).

Na condição de comunicador de valores, símbolos e códigos de comportamento que fornecessem sustentação às políticas de Estado empreendidas pelo Segundo Governo Vargas, o periódico em questão nos oferece pistas que auxiliam na busca pela inteligibilidade do projeto político governista no que diz respeito ao modelo de inserção internacional que orientava as posturas da diplomacia brasileira. A partir da análise dos sentidos e significados compartilhados por meio das narrativas construídas e veiculadas pelo *Última Hora* sobre temas referentes às relações internacionais do Brasil nos foi possível identificar tanto diretrizes próprias da barganha nacionalista de Vargas quanto seus ajustes às pressões internas e externas. É precisamente nas nuances desses espaços de manobra que constatamos as dinâmicas da coexistência conflituosa entre alinhamento e tensão, dependência e autonomia.

Conforme visto anteriormente, o mandato de Dutra foi um período de alinhamento político, militar e econômico quase que incondicional aos Estados Unidos e de afirmação de compromissos que sancionavam a dependência brasileira. Ainda que os anos do imediato pós-guerra tivessem sido um momento de consolidação do sistema interamericano, os acordos e

---

<sup>42</sup> As estatísticas relativas aos posicionamentos contra ou a favor da participação brasileira na Guerra da Coréia foram discutidas separadamente em categorias elencadas pelo jornal como “ricos”, “pobres” e “classe média”. De acordo com o relato do *UH*, em todos esses setores entrevistados prevalecia uma maioria contrária ao envio de tropas brasileiras com porcentagens similares que variavam de 47% a 56%.

negociações firmados com a potência estadunidense eram predominantemente bilaterais de modo a condicionar a atuação do Brasil no cenário internacional aos interesses da potência hemisférica (MUNHOZ, 2002). Desse modo, mesmo que na condição de país mediador do pan-americanismo e auxiliar na conciliação entre os interesses latino-americanos e estadunidenses, o Brasil assumia àquela época uma postura de afastamento e, por vezes, até de competição em relação ao restante da América Latina a fim de monopolizar ou garantir privilégios nas suas relações com os Estados Unidos.

A exemplo de Monica Hirst (1990), alguns estudiosos entendem o Segundo Governo Vargas como um período que demarca uma continuidade no alinhamento político-militar explícito aos Estados Unidos, manifesto especialmente a partir da reprodução do vocabulário ideológico da Guerra Fria. Para a autora, o caráter nacionalista da política varguista teria predominado apenas no setor econômico por meio do nacional-desenvolvimentismo. Segundo Hirst, em termos de política externa, apesar das contradições entre o nacionalismo defensivo de Vargas e o conservadorismo do Itamarati, “existia um consenso tanto em relação à necessidade da cooperação econômica internacional quanto à inexorabilidade do alinhamento aos Estados Unidos. As diferenças apareciam nos debates sobre as formas desta cooperação e a profundidade deste alinhamento” (HIRST, 1990, p. 52). Assim, a tese defendida pela autora no livro *O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)* sugere que a bipolaridade rígida do contexto internacional da época que transformava a hegemonia estadunidense num “dado natural” – ao invés de concebê-la como uma construção política – colocou as investidas de Vargas em prol da autonomia política e diplomática brasileira numa ‘camisa-de-força’, relegando o país à sombra de Washington no plano mundial.

Dessa maneira, ainda que Hirst considere os esforços brasileiros em projetar-se com maior autonomia nos espaços alternativos do cenário internacional por meio da diversificação de parceiros comerciais e valorização das organizações multilaterais como a ONU, a autora enfatiza que, efetivamente, essa proposta “esbarrava quase sempre nos fortes condicionamentos impostos pela guerra fria.” (HIRST, 1990, p. 21-22). Em contraposição, Visentini (2010), sustenta que o empenho da política externa de Vargas em alterar o perfil de alinhamento era, de fato, concreto. Para ele, o projeto político varguista promoveu um ensaio de multilateralização das relações internacionais brasileiras como estratégia de construção de

certa autonomia nacional e de maiores margens de manobra frente aos EUA. Nesse sentido, a valorização de organizações multilaterais (ONU, OEA, CEPAL), a aproximação com o Peru, o Equador e a Bolívia, bem como com países do Cone Sul, especialmente por meio de tratados e da criação de companhias mistas, constituíam um esboço de desobediência ao sistema hegemônico continental com o objetivo de “atrair a atenção dos EUA e negociar seu realinhamento em novas bases que permitissem o desenvolvimento” (VISENTINI, 2010, p. 222).

Os espaços de debate político encontrados nas seções destinadas a temas afeitos às relações internacionais do jornal *Última Hora* nos indicam que o projeto de construção da autonomia brasileira no cenário mundial merece análise cuidadosa para que não caiamos no fatalismo do alinhamento à hegemonia estadunidense e para que reconheçamos os limites da conquista da independência político-diplomática brasileira. Com alguma frequência, nos deparamos, durante o exame desses documentos, com notícias sobre reaproximações do Brasil com a Argentina e discussões sobre a necessidade de cooperação com os Estados Unidos e sobre os compromissos e as possibilidades de atuação brasileira na ONU. Entre discursos que endossavam a amizade Brasil-EUA e narrativas que advogavam autonomia brasileira e a diversificação de parceiros comerciais e diplomáticos, os sentidos que evocavam as reportagens nos oferecem caminhos para pensar quais elementos estavam em jogo na condução da política externa varguista.

As discussões sobre as relações entre Brasil e Argentina, por exemplo, são elucidativas de algumas ambiguidades da política internacional brasileira à época. O distanciamento nas relações entre esses dois países era comumente abordado pelo periódico em tom de denúncia. *Estranha e inexplicavel [sic] a ‘Guerra Fria’ Diplomática [sic] entre o Brasil e a Argentina*, afirmava a manchete de um editorial publicado em 20 de julho de 1951 (WAINER, 20 jul. 1951, p. 01). No texto, Samuel Wainer criticava a precariedade da Comissão Mista Brasil-Argentina e o fato de não haver, há mais de seis meses, um embaixador brasileiro no país vizinho. Para Wainer, estreitar esses laços e fazer funcionarem os convênios comerciais firmados entre essas duas nações era questão urgente. Ademais, o jornalista afirmava que “não existem razões profundas que justifiquem o vácuo estabelecido em torno de nossas relações diplomáticas com o grande país vizinho”, pois, em sua visão, “a Argentina e o Brasil, são países que se completam, em que pesem as diferenças de concepções políticas que porventura

separem seus respectivos governos, e por isso encontram sempre um terreno comum de entendimento.” (WAINER, 20 jul. 1951, p. 01). A ênfase no caráter complementar entre os dois países, salientando as vantagens econômicas do intercâmbio de produtos para ambos, é indicativo de um desejo pragmático de multiplicação de parceiros comerciais. Além disso, a primazia dos benefícios econômicos sobre os “desentendimentos políticos”, dadas as diferenças entre Brasil e Argentina nesse setor, configura um posicionamento político que priorizava vantagens econômicas à obediência aos EUA. Vejamos o porquê.

No início da década de 1950, as relações entre a Argentina e os Estados Unidos encontravam-se estremecidas por um histórico de conflitos que remonta ao fim dos anos de 1930, no contexto da Segunda Guerra Mundial. As fortes e sedimentadas relações de Buenos Aires com a Europa, em especial com a Inglaterra, frequentemente afastavam o imaginário político argentino da influência mais direta da hegemonia estadunidense. Segundo afirma Gilderhus (2000), as posturas argentinas de insubordinação ao sistema interamericano de poder orientavam-se, via de regra, pela percepção nacionalista de que o pan-americanismo era um instrumento de dominação estadunidense. Dessa maneira, se durante a guerra a Argentina sustentou até 1944 uma postura de “neutralidade” ao esquivar-se dos compromissos com os EUA e advogar um posicionamento alternativo à bipolaridade entre Eixo e Aliados, no período da Guerra Fria essa conduta evasiva diante do alinhamento ao bloco capitalista chefiado pelos Estados Unidos manifestou-se por meio dos insistentes esforços de estabelecimento de acordos regionais latino-americanos em oposição às aproximações bilaterais com a potência estadunidense e da isenção de compromissos internacionais com organizações como o FMI, GATT, BIRD etc. (BANDEIRA, 1993).

A presidência de Juan Domingo Perón em 1946 e depois em 1952 agravou esse cenário de tensões. Na retórica peronista, o apelo popular e o discurso nacionalista frequentemente vinham acompanhados de ataques ao liberalismo e aos Estados Unidos. Tendo como norte o nacional-desenvolvimentismo, a intenção de Perón era criar espaços autônomos de inserção internacional a partir de uma união aduaneira com países da Bacia do Prata, incluindo o Brasil, Chile, Bolívia e Peru para comandar o mercado mundial de matérias primas. Nessa perspectiva, essa comunidade econômica poderia evoluir politicamente para um terceiro bloco e se tornar o mediador entre EUA e URSS. Nesse sentido:

A expectativa de Perón, portanto, era a de que o Brasil modificasse a orientação de sua política exterior, com o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República, através das eleições, que ainda em 1950 se realizariam. Os dois compartilhavam a mesma doutrina, segundo a qual o combate ao comunismo exigia, antes de tudo, a erradicação de suas causas, a pobreza e a miséria, as extremas desigualdades sociais, geradas pelo capitalismo, em regimes de democracia liberal (BANDEIRA, 1993, p. 71).

Desse modo, diferente do que sugeria Wainer em seu editorial, as concepções políticas dos governos do Brasil e da Argentina tinham seus pontos de convergência, apesar do notável tom conciliatório com o qual tais concepções eram postas em prática por Vargas. No quesito econômico, as crises cambiais, econômicas e de abastecimento também fizeram com que a Argentina se rendesse às condições da potência estadunidense, ainda que na maioria das vezes a duras penas, para receber ajuda financeira. Logo, diante do desafio de promover o desenvolvimento e a industrialização dos seus respectivos países pleiteando auxílio econômico dos EUA, porém preservando certa margem de autonomia nacional, as semelhanças entre Vargas e Perón naquele período não eram tão discretas assim. No entanto, mesmo que a aproximação com a Argentina pudesse ser uma eficaz estratégia brasileira para aumentar seu poder de pressão e negociação com os Estados Unidos, declarar algum tipo de aliança ou assumir posturas de cumplicidade mais expressa colocaria o Brasil em clara posição de conflito com os EUA, dada a desgastada relação da Argentina com a potência. Por isso, a opção de Wainer por sinalizar a necessidade de reatar relações econômicas com o país vizinho destacando a divergência de concepções políticas constitui uma inteligente manobra a fim de endossar a multiplicação de parceiros comerciais, advogando em favor de uma independência econômica brasileira, e, ao mesmo tempo, com o intuito de isentar-se de um envolvimento político potencialmente comprometedor da credibilidade do Brasil frente aos EUA.

É pertinente considerar que desde fins do Estado Novo a oposição liberal-conservadora articulava um discurso conspiratório que associava o trabalhismo varguista a uma suposta ditadura sindicalista orquestrada por Perón, que, a depender dos interesses em jogo no debate político, era estrategicamente vinculada ao fascismo ou ao comunismo. Destarte, ainda que, em geral, desprovidos de qualquer fundamentação, os rumores a respeito

de uma aliança Vargas-Perón para a formação de uma frente antidemocrática e anti-EUA eram constantemente postos em pauta como forma de minar a legitimidade do governo Vargas diante da opinião pública. Conforme pudemos observar, esse tipo de discurso ecoou nas construções narrativas do *Última Hora*.

Após o referido editorial escrito por Samuel Wainer, as principais notícias sobre as relações Brasil-Argentina veiculadas nas edições subsequentes amenizavam as polêmicas em torno da reaproximação entre ambas as nações e ofereciam insistentes argumentos em favor do estreitamento dos laços diplomáticos com o país de Perón. O acordo sobre o convênio de trigo entre os dois países foi noticiado no dia 30 de julho de 1951 pelo jornal de forma benevolente e sem grandes problematizações. Segundo o *UH* tratava-se de “um acordo entre amigos, formulado, contudo, em bases praticas e comerciais, com plena satisfação dos interesses recíprocos” (CABELLO, 30 jul. 1951, p. 02). Nesta mesma edição, em outra coluna editorial assinada por Samuel Wainer, tais benefícios econômicos eram atrelados ao reatamento das relações diplomáticas Brasil-Argentina. No texto, a expectativa era de que, com a nomeação do Embaixador Batista Luzardo para representar o Brasil em Buenos Aires, fosse realizada “a abertura de um novo e fértil capítulo nas relações entre as duas nações, cuja amizade constitui a base da paz e do progresso de toda a América do Sul” (WAINER, 30 jul. 1951, p. 01). Dessa forma, a aliança com o vizinho latino-americano era também apontada como um caminho fecundo – para além do alinhamento com os EUA – rumo ao desenvolvimento brasileiro.

No entanto, a afirmação dessa alternativa ao protagonismo dos Estados Unidos nas relações comerciais brasileiras revela os seus limites por meio de tensões implícitas na construção desse discurso. Nessa mesma coluna editorial, uma polêmica envolvendo a figura de Luzardo era sutilmente aventada. O primeiro parágrafo do escrito de Wainer salientava, com ares de justificativa, o “caráter impessoal” e desinteressado da campanha do jornal em prol da nomeação de um representante diplomático brasileiro em Buenos Aires. Para o jornalista:

Não importava mais saber quem seria o embaixador; importava, isto sim, era pôr um paradeiro a uma situação que redundava em prejuízos econômicos e políticos para ambos os lados. Prevaleceu, pois, o bom-senso. Agora é passar a borracha sobre mal-entendidos e ressentimentos e dirigir todos os esforços para recuperar o tempo perdido (WAINER, 30 jul. 1951, p. 01).

Os mal-entendidos aos quais se refere o autor da coluna dizem respeito ao “controvertido caso diplomático” da nomeação de Batista Luzardo ao cargo de embaixador do Brasil na Argentina. Durante a gestão de Dutra, no seu período de atuação à frente da Embaixada brasileira naquele país, Luzardo havia estabelecido forte amizade com o presidente Juan Domingo Perón. Por causa disso, o diplomata tornara-se alvo de duras críticas entre os círculos políticos pró-EUA que alegavam que ele era o representante do peronismo no Brasil. Num contexto em que o próprio “Chanceler João Neves da Fontoura era profundamente adverso a Perón e tratava de conduzir a política do Itamaraty ‘diretamente em harmonia’ com os Estados Unidos, o que inibia o Brasil de aproximar-se da Argentina.”, tanto o seu afastamento do cargo quanto o esfriamento das relações com o país vizinho tornaram-se oportunos (BANDEIRA, 1993, p. 63). Portanto, o retorno de Luzardo para o posto de representante brasileiro em terras argentinas era entendido por estes críticos como um obstáculo às boas relações com os EUA e como uma “perigosa” tentativa de aproximar-se dos países do Cone Sul. Nesse sentido, a figura do diplomata estava atrelada a uma ameaça aos interesses de alinhamento à potência estadunidense e por isso:

Fontoura nunca se conformara com a nomeação de Luzardo, determinada por Vargas, para a Embaixada em Buenos Aires, pois não confiava em que ele defendesse os interesses do Brasil ‘contra o programa peronista’ de converter-se em força continental e, com absorção dos demais países, formar um bloco para enfrentar os Estados Unidos (BANDEIRA, 1993, p. 80).

Desse modo, carregada de significado político, a nomeação de Luzardo representou um ousado passo adiante de Vargas em direção à autonomia brasileira no cenário internacional, ainda que a aproximação com a Argentina tivesse sido, na prática, predominantemente comercial. Assim, num claro exemplo de projeção de interesses domésticos na política externa, diversas foram as tentativas a nível institucional de afastá-lo da embaixada brasileira. Diante disso, o *Última Hora* partiu em defesa de Luzardo.

A edição veiculada no dia 21 de agosto de 1951 noticiava a derrota no Senado da tentativa de impedir que Luzardo assumisse o cargo. Em entrevista ao jornal, o embaixador gozava de livre espaço para a defesa da legitimidade de sua nomeação. Na matéria, o entrevistado celebrava a sua vitória após o longo e intenso debate que havia agitado a imprensa



tanto do Brasil quanto da Argentina e afirmava que sua intimidade com o Chefe de Estado argentino não justificaria o envio de um “inimigo do Presidente Perón para Buenos Aires” em seu lugar (BARBOSA, 21 ago. 1951, p. 02). Enfatizando a importância de zelar pela tradicional amizade entre o Brasil e a Argentina estreitando os laços diplomáticos e comerciais, Luzardo argumentava que “depois dos Estados Unidos, é a Argentina o maior consumidor desses nossos produtos. Abre-se agora, uma grande perspectiva, para a colocação do nosso carvão de pedra no mercado argentino” (BARBOSA, 21 ago. 1951, p. 02). Quatro dias depois, a capa da edição 65 anunciava a manchete: *Batista Luzardo em Buenos Aires: “A aproximação Argentino-Brasileira é a própria aproximação americana.”. Perón e Evita receberam, pessoalmente, no Aeroparque, o embaixador brasileiro* (BATISTA, 25 ago. 1951, p. 01).

Sem dúvida, a indicação de Batista Luzardo ao posto de embaixador do Brasil na Argentina pode ser entendida, nos termos de Visentini, como um ensaio da multilateralidade brasileira cuja dimensão concreta residia tanto na consolidação efetiva de acordos comerciais, quanto no fato de a nomeação presidencial ter vencido pressões internas da oposição e mobilizado campanhas contra e a favor da sua legitimidade. Isso ao menos até 1953, quando rumores sobre um suposto pacto secreto entre Brasil, Argentina e Chile levaram à exoneração do embaixador. Joguetes políticos à parte, o que nos interessou foi observar como as polêmicas em torno da figura de Luzardo nos permitiram pensar os termos das disputas pela definição do posicionamento brasileiro *vis a vis* as alianças regionais na América do Sul e a bilateralidade assimétrica das relações com os Estados Unidos. Parece-nos significativo pensar, por exemplo, a forma como, apesar de muito se discutir a integração continental americana, a aproximação com os países vizinhos era entendida como postura antagônica à cooperação com os EUA. Antes de aprofundarmos essa questão, vamos a mais uma narrativa do jornal, desta vez, veiculada num período posterior à exoneração do embaixador brasileiro.

Em novembro de 1953, na ocasião de seu regresso ao Brasil, Luzardo declarava em nota sobre as relações Brasil-Argentina, o seguinte: “Se a Argentina e o Brasil marchassem unidos, toda a América Latina marcharia também para o futuro magnífico que lhe designou o destino. Do contrário, não sabemos o que poderá se passar em nosso continente” (BRASIL, 04 nov. 1953, p. 06). Mais uma vez, e de forma um tanto mais acentuada, a cooperação com parceiros da América do Sul era posta como posicionamento alternativo e não complementar à

cooperação com os Estados Unidos. Na visão de Luzardo, com a qual o jornal mostrava-se conivente, a aliança com a Argentina era entendida como único caminho seguro para o desenvolvimento latino-americano. Dessa forma, esse discurso propunha um deslocamento da noção mais ou menos cristalizada de que a modernização e a industrialização brasileiras seriam conquistadas via alinhamento aos Estados Unidos.

Apesar de esse ser um pensamento difundido entre círculos políticos nacionalistas e no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – considerada espaço legítimo de exercício da autonomia latino-americana frente à potência estadunidense –, “vale sublinhar [...] que a CEPAL representou mais um laboratório de ideias do que um foro de decisão de políticas” (HIRST, 1990, p.23). Portanto, na prática, por mais que houvesse uma preocupação em aproximar-se de Perón, havia certa urgência em preservar a solidez dos laços com os EUA negociando da forma mais conciliatória possível com as pressões internas e externas. Diante disso, no tocante às suas relações com Buenos Aires, “Vargas não punha mais lenha na fogueira, mas tampouco, deixava que ela se apagasse totalmente” (HIRST, 1990, p. 31).

Tal postura ambígua se torna evidente nas páginas do *UH* quando observamos as discussões sobre a necessidade de cooperação entre Brasil e EUA. Apesar da aparente oposição entre os dois processos, as polêmicas sobre o estreitamento dos laços com a Argentina, eram veiculadas concomitantemente a narrativas otimistas em relação à conciliação de interesses com a potência estadunidense. Se a figura de Batista Luzardo inspirava debates em favor da diversificação de parceiros comerciais, a figura do Ministro da Fazenda Horácio Lafer era explorada nas construções discursivas do periódico de maneira a promover confiança nas relações bilaterais com a potência continental. Em 25 de setembro de 1951, uma reportagem que anunciava o retorno de Lafer de uma viagem aos EUA veiculava a declaração: *Podemos confiar na amizade do povo norte-americano* (LAFER, 25 set. 1951, p. 02). O relato do ministro a respeito da sua experiência em terras estadunidenses reforçava essa manchete de forma contundente:

Volto desta viagem convencido da crescente cooperação econômica e financeira entre os Estados Unidos e o Brasil. Através essa [sic] cooperação poderemos resolver problemas primordiais que afligem o nosso povo e

dificultam o nosso progresso. A amizade existente entre os dois países é tradicional e profunda. Acredito que a colaboração mais íntima entre os interesses de ambos os países terá brevemente uma rápida expressão. Qualquer outra política ou outro caminho seria um erro criminoso para as nossas duas nações que têm tudo para se compreenderem. Esta é a disposição do Governo e do povo dos Estados Unidos (LAFER, 25 set. 1951, p. 02).

Para além do reforço de estereótipos recorrentes no debate político e comumente aceitos pela opinião pública, como o da complementaridade de interesses entre Brasil e EUA e o de que o alinhamento à potência é o único caminho possível para o progresso, faz-se relevante observar como o desejo de aproximação é atrelado a uma “disposição do Governo”. A frase de Lafer utilizada na chamada de capa para essa reportagem era ainda mais explícita nesse sentido: *A orientação de Vargas abriu as portas para a plena confiança norte-americana no Brasil* (HORÁCIO, 25 set. 1951, p. 01). Ou seja, à política econômica sabidamente nacionalista e, em certa medida, protecionista de Vargas associava-se a cooperação com os Estados Unidos. A estranha combinação entre elementos tão antagônicos na retórica do jornal certamente não era fortuita.

É notável um empenho em ressaltar conquistas decorrentes da política econômica de Vargas. Aos relatos elogiosos da condução de assuntos domésticos relativos aos avanços na indústria de base e na produtividade do país, somavam-se narrativas que exaltavam a proeminência brasileira no cenário internacional. Comentava-se, por exemplo, sobre o prestígio do Brasil junto aos organismos internacionais” (PRESTÍGIO, 03 set. 1951, p. 01) e noticiava-se que “o comércio com o Brasil é um dos maiores dos EE.UU” (AUMENTA, 26 set. 1951, p. 04) e que apesar do investimento na diversificação de parceiros diplomáticos a fim de conquistar vantagens comerciais, “as relações entre o Brasil e os Estados Unidos são mais estreitas de que nunca” (INTERCÂMBIO, 11 out. 1951, p. 04). Dessa forma, percebemos que o discurso articulado pelo jornal a respeito da política externa de Vargas amenizava incompatibilidades entre os preceitos econômicos nacional-desenvolvimentistas defendidos pelo Governo e os anseios por livre mercado da potência estadunidense. Aproveitando-se do vácuo de informações entre os meios diplomáticos e a opinião pública, o *UH* omitia conflitos e difundia a noção de que o nacionalismo de Vargas era justamente o que conquistaria o respeito e o desejo estadunidense de cooperar com o desenvolvimento do Brasil.

Essas escolhas editoriais estavam condicionadas aos interesses do projeto político ao

qual aderiria o jornal de Wainer. Isso fica mais claro ao observarmos a evidente afinidade entre as posturas políticas assumidas e professadas por Vargas em seus discursos e certas colunas de opinião do *Última Hora*. Analisemos, em seguida, um texto da seção *Última Hora na política*, assinado por Medeiros Lima, o mais importante repórter político do jornal. Em publicação do dia 13 de novembro de 1951, Lima dissertava sobre o que ele chamou de uma nova fase de cooperação Brasil-EUA referente à conjuntura do Segundo Governo Vargas. Segundo ele, experiências passadas provavam que a cooperação entre os dois países devia ter como base termos objetivos e realistas. Desse modo, o ideal que traçava Medeiros de solidariedade:

com os Estados Unidos teria que se processar menos no sentido de subordinação de nações fracas em presença do poderio do aliado forte do que em termos de ajuda mútua, em que este levasse em consideração os naturais direitos de progresso e de desenvolvimento daqueles (LIMA, 13 nov. 1951, p.03).

Nessa perspectiva, o jornalista alegava que o maior inimigo da colaboração era a “condição de inferioridade” (LIMA, 13 nov. 1951, p. 03). Porém, se opunha à busca por autonomia pela via de um “nacionalismo exaltado” afirmando, em clara alfinetada à Argentina de Perón, que posturas exacerbadamente nacionalistas faziam com que a cooperação se dissolvesse em rivalidade. Assim, a proposta de Medeiros Lima orientava-se pela reafirmação da política de solidariedade pan-americana, aderindo firmemente ao vocabulário bipolar do mundo da Guerra Fria. Para o colunista, a era da energia nuclear colocava o Brasil numa posição especial como detentor de minerais atômicos. Esse seria, então, um novo elemento de cooperação com os Estados Unidos:

As nossas tradicionais relações de amizade e as circunstâncias e características de que se revestem a atual crise internacional não podem ditar ao governo brasileiro outro comportamento que não seja o de ampla cooperação com os Estados Unidos no setor atômico. As bases desta cooperação foram lançadas no decorrer dos entendimentos realizados por Gordon Dean e as autoridades brasileiras. E nisto devemos ver não apenas uma simples reafirmação da política de solidariedade panamericana e de manutenção de compromissos assumidos nas conferências internacionais como, sobretudo, de um ponto de vista mais realista, o reconhecimento de uma fronteira comum na luta pela sobrevivência das democracias ocidentais

(LIMA, 13 nov. 1951, p. 03).

O texto de Lima se mostra ainda mais representativo desse frágil equilíbrio entre autonomia e alinhamento quando ao final, seguido dessa explícita cumplicidade em relação às demandas estadunidenses transcrita acima, é mencionada uma frase atribuída a Vargas que, segundo ele, explicitava termos que deveriam lastrear as nossas relações com os EUA: “ajudaremos os nossos amigos à medida em que eles nos ajudarem”. Tal premissa pragmática e notadamente conciliatória seria reforçada em publicações posteriores do jornal.

Em 22 de dezembro de 1951, uma reportagem sobre uma solenidade de encerramento do ano letivo da Escola Superior de Guerra com a presença de Vargas alertava o povo brasileiro da necessidade de conciliação geral de interesses do Brasil com as potências do mundo Ocidental. Dessa maneira, com o argumento de que essa seria condição indispensável para a paz, o jornal fazia ecoar o discurso da ESG de que “não, há, nem pode haver, melhor nem mais fácil caminho do que o conseguido pelo entendimento franco e leal entre os Estados.”, e de que o futuro do Brasil estava “mais bem assegurado quando seu viver pacífico está bem resguardado pela ‘segurança coletiva’” (DEPENDENTE, 22 dez. 1951, p. 03). Faz-se relevante notar que a conciliação desses interesses coletivos em favor de um bem comum era, mais uma vez, associada ao cumprimento de compromissos brasileiros na ONU conforme evidenciava a manchete da notícia: *Depende do apoio à ONU o futuro livre do Brasil* (DEPENDENTE, 22 dez. 1951, p. 03).

A associação indiscriminada entre interesses coletivos e de potências em particular, ou, em outras palavras, entre demandas da ONU e dos Estados Unidos, se manteve predominante ao longo dos anos de 1951 e 1952. Todavia, na segunda metade do mandato de Vargas, correspondente aos anos de maior desgaste nas relações Brasil-EUA, o otimismo em relação à cooperação pragmática com os interesses da potência para a conquista de maior autonomia na ONU e no cenário internacional em geral, começava a mostrar sinais de esgotamento. Em novembro de 1953, uma reportagem sobre uma conferência secreta proferida pelo chanceler brasileiro Vicente Ráo, também na Escola Superior de Guerra, expressava tal mudança de postura ao relatar o que foi referido como “diretrizes básicas da nova política externa do Brasil” (CONFERÊNCIA, 16 nov. 1953, p. 01). Segundo a notícia, Ráo havia dito em seu discurso que:

o Itamarati era partidário da formação de um eixo Brasil-Estados Unidos, capaz de falar ao mundo em nome do continente, representando, de tal modo, o pensamento comum das Américas, cuja unidade espiritual e política era um fato histórico, comprovado que estava pela consciência cada vez maior da identidade de interesses de nossas repúblicas e confirmado em mais de uma grave conjuntura da situação internacional. Em virtude de ser a maior nação latino- americana, inclusive pelo seu potencial econômico, o Brasil se julgava no direito de figurar na liderança continental, ocupando um lugar correspondente à sua importância política, econômica e geográfica (CONFERÊNCIA, 16 nov. 1953, p. 01).

A partir dessa diretriz, era posta em debate a ideia de que a autonomia brasileira no cenário internacional não seria mais condição antagônica ao alinhamento aos EUA. Nessa lógica, a busca por “ampla liberdade de movimentos no campo internacional” deveria ser feita em cooperação e em pé de igualdade com os Estados Unidos, alterando o caráter assimétrico da relação entre ambas as nações. No entanto, essa ideia de liderança compartilhada havia sido rejeitada pela potência continental:

O govêrno de Washington entendia, entretanto, que esta liderança deveria caber apenas aos Estados Unidos e, procurando justificar êste ponto de vista, argumentava com a aplicação do princípio de igualdade das repúblicas da América Latina. Dividir com o Brasil a liderança continental, seria, segundo o Departamento de Estado, infringir êsse princípio que era o equitativo e, pois, o justo no caso. Isso estaria certo – disse o Sr. Vicente Ráo – se as demais repúblicas irmãs se sentissem mais feridas em suas suscetibilidades, com a presença do Brasil naquela posição, do que com a entrega do comando à responsabilidade exclusiva dos Estados Unidos. Por parte das repúblicas latino- americanas, o que de fato existe é o tácito reconhecimento da nossa condição de ‘maior de tôdas’, com fôrça e autoridade, portanto, para representá-las. (CONFERÊNCIA, 16 nov. 1953, p. 01).

Frente à negativa estadunidense elaborava-se uma reação que parecia esboçar uma postura de insubordinação moderada ao *sistema de poder* interamericano:

Malogrando os nossos esforços para a formação do eixo Brasil-Estados Unidos, não resta ao nosso País senão reservar-se inteira liberdade de movimentos, dentro, naturalmente, da fidelidade aos tratados e pactos que regem as relações entre os povos das Américas e aos princípios pan-

americanistas, que sempre inspiraram as normas de ação do Brasil no campo internacional (CONFERÊNCIA, 16 nov. 1953, p. 01).

Contudo, considerando que o pan-americanismo era, em essência, assimétrico, alegar fidelidade aos seus princípios não era compatível com a desejada ‘inteira liberdade de movimentos’. Desse modo, a política conciliatória do Itamarati era, em certa medida, paradoxal em suas premissas, de modo que de acordo com a perspectiva apresentada por Ráo, a autonomia do Brasil parecia residir justamente à sombra da influência de Washington.

Essa restrição na “liberdade de movimentos” era evidente nas discussões sobre o possível reatamento das relações comerciais com os países comunistas, por exemplo. Em fins de 1953, o *Última Hora* realizou intensa campanha em favor do estabelecimento de acordos comerciais entre o Brasil e países soviéticos como a Hungria, Romênia e a Tchecoslováquia. O argumento predominante era o de que o aumento do intercâmbio com o outro lado da Cortina de Ferro seria uma solução viável para a expansão econômica brasileira e para o escoamento da produção. Entretanto, via de regra, o debate político tocava em questões que concerniam possíveis represálias dos Estados Unidos. A manchete veiculada em 16 de novembro de 1953 era incisiva: *Se houver exportação de materiais estratégicos para a Rússia: Os Estados Unidos sustarão a ajuda econômica à América Latina* (SE, 16 nov. 1953, p. 08). De maneira semelhante, o artigo do jornalista John N. Clipton, de Nova York, publicado em junho de 1954 pelo *UH* sinalizava a iminência de tensões sob a manchete: *Ofensiva comercial da Rússia. Moscou volta-se para a América Latina* (CLIPTON, 14 jun. 1954, p. 05).

Assim como no âmbito das relações comerciais brasileiras, a ONU também foi um domínio em que a autonomia do Brasil encontrava-se notadamente cerceada pela influência estadunidense. Em matéria escrita por José Augusto de Almeida, correspondente do *UH* em Nova York, é perceptível o boicote dos EUA ao interesse brasileiro pela criação do Fundo Especial das Nações Unidas e a Corporação Financeira Internacional com o intuito de viabilizar “assistência sob a forma de energia, transporte, educação, saúde, ou seja, o capital social, para cujo desenvolvimento os investimentos particulares, logicamente, não são atraídos” em condições mais vantajosas que pelo BIRD (ALMEIDA, 18 nov. 1953, p. 06). Em tom de crítica à condição imposta por Eisenhower de que tais instituições só poderiam ser criadas mediante o desarmamento completo sob a tutela do Conselho de Segurança das Nações

Unidas, lê-se que “Assim, pela vontade dos Estados Unidos, a ONU nunca prestará auxílio aos países subdesenvolvidos, pois ninguém – a não ser por espírito de pilhéria – pode acreditar em desarmamento total controlado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.”. Ademais, o jornalista concluía acidamente o seu texto comentado que “Capital, quem quiser que apele para o particular, dizem os americanos” (ALMEIDA, 18 nov. 1953, p. 06).

A matéria de Almeida, da mesma forma que as reportagens referentes à Guerra da Coreia ou ao Acordo Militar, associava as demandas dos EUA aos compromissos brasileiros com a ONU, mas, nesse caso, as condições não pareciam favoráveis à cooperação em prol do “bem comum” ou ao abrandamento da assimetria de poder entre os dois países. Nessa narrativa, o anseio estadunidense pelo livre mercado e livre fluxo do capital privado era exposto como entrave para a promoção do desenvolvimento dos chamados “países periféricos”. O conflito de interesses nitidamente inviabilizava o projeto de conquista de espaço dentro da ONU com o apoio dos Estados Unidos.

Nesse contexto, é possível observar em fins de 1953 e ao longo de 1954 a intensificação da publicação de conteúdos que enfatizavam as divergências de interesses e as discordâncias entre os Estados Unidos e os demais “países periféricos”. Artigos e crônicas de comentadores do próprio jornal ou mesmo estrangeiros conquistavam espaços progressivamente mais significativos entre as páginas do *UH* nessa época. Fossem a partir das duras críticas à intervenção estadunidense na Guatemala ou a condução da questão da Indochina pelo Departamento de Estado, as publicações questionavam o belicismo, a unilateralidade das posturas e o radicalismo do anticomunismo dos EUA. Conforme sugeria o articulista inglês Archibald Owen, “os EE.UU. não podem pretender liderar o mundo ocidental se os demais países discordam de sua capacidade de julgamento” (OWEN, 16 jul. 1954, p. 05). Portanto, é visível a construção de narrativas que promovessem uma insatisfação frente às posturas unilaterais estadunidenses no cenário mundial;

Assim, as edições veiculadas durante o período final do Segundo Governo Vargas sugerem certa ruptura no alinhamento ideológico aos EUA, o que reforça a ideia do constante equilíbrio oscilatório entre tensão e aproximação entre ambos os países. Se nas narrativas de 1951 e de grande parte de 1952 a noção de coesão entre as “democracias Ocidentais” contra o comunismo levou à confiança de que a autonomia brasileira podia ser conquistada nos moldes



de uma cooperação mútua com os Estados Unidos, o debate político do fim de 1953 e do início de 1954 mostrou que a difícil conciliação dos interesses e a intangibilidade do chamado “bem comum” inviabilizava a desconstrução da assimetria do *sistema de poder* interamericano. Dessa forma, os muitos avanços e recuos na barganha nacionalista de Vargas, ao sabor das pressões internas e externas, orientaram posturas brasileiras ora afeitas à adesão, ora ao questionamento da liderança hegemônica estadunidense; ora propensas à multilateralização das relações, ora presas à bilateralidade do pan-americanismo.

### *3.3. CMBEU e a pretensa harmonia da cooperação técnico-financeira*

Embora a política econômica varguista tenha sido o domínio mais explicitamente conflituoso no tocante às relações Brasil-EUA, devido às suas tendências nacionalistas e estatizantes, não seria prudente ignorar ou minimizar as circunstâncias de consenso e as posturas de alinhamento nessa seara. Dessa forma, observamos como em muitos aspectos o anseio pela autonomia econômica da barganha nacionalista de Vargas se esbarrou nas restrições à cooperação econômica e ao auxílio ao desenvolvimento impostas pelo internacionalismo econômico dos EUA (VISENTINI, 2010). A partir da análise do debate político veiculado pelo *UH* sobre temas relativos à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, concebida como um marco na cooperação bilateral entre os dois países, investigaremos a dinâmica na qual os momentos de consenso e adesão à hegemonia estadunidense estavam inseridos.

De acordo com Thiago Reis Ribeiro (2012), a CMBEU foi um elemento essencial na construção do desenvolvimentismo como diretriz e como projeto da política econômica do Governo. O princípio de promover o crescimento econômico por meio da busca pelas causas do seu “atraso” e a ideia de empreender estudos técnicos que orientem um conjunto coordenado de investimentos foram dois importantes pilares do nacional-desenvolvimentismo brasileiro instrumentalizados pelos trabalhos da Comissão Mista. Produto de pressões nacionais por auxílio dos Estados Unidos ao desenvolvimento econômico do Brasil, as conversações sobre a criação da CMBEU iniciaram-se pouco após de anunciado por Truman o programa de ajuda financeira e técnica às “economias periféricas” chamado Ponto IV.

Interessado em ampliar a extensão dos benefícios do Ponto IV, que não foram muito generosos para com a América Latina, o governo brasileiro propunha a “formação de uma nova experiência de colaboração econômica, mas que desta vez pudesse contar com algum tipo de empréstimo por parte dos Estados Unidos ou do Bird.” (RIBEIRO, 2012, p. 103). Assim, em abril de 1950 foi discutida a ideia de se criar uma comissão mista, composta por técnicos tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos, que produziria relatórios para ambos os governos referentes a projetos econômicos a serem empreendidos pelo Brasil nas áreas de serviços básicos, como agricultura, energia e transportes. Como contrapartida, os EUA teriam privilégios na importação de recursos minerais estratégicos brasileiros. Em dezembro deste mesmo ano, era celebrada a Comissão Mista Brasil-EUA (D’ARAÚJO, 1992).

Criada ao final do Governo Dutra, a CMBEU entrou em funcionamento nos primeiros meses do Segundo Governo Vargas, em julho de 1951. Há quem afirme que a existência da Comissão fosse incompatível com o ideal de emancipação econômica defendido por Vargas, já que do ponto de vista nacionalista a CMBEU traria as vulnerabilidades brasileiras ao conhecimento de Washington, permitindo, inclusive, certa intromissão. Porém, Rômulo de Almeida, ex-membro da Assessoria Econômica do Governo, esclarece que a coexistência do nacionalismo e da CMBEU não havia sido uma contradição, mas uma demonstração da visão política do presidente, no sentido de “aproveitar o que vinha já assentado [...] e, em vez de bloquear e gerar um conflito talvez mortal desde o começo, utilizar a Comissão Mista no que poderia trazer de positivo, neutralizando-a no negativo” (D’ARAÚJO, 1992, p. 13).

Todavia, na prática, o equilíbrio entre os aspectos positivos e negativos da CMBEU, na perspectiva da política econômica varguista, não era muito simples. O conflito de interesses entre Brasil e Estados Unidos, as diferentes noções de cooperação de ambos os países e a relação entre a expectativa brasileira e as concessões estadunidenses, fizeram da Comissão, especialmente no seu último ano de existência, a expressão mais imediata da crise nas relações bilaterais Brasil- EUA (DALIO; MIYAMOTO, 2010). As narrativas estampadas nas páginas do jornal *Última Hora* são elucidativas nesse sentido.

As primeiras notícias de capa sobre a CMBEU aparecem no jornal em julho de 1951. No dia 9, a Comissão era descrita simplesmente como “apoio econômico” (O FALECIMENTO, 09 jul. 1951, p. 01). Em 17 de julho, uma reportagem de destaque

especificava que “O objetivo da Comissão é promover, com a cooperação técnico-financeira dos Estados Unidos, a execução de programas do desenvolvimento econômico do Brasil” (INSTALA-SE, 17 jul. 1951, p. 06). Já na edição publicada no dia 23, a Comissão mista era definida como organização “encarregada de orientar em nosso país a aplicação do Ponto IV de Truman” (SEGUIU, 23 jul. 1951, p. 01). Como é possível perceber, ainda que se tratasse de uma instância recém-criada e prestes a entrar em atividade, o periódico trazia poucas informações sobre o seu funcionamento à opinião pública. Ademais, os termos utilizados para defini-la eram, via de regra, vagos.

Entretanto, ainda que parcas as informações sobre a CMBEU a referência ao estereótipo da cooperação mútua e frutífera com os Estados Unidos como melhor caminho para modernizar o Brasil é evidente nas narrativas veiculadas pelo vespertino. A associação rasa e imediata da Comissão a termos como “apoio econômico” e “desenvolvimento” revela mais expectativas brasileiras que informa sobre o efetivo desempenho dessa iniciativa partilhada pelas duas nações. Em primeiro lugar, vale ressaltar que “O caráter *misto* desta Comissão, ao invés de suscitar uma homogeneidade de pontos de vista, aponta para as contradições contidas nesta experiência e que não se resumem às diferenças de interesse entre o Brasil e os Estados Unidos” (RIBEIRO, 2012, p. 114). Além disso, a dinâmica da concessão de empréstimos tinha como premissa estimular o *self-help*, ou seja, o auxílio a partir da criação de condições para que o próprio país beneficiado custeasse o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, nas negociações da CMBEU, “os próprios recursos emprestados para o programa de desenvolvimento estavam condicionados ao levantamento equivalente de recursos internos à economia brasileira” (RIBEIRO, 2012, p. 115). Desse modo, fora do domínio das expectativas e anseios brasileiros, o objetivo da CMBEU era:

criar condições favoráveis e eliminar obstáculos para estimular os investimentos privados nacionais e estrangeiros. Não havia interesse na elaboração de um plano amplo de desenvolvimento nem uma política de industrialização, mas sim fomentar oportunidades para o empresariado” (DALIO; MIYAMOTO, 2010, p. 155).

Destarte, a CMBEU era mais uma forma para reaparelhar a infraestrutura do país que de promover o desenvolvimento e a industrialização em si. No entanto, não era o que parecia

expressar o *Última Hora*. De maneira geral, a cobertura sobre o andamento dos trabalhos e dos empréstimos relativos aos projetos da Comissão era silenciosa. Não só o tema não ganhava destaque, como as discussões sobre ele raramente mencionavam o nome da CMBEU, limitando-se a se referir a estudos técnicos realizados ou a empréstimos concedidos pelo BIRD ou Eximbank. Havia pouca associação tanto dos fracassos quanto dos sucessos da empreitada ao nome da Comissão Mista.

A exemplo disso, em agosto de 1951, uma matéria de capa trazia menções indiretas aos estudos das potencialidades de desenvolvimento do Brasil e dos minerais estratégicos como a saída para a conquista de investimentos para a modernização no país, sem qualquer menção à CMBEU, que era, sem dúvida, o núcleo institucional das iniciativas em andamento com tal finalidade (FALAM, 24 ago. 1951, p. 01). Essa ideia era reforçada algumas edições depois em nota sob a manchete *Os EE.UU e os recursos estratégicos do Brasil*. O texto componente da coluna *Dois Mundos* – voltada para temas relacionados ao cenário mundial – apontava que a comparação entre investigações sobre os recursos minerais brasileiros e estudos sobre a dependência estadunidense de suprimento de metais provenientes do exterior, sugeria “a existência de um enorme campo futuro de cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil, no que se refere ao desenvolvimento da mineração”. Em adendo, a nota afirmava que “essa situação será discutida, sem dúvida, pela Comissão Mista de Fomento Econômico, ora reunida no Rio de Janeiro” (OS EE.UU., 30 ago. 1951, p. 04).

Nos meses seguintes enfatizava-se ainda mais essa noção de complementaridade de interesses entre os dois países. Em 28 de setembro de 1951, a conquista de empréstimos pelo BIRD e Eximbank era interpretada como prova do “Interesse definitivo dos EE.UU. em estimular a economia brasileira” (INTERESSE, 28 set. 1951, p. 04). Já em novembro do mesmo ano, a cobertura jornalística do *UH* sobre a visita de Eugene Black, presidente do BIRD, ao Brasil expressava grande facilidade na concessão dos empréstimos necessários devido ao amplo crédito de que supostamente desfrutava o país junto aos EUA e ao acentuado interesse de Black em cooperar com os estudos da CMBEU. Assim, veiculava-se que o BIRD:

deverá suplementar em dólares a quantia necessária ao financiamento dos vários projetos, alguns já terminados, e outros em vias de conclusão, que são objeto das conversações entre os membros da Comissão Mista Brasil-Estados

Unidos (VISITARÁ, 10 nov. 1951, p. 06).

A publicação persistente de narrativas dedicadas ao “fazer crer” na viabilidade da cooperação mútua Brasil-EUA, omitia problematizações sobre os privilégios do capital privado em relação aos empreendimentos estatais. É perceptível, ao longo de todo o período investigado, a alta incidência de reportagens que ressaltavam o interesse de industriais estadunidenses no Brasil. As matérias sobre esse tema, em geral, celebravam o auxílio técnico da potência continental e davam a impressão da existência de uma parceria harmoniosa, fruto de uma admiração recíproca. Em janeiro de 1952, por exemplo, anunciava-se com entusiasmo que *O Rio hospeda dois grandes industriais americanos*, em clara exaltação do fato de que o Brasil se tornaria o maior mercado da América e, por isso, estudos vinham sendo feitos para ampliar as atividades das indústrias interessadas em empreendimentos no país. (O RIO, 16 jan. 1952, p. 01).

O que nos chama atenção nessas reportagens sobre o auxílio técnico estadunidense ou sobre a concessão de empréstimos é a completa ausência das costumeiras críticas ou ressalvas à entrada de capital estrangeiro no país e das especulações sobre a efetiva contribuição desse capital privado para o desenvolvimento brasileiro. Além disso, as apreensões geradas pelos atrasos no financiamento dos projetos da CMBEU apontadas pela documentação diplomática estudada por autores como Maria Celina D’Araujo (1992), Thiago Reis Ribeiro (2012) e Danilo José Dalio e Shiguenoli Miyamoto (2010) eram omitidas ou abordadas em segundo plano pela cobertura jornalística do *UH*. Em junho de 1952, a demora na liberação dos empréstimos que tanto angustiava os ministros brasileiros foi noticiada meramente nos seguintes termos na ocasião da concessão de dólares para o plano de reequipamento das usinas e estradas de Minas Gerais: “Walter Moreira Sales teve participação decisiva, pois, essas solicitações não faziam parte da agenda da Comissão Mista Brasileira Americana e se encontravam paralisados” (APROVADO, 30 jun. 1952, p. 01).

Foi apenas em fins de 1953, nos últimos meses de funcionamento da CMBEU, cujos trabalhos foram oficialmente encerrados em dezembro do referido ano, que críticas à dinâmica que os EUA imprimiram aos trabalhos da Comissão começaram a ganhar mais destaque no jornal. Em outubro de 1953, no auge do debate político sobre a criação da Petrobrás, Walder Sarmanho - então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) -

defendeu a exploração estatal do petróleo como a solução para o financiamento dos projetos da CMBEU, uma vez que estes foram “abruptamente interrompidos com a subida de Eisenhower.” (AFIRMA, 08 out. 1953, p. 04). Ainda assim, à parte de comentários mais superficiais como este, a maioria das críticas estavam direcionadas tanto ao BIRD quanto ao Eximbank devido às condições impostas para a concessão de empréstimos. Em dezembro de 1953, Daniel Caetano, articulista do *UH*, afirmava ser, nesse quesito, “incompreensível – porque rigoroso demais – [o] tratamento dos Estados Unidos para com o Brasil, seu tradicional amigo” (CAETANO, 03 dez. 1953, p. 01). Mais adiante, no mesmo artigo, definia o Eximbank como um “instrumento da política internacional americana defeituoso”, e concluía seu texto afirmando que:

o Brasil espera que Tio Sam de tempo ao tempo, em vez de efetuar transações como a do empréstimo Láfer, a curto prazo, obrigando nosso País a um esforço enorme, tendo inclusive de emitir para atender a seus duros compromissos, quando êstes poderiam ser mais suaves, atitude essa que parece o medo de que o Brasil fuja para bem longe (CAETANO, 03 dez. 1953, p. 01).

Mesmo que relativamente suaves, dado o padrão usual das tendências nacionalistas do jornal, essas críticas mostram as dificuldades nas conversações entre Brasil e Estados Unidos e o reduzido poder de barganha do governo brasileiro no que dizia respeito ao auxílio técnico. Conforme aponta Ribeiro (2012), isso ocorreu porque enquanto para a diplomacia brasileira, a Comissão Mista era um importante avanço para a atração de capitais mediante um planejamento técnico até então inédito na política econômica capitalista brasileira, para a diplomacia estadunidense era um importante instrumento político, não só porque a contrapartida do fornecimento de minerais estratégicos brasileiros era compatível com a tônica da defesa nacional da política externa dos EUA, mas também porque a concessão do auxílio era utilizada como benefício concedido em troca de cooperação política e militar do Brasil. Dessa maneira, muito além do que mostravam as narrativas do periódico, as tensões nas negociações entre ambos os países em torno do auxílio econômico e técnico, cujo cerne era a CMBEU, foram catalisadores da crise econômica e política que assolou o final do Segundo Governo Vargas.

Nessa perspectiva, pensamos que o discurso do jornal a respeito da CMBEU, com todas as omissões de conflitos e mesmo com a ausência de menções à Comissão Mista em grande parte das edições publicadas, é indicativo de algumas escolhas e estratégias dos círculos políticos varguistas na condução da cooperação econômica e técnica com os Estados Unidos. Num nível de percepção mais imediata, constatamos certo controle e um vigoroso filtro de informações sobre a Comissão a serem veiculadas. Parece-nos que havia, por parte do *UH*, um desejo de preservação da imagem da CMBEU. Por isso, informações sobre os atrasos no andamento de seus projetos eram suprimidas, como forma de consolidar no seio do imaginário político brasileiro a ideia de bom funcionamento e de parceria bem sucedida com os Estados Unidos.

Além disso, há que se considerar que por se tratar de empreendimentos cujos efeitos seriam sentidos a longo prazo, havia um cuidado para não gerar muitas expectativas entre a opinião pública. Essa escolha editorial era compatível com o pensamento predominante entre a classe política varguista de que “era importante politicamente que o sucesso neste financiamento pudesse ser exibido como benefícios advindos de uma aproximação com os Estados Unidos, já que eram fortes as críticas internas a esta aproximação.”. Portanto, a cobertura sobre os trabalhos da CMBEU era instrumentalizada em favor do governo “como uma demonstração do que está sendo feito em favor da melhoria de vida da população, corroída pelas altas inflacionárias.” (RIBEIRO, 2012, p. 111). Assim, o posicionamento editorial do jornal atuava no sentido de robustecer a imagem de um Brasil autônomo e capaz de negociar em pé de igualdade com a potência continental e suavizar “o caráter assimétrico das conversações entre ambos [as nações], e a postura unilateral do regionalismo norte-americano para a América Latina do pós-guerra.”, explicitados pelo funcionamento da CMBEU (DALIO; MIYAMOTO, 2010, p. 179). Entendemos, por isso, a omissão de conflitos realizada pelo jornalismo do *Última Hora* como um indicativo de posturas de alinhamento que precisavam ser camufladas em prol da manutenção da coerência e da legitimidade do projeto político varguista.

Dessa forma, a fabricação dessas imagens mentais a respeito da Comissão Mista Brasil- EUA nos fornece subsídios para pensar também a natureza das próprias posturas varguistas diante da cooperação técnico-financeira com a potência hemisférica. Se, por um lado, os esforços em alterar o perfil da dependência brasileira frente aos Estados Unidos

foram mais sistemáticos e mais visíveis no âmbito econômico, por outro, percebemos como mesmo o discurso de emancipação econômica do Governo encontrou, na prática, suas limitações frente às pressões domésticas e internacionais, demarcando significativos espaços de alinhamento e submissão dentro de uma política econômica orientada pelo princípio da autonomia na promoção da modernização do Brasil. Especialmente quando se tratava da conquista de auxílio técnico, considerado como condição imprescindível para alcançar o progresso, percebemos que a permanência do estereótipo dos Estados Unidos como agente da modernidade consolidada no imaginário brasileiro desde a Política da Boa Vizinhança viabilizou a sujeição brasileira à unilateralidade das posturas estadunidenses.

Nesse sentido, a análise da dinâmica da condução dos trabalhos da CMBEU constituiu para nós um dos possíveis observatórios do equilíbrio oscilatório que regeu as notórias contradições e ambiguidades nas relações entre Brasil e Estados Unidos no período estudado. Significando a um só tempo catalisador que induziu Vargas a definir os rumos da industrialização do Brasil, responsável por um legado técnico e institucional que perdurou nas elaborações posteriores da política econômica brasileira, e a sujeição do país a condições arbitrárias e unilaterais dos Estados Unidos, a Comissão Mista foi uma expressão da controversa cooperação possível entre as duas nações durante o Segundo Governo Vargas.

Conforme manifestam as narrativas do *UH* a respeito não só da CMBEU, mas também da assinatura do Acordo Militar e das relações diplomáticas com os EUA, a ONU e os demais países periféricos, os avanços e recuos conciliatórios do Brasil de Getúlio Vargas em relação à grande potência continental estiveram pautados pelos conflitos de interesses de ambas as nações e por estereótipos legitimadores de uma cooperação mútua, que compunham o que chamamos de equilíbrio oscilatório. A contraditória interação entre um projeto político autonomista e as possibilidades oferecidas por uma ordem mundial que ainda se esboçava esteve no cerne das intensas oscilações nas relações Brasil-Estados Unidos da primeira metade dos anos de 1950. Nessa perspectiva, verificamos que tanto o tratamento negligente que os EUA dispensavam ao seu principal aliado continental e as pressões pelo fluxo livre de capitais geravam atritos em relação aos princípios estatizantes do nacional-desenvolvimentismo brasileiro; quanto, a ideia própria da Guerra Fria de um mundo bipolar e a ambição do Brasil de ascender ao status de potência regional atrelada às expectativas de encontrar na cooperação com os EUA e nos princípios do *american way of life* a porta de acesso à modernidade



capitalista permita posturas de alinhamento e mesmo submissão à hegemonia estadunidense.

## CONCLUSÃO

Segundo Frank McCann, “a tensão foi uma grande tendência nas relações brasileiro-americanas” (MCCANN, 2010, p. 30), marcadas pela constante multiplicação das áreas de atrito competitivo à medida que ambas as nações cresciam economicamente. No entanto, a constituição do que Moniz Bandeira chamou de “rivalidade emergente” foi entrecortada por iniciativas conciliatórias por parte de líderes brasileiros a fim de evitar radicalismos que inviabilizassem a cooperação entre os dois países. Quer prefiram chamar de sedução imperialista ou de dependência econômica, são inegáveis os momentos de concessão e adesão do Brasil à hegemonia estadunidense. Tendo isso em vista, entendemos que a principal constante nas relações Brasil-EUA é a oscilação entre “aproximação, distanciamento, cumplicidade, alinhamento incondicional, desafio, ressentimento, receio, admiração e rejeição” (MUNHOZ, 2010, p. 12). Em mais de dois séculos de relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, os anos do Segundo Governo Vargas foram um período em que essas contradições se mostraram particularmente evidentes.

A análise do imaginário político varguista e do condicionamento da opinião pública por meio das páginas do jornal *Última Hora* nos possibilitou acessar, a partir das narrativas e imagens mentais construídas e reforçadas pelo periódico, os interesses em jogo na consolidação do projeto político nacional-desenvolvimentista de Vargas. De maneira geral, a documentação nos mostrou que as propostas governistas, ancoradas na promoção da industrialização e no fortalecimento da economia brasileira, juntamente com o rearranjo de forças no cenário internacional próprio da gênese da Guerra Fria demarcaram rupturas no clima de cumplicidade entre os dois gigantes da América construído nos anos da Segunda Guerra Mundial. No entanto, a difusão de narrativas que sugeriam a complementaridade de interesses e estimulavam a crença na cooperação mútua com a potência continental nos apontaram que havia também resquícios incontestes de alinhamento, admiração e adesão ao *american way of life*. Dessa maneira, este trabalho se dedicou a explorar algumas das muitas nuances entre as aproximações e os distanciamentos na relação com os Estados Unidos, inseridas numa dinâmica particular de rupturas e continuidades de processos históricos.

O exercício constante de desconstrução de uma perspectiva dicotômica das relações Brasil-EUA, no que diz respeito às tensões e aos alinhamentos, nos permitiu uma investigação mais complexa. Fizemos, então, alguns avanços no que diz respeito à noção de alternância entre momentos de cooperação e conflitos. Inversamente a ela, os dados empíricos analisados nos levaram pelo caminho da coexistência entre aproximações e distanciamentos numa dinâmica de equilíbrio oscilatório entre forças antagônicas que a um só tempo se colidiam e buscavam acomodação nos consensos possíveis. Dada a delicadeza do contexto da Guerra Fria, não era interessante nem ao Brasil, nem aos Estados Unidos, uma ruptura completa ou mais radical nas relações, assim como não era viável a plena cooperação.

O conjunto das edições analisadas confirma o que aponta grande parte da bibliografia sobre o Segundo Governo Vargas ao insinuar a prevalência de tensões e desgaste nas relações com Washington entre 1951 e 1954. Não por acaso, foram em maior quantidade os tópicos por nós selecionados relativos a episódios de tensão e mais volumosos os materiais analisados que sinalizavam divergências entre os dois países. Contudo, de acordo com a perspectiva da coexistência constante entre aproximações e distanciamentos adotada em nosso trabalho, nos interessou menos um balanço da predominância de um ou de outro que a compreensão da natureza das posturas de consenso ou conflito e a forma como elas representam avanços e recuos no projeto político varguista ao sabor das pressões domésticas e internacionais.

Por meio da análise dos traços particulares que delineavam as posturas e narrativas de distanciamento e aproximação percebemos que o alinhamento esteve mais ligado a aspectos estruturais enquanto as tensões estiveram mais intimamente relacionadas a questões conjunturais. Os posicionamentos de tendência nacionalista e estatizante, que entravam em conflito com os interesses da política externa estadunidense para a América Latina naquele momento, apresentaram-se, via de regra, associados a rupturas, em favor de um Brasil modernizado e industrializado, numa tradição oligárquica e agrária. Já que, sob a ótica de Washington o restante do continente - visto como um verdadeiro “quintal da América” - tinha como principal função servir-lhe de fonte de matérias primas e recursos minerais estratégicos, qualquer postura que propusesse a alteração desse perfil de economia colonial por um mais ligado à manufatura, à valorização do mercado interno e ao crescimento da produção industrial nacional representava um ponto de inflexão na cooperação com a potência estadunidense.

Desse modo, os posicionamentos antagônicos às oligarquias e elites liberais-conservadoras – cujos interesses gravitavam em torno da manutenção do status quo, da entrada irrestrita de capital estrangeiro e da reprodução das estruturas de poder de longa tradição no Brasil - eram defendidos por forças que apenas havia alguns anos passavam a reivindicar maior participação política. Fossem membros de uma incipiente burguesia industrial ou das classes urbanas e trabalhadoras, que ganhavam maior expressão conforme o processo de urbanização iniciado nos anos de 1930 se consolidava, todos estes, embora em diferentes níveis, defendiam uma ruptura na tradição oligárquica e agrária do país.

Nesse sentido, os ideais de emancipação econômica defendidos no debate político em torno da lei de remessa de lucros e de nacionalização dos recursos estratégicos brasileiros pautados nas discussões sobre a criação da Petrobrás, por exemplo, dialogavam com anseios conjunturais e, portanto, pertenciam à curta duração. De modo semelhante, esses anseios, ajustavam-se às transformações circunstanciais pelas quais passava o cenário internacional daquele período, a saber: a disputa entre os EUA e a URSS por zonas de influência, a ausência de um programa consistente de auxílio econômico à América Latina e a criação de instâncias multilaterais de negociação como a ONU.

Assim, a tônica nacionalista e protecionista das políticas comerciais defendidas por Vargas e a busca por maior autonomia nos moldes brasileiros de inserção internacional que advogava o projeto político nacional-desenvolvimentista do Governo expressavam uma alternativa a décadas de alinhamento quase incondicional aos Estados Unidos e a uma política econômica essencialmente subserviente aos interesses do capital estrangeiro. Por isso, significavam rupturas na obediência à hegemonia estadunidense, e, em última instância, nos padrões estruturais de dependência reproduzidos desde os tempos da colonização.

De maneira análoga, os discursos de alinhamento e adesão à imagem dos EUA como referência inquestionável de modernidade e progresso encontravam sustentação em elementos oriundos de processos da longa duração. Ao analisarmos as bases da cooperação militar que tornaram factível a assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA, por exemplo, constatamos clara continuidade em relação às ideias difundidas pelos Estados Unidos no Brasil por meio da Política da Boa Vizinhança. Da mesma forma, a supervalorização do auxílio técnico e a crença na viabilidade da conquista do desenvolvimento econômico por meio da cooperação com os

Estados Unidos via CMBEU estiveram alicerçadas em noções referentes ao pan-americanismo da Doutrina Monroe e ao mito da complementaridade de interesses entre os países da América. Como vimos, ainda que tais idealizações a respeito da cooperação mútua com os EUA se esbarrassem em sucessivas negativas de Washington a pleitos de auxílio econômico ou concessão de empréstimos, esses estereótipos positivos sobre os Estados Unidos enraizados no imaginário político brasileiro havia algumas décadas forneciam subsídios para a adesão do Brasil a certas determinações unilaterais da potência continental.

Essa chave analítica da justaposição de elementos conjunturais e estruturais também nos serviu para compreender algumas características específicas desta primeira metade dos anos de 1950. Em seu estudo sobre o Segundo Governo Vargas, Maria Celina D'Araujo (1992) preocupou-se em refutar a interpretação de observadores da época, reiterada posteriormente por alguns estudiosos do período, de que a partir de 1953 as posturas do Governo haviam sofrido uma guinada à esquerda. Sobre isto, a investigação sistemática de nossas fontes nos permitiu a elaboração de um posicionamento. Por um lado, concordamos com D'Araujo quando ela julga ser inadequado o entendimento da Reforma Ministerial de 1953, a criação da Petrobrás sob o regime de monopólio estatal e a discussão sobre a criação da Eletrobrás como indicativos de uma mudança de posicionamento à esquerda por parte de Vargas. Por outro, divergimos da sua afirmativa de que o presidente manteve a mesma orientação e os mesmos objetivos políticos de 1951 a 1954. Fazemos algumas breves considerações a respeito disto.

Primeiramente, a flagrante mudança nas narrativas veiculadas pelo *Última Hora* nos afastou da ideia de continuidade na orientação das posturas do Governo e nos apontou para uma real intensificação dos processos de ruptura a partir de 1953. De fato, nos diversos tópicos abordados pelo nosso trabalho tal variação é visível. No caso da Petrobrás, a discussão que se iniciou em 1951-1952 nos termos da exploração nacional do petróleo com a participação do capital privado apresentou-se plenamente a favor do monopólio estatal só em fins de 1952 e durante 1953-1954. No que tange ao andamento dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-EUA, as críticas ao atraso ou descaso estadunidense na concessão de empréstimos apenas ganharam maior destaque a partir de 1953. De maneira semelhante, a cobertura do periódico a respeito da transição presidencial Truman-Eisenhower (1952-1953) em confronto com documentações complementares nos revelou mudanças de postura, apreensões e estratégias brasileiras para

que a chegada do Partido Republicano ao poder não trouxesse cortes muito significativos no auxílio financeiro de Washington à América Latina. Já as narrativas sobre a atuação brasileira na ONU e as relações diplomáticas do Brasil com os EUA e com outros países abordaram conflitos, incompatibilidades e maior desejo de autonomia de forma mais explícita a partir desse mesmo ano.

Todavia, por mais que não pensemos haver uma continuidade ou mesmo uma condução estática das posturas do Governo ao longo de toda a sua vigência, consideramos que a noção de guinada à esquerda é limitada e incapaz de explicar o período. Para nós, a intensificação do desgaste nas relações Brasil-EUA a partir de 1953 se deveu a causas múltiplas. Dada a complexidade desse assunto, nos limitaremos a citar apenas algumas razões como motivação para debates posteriores. São elas a crise do apoio militar ao Governo, que ganhou contornos mais dramáticos após a assinatura do Acordo Militar em 1952 e se consolidou depois de sua aprovação pelo Congresso em 1953; o agravamento da crise política, que minou de diversas formas a credibilidade e em alguns casos até a governabilidade de Vargas; o fim do conflito da Coreia em 1953, o que gerou sensível diminuição no poder de barganha brasileiro; os cortes orçamentários e a maior operacionalização do anticomunismo na política externa dos Estados Unidos na administração republicana de Eisenhower, que levou inclusive à dissolução da CMBEU; entre outros fatores.

Destarte, podemos ver como devido à combinação de fatores internos e externos o Segundo Governo Vargas se iniciou em 1951-1952 ainda com fortes expectativas na cooperação econômica dos Estados Unidos e o anseio pela conciliação dos interesses nacionais com os da potência global. Nesse momento inicial, percebemos uma maior força dos elementos estruturais, como por exemplo, do estereótipo pan-americano da cumplicidade e fraternidade com os EUA. Em paralelo, os espaços de autonomia, bem como o desejo de independência componentes da conjuntura em que o projeto político nacional-desenvolvimentista passava a ser defendido, ainda encontravam-se em franca elaboração. Já nos anos de 1953-1954, as demandas nacionalistas conjunturais foram impulsionadas pelo desencanto, frustração com o tratamento de Washington ao Brasil e pela busca mais intensa por multiplicação de parceiros comerciais e diplomáticos como formas de compensar a insustentabilidade dos elementos estruturais do imaginário brasileiro, que remetiam à amizade

e ao consenso, em relação à grande nação do Norte da América.

Dessa forma, sem a pretensão de esgotar a análise do complexo relacionamento entre Brasil e Estados Unidos durante o Segundo Governo Vargas, este trabalho se preocupou em apontar alguns caminhos possíveis de investigação qualitativa a partir do exame das narrativas elaboradas e consolidadas por parte do debate político da época. A partir do mapeamento das imagens mentais difundidas e do conjunto de significados compartilhados entre o jornal governista e a opinião pública, nossa trajetória investigativa orientou-se pela busca por inteligibilidade tanto do projeto nacional-desenvolvimentista quanto das suas relações de poder com as forças políticas com as quais interagia. Trilhando os caminhos da imaginação política e da construção da legitimidade – ou, como quer Chomsky, da “fabricação do consenso” – nossa pesquisa visou desnudar nuances que, ainda que num espectro diminuto, possam contribuir para a compreensão desse campo da História das Relações Internacionais ainda tão carente de estudos de fôlego.

### Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de (org). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALMEIDA, Rômulo. Prefácio. In: D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas(1951-1954)**: democracia, partidos e crise política. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

ALZUGARAY, Carlos. La administración Eisenhower y su política exterior. In: **Cronica de un fracaso imperial**: La administración Eisenhower y el derrocamiento de la dictadura de Batista. Editoria Ciencias Sociales: La Habana, 2000.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da Hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AZEMA, J. P. Tempo Presente. In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Trad. Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina**: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1993.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BETHELL, Leslie. From the Second World War to the Cold War: 1944-1954. In: LOWENTHAL, Abraham F. **Exporting Democracy**: The United States and Latin America – Themes and Issues. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1991.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (org). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. L'opinion publique n'existe pas. In: *Acrimed - Action Critique médias*. nov.2012. Disponível em <[http://www.acrimed.org/IMG/article\\_PDF/article\\_a3938.pdf](http://www.acrimed.org/IMG/article_PDF/article_a3938.pdf)>. Acesso em 22/01/2016.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDS, H.W. The Idea of the National Interest. In: HOGAN, Michael J. (org.). **The Ambiguous Legacy**. U.S. Foreign relations in the 'American Century'. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora UNB, 2001.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maira de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. pp. 23-144.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.
- DALIO, Danilo José; MIYAMOTO, Shiguenoli. O Governo Vargas e a Comissão Mista

Brasil- Estados Unidos. In: **Idéias** - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. v.2, n. 1. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/62>> Acesso em 11/11/2014.

DAVIS, Sonny. Brazil-United States military relations in the early post-World War era. In: **Diálogos**. V.6. Maringá: DHI/UEM, 2002.

DIAS, Claudio Fachel. História e fotojornalismo nas páginas do jornal Última Hora (RS): imprensa e política na crise da legalidade (1961). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Reginaldo J. Um breviário da Lei de Segurança Nacional (LSN): do Estado Novo aos primeiros anos do Regime Militar (1930-1969). In: **Diversitas**. s/n. FFLCH, USP, nov.2009. Disponível em <http://diversitas.fflch.usp.br/files/Um%20breviario%20da%20lei.pdf>>. Acesso em 27/01/2016.

FERRARI, Danilo Wenseslau. **Diretrizes**: a primeira aventura de Samuel Wainer. *Revista Histórica*, no. 31, junho, 2008.

FERREIRA, Jorge Luis. *O carnaval da tristeza*: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GILDERHUS, Mark T. **The second century**: U.S.-Latin American relations since 1889. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2000.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade*: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral da coleção); SCHWARCZ, Lilian Mortiz (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade

contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUARESCHI, Pedrinho A. (coord.). **Comunicação & Controle social**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação & poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Maikio. **Caso Última Hora: a crise que mudou o curso da história**. Porto Alegre: BesouroBox, 2011.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent: the political economy of the mass media**. New York:Pantheon Books, 2002.

HIRST, Monica. **O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Trad: Cid Knipel Moreira. 4ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOGAN, Michael J. Partisan politics and foreign policy in the American Century. In: HOGAN, Michael J. (org.). **The Ambiguous Legacy**. U.S. Foreign relations in the 'American Century'. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: REMOND, René (org). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novas**

abordagens. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao sul do Rio Grande** – Imaginando a América Latina em seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

LAFEBER, Walter. *The American Age: US Foreign Policy at Home and Abroad: 1750 to the Present*. 2ed. New York; London: W.W. Norton & Company, 1994.

LAGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945 - Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 4, n. 15, Rio de Janeiro, 2009.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: O Corvo e o Bessarabiano**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York: Free Press Paperbacks, 1997.

LIVINGSTONE, Grace. **America's Backyard: The United States & Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror**. New York & London: Zed Books, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARIA, Maurício de Fraga Alves. Das Gossip Columns às novas colunas sociais brasileiras: política e modernização na imprensa brasileira nas décadas de 1950 e 1960. In: **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. N. 33. São Paulo, 2008.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. A *Última Hora* na criação da Petrobras: disputa ideológica e a relação imprensa e política no Segundo Governo Vargas. In: **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.31, (VOLUME, PÁGINA), 2008.

MCCANN, Frank. Brazil and the World War II: The Forgotten Ally – What did you do in the war, Zé Carioca? In: **Estudos Interdisciplinarios de America Latina Y el Caribe**. vol 6. n. 2., 1995.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950.** Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil:** a penetração cultural americana. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). In: **Diálogos**, v.6, p. 41-59, 2002. Disponível em <<https://doaj.org/toc/2177-2940/6> . Acesso em 26/01/2016>.

MUNHOZ, Sidnei J. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: MUNHOZ, Sidnei J.; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2010.

MUNHOZ, Sidnei J. Notas introdutórias ao estudo das relações entre o Brasil e os EUA nos séculos XX e XXI. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2010.

MUNHOZ, Sidnei J.; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos:** representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História.** Trad Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RADTKE, Caren Aline Morsch. Cultura política e discurso jornalístico: uma possibilidade de estudo em História a partir da análise de jornais. **Revista Historiador.** No. 2. Ano 2, Dezembro, 2009.

RAMOS, Plínio de Abreu. A imprensa nacionalista no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de

(org). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Brasil, 11 de novembro**. São Paulo: Editora Fulgor, 1960.

REMOND, René (org). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Ciber Legenda**, n. 8, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/336>>. Acesso em 22/11/2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização na imprensa carioca nos anos 50. **Estudos Históricos**. N. 31. Rio de Janeiro, 2003, p. 147-160.

RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas 1950-1954: o segundo governo Vargas**. Vol 2. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. **Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da ‘Missão Abbink’ (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norteamericana em relação à América Latina**. Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Rivadavia de. Botando os pingos nos is: as inverdades nas memórias de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Record, 1989.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

VALIM, Alexandre Busko. Da Boa Vizinhança à Cortina de Ferro: política e cinema nas relações Brasil-EUA em meados do século XX. In: MUNHOZ, Sidnei J.; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos.(orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2010.

VALIM, Alexandre Busko. *Imagens Vigiadas: uma História Social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954*. Tese (Doutorado em História)– Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

VISENTINI, Paulo G. O Populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, Sidnei J. ; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2010.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: REMOND, René (org). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003;

## Fontes

“ALTO lá, demagogos do petróleo!”. *Última Hora*, ed.321, Rio de Janeiro, 30 jun.1952, p. 01.

“Nossos principais inimigos são o imperialismo, na esfera internacional, e a exploração do homem pelo homem, no meio interno.”. Juremos lutar por um Brasil livre da subserviência economica. *Última Hora*, ed. 76, Rio de Janeiro, 08 set.1951, p. 01-02.

“O MUNDO não pode continuar metade livre e metade escravo” Violaram a lei para assaltar o Brasil! *Última Hora*, ed. 171, Rio de Janeiro, 02 jan.1952, p. 01.

12 MILHÕES por dia paga o Brasil para esperar o petróleo. *Última Hora*, ed. 365, Rio de

Janeiro, 12 ago. 1952, p. 01.

1954: ano decisivo para a emancipação econômica do Brasil. *Última Hora*, ed. 783, Rio de Janeiro, 31 dez.1953, p. 01.

A COMISSÃO. Resenha em 3 minutos. *Última Hora*, ed. 65, Rio de Janeiro, 25 ago.1951, p. 06.

ABSURDA e revoltante desigualdade de tratamento: dólares para o Banco do Brasil – Não! Cruzeiros para o City Bank de N.Y., Sim! Discriminação na concessão de créditos a firmas nacionais e estrangeiras. *Última Hora*, ed. 78, Rio de Janeiro, 11 set.1951, p. 01.

AFIRMA Walder Sarmanho: Sem o Petróleo Não Sairemos do Buraco. *Última Hora*, ed. 713. Rio de Janeiro, 08 out.1953, p. 04.

AGRESSÃO Econômica. Dois mundos. *Última Hora*, ed. 812, Rio de Janeiro 05 fev. 1954, p. 02.

AJUDA Brasileira à Luta na Coréia. *Última Hora*, ed. 8, Rio de Janeiro, 20 jun.1951, p. 03

ALMEIDA, José Augusto de. Correspondência de Nova York. Capital social: é o interesse do Brasil. *Última Hora*, ed. 747. Rio de Janeiro, 18 nov.1953, p. 06.

AMEAÇA de guerra. Dois Mundos. *Última Hora*, ed. 178, Rio de Janeiro, 10 jan.1951, p. 04.

APROVADO, nos Estados Unidos, o Plano de reequipamento Mineiro. *Última Hora*, ed. 321. Rio de Janeiro, 30 jun.1952, p. 01.

AUMENTA a importancia economica do Brasil. *Última Hora*, ed. 91. Rio de Janeiro, 26 set.1951, p. 04.

BANCO estrangeiro não deve receber depósitos. *Última Hora*, ed. 81, Rio de Janeiro, 14 set.1951, p. 02.

BARBOSA, Francisco Assis. Tropas para o exterior. Para a Coréia, não. Para a Europa, talvez! Sensacional entrevista de Osvaldo Aranha. *Última Hora*, ed. 09, Rio de Janeiro, 21 jun.1951, pp. 01, 06.

BARBOSA, Francisco de Assis. “Desafio meus acusadores a provarem as insinuações levantadas contra mim”. *Última Hora*, ed. 61. Rio de Janeiro, 21 ago.1951, p. 02.

BARROS, Theodoro de; CASTRO, Moacir Werneck de *et. all.* **A Última Hora de Samuel:** nos tempos de Wainer. Rio de Janeiro: ABI-Copim, 1993.

BATISTA Luzardo em Buenos Aires: “A aproximação Argentino-Brasileira é a propria aproximação americana.”. Perón e Evita receberam, pessoalmente, no Aeroparque, o



embaixador brasileiro. *Última Hora*, ed. 65. Rio de Janeiro, 25 ago.1951, p. 01.

BRASIL-Argentina. Dois Mundos. *Última Hora*, ed. 735. Rio de Janeiro, 04 nov.1953, p. 06.

BREWER, Sam Pope. Brazil's reds plan rally against U.S. Party is endeavoring to exploit nationalism and concern over oil resources. The New York Times. Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil-Washington. Pasta 50-1-3. Anexo 359/500.1.

CABELLO trouxe a palavra de Peron: Convenio de amigos em bases praticas. *Última Hora*, ed.42. Rio de Janeiro, 30 jul.1951, p. 02.

CAETANO, Daniel. Com a delegação do Brasil na X Conferência Interamericana. Maciel Filho convencido: "É melhor adiar a agenda econômica por seis meses". *Última Hora*, ed. 841, Rio de Janeiro, 13 mar.1954, p. 02.

CAETANO, Daniel. Com a delegação do Brasil na X Conferência Interamericana. Rao dá bom apoio a Dulles: Tôda a agenda se reduz ao caso da Guatemala. *Última Hora*, ed. 839, Rio de Janeiro 11 mar.1954, p. 04.

CAETANO, Daniel. Com a delegação do Brasil na X Conferência Interamericana. Ráo ficou muito bem. *Última Hora*, ed.835, Rio de Janeiro, 06 mar.1954, p. 02.

CAETANO, Daniel. Crise em Caracas com a renúncia do secretário geral da O.E.A. *Última Hora*, ed. 835, Rio de Janeiro, 06 mar.1954, p. 02.

CAETANO, Daniel. Dulles propõe em Caracas: Acôrdo entre as nações das Américas contra a ação comunista no Ocidente. *Última Hora*, ed. 834, Rio de Janeiro, 05 mar.1954, p. 02.

CAETANO, Daniel. Pontos principais da agenda: Fôrça do Itamarati em Caracas. *Última Hora*, ed. 811, Rio de Janeiro, 04 fev.1954, p. 04.

CAETANO, Daniel. Se Aranha quisesse: Mais de 300 milhões de dólares do Eximbank. *Última Hora*, ed. 760. Rio de Janeiro, 03 dez.1953, p. 01.

CAETANO, Daniel. Vicente Ráo adianta o ponto de vista do Brasil: elevar o nível de vida dos povo para evitar a influencia comunista. *Última Hora*, ed. 834, Rio de Janeiro, 05.mar.1954, p. 02.

CALERE, Anita de. Praticamente concluída a missão do Gal. Góis nos EE.UU. *Última Hora*, ed. 92, Rio de Janeiro, 27 set.1951, p. 04.

CHAMPAGNE, whiskey e luxo pagarão pelo petróleo. Governo e povo derrotam os monopolios. *Última Hora*, ed. 151, Rio de Janeiro, 07 dez.1951, p. 01.

CLIPTON, John N. Ofensiva comercial da Rússia. Moscou volta-se para a América Latina.

*Última Hora*, ed. 919A. Rio de Janeiro, 14 jun1954, p. 05.

COBERTURA de corpo inteiro da visita de Acheson. *Última Hora*, ed. 327, Rio de Janeiro, 07 jul.1952, p. 01.

CONFERÊNCIA de Bogotá. Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada dos Estados Unidos do Brasil-Washington. Pasta 49-2-7. Carta Telegrama (CT) 446/962.IX.

CONFERÊNCIA Secreta de Ráio na Escola Superior do Exército: O Brasil reservou-se ampla liberdade de movimentos no campo internacional. *Última Hora*, ed. 745. Rio de Janeiro, 16 nov.1953, p. 01.

CONTRA a remessa de tropas brasileiras. *Última Hora*, ed. 10, Rio de Janeiro, 22 jun.1951, pp. 01, 03.

CORTES no programa de auxílio ao estrangeiro. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ed 53, 11 ago.1951, p. 06.

DE PARABÉNS: Brasil e Estados Unidos. *Última Hora*, ed. 521, Rio de Janeiro, 23 fev.1953, p. 01.

DEBATE Secreto do C.N.S. indica a posição difícil do Brasil. *Última Hora*, ed. 18. Rio de Janeiro, 02 jul.1951, p. 05.

DEPENDE do apoio à ONU o futuro livre do Brasil. *Última Hora*, ed. 164. Rio de Janeiro, 22 dez 1951, p. 03.

É PRECISO aumentar a produção de petróleo no Brasil. *Última Hora*, ed. 31, Rio de Janeiro, 17 jul.1951, p. 06.

ESTÃO sendo modernizadas as forças de terra, ar e mar. *Última Hora*, ed. 714. Rio de Janeiro, 09 out.1953, p. 01.

ESTILAC Leal na trincheira contra os traidores de pátria. *Última Hora*, ed. 741, Rio de Janeiro, 11 nov.1953, p. 01.

FALAM os números. *Última Hora*, ed. 64. Rio de Janeiro, 24 ago.1951, p. 01.

FOREIGN SERVICE DESPATCH RESTRICTED 678. . Embaixada dos Estados Unidos (Rio de Janeiro) para o Departamento de Estado (Washington). 5 de novembro de 1952. (National Archives Microfilm Publication M1489, rolo 1, fotogramas 906-912). Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. National Archives at

- College Park, College Park, MD. Digital Acervo digital da CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.
- G. Monteiro avistar-se-á com Dean Acheson. *Última Hora*, ed. 43, Rio de Janeiro, 31 jul.1951, p. 04.
- GÓIS desmente. *Última Hora*, ed. 20, Rio de Janeiro, 04 jul.1951, p. 01.
- GÓIS, Estillac e Neves conferenciam a bordo. *Última Hora*, ed. 26. Rio de Janeiro, 11 jul.1951, p. 01.
- GUILHERME da Silveira, Correia e Castro, Raul Fernandes. Estes homens perderam a paz. *Última Hora*, ed. 17, Rio de Janeiro, 30 jun.1951, p. 03.
- HOMEM, Homero. Dólares para o Banco do Brasil – Não! Cruzeiros para o City Bank de N.Y., Sim!. *Última Hora*, ed. 78, Rio de Janeiro, 11 set.1951, p. 04.
- HONRADO o Brasil através de Lafer. *Última Hora*, ed. 82, Rio de Janeiro, 15 set.1951, p. 01.
- HORÁCIO Lafer voltou otimista. “A orientação de Vargas abriu as portas para a plena confiança norte-americana no Brasil”. *Última Hora*, ed. 90. Rio de Janeiro, 25 set.1951, p. 01.
- IKE sente pelo Brasil a mais calorosa amizade. *Última Hora*, ed. 431, Rio de Janeiro, 05 nov.1952, p. 06.
- INDIFERENTE o o Govêrno ante as insólitas declarações de Miller e Sloan. Vargas não recuará. *Última Hora*, ed. 185, Rio de Janeiro, 18 jan.1952, p. 03.
- INSTALA-SE, amanhã, à tarde, a Comissão Mista Brasil- EE. UU. *Última Hora*, ed. 31. Rio de Janeiro, 17 jul.1951, p. 06.
- INTERCÂMBIO Brasil-U.R.S.S. Dois Mundos. *Última Hora*, ed. 104. Rio de Janeiro, 11 out.1951, p. 04.
- INTERESSE definitivo dos EE.UU. em estimular a economia brasileira. *Última Hora*, ed. 93. Rio de Janeiro, 28 set.1951, p. 04.
- LAFER voltou otimista. “Podemos confiar na amizade do povo norte-americano”. *Última Hora*, ed. 90. Rio de Janeiro, 25 set.1951, p. 02.
- LIMA, Medeiros. Cooperação. *Última Hora* na política. *Última Hora*, ed. 131. Rio de Janeiro, 13 nov.1951, p. 03.
- M., Bernardez M. A “Modelo” e o Embaixador. Na hora H. *Última Hora*, ed. 10, 22 jun.1951, p. 02.
- M., Bernardez M. A guimba do General. Na Hora H. *Última Hora*, ed. 19, 03 jul.1951, p. 02.

MÁGICA que nos levará à ruína: O dinheiro nacional está virando estrangeiro!. *Última Hora*, ed. 79, Rio de Janeiro, 12 set.1951, p. 01.

MAIS forte do que nunca a amizade Brasil-EE.UU. *Última Hora*, ed. 507, Rio de Janeiro, 04 fev.1953, p. 01.

NAVIOS de guerra e mercantes seriam construídos no Brasil. *Última Hora*, ed. 713, Rio de Janeiro, 8 out.1953, p. 03.

O BRASIL sustenta a CEPAL. *Última Hora*, ed 11, Rio de Janeiro, 23 jun.1951, p. 02.

O CONGRESSO deve apurar e dizer ao povo quem manda nos jornais brasileiros. A oportunidade de um Inquérito Parlamentar. Dez perguntas em defesa da liberdade de imprensa. *Última Hora*, ed. 119, Rio de Janeiro, 29 out.1951, p. 01.

O CONTRÔLE nacional é imprescindível. Declara o presidente Getúlio Vargas, na mensagem enviada ao Congresso Nacional. *Última Hora*, ed. 151, Rio de Janeiro, 07 dez.1951, p. 02.

O DINHEIRO está virando estrangeiro! Facilidades para bancos estrangeiros, dificuldades para os bancos nacionais. *Última Hora*, ed. 79, Rio de Janeiro, 12 set.1951, p. 01.

O FALECIMENTO de Truslow retarda a instalação da Comissão Mista Brasil – EE.UU. *Última Hora*, ed. 24. Rio de Janeiro, 09 jul.1951, p. 01.

O GENERAL Café Comandaré em Caracas. *Última Hora*, ed. 818, Rio de Janeiro, 12 fev.1954, p. 01.

O PRESIDENTE Getúlio Vargas constrói para o Brasil do Futuro com as locomotivas “Baldwin- Westinghouse” adquiridas para a Central do Brasil. *Última Hora*, ed. 333, Rio de Janeiro, 14 jul.1952, p. 19.

O QUE pensa o povo da capital brasileira sobre nossos compromissos internacionais. *Última Hora*, ed. 23. Rio de Janeiro, 07 jul.1951, p. 08.

O RIO hospeda dois grandes industriais americanos. *Última Hora*, ed. 183. Rio de Janeiro, 16 jan.1952, p. 01.

OFFICE MEMORANDUM CONFIDENTIAL. Embaixada dos Estados Unidos (Rio de Janeiro) para Stinebower, Mallenbraum, Bauer, Abbink. 5 de setembro de 1950. (National Archives Microfilm Publication M1489, rolo 1, fotogramas 287-291). Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. National Archives at College Park, College Park, MD. Digital Acervo digital da CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

OPINA E. Black: “Crime contra o Brasil o retorno do capital estrangeiro”. *Última Hora*, ed. 177, Rio de Janeiro, 09.jan.1952, p. 01.

OS EE.UU. e os recursos estrategicos do Brasil. Dois Mundos. *Última Hora*, ed.69. Rio de Janeiro, 30 ago.1951, p. 04.

OWEN, Archibald. A Fraqueza do Govêrno Americano. O malôgro na liderança da política internacional. *Última Hora*, ed. 946. Rio de Janeiro, 16j jul.1954, p. 05.

PARA onde marchamos? Reflexões de um “ás”. Suplemento de Historietas. No. 2. *Última Hora*, ed. 2, Rio de Janeiro, 13 jun.1951, p.14-15.

POLÍTICA de investimentos de capitais estrangeiros. *Última Hora*, ed. 235, Rio de Janeiro, 19 mar.1952, p. 03.

PRESTIGIO do Brasil junto aos organismos internacionais. *Última Hora*, ed. 72. Rio de Janeiro, 03 set.1951, p. 01.

PROCEDE o Pacto Militar Brasil-Estados Unidos idênticas conversações com a Argentina. *Última Hora*, ed. 177, Rio de Janeiro, 09 jan.1952, p. 01.

PRONTO o Plano Lacierda: Dólares para libertar os jornais da influência do Banco do Brasil. *Última Hora*, ed. 719, Rio de Janeiro, 15 out. 1953, p. 02.

REAÇÃO da América Latina ao tratamento desdenhoso dos políticos americanos. *Última Hora*, ed. 452, Rio de Janeiro, 29 nov.1952, p. 06

RECONHECIDA oficialmente pelos grandes consórcios internacionais a existência da ‘Petrobrás S.A.’. Óleo da Standard para a refinaria de Cubatão. *Última Hora*, ed. 793, Rio de Janeiro, 13 jan.1954, p. 01.

REENCONTRO de dois grandes amigos em defesa da integridade continental. *Última Hora*, ed. 174, Rio de Janeiro, 05 jan.1951, p. 01.

SE houver exportação de materiais estratégicos para a Rússia: Os Estados Unidos sustarão a ajuda econômica à América Latina. *Última Hora*, ed. 745. Rio de Janeiro, 16 nov.1953, p. 08.

SEGUIU para São Paulo a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. *Última Hora*, ed.36. Rio de Janeiro, 23 jul1951, p. 01.

TÁ uma farra! Fala o povo na *Última Hora*. *Última Hora*, ed 172, 2ª seção, Rio de Janeiro, 03 jan.1952, p. 02.

ÚLTIMA HORA. Rio de janeiro: Ed. Érica, 1951-1954. Diário. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030>>. Acesso em 15/01/2014.

- UM JORNAL brasileiro para o povo brasileiro “*ÚLTIMA HORA*” TRINCHEIRA DOS INTERÊSSES POPULARES. *Última Hora*, ed. 717, Rio de Janeiro, 03 out.1953, p. 01.
- UM véu protetor sobre a cidade. *Última Hora*, ed. 729. Rio de Janeiro, 27 out.1953, p. 01.
- VÃO mal os bancos estrangeiros com tais advogados. *Última Hora*, ed. 82, Rio de Janeiro, 15set.1951, p. 01.
- VARGAS Convoca o povo para a campanha de libertação. Agora sim: O petróleo será nosso. *Última Hora*, ed. 150, Rio de Janeiro, 06 dez.1951, p. 01.
- VARGAS e os militares reafirmam a unidade das classes armadas. *Última Hora*, ed. 174, Rio de Janeiro, 05 jan.1952, p. 01.
- VARGAS na sua prestação de contas ao povo: “Caminha o Brasil a passos largos para sua emancipação econômica”. *Última Hora*, ed. 844, Rio de Janeiro, 17 mar.1954, p. 05.
- VENCEU o povo na Petrobrás. *Última Hora*, ed. 710, Rio de Janeiro, 05 out.1953, p. 01.
- VISITARÁ os vários estados beneficiados pelos dólares do Banco Internacional. *Última Hora*, ed.129. Rio de Janeiro, 10 nov.1951, p. 06.
- VOZ que destoa do sentimento democrático norte-americano. *Última Hora*, ed. 184, Rio de Janeiro, 17 jan.1952, p. 01.
- WAINER, Samuel. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed. 1, Rio de Janeiro, 12 jun.1951, p. 01.
- WAINER, Samuel. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed. 16, Rio de Janeiro, 19 jun.1952, p. 01.
- WAINER, Samuel. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed. 21, Rio de Janeiro, 05 jul.1951, p. 01.
- WAINER, Samuel. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed. 42. Rio de Janeiro, 30 jul.1951, p. 01.
- WAINER, Samuel. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed. 44, Rio de Janeiro, 01 ago.1951, p. 01.
- WAINER, Samuel. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed.18, Rio de Janeiro, 02 jul.1951, p. 03.
- WAINER, Samuel. Estranha e inexplicável a ‘Guerra Fria’ Diplomática entre o Brasil e a Argentina. Coluna de *Última Hora*. *Última Hora*, ed. 34. Rio de Janeiro, 20 jul.1951, p. 01.
- WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1993.